

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

RENATA MOREIRA FONTOURA

**Retóricas, Embates e Mediações na Construção da Categoria de Assédio
Sexual no Cairo, Egito.
Uma Etnografia na ONG Harassmap.**

Niterói

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

RENATA MOREIRA FONTOURA

**Retóricas, Embates e Mediações na Construção da Categoria de Assédio
Sexual no Cairo, Egito.
Uma Etnografia na ONG Harassmap.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre em
Antropologia.

Niterói
2016

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Gisele Fonseca Chagas
(Orientadora)

PPGA - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

PPGA - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Dr. Ronaldo de Oliveira Castro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Professora Dr^a. Lucia Eilbaum

(Suplente Interno)

PPGA - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Dr^a. Adriana Abdenur

(Suplente Externo)

MBA Relações Internacionais

Fundação Getúlio Vargas - FGV

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais (Bernadete e Antonio) e irmãos (Camila e Henrique) e ao meu grande amor e parceiro Felipe Alves Rosa.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não seria possível sem o apoio e a contribuição de algumas pessoas especiais, algumas já parte da minha vida e outras que entraram nela de forma inesperada, para somar.

Agradeço à minha orientadora Gisele Fonseca Chagas, pelo olhar atento e a paciência nas orientações e revisões do documento, assim como agradeço pelas contribuições do professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, em seu início. Através deles, fui seduzida ao tema do Oriente Médio, fascínio que teve início no ano de 2011, com a minha presença nos seus cursos ministrados no Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro. Este trabalho é apenas o começo de uma longa estrada de estudos pela região.

Meus sinceros agradecimentos se direcionam aos professores da banca, Ronaldo de Oliveira Castro, Adriana Abdenur e Lucia Eilbaum, por terem aceito o convite em participar deste projeto e tenho certeza que o diálogo criado irá perdurar.

Gostaria de agradecer também aos membros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, em especial à professora Eliane Cantarino O`Dwyer, pela simplicidade e seu amplo conhecimento antropológico passado durante o curso de mestrado. Assim como, não poderia deixar de agradecer ao querido Marcelo, pela sua dedicação intensiva e disponibilidade total na ajuda ao outro. Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, concedida no último ano de meu mestrado.

Deixo o meu muito obrigado pelo apoio aos meus queridos colegas de mestrado (Cilene, Moane, Elisa, Igor, Isis, Thaís), com os quais compartilhei as dúvidas mais frequentes do futuro de um pós-graduando em antropologia.

Não poderia deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos à ONG Harassmap (Noora, Hussein, Islam, Ahmed, Reem, Habiba, Kareem, Amel, Rebecca, Monika) por aceitarem a minha inserção nas suas vidas profissionais, assim como agradeço às pessoas especiais que conheci no caminho, à minha interlocutora e grande amiga de todo o campo, Kamilia, além das pessoas especiais, Fatma Atef, Ayman, Mohamed, Nada, Yara, Rasha, Lena, Mariam e Gloria. À família egípcia de Anwar e Nadja e seus filhos Mohamed e Basma. Agradeço também, aos brasileiros Rafa, Samira e ao “quase brasileiro” Maged, pela hospitalidade durante as minhas viagens pelo Egito.

Meus sinceros agradecimentos também às ONGs egípcias entrevistadas, que trabalham com violência contra a mulher no Cairo e que mesmo no turbulento momento de suas vidas pessoais, cederam parte do seu tempo, para conversar comigo durante o campo e que sem essas entrevistas, esse ensaio ficaria incompleto.

Deixo o meu muito obrigado pelas contribuições de alguns dos principais intelectuais que também estudam o ativismo anti-assédio sexual no Cairo. A minha gratidão à Angie Abdelmonem, da Universidade do Arizona, pelo auxílio na inserção na ONG Harassmap. Assim como, agradeço os seus apontamentos e os de Helen Rizzo e Martina Rieker, professoras da Universidade Americana do Cairo, Elisa Wynne-Hughes da Universidade Cardiff e de Paul Amar, da Universidade da Califórnia e pela parceria de campo de Susana Galan, da Universidade de Nova Jersey.

À atmosfera de casa concedida pelo espaço do Instituto Francês do Cairo e as queridas professoras Karima e Malika, assim como ao Instituto Arabeya, pelos ensinamentos adquiridos.

Aos meus grandes parceiros da UERJ, professor, orientador e também meu querido amigo Ronaldo pelo acompanhamento durante toda a minha trajetória acadêmica da graduação e mestrado e por confiar sempre na minha capacidade de seguir em frente e por me direcionar e apoiar nas minhas dúvidas frequentes. Às minhas grandes amigas e parceiras Raphaela e Rafaely, compartilho com vocês esse caminho e vejo vocês em breve.

Quero oferecer essa dissertação aos meus queridos parentes que me apoiaram nessa trajetória (Dinda, Paulo, Tia Ilza, Tia Arlette e Tio Antonio (fique em paz!), e as minhas sempre bebês e amigas que tanto amo (Nana e Bel). E aos parentes que a vida criou, Tia Ana e Elias, deixo o meu muito obrigado por participarem dessa etapa e por me apoiarem.

Aos meus queridos e amados pais, ofereço esse trabalho, que contém um pouquinho de cada um de vocês (Antonio, meu pai, sua sede de conhecimento e minha mãe, Bernadete, seu questionar do mundo), sem os quais, nem um terço deste caminho teria sido percorrido, vocês são tudo para mim! Aos meus irmãos (Henrique e a sua sede por justiça e Camila, seu gosto pelo desconhecido), agradeço o carinho, a confiança e o apoio de sempre. Vocês são parte deste projeto!

Ao eixo que fui presentada pela vida em 2007, agradeço ao meu querido amigo, parceiro e confidente e ofereço este trabalho a você, Felipe, meu amor, por sempre acreditar em mim e me acompanhar nessa sede pelo desconhecido, e sem pestanejar, caminhar ao meu lado. Agradeço pela paciência e por ouvir as coisas mais banais, problematizar as minhas dúvidas e me acompanhar nesse campo tão difícil. Você é parte e co-autor dessa dissertação e das questões aqui presentes!

*“, writing is a very poor technology for
describing the richness of the experience of either
being in an event or witnessing it as an observer.”
(DURANTI, A. LINGUISTICANTHROPOLOGY,
Cambridge University Press, 1997, p 113.)*

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apreender os diferentes processos de construção da categoria assédio sexual no Cairo, Egito. Com base em pesquisa etnográfica realizada durante oito meses em uma ONG egípcia antiassédio sexual, interessa analisar as formas pedagógicas pelas quais os seus ativistas produzem, transmitem e circulam diferentes gramáticas sobre a violência de gênero de “dentro” e “fora” da instituição. Refletindo sobre o papel de tais ativistas, como mediadores culturais, procurou-se compreender como eles mobilizam as ideias sobre gênero, feminismo e direitos humanos femininos que circulam globalmente, transformando-as e traduzindo-as localmente, a partir das distintas questões colocadas no contexto egípcio. Desse modo, a pesquisa busca contribuir para reflexões antropológicas sobre os processos de mediação realizados através de tradução, interpretação e negociação, onde esses sujeitos promovem uma conexão entre as dimensões locais e os sistemas mais amplos.

Palavras-chave: assédio sexual, mediadores, local, global

ABSTRACT

The present thesis aims at understanding the different process of construction of the category sexual harassment in Cairo, Egypt. Based on an ethnographic research conducted during eight months in an Egyptian Anti- sexual Harassment NGO, the objective here is to analyze pedagogical ways in which its activists produce, transmit and circulate different grammars of gender based violence from "inside" and "outside" the institution. Reflecting the role of such activists as cultural brokers, the analysis here tries to understand how they mobilize and appropriate such ideas about gender, feminism and women's rights that circulates globally, in which they transform and translate them locally from different issues that takes place in the Egyptian context. Therefore, this research seeks to contribute to further anthropological reflections about mediation processes conducted from and through translation, interpretation and negotiation, where these individuals promote a connection between local dimensions and huge systems.

Keywords: sexual harassment, cultural brokers, local, global

Vínculos temáticos: Antropologia do Oriente Médio

Linha de pesquisa do orientador: Cartografias culturais, transnacionalismo e diásporas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CONTEXTO DA PESQUISA	6
OBJETO DA PESQUISA.....	12
O TRABALHO DE CAMPO	25
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	35
CAPÍTULO 1 OS MEDIADORES DO CONCEITO DE ASSÉDIO SEXUAL NO CAIRO: AS ORGANIZAÇÕES ANTIASSÉDIO SEXUAL E O CONSELHO NACIONAL DE MULHERES.....	36
1.1. “Women’s Rights are Human Rights”	36
1.1.1. O funcionamento do Sistema CEDAW.....	40
1.1.1.1. Os complementos ao Sistema CEDAW: as Recomendações Gerais 12 e 19 e a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW) 45	45
1.2. O discurso do “feminismo transnacional” como parte da luta das “ONGs de gênero” do MENA (África e Oriente Médio).....	49
1.3. As “pautas feministas transnacionais” e as “gramáticas de direitos humanos femininos” no contexto histórico egípcio	54
1.3.1. Os mediadores das “gramáticas de assédio sexual” no Cairo: Conselho Nacional de Mulheres e as Organizações Não Governamentais.....	64
1.3.1.1. O Conselho Nacional de Mulheres Egípcio	64
1.3.1.2. As Organizações Antiassédio Sexual Egípcias	69
CAPÍTULO 2 A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL HARASSMAP.....	78
CAPÍTULO 3 A CONSTRUÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL PELA PEDAGOGIA HARASSMAP TRANSMITIDA DE “DENTRO PARA FORA”	101
3.1.Os Embates na Definição de Assédio Sexual	101
3.2.As definições Harassmap de Assédio Sexual (<i>Taharush El-ginsi</i>).....	102
3.2.1.As Pedagogias Internas da Harassmap: o Manual Contra o Assédio Sexual dos funcionários/voluntários	106

3.2.2.As Pedagogias Externas: o Ativismo Online e Off-line.....	111
3.2.2.1.O Ativismo Online: o Site e o Mapa Harassmap	111
3.2.2.2. O Ativismo Off-line: Eventos, Campanhas e Treinamentos (escolas, universidades, empresas e comércio) pelas Unidades Administrativas da Harassmap	117
CAPÍTULO 4 OS EMBATES INTERNOS NA CONSTRUÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE ASSÉDIO SEXUAL E NA CRIAÇÃO DAS ÁREAS DE ZERO TOLERÂNCIA.....	139
4.1.As Retóricas de um Espaço Público Seguro	139
4.1.1.As Narrativas Oficiais do Conceito de Assédio Sexual	144
4.1.1.1. As Emendas Constitucionais no Artigo 306 (Taharush El-Ginsi) do Código Penal Egípcio.....	152
4.1.1.2.A Estratégia Nacional Egípcia (2015 - 2020)	155
4.1.2.As Narrativas “Extraoficiais”	162
4.1.2.1.O Sistema de Parcerias Internas e Externas e a Unidade Safe Areas da Harassmap	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS.....	192

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	LOGOTIPO DO FILME CAIRO 678.....	2
FIGURA 2	CENA DO FILME CAIRO 678: FAYZA, NO ÔNIBUS.....	2
FIGURA 3	CONFERÊNCIA DA ECWR EM 2009 SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL.....	4
FIGURA 4	IMAGEM DO INCIDENTE DO SUTIÃ AZUL.....	9
FIGURA 5	GRAFFITI EM ALUSÃO AO INCIDENTE.....	9
FIGURA 6	GRAFFITI DURANTE A REVOLUÇÃO.....	9
FIGURA 7	OBAMA (EUA) E MORSI (EGITO) DURANTE A REVOLUÇÃO DE 2011 ...	65
FIGURA 8	APOIO DOS EUA A MUBARAK.....	65
FIGURA 9	PRESIDENTES AMERICANO (BUSH) E EGÍPCIO (MUBARAK), E SUAS PRIMEIRAS-DAMAS.....	65
FIGURA 10	CARTOON QUE IRONIZA A TRANSMISSÃO DE RECURSOS DE FINANCIADORES-ONGS-PÚBLICO-ALVO.....	70
FIGURA 11	GRUPO OPANTISH.....	74
FIGURA 12	GRUPO TAHRIR BODYGUARD.....	74
FIGURA 13	SISTEMA DE PARCERIAS HARASSMAP.....	77
FIGURA 14	PORTÃO DE ENTRADA DA ONG HARASSMAP.....	79
FIGURA 15	SALÃO PRINCIPAL DO ESCRITÓRIO.....	79
FIGURA 16	DIVULGAÇÃO DO FILME CAIRO 678 PELA HARASSMAP.....	81
FIGURA 17	SISTEMA BUROCRÁTICO HARASSMAP FONTE: MANUAL INTERNO ANTIASSÉDIO PARA FUNCIONÁRIOS, HARASSMAP, 2015.....	87
FIGURA 18	SITE DA HARASSMAP EM ÁRABE.....	112
FIGURA 19	SITE DA HARASSMAP EM INGLÊS.....	112
FIGURA 20	FACEBOOK DA HARASSMAP.....	113
	FONTE: FACEBOOK DA HARASSMAP.....	113
FIGURA 21	TWITTER DA HARASSMAP.....	113
FIGURA 22	BLOG DA HARASSMAP.....	113

FONTE: BLOG DA HARASSMAP.....	113
FIGURA 23 TIPOS DE ASSÉDIO DEFINIDOS NO SITE HARASSMAP	113
FIGURA 24 DENÚNCIAS POR TIPOS, COM CORES DIFERENCIADAS.....	113
FIGURA 25 PASSOS PARA A DENÚNCIA NO SITE DA HARASSMAP (INGLÊS).	114
FIGURA 26 PASSOS PARA A DENÚNCIA NO SITE DA HARASSMAP (ÁRABE)..	114
FIGURA 27 MODELO DE DENÚNCIA	115
FIGURA 28 FOTO DE UM MODELO DE DENÚNCIA	115
FIGURA 29 EVENTO MASTERPEACE (2013).....	117
FIGURA 30 EVENTO ROOT AND ROUTES FOR SEXUAL HARASSMENT (2015)	117
FIGURA 31 PRINCIPAIS DESCULPAS DA IDADE E VESTIMENTA.....	119
FIGURA 32 REUNIÃO ENTRE NAZRA E HARASSMAP.....	119
FIGURA 33 SITUAÇÕES DO COTIDIANO	120
FIGURA 34 CAMPANHA “FIX IT IN YOUR MIND”.....	121
FONTE: FACEBOOK.....	121
FIGURA 35 “ABERTO 24 HORAS”/”NÃO CONSIGO ME CONTROLAR!”/”EU SÓ ESTAVA BRINCANDO COM ELA!”.....	122
FIGURA 36 O ASSEDIADOR É UM CRIMINOSO.....	123
FIGURA 37 NÃO SE SILENCIE!	123
FIGURA 38 DICAS PARA AS MULHERES QUE SOFRERAM ASSÉDIOS.	123
FIGURA 39 ASSÉDIO SEXUAL. INTERFIRA E FAÇA A SUA PARTE	124
FIGURA 40 O ASSEDIADOR É UM CRIMINOSO.	124
FIGURA 41 CONEXÃO ENTRE O ROUBO DE CARTEIRAS E O ROUBO DO CORPO	124
FIGURA 42 NÃO SEJA UMA ANTENA (METÁFORA LOCAL).....	125

FIGURA 43	CASOS NO TRANSPORTE PÚBLICO. CAMPANHA “METRÔ SEGURO”	125
FIGURA 44	MAPA DOS ASSÉDIOS SEXUAIS NO EGITO	128
FIGURA 45	RELEVÂNCIA DOS INCIDENTES NO EGITO.....	128
FIGURA 46	ASSÉDIOS SEXUAIS DEFINIDOS NO ESTUDO TOWARDS A SAFER CITY (2014)	132
FIGURA 47	MAPA DE ASSÉDIOS DE 2010	130
FIGURA 48	ESTUDO TOWARDS A SAFER CITY	130
FIGURA 49	CONSCIENTIZAÇÃO NAS RUAS PELA UNIDADE	133
FIGURA 50	ATIVIDADE GENDER BOX.....	137
FIGURA 51	ALI NA ATIVIDADE GENDER BOX	137
FIGURA 52	PROJETO DIGNIDADE, RESPEITO E IGUALDADE: SOCIEDADE SEM TAHARUSH.....	163
FIGURA 53	EVENTO PROMOVIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS, COM A APRESENTAÇÃO DA HARASSMAP, SHOFT TAHARUSH E DIGNITY WITHOUT BORDERS	167
FIGURA 54	PARCERIA UBER – HARASSMAP.....	169
FIGURA 55	TREINAMENTO NAS UNIVERSIDADES.....	170
FIGURA 56	ELE ME ASSEDIOU/VOCÊ DEVE SEGUIR AS INSTRUÇÕES DA POLÍTICA	172
FIGURA 57	MENINAS BONITAS DEVEM SENTAR PRÓXIMO/ POR QUE PROFESSOR?	172
FIGURA 58	TREINAMENTO FEITO PELA UNIDADE SAFE UNIVERSITIES NA UNIVERSIDADE DO CAIRO	172
FIGURA 59	POLÍTICA ANTISSÉDIO SEXUAL.....	173
	FONTE: FACEBOOK.....	173
FIGURA 60	INSTRUÇÕES PARA A DENÚNCIA	173
FIGURA 61	GUIA DO ESTUDANTE-VOLUNTÁRIO.....	173

FIGURA 62	LOCAL SEGURO: ESTE LOCAL NÃO ADMITE ASSÉDIOS. ENVIE UMA MENSAGEM COM OS DETALHES E O LOCAL ONDE O ASSÉDIO OCORREU. ...	177
FIGURA 63	GERENCIAMENTO DAS PARCERIAS	178
FIGURA 64	ADESIVO COLADO NO ESTABELECIMENTO PARCEIRO	178
FIGURA 65	CONVERSA COM ESTABELECIMENTO-PARCEIRO	178
FIGURA 66	RECEPCIONISTA DO ESTABELECIMENTO-PARCEIRO	179
FIGURA 67	DONA DO ESTABELECIMENTO - PARCEIRO.....	179
FIGURA 68	RESTAURANTE PARCEIRO.....	179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	LISTA DE ONGS EGÍPCIAS QUE LUTAM CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO	72
TABELA 2	. TIPOS DE ASSÉDIO SEGUNDO O SITE DA HARASSMAP	105
TABELA 3	TIPOS DE ASSÉDIO DEFINIDOS NO MANUAL INTERNO HARASSMAP	107
TABELA 4	. ORIENTAÇÕES DO HARASSMAP PARA A REALIZAÇÃO DE DENÚNCIAS NA DELEGACIA	116
TABELA 5	. SUPORTES INSTITUCIONAIS INDICADOS NO SITE DO HARASSMAP	164
TABELA 6	. CURSOS DE DEFESA PESSOAL INDICADOS PELO HARASSMAP..	164

LISTA DE SIGLAS

- ADEW** - The Association for the Development and Enhancement of Women
- CAPMAS** - Central Agency for Public Mobilization and Statistics
- CEDAW** - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women
- CEWLA** - Center for Egyptian Women's Legal Assistance
- CSW** – Comission on The Status of Women
- BASMA** – Imprint Movement
- DDHI** - Cairo Declaration on Human Rights in Islam
- DEED TAHARUSH** – Anti Harassment Movement
- DEVAW** – Declaration on the Elimination of Violence against Women
- ECWR** – Egyptian Center for Women’s Rights
- EFU** - Egyptian Feminist Union
- EIPR** – Egyptian Initiative for Personal Right
- EL NADEEM** - Center for the Management and Rehabilitation of victims of violence
- GIZ** - German Society for International Cooperation
- GIS** - Geographic Information System
- IAW** - International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citezenship
- IDRC** - International Development Research Centre
- ONG** – Organização Não- Governamental
- OPANTISH** – Operation Anti Sexual Harassment
- MENA** - Middle East and North Africa region
- MESA** - Middle East Studies Association
- NAZRA** – Nazra for Feminist Studies
- NCW** – National Council for Women
- NEVAW** – National Strategy on Violence Against Women
- NWF** – New Woman Foundation
- ONU** – Nações Unidas
- SHOFT TAHARUSH** – I Saw Harassment
- TADWEIN** - Gender Research and Training Center
- UNPFA** - United Nations Population Fund
- UN WOMEN** - United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women
- USAID** – United States Agency for International Development
- WMF** – Women and Memory Forum

LISTA DE PSEUDÔNIMOS

Harassmap:

- Rachel: americana cofundadora e Diretora da Harassmap
- Layla: cofundadora e responsável pela Unidade de Pesquisa e empresa Tadwein
- Abtsam: funcionária da Unidade de Pesquisas
- Angie: cofundadora e estatística
- Azza: cofundadora e funcionária da empresa GIZ
- Kholoud: responsável pelas parcerias internas e financiamentos externos
- Mariam: sueca responsável pela Unidade de Mídia
- Nada: funcionária da Unidade de Mídia
- Ali: responsável pela Unidade Outreach and Community Mobilization
- Mahmood: responsável pela Unidade Safe Areas
- Zaynab: Unidade Safe Areas - Programa Safe Areas
- Iman: Unidade Safe Area - Programa Safe Schools and Universities

Conselho Nacional de Mulheres:

- Nairy: responsável pelo setor de parcerias
- Rahma: ex-funcionária da Harassmap e ECWR e funcionária do Conselho

Deed Taharush

- Mohamed: cofundador do grupo
- Nagui: voluntário do grupo

CEWLA

- Nihal: advogada do grupo
- Fatma: advogada do grupo

Shoft Taharush

- Mageed: cofundador do grupo

Nazra

- Dina: funcionária da organização

El Nadeem

- Samira: psicóloga do grupo

Dignity Without Border/Tahrir Boydguard

- Khadija: cofundadora dos grupos

Cairo University Unit

- Rabab: professora e membro do Comitê

INTRODUÇÃO

Cairo, Egito.

Seba, uma designer de joias, assiste a um jogo de futebol em que a seleção egípcia foi vencedora. Na saída do estádio, em meio ao tumulto e comemorações pela vitória, é separada de seu marido e cercada por homens desconhecidos que a estupram¹. Ela estava grávida e, com a violência sofrida, perde o bebê. Após esse evento, ela decide criar um curso de defesa pessoal voltado para mulheres.



Fayza, dona de casa, sofre assédios diários em seus deslocamentos pela cidade do Cairo. Sem recursos financeiros para ter seu próprio carro ou para pagar corridas de táxi, ela recorre aos ônibus, meio de transporte público, no qual os assédios sexuais contra mulheres ocorrem com frequência. Cansada da situação, ela desenvolve um método para se defender dos assediadores: passa a furá-los com os alfinetes que prendem o véu. Tal fato ganha repercussão pública, estimulando outras mulheres a fazerem o mesmo. Com o aumento do número de casos de homens “furados” em ônibus, o assunto passa a ser investigado pela polícia, apesar de não ser levado a sério.

Nelly, uma atriz/comediante, foi assediada na rua por um homem que dirigia uma caminhonete. Durante um de seus shows de comédia, ela expôs para o público a história de assédio da qual foi “vítima” e sua dificuldade para levar o caso à polícia e à Corte. De forma irônica, ela contou o fato de ter sido ela mesma quem teve que capturar o assediador e levá-lo em seu próprio carro, passando por duas delegacias, uma vez que a própria polícia não teria se mobilizado para fazê-lo, ao minimizar a sua importância. Relatou, ainda, o fato de não ter recebido ajuda das pessoas que testemunharam o incidente na rua. Nelly foi a primeira mulher a levar o caso de assédio sexual à Corte Constitucional Egípcia e a ganhar uma ação desse tipo. Apesar disso, durante o desenrolar do processo judicial, foi muito pressionada por sua família para que retirasse a queixa, e assim não “manchasse” sua reputação, nem a de seu noivo.

As passagens acima são cenas do filme “Cairo 678”, produzido pelo diretor egípcio Mohamed Diab e que ganhou um prêmio no Festival Internacional de Dubai no mesmo ano de seu lançamento. Baseado em situações reais, foi lançado no Egito em 2010 e, internacionalmente, em 2012, no contexto da chamada “Primavera Árabe”, período em que os

¹ Assédios durante jogos de futebol no Egito são bastante recorrentes, além de piadas de conotação sexual. Destaco o depoimento realizado por Nada, funcionária da Harassmap, da Unidade de Mídia, no Facebook, no mês de fevereiro de 2016: “Não poderia deixar de gostar menos do futebol egípcio. Mas brincadeiras de estupros, colocando o time do Ahly como o homem e Zamalek como mulher, é estúpido, como as pessoas que vêm compartilhando isso.”

assédios sexuais coletivos tomaram grandes proporções no país (FONTOURA, 2014a.; 2014b). As histórias contadas no filme evidenciam que, apesar de as personagens terem sofrido violências parecidas, cada uma irá dispor de diferentes estratégias e performances para lidar com a questão, sobretudo por estarem em posições sociais diferenciadas, o que provoca um embate entre elas no decorrer da história (Figura 1Figura 2).

	
<p>Figura 1 Logotipo do filme Cairo 678</p> <p>Fonte: The New Egypt, 2013.</p>	<p>Figura 2 Cena do filme Cairo 678: Fayza, no ônibus</p> <p>Fonte: Diário do Nordeste, 2012.</p>

Para a realização do longa-metragem, os diretores contaram com a assessoria das principais ONGs atuantes no combate ao assédio sexual no Cairo, sobretudo a Egyptian Center for Women's Rights (ECWR) e a Harassmap, organização na qual realizei o meu trabalho de campo para esta dissertação. Tais grupos forneceram explicações sobre o assunto e as suas principais ocorrências e justificativas usadas no país, o que contribuiu também para uma maior visibilidade desses movimentos, como me foi relatado por Rachel, americana diretora da Harassmap.

Os diretores queriam ter um elemento social, queriam fazer parcerias e divulgar grupos que trabalhavam com o tema, e a Harassmap aceitou. Porém, eram projetos muito rápidos. O Harassmap acredita na capacidade da mídia em trazer mensagens positivas e assim aceitamos fazer parte (Rachel).

O episódio verídico retratado via personagem Nelly² teve ampla visibilidade e repercussão midiática no Egito, e o processo judicial encaminhado pela “vítima”³ foi assessorado desde o seu início por funcionários da ECWR, que lhe forneceram o suporte psicológico e jurídico existente na época, para que o seu caso fosse denunciado, julgado e devidamente punido.

² Nome fictício da personagem. Seu nome real é Noha Rushdie.

³ A palavra “vítima” é bastante condenada pelo movimento antiassédio no país, pois o termo possuiria uma conotação negativa, capaz de reduzir a agência das mulheres agredidas.

A organização ECWR, que até então vinha trabalhando com projetos voltados para o combate à violência de gênero no país⁴, mais especificamente no combate à violência doméstica e a mutilação genital, naquele momento tomou a frente das discussões do referido caso e deu o seguinte depoimento:

Esse caso vai restaurar a confiabilidade do Sistema Legal Egípcio em defender mulheres sujeitas a esse tipo de violência, em todas as etapas do processo, desde a denúncia na delegacia, investigação e sentença. Vai enviar a mensagem a todos os segmentos da sociedade, que o assédio sexual é crime e não tolerável (POMED, [s.d.]).⁵

Com a repercussão do incidente e a pressão pública das ONGs no Egito, o assediador, Sherif Gabriel, de 28 anos, foi julgado através do Artigo 268 do Código Penal Egípcio (atentado à honra/modéstia (“*hatk ird*”), sentenciado a três anos de reclusão e obrigado a pagar multa de cinco mil libras egípcias, o equivalente a cerca de US\$ 895, na época.

Azza no período estagiária de Rachel na ECWR e hoje também cofundadora da Harassmap, foi uma das ativistas que se posicionaram fortemente contra o incidente, afirmando que o caso deveria se tornar um exemplo para o país, reforçando que "esse foi o primeiro caso do Egito em que a pessoa foi presa por agressão sexual, o juiz estava construindo um exemplo!" (Azza).

Em agosto de 2008, a ONG ECWR lançou o seu primeiro relatório “Clouds in Egyptian Sky” (“Nuvens no céu egípcio”), relatando o fato do assédio sexual ser um problema vivenciado diariamente pelas mulheres no país e que isso contribuiria para a queda do turismo. Dessa forma, buscavam apoio não somente da opinião pública, mas também tentavam cooptar as instâncias governamentais, no intuito de atrair o próprio governo para a “causa”, através de conferências realizadas ocasionalmente nesse período (Figura 3).

⁴ A agenda internacional de financiamento, os “projetos financiáveis” de combate à violência de gênero, para os principais financiadores internacionais, naquele momento, tinham como foco a violência doméstica e a mutilação genital, e as ONGs egípcias buscavam acompanhar esse processo localmente, dando uma maior importância a esse tema.

⁵ POMED. **Egypt's landmark sexual harassment case**. Disponível em: <<http://pomed.org/women/egypts-landmark-sexual-harassment-case/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.



Figura 3 Conferência da ECWR em 2009 sobre o assédio sexual

Fonte: ECWR, 2009.

O relatório foi bastante crítico em relação ao fato de as pessoas na rua culparem a “vítima” pelo assédio sofrido, ao invés do assediador, através de justificativas ancoradas na vestimenta ou na ausência do uso do véu pela pessoa agredida⁶. O estudo foi elaborado a partir de dados estatísticos, levantados pelos funcionários e voluntários da organização, problematizando o fato de 83% das mulheres egípcias e 98% das estrangeiras já terem sofrido assédio sexual no país, relatando que as formas de assédio eram diversas e que não poderiam ser explicadas de forma simplista pelos comportamentos femininos.

O assédio sexual no Egito e as manifestações contra os incidentes são eventos antigos no país. Desde 2005, as ONGs vêm exercendo pressão para a mudança das categorias definidoras dos tipos de violência de gênero na legislação, conforme os relatos de meus interlocutores.

A primeira vez, que esse assunto começou no Egito e os movimentos foram formados foi em 2005. As coalizações de ONGs criaram um grupo para lutar contra a violência de gênero, depois do “*black wednesday*”. O estudo da ECWR foi em 2008, mas a coalizão foi formada antes. Um grande relatório foi feito em 2005 antes desse da ECWR, e foi enviado à Corte Africana de Direitos da Mulher, com vinte e quatro organizações-parte, ACT, New Woman Foundation, Women and Memory e CEWLA, e a ECWR não fazia parte (Mageed, cofundador do grupo Shoft Taharush).

Hoje em dia, as pessoas pensam que essa luta começou após a Revolução, porque não tínhamos muita visibilidade. De 2008 a 2011, esse assunto ficou morto, as pessoas esqueceram. Mas nós trabalhamos muito e foi assim que começamos o Harassmap, por conta disso, pois o assunto tinha morrido, depois de tanto esforço (Rachel, cofundadora da Harassmap e ex-funcionária da ECWR).

Há cinco anos, quando falávamos na rua sobre assédio, eles pensavam em estupro. Percorremos uma longa trajetória e agora as pessoas entendem como assédio sexual, entendem os direitos humanos e os significados. Entendem também que a mutilação é crime, algo conquistado com o tempo. Caminhamos muito, mas ainda falta bastante

⁶ Destaca-se que o Egito é uma sociedade majoritariamente muçulmana e que o uso do véu por muçulmanas no espaço público, se tornou bastante presente (MAHMOOD, 2010).

(Mohamed, cofundador do grupo Deed Taharush e ex-gerente de mídias da Harassmap).

Em 2005, a ONG El Nadeem, junto a uma força-tarefa composta por 17 organizações de combate à violência de gênero, somada ainda a cerca de duas mil assinaturas, fez a primeira proposta de mudança do Código Penal, para uma melhor definição e ampliação dos termos da violência de gênero, definidos no referido instrumento legal. Em 2007, junto a várias outras organizações, a ECWR realizou uma palestra com o tema “Make our streets safer” (“Tornando as nossas ruas mais seguras”). Em 2008, a instituição conseguiu recolher cerca de um milhão de assinaturas, somente no Cairo, para a criação de uma lei que punisse os assédios sexuais de forma mais rígida, através de uma emenda no Código Penal, criminalizando-o e estipulando sanções mais severas aos agressores.

Nesse mesmo ano, um grupo de ONGs se reuniu e formou o chamado “Taskforce on Violence Against Women” (“Coalização contra a violência contra a mulher”). O grupo El Nadeem e o New Woman Foundation, entre outros grupos, se reuniram com o objetivo de falar sobre a violência doméstica, mas também sobre o assédio sexual. Esse movimento foi composto por 23 organizações, que tinham como objetivo alterar e ampliar as definições de violência feitas pelo governo nos sistemas legais. Propunham definições mais precisas dos termos estupro (*ightsab*), assédio sexual (*taharush*), flerte (*muaksa*) e atentado à honra (*hatk ird*)⁷.

No ano de 2010 e em 2012, houve novas pressões e nesse último ano, as instituições pressionaram sob a liderança da ONG ECWR, porém sem qualquer sucesso na alteração de leis. Tal objetivo foi somente alcançado após a Revolução, em 2014, com as mudanças no Artigo 306 no documento. Apesar disso, segundo o movimento antiassédio sexual no Cairo, as leis permanecem ineficazes no tratamento do tema, como visto na fala de minha interlocutora Dina, funcionária da ONG Nazra,

A lei foi alterada, mas continua insuficiente, por conta da expressão “intenção sexual”. Como provar isso? O atentado à honra continua usado indiscriminadamente, e a lei do estupro não inclui o sexo oral ou anal (Dina).

Este trabalho é uma etnografia dos processos pelos quais a categoria “assédio sexual” é construída, mobilizada e circulada no Cairo, via ONG Harassmap. Objetiva-se analisar a construção do assédio sexual a partir das diferentes gramáticas elaboradas por ativistas da referida ONG, numa interseção com os discursos de gênero e o feminismo em níveis locais e

⁷ Em 2014, inúmeras emendas foram realizadas no Código Penal, e o Artigo 306, referente ao assédio sexual, foi modificado, ampliado, melhor definido, e sua pena, incrementada. Antes da mudança, grande parte dos casos de assédio sexual (verbal ou toques), assim como o da personagem, eram sentenciados e classificados pelos juízes e tratados por policiais como atentados à modéstia ou honra (“*hatk ird*”). Após a referida alteração, foram definidos pelo termo “*taharush el ginsi*” (assédio sexual ou de sexo), dando uma maior precisão às denúncias.

transnacionais, transmitido através de uma pedagogia disseminada no ativismo de combate ao assédio sexual no país. Nele, discuto como os ativistas da referida ONG operam essa questão perante a interação mantida com o Movimento Civil Egípcio, o Estado e as Convenções Internacionais de Combate à Violência de Gênero (CEDAW⁸ e DEVAW⁹).

Para verificar os processos pelos quais os ativistas da Harassmap mobilizam diferentes categorias sobre o assédio sexual, uma análise das noções de mediação cultural/“*cultural brokers*”/“*brokerage*” no referido contexto, mostrou-se fundamental na busca por um olhar sobre as arenas onde esses discursos a respeito da segurança no espaço público egípcio são vernacularizados e reapropriados localmente pelo ativismo antiassédio sexual no Cairo, Egito.

CONTEXTO DA PESQUISA

O ápice da visibilidade dos assédios sexuais no país ocorreu durante os protestos de 2011, na chamada “Primavera Árabe”¹⁰. Uma das estratégias para que isso ocorresse deveu-se à intensificação do uso de tecnologias digitais nesse período, como agentes impulsionadores da queda do então presidente Hosni Mubarak e também como um mecanismo de denúncia da violência, principalmente aquela cometida por forças policiais contra civis¹¹ durante as manifestações.

No entanto, desde o ano 2005, mais de quinze organizações civis egípcias vêm atuando no combate à violência e a esse tipo de incidentes, como pode ser visto na fala de Nihal, advogada do grupo CEWLA,

Para mim, antes do relatório da ECWR, os grupos El Nadeem, New Woman Foundation, já falavam sobre assédio. Após a Revolução, muitos grupos surgiram querendo trabalhar com assédio e isso virou importante. Após a Revolução, eles se multiplicaram. O caso da menina em 2008 também contribuiu bastante nessa visibilidade (Nihal).

⁸ Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

⁹ Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

¹⁰ A Revolução Egípcia foi desencadeada pelas manifestações que vinham acontecendo em outros países do Oriente Médio, a chamada “Primavera Árabe”, tendo seu início na Tunísia. Em 25 de janeiro de 2011, inúmeros protestos pediam a saída do presidente Hosni Mubarak no Egito. Em 11 de fevereiro desse mesmo ano ele deixou o cargo. Após as manifestações no Egito, inúmeros outros países começaram a se pronunciar, como a Líbia e Síria, com reivindicações diferenciadas. As Forças Armadas assumem o poder, e em 13 de fevereiro de 2011 dissolvem o Parlamento e suspendem a Constituição. A primeira eleição parlamentar ocorre em 28 de novembro de 2011. Em junho de 2012, Mohamed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana, assume o poder. Em 03 de julho de 2013 é retirado pelos militares. Adly Mansour, chefe da Suprema Corte Constitucional, assume o país, como presidente interino. Os membros da Irmandade são sentenciados à morte. Em 18 de janeiro de 2014, uma nova Constituição é instituída. Em 26 de março de 2014, Abdel Fattah el-Sisi, chefe das Forças Armadas, decide se candidatar a presidente e assume o poder, em 08 de junho de 2014.

¹¹ O caso de Khaled Said foi bastante divulgado nas mídias digitais, no início da Revolução, através de uma página no Facebook, “We are all Khaled Said” (“Todos somos Khaled Said”). Khaled foi torturado e morto pela polícia egípcia, evento propulsor das manifestações contra o governo que ocorreram posteriormente, durante a Revolução. Vários eventos e manifestações passaram a se organizar pelas redes sociais.

A partir da Primavera Árabe, muitos casos de assédio sexual severos passaram a ocorrer, os chamados “círculos de inferno” ou “*mobb attacks*”, que muitas vezes deixavam de ser entendidos como assédios sexuais pelo seu nível de gravidade, passando a ser entendidos por esses grupos como estupros coletivos. Os eventos ganharam cada vez mais atenção no Egito e no mundo, ao serem colocados vídeos e fotos na internet, impossibilitando a negação dos incidentes. Tal fato contribuiu para evidenciar cada vez mais a violência exercida por funcionários do governo ou grupos milicianos organizados (chamados de “*batalgia*”) para assediarem as mulheres na Praça Tahrir (ILAHÍ, 2009), como pode ser visto no depoimento de Samira, psicóloga do grupo El Nadeem,

O assédio sexual é social, mas em alguns momentos se torna político, feito por grupos organizados. Para mim, o que ocorreu na Revolução foi político, entre 2011 e 2013, por conta do aumento do ativismo político que tomou formas violentas. Durante a Revolução houve muitos assédios verbais, mas os estupros foram os mais visíveis, em uma cultura patriarcal, em que o homem tem o poder (Samira).

A presença feminina nos protestos de 2011 desencadeou uma série de discussões locais e globais sobre o papel das mulheres egípcias nas manifestações. A mídia local e internacional, que fazia a cobertura dos eventos da Praça Tahrir, por sua vez, deu muita ênfase à imagem feminina como agente do processo de mudança, mas deixou claro que, com os recorrentes casos de assédio sexual, as mulheres estariam sendo impedidas de protestarem nas ruas, frente à violência cometida pelos intitulados (nos referidos documentos) “homens árabes”. Assim, a Praça Tahrir passou a ser apresentada para fora do país, através dessas narrativas de salvação de mulheres egípcias, como um local disseminado dos assédios sexuais, assim como espaço vibrante e foco das manifestações contra o regime.

Esses incidentes contrariam, por exemplo, uma das resoluções das Nações Unidas, as quais os Estados-Membros devem incorporar tais diretrizes internamente. Na Resolução 2122, de 2013, do Alto Comissariado das Nações Unidas, é reforçado o papel da mulher nos processos de transição política e o acesso à justiça. Dessa forma, as reparações às vítimas são entendidas pelo documento como essenciais, assim como a participação destas nas decisões governamentais durante os conflitos. Um exemplo dessas narrativas disseminadas pelas Nações Unidas e reapropriadas internamente pelos movimentos locais pode ser visto na fala de Khadija, integrante do grupo de intervenção criado durante a Revolução “Tahrir Bodyguard” e hoje diretora da ONG Dignity Without Borders:

As mulheres tiveram um papel restrito nas manifestações, eles realmente queriam silenciar as mulheres, pois tiveram um forte papel na Revolução. Quanto maior foi a resistência delas, maior foi a violência cometida sobre elas (Khadija).

O período chamado de “Segunda Revolução¹²” foi marcado por um embate entre o movimento civil local contra os abusos de poder e as arbitrariedades cometidas contra as manifestantes mulheres por parte dos representantes governamentais e grupos milicianos, pagos para causarem desordem durante as manifestações.

Alguns incidentes de assédio sexual ganharam grande visibilidade nesse período. Em 09 de março de 2011, Samira Ibrahim foi presa por participar da passeata do Dia Internacional das Mulheres, sofrendo teste de virgindade na prisão por agentes governamentais¹³. Destaco, também, o caso de Yasmine El-Baramawy, que durante as manifestações de 2013 foi assediada e “estuprada” com garfos e facas por inúmeros homens, ficando totalmente despida no meio da manifestação. Bem como, o “estupro coletivo” da repórter sul-africana da empresa CBS, Lara Logan, em 2013 (ILAH, 2009).

As mulheres, nesse momento, desenvolveram os seus papéis na esfera pública, e pagaram o preço por isso, se colocaram em risco e ficaram expostas a todo o tipo de violência de gênero. Foi claramente uma tentativa de retirá-las dos protestos. Mas sempre vamos lutar, e nunca vamos esquecer os crimes cometidos pelo Estado, com os testes de virgindade e os seus grupos políticos (EIPR, 2011).

Após os incidentes de Samira, Yasmine e Lara Logan, um grupo de mulheres chamado “*Sitt al-Banat*” (“Meninas do povo”) organizou uma passeata contra o assédio, em novembro de 2011, que reuniu cerca de dez mil pessoas, com o seguinte slogan: “*The women of Egypt are a Red Line*” (“As mulheres egípcias são a Linha Vermelha”), e a mensagem acabou servindo como um lema dos protestos durante a Revolução Egípcia. Em dezembro de 2011, no mesmo período da ocorrência do “*Blue bra incident*” (“Incidente do sutiã azul”) (Figura 4, Figura 5 e Figura 6), o grupo organizou uma nova passeata, em decorrência do fato, dessa vez, com o seguinte lema: “*Egypt’s women are not to be stripped!*” (“As mulheres egípcias não são para serem despidas!”). Posteriormente, e ainda no ano de 2011, os movimentos civis egípcios, com vários grupos que trabalham com o assédio sexual, se reuniram para a campanha internacionalmente reconhecida pelos grupos transnacionais de combate à violência de gêneros

¹² A Segunda Revolução é caracterizada pela retirada do representante do poder e membro da Irmandade Muçulmana Mohamed Morsi. Assumindo como presidente interino, Adly Mansour, então presidente da Suprema Corte Constitucional Egípcia, com a promessa de que um novo presidente seria eleito em uma futura eleição governamental.

¹³ Os testes de virgindade são cometidos pelo exército e bastante condenados pelas ONGs no Egito. Os militares alegam que tais ações são indispensáveis para defender o Estado de possíveis alegações de estupro contra a pessoa presa.

“16 days of activism against sexual violence”¹⁴ (“16 dias de ativismo contra a violência de gênero”).

		
<p>Figura 4 Imagem do incidente do Sutiã Azul</p> <p>Fonte: FranceTV Info, 2011.</p>	<p>Figura 5 Graffiti em alusão ao incidente</p> <p>Fonte: FranceTV Info, 2011.</p>	<p>Figura 6 Graffiti durante a Revolução</p> <p>Fonte: FranceTV Info, 2011.</p>

De acordo com Ali (2013, p 15), a Revolução de 2011 levou a uma auto-organização dos movimentos civis no país, chamados por ela de “redes estruturadas”, impulsionados inicialmente pela criação do grupo Kifaya¹⁵ (“Chega!”), em 2005, e bastante atuante também durante esse período histórico. Como pode ser visto na fala de Rachel, diretora da Harassmap:

Muita coisa mudou em 2011 e muito rapidamente esse assunto se tornou muito politizado. Algumas pessoas diziam que era o governo que contratava pessoas para assediarem as mulheres para criar um ambiente de instabilidade e destruir a reputação egípcia. O governo, por sua vez, dizia que eram os revolucionários. Desde o início, esse assunto foi muito politizado, os militares acusavam a Irmandade, e ela, por sua vez, acusava os militares (Rachel).

As violências cometidas pelos agentes do Estado contra as mulheres e a negligência estatal para evitar que tais incidentes acontecessem, vão de encontro às proposições internacionais em relação às quais o Egito vem se comprometendo, através da sua ratificação e assinatura das diversas convenções. Na Resolução 1960 (2010) das Nações Unidas, é reafirmado o fato de que a violência sexual, quando cometida como tática de guerra contra a população civil, pode tomar grandes proporções durante os conflitos, o que impede a restauração da paz e a segurança internacionais. Os Estados devem, portanto, segundo o

¹⁴ Nessa campanha que acontece anualmente em todo o mundo, várias organizações se reúnem nas ruas, com o objetivo de conscientizar a população sobre a violência de gênero, além de organizarem inúmeros eventos e reuniões para discutirem o problema. Cada ano, o evento internacional trata de um assunto diferenciado de violência contra a mulher e nesse ano o foco foram discussões sobre o assédio sexual.

¹⁵ O grupo Kifaya foi criado para fazer oposição a possível tomada de poder do filho de Hosni Mubarak, Gamal Mubarak. O movimento se organizou durante o referendo das reformas constitucionais para as eleições de 2005, organizando inúmeros protestos durante a revolução e após ela.

documento, tomar medidas severas de punição, para que a violência não seja usada para humilhar ou instalar o medo. Assim, esse tipo de violência passa a ser entendido como um crime de guerra e contra a Humanidade, classificado como genocídio (ONU FEMMES, 2012, p 132). Tal discurso de construção de narrativas de segurança vem sendo reapropriado localmente pelo Estado egípcio, assim como pelos movimentos civis, o qual será melhor analisado durante este trabalho.

A negligência do Estado egípcio para coibir os diferentes tipos de violência de gênero na prática se mostra bastante contraditória ao discurso oficial, estabelecido, por exemplo, através das Constituições Egípcias de 2013 e 2014. No documento de 2013, o Estado é considerado o responsável por assegurar a liberdade individual, tendo-a como um direito natural e que, portanto, deve ser garantida. O corpo humano é visto como inviolável. Logo, qualquer ataque é considerado crime passível de punição, sendo o Estado obrigado a compensar as vítimas. Por sua vez, no referido documento de 2014, o Estado egípcio novamente reitera o discurso anterior, reconhecendo a dignidade como direito de qualquer ser humano e que não deve ser violado, sendo responsável por sua proteção. Todos os cidadãos são entendidos, ainda, como iguais perante a lei, em direitos e obrigações, sem qualquer discriminação com base religiosa, sexo, origem, raça, cor, linguagem, classe social, afiliação política ou geográfica. Nesse documento fica estabelecido o Conselho de Direitos Humanos Egípcio, que passa a investigar incidentes que violem as diretrizes estabelecidas constitucionalmente.

É nesse campo¹⁶ de disputas e embates acerca da consensualização das categorias definidoras dos diferentes tipos de violência de gênero, tendo como foco principal a análise da construção dos sentidos para o assédio sexual pelo movimento civil caiota que irei focar este estudo. Sobretudo em um contexto após a Primavera Árabe e Revolução Egípcia e pós-queda do então presidente Hosni Mubarak.

¹⁶ Pierre Bourdieu (1989;1997), entende o social dividido por campos, que possuem lógicas próprias, entendido como um campo de forças, uma estrutura que constrange os agentes neles envolvidos (BOURDIEU, 1997, p. 165). É um espaço de jogo, em que “o indivíduo reconhece o jogo de linguagens que se joga em cada campo” (BOURDIEU, 1989, p. 69). Como um campo de lutas, em que os agentes atuam segundo suas posições ocupadas, conservando ou transformando a sua estrutura pelo *habitus* (conjunto de disposições internalizadas da estrutura). Essa atuação se liga à estrutura e é estruturada por ela, em campos que são marcados por processos de diferenciação social, espaços estruturados de posições (BOURDIEU, 1989, p.133). Cada campo é estruturado por tendências imanentes do campo (BOURDIEU, 1997, p.170) e por um determinado tipo de *habitus*, um em relação ao outro, o jogo e o sentido do jogo (BOURDIEU, 1997, p.184). O campo é um espaço de relações objetivas de indivíduos que competem pela dominação e pelo conflito (marcado por estratégias defensivas e subversivas) entre os agentes (pela conservação e manutenção da estrutura), que dominam os demais por meio do monopólio do capital específico do campo (simbólico, material, econômico, etc), pela violência simbólica (dominação não explícita e não evidente) (THIRY-CHERQUES, 2006, p 237).

Parto das análises de Bayat (1997), Tarrow (1994a.; 1994b.; 2001a.; 2001b) e Abdelrahman (2004) para pensar os movimentos sociais de combate ao assédio sexual no Cairo, Egito. Procuo ver a sociedade civil egípcia não simplesmente como o elemento despolitizado em oposição ao Estado Egípcio, uma vez que as relações entre ambos os domínios se constroem mutuamente pela interação e isso pode ser percebido no combate ao assédio sexual por tais instâncias. Dessa forma, a sociedade civil não pode ser compreendida como um mecanismo separado de outras esferas, mas sim produto desses componentes. É o local onde o Estado opera de maneira invisível, uma vez que são nas arenas estatais que estariam os poderes da sociedade civil, não podendo ser vistos de maneiras separadas por estarem um perfeito equilíbrio, como uma forma de controle social autônomo (ABDELRAHMAN, 2004, p 222).

Dessa forma, os movimentos civis tratados neste trabalho são entendidos como dinâmicos e criados de forma espontânea pela força da necessidade, agindo de forma autônoma frente ao Estado, transformando ações individuais em coletivas. São grupos que aproveitam momentos de crise, formando redes para a ação coletiva (BAYAT, 1997, p. 15). Ao mesmo tempo, se orientam por uma ideia comum ou “*frame*” (enquadramento), que são ideias referenciais, princípios organizacionais que governam eventos e a experiência. Na medida em que todas as formas sociais precisam de regras que informem os indivíduos que participam e saibam jogar o jogo. Através de um sistema acreditado e passado pela convenção social, onde as respostas serão dadas através de tais molduras (GOFFMAN, 1974, p 10).

Tal elemento sustenta portanto, a ação do grupo além das redes sociais densas e estruturas consensuais de atuação e previamente estabelecidas. Assim, a coordenação da ação coletiva só é possível mediante o compartilhamento de entendimentos comuns que justificam e animam a ação coletiva (TARROW, 1994a, p 12).

A noção de “*frame*” foi discutida também por Tarrow (1994a, p 15) como significados compartilhados que inspiram a ação coletiva, elemento essencial para o entendimento dos movimentos sociais, permitindo que os grupos ultrapassem os obstáculos e sustentem as interações. Apesar disso, o autor prevê que a ação coletiva pode tomar inúmeras formas: institucionalizada, disruptiva, monótona ou dramática. Cita, ainda, a “ação coletiva controversa” como parte desse processo, ocorrendo quando os indivíduos agem com novos objetivos ou desconhecem os enquadramentos ou identidades criados anteriormente pelo grupo, de forma a desafiar os seus membros. Essa atuação é o que permite, segundo ele, a interação com os oponentes, sendo essencial ao movimento. Porém, somente produziria o movimento

social quando os indivíduos entrassem em acordo, com interesses comuns (TARROW, 1994a, p 22).

Tarrow (1994b, p 7), partindo de uma análise do ativismo transnacional, busca entendê-lo também como um novo tipo de movimento social, apesar de possuir características positivas e negativas, pela dificuldade no estabelecimento de conexões entre os membros e da construção de pontes entre os movimentos. O ativismo transnacional escapa da estrutura dos movimentos sociais tradicionais, segundo ele, devido às clivagens para além dos Estados Nacionais. Apesar disso, o autor entende que mesmo ultrapassando o âmbito nacional, esses movimentos possuiriam elementos globais compartilháveis, permitindo pensar a ação coletiva “para fora” da territorialidade, como até então os movimentos sociais vinham sendo entendidos, estando abertos aos encontros e embates com outros atores, fora do Estado Nacional, desafiando as noções de soberania.

Dessa forma, o ativismo transnacional não deixaria de atuar localmente. Isso porque as definições de centro e periferia passariam a ser descontínuas, e o ativismo transnacional, domesticado, produzindo o global no local. No entanto, esses grupos terão que lidar com processos locais, na medida em que os níveis locais, nacionais e supranacionais estão cada vez mais inter-relacionados, fornecendo espaços alternativos de luta a esses novos movimentos.

OBJETO DA PESQUISA

Numa tentativa analítica de dar conta de explicações sobre os assédios sexuais que vinham ocorrendo no Cairo, Egito, determinados discursos acadêmicos produzidos por sociólogos e cientistas políticos buscavam ideias generalistas, olhando para um nível mais macro do fenômeno, com discussões para entender os incidentes através de justificativas econômicas e securitizantes do espaço público, além de debates acerca do patriarcado e da masculinidade egípcios.

Essa pesquisa insere-se em uma outra perspectiva, pois busco um olhar de dentro, em um contexto de forte atuação e presença expressiva dos movimentos civis egípcios de luta contra o assédio sexual, entendendo as ONGs e iniciativas locais como mediadoras nesse processo de construção e adaptação de um feminismo transnacional no contexto egípcio.

Os assédios na Praça Tahrir estariam associados ao pagamento a milicianos e grupos oposicionistas, segundo a intelectual Langohr (2013, p 25). Apesar de não quererem, essas pessoas eram forçadas, por conta da recessão econômica vivenciada pelo país naquele momento, aceitando esse tipo de “serviço sujo”. Essa visão é reforçada na fala de meu interlocutor, Nagui, voluntário do grupo Deed Taharush,

Não podemos conectar os incidentes a nenhum grupo, mas pelo que vimos, era algo coordenado e planejado. Se não fosse coordenado, não teria sido como foi. Não dava para acusar ninguém, todos eram anônimos naquela posição. Há uma mentalidade de que a mulher que estava ali não era nada, então não ligam para o sofrimento (Nagui).

A redução dos padrões de renda desde o período Mubarak, segundo Peoples (2011, p 24), contribuiu para uma crise da masculinidade egípcia e um esfacelamento de toda uma visão do que é considerado ser homem na sociedade egípcia, assim como uma “perda do capital masculino egípcio” (PEOPLES, 2011, p 29). Os homens estariam naquele momento incapacitados de casar e manter suas famílias financeiramente. Para a autora, os assédios sexuais no país, nesse período, estão relacionados a um sentimento de frustração moral e, como consequência, a uma dificuldade de aceitação da presença feminina na arena pública.

Partindo de uma outra perspectiva, a socióloga Rizzo (2014, p 27), procura retirar a culpa pelos assédios sexuais dos homens comuns egípcios, ao valorizar a masculinidade como um aspecto fluido e descontínuo. Ela retoma a visibilidade do homem egípcio, colocado por essas análises anteriores e pela mídia como um outro distante, homogêneo e estigmatizado: homens do interior, pobres ou sem estudos, trazidos também pelas narrativas de securitização que não levam em conta as práticas e os contextos. Em conversa, a autora me explica a importância de se evitar a utilização de práticas discursivas essencializadoras e a-históricas, pois

usam todo tipo de discurso para colocar os assediadores como outros, não parte do grupo. São pessoas do interior, com poucos recursos financeiros, enfim, pessoas de outro mundo. Eu tenho um pouco de medo disso, pois colocaram homens específicos como alvos, e muitos estão sendo presos por nada, como desculpa ao assédio. A polícia não tem nenhuma sensibilidade, acho que as ONGs tinham que modificar a polícia primeiro (Helen Rizzo, socióloga).

Seguindo esse fluxo de generalizações acerca do assédio sexual no Egito, em 2013 foi lançado o estudo das Nações Unidas¹⁷. O relatório afirma que 99,3% das mulheres egípcias já haviam sofrido algum tipo de assédio, com um aumento das ocorrências em apenas seis anos, de 83%, em 2008, para 95,3% em 2014. Em apenas um ano, de 2013 para 2014, os dados vão de 95,3% para 99,3%, fenômeno considerado alarmante, de acordo com o relatório. O documento vem se tornando parte integrante dos discursos das ONGs no país, com o objetivo de dar credibilidade as suas lutas, além de se colocar como parte desse fluxo transnacional de combate à violência contra a mulher. Como pode ser visto na fala de alguns de meus interlocutores:

¹⁷Este estudo faz parte do programa “Safer City”, criado em 2013, cujo objetivo é realizar campanhas de conscientização nas ruas sobre o problema da segurança da mulher nas grandes cidades, incentivando a criação das chamadas “áreas de zero tolerância ao assédio sexual”, que será melhor discutido no trabalho.

Depois do estudo da ONU, com as 99% de mulheres assediadas, as coisas começaram a funcionar e a trabalhar nesse sentido. Para mim, a luta contra o assédio é toda construída em cima da outra, vamos reciclando informações que outras ONGs produziram (Rahma, ex-funcionária do Harassmap e atual pesquisadora do Conselho Nacional de Mulheres).

Na Revolução, os ataques começavam com um homem, mas outros se envolviam. Isso está relacionado com a ideia de que os homens são melhores que as mulheres e por isso podem fazer tudo, irem e voltarem para casa a hora que quiserem, mas a mulher deve ter regras e hora para chegar em casa. E no assédio isso é reproduzido, ela é entendida como pior que ele, e isso pode ser visto no estudo da ONU, com as estatísticas (Nagui, voluntário do grupo Deed Taharush).

Para a autora Merry (2009a, p 133), cada vez mais as organizações não governamentais vêm incorporando o uso de medidas estatísticas como uma forma de dar maior evidência aos fatos e para o recebimento de financiamentos. Com isso, vão se aproximando do mundo dos negócios, na medida em que os transmissores de recursos buscam indicadores estatísticos de sucesso nessas organizações, para obterem maior produtividade no local onde atuam.

Conforme a utilização de dados numéricos é disseminada nas atividades desses movimentos, produz um mundo objetivo, sem um maior detalhamento dos contextos históricos: acabam funcionando como ferramentas de poder, produzindo dados inquestionáveis. Assim, transforma-se a realidade incoerente, ambígua e variável em dados que funcionam como “mediadores não humanos” desses valores e que fazem sentido e se mostram coerentes, impessoais e universais. Esses indicadores acabam funcionando como tecnologias de produção de poder que permitem substituir julgamentos baseados em valores por decisões racionais, sustentadas por dados estatísticos. Contrapondo situações que, na prática, são diversas, mas em termos numéricos se tornam comparáveis. Trocam, assim, a ambiguidade pela certeza e a teoria pelo fato. Dessa forma, o processo político de julgar e avaliar passa a ser substituído pela técnica de medição e contagem (MERRY, 2009a).

Para a autora feminista Abu-Lughod (2009, p 7), os relatórios internacionais vão representar uma continuação dos projetos de “salvação de mulheres muçulmanas pelo ocidente”, não levando em consideração a história local de cada país. Antes, estes põem a culpa das desigualdades de gênero na cultura, vista de forma negativa, e acabam reificando uma ideia de Oriente Médio particular, como um todo contínuo – a qual, por sua vez, receberia ampla adesão de uma classe média que circula nesses mundos.

Dessa forma, segundo Abu-Lughod (1998, p 13), as narrativas de um feminismo transnacional chegariam ao Oriente Médio com um legado colonial, chamado por ela de “*westoxication*”, na medida em que, no local, não se identificam com o termo ocidental, ou com qualquer forma de imperialismo que o termo traz consigo.

A existência de um feminismo transnacional, trazido por convenções e documentos legitimados internacionalmente por esses movimentos transnacionais, muitas vezes deixaria de gerenciar as diferenças culturais, sob o risco de reificação de ícones culturais. Para Abu-Lughod (2001, p 14), portanto, não é possível levar chaves binárias do ocidente para entender grupos heterogêneos, como as sociedades árabes, pois esses feminismos se desenvolveriam localmente, por meio de novas formas de interpretação, adaptadas a cada contexto.

Assim, o feminismo somente teria a capacidade de reproduzir a dicotomia entre nós e eles (AL-ALI, 2004, p 8). De acordo com Abu-Lughod (2004, p 12), Edward Said trouxe um modelo de justiça global, capaz de ser aplicado também às discussões feministas. Dessa forma, os discursos orientalistas e feministas poderiam ser aproximados, na medida em que esse feminismo, muitas vezes, exotiza e coloca as mulheres muçulmanas como vítimas passivas, em binarismos que não deixam espaços para o entendimento das práticas e das instituições locais. Nesse sentido, de acordo com a autora, haverá também no feminismo uma obsessão ocidental em estudar outras sociedades a partir de “nós mesmos”, como no orientalismo, o que se mostrou bastante inadequado até então.

Evidencia-se, nesse entendimento, o perigo das tendências em afixar ícones culturais contínuos e homogêneos, usados a partir de linguagens liberatórias, polarizadoras e reducionistas como um tipo de resistência às normas sociais, pensando a agência como buscada unicamente para uma autonomia política e moral do sujeito. Essa discussão será problematizada por Mahmood (2004, p 57), para quem não é possível buscar um único tipo de agência em diferentes contextos. Existiriam, sim, maneiras alternativas de agenciamento, ao invés de padrões tipificados ou formas fixas de resistências que naturalizam a liberdade como um ideal.

Até então, esse feminismo foi apropriado pelos discursos ocidentais sob a forma de uma linguagem de salvação, reforçando um senso de superioridade e arrogância ocidental perante outros contextos (MAHMOOD, 2012, p 195). Ao analisar o movimento de mulheres nas mesquitas no Egito, a autora mostra experiências mais complexas de agenciamento, buscando entender as formas de construção dessas agências de forma localizada, como produtos históricos. Isso é feito para que, dessa forma, seja possível recuperar as “vozes perdidas” nas narrativas homogêneas do feminismo, com diferentes modos de agência que fogem à ideia de resistência e subversão do feminismo ocidental. Narrativas desse tipo somente contribuíram para que o feminismo ficasse restrito a binarismos simplistas e salvação de mulheres “alienígenas” (MAHMOOD, 2012, 54). Dessa forma, não é possível, para a autora, idear

suposições universais compartilháveis, mas sim formas de agenciamento contextuais pensadas em situações de continuidade.

A antropóloga Strathern (2006, p 13) complementa as discussões de Abu-Lughod e Mahmood ao afirmar que o feminismo acabaria transpondo ideias que fazem parte de uma construção cultural, não sendo possível supor que diferentes sociedades lutem com os mesmos dados, e nem que categorias analíticas ocidentais sejam transportadas para entender outras conjunturas, por descontextualizar os fenômenos. Não se pode assumir assim, segundo ela, que diferentes contextos possam ser equivalentes, uma vez que os sistemas simbólicos são inteligíveis somente nos seus próprios termos.

Em uma discussão posterior, a intelectual e feminista Badran (2016) retoma a discussão do feminismo para pensar a Revolução Egípcia de 2011, procurando explicar a luta dos movimentos civis contra o assédio sexual no Cairo como uma luta de um feminismo contra as situações de injustiças locais. Nas palavras da autora:

A juventude guiou a Revolução de 2011, clamando por liberdade e justiça, inscrevendo um novo feminismo. Redefiniu no Egito as palavras de democracia, igualdade, direitos, justiça e liberdade. O novo feminismo egípcio poderia ser chamado somente de liberdade, igualdade e justiça para todos, é um feminismo embebido de Revolução. E o uso desse termo se mostra supérfluo, anacrônico e os atores revolucionários não o utilizam. O feminismo possui conceitos de explicação do poder, clamando pela igualdade e justiça para mulheres, como um grupo que sofreu historicamente a injustiça. Elas se organizaram, através de seus próprios movimentos feministas com configurações diferenciadas, em movimentos políticos e sociais (BADRAN, 2016).

As representações racistas construídas pela mídia internacional acerca dos “homens e mulheres egípcios” durante a Revolução Egípcia de 2011 será tema problematizado pelo cientista político Amar (2013; 2011). Em tal momento, foram disseminadas visões orientalistas dos assédios sexuais na Praça Tahrir, colocando-se a culpa na “cultura predatória” de homens sexualmente incontroláveis, classificando-os como animais, “muçulmanos doidamente sexuais”, como se o homem árabe ou a cultura muçulmana fosse inerentemente predatória. Essas práticas discursivas tinham como objetivo construir o outro como inferiorizado: homens desempregados de classes baixas, que colocariam as mulheres das classes médias em situações de insegurança.

Discursos hegemônicos vêm sendo produzidos através de representações do outro como inferiorizado. A autora Spivak (1942, p 20), define dois tipos de representação: aquela em que determinados indivíduos buscam “falar por” e as que re-presentam. Através de práticas discursivas, certos indivíduos julgam poder falar pelos outros e retiram o agenciamento dessas pessoas ao construírem narrativas homogêneas sobre elas, quando a realidade se evidencia

heterogênea. Os discursos de representação ocultam a violência epistêmica e assimétrica pela assimilação, que se dão através de discursos de compartilhamento da luta. Dessa forma, o discurso é entendido pela autora como formas de poder pelo processo de narrativização. Como no caso indiano estudado por ela, no Egito, durante os incidentes de assédio sexual, a mídia internacional procurou construir narrativas onde “homens brancos buscavam salvar mulheres de pele escura dos homens de pele escura” (SPIVAK, 1942, p. 10),

Considero de suma importância para a continuidade do debate uma análise do conceito de mediação cultural/ “*cultural brokers*”/“*brokerage*”, com o objetivo de pensar os processos de adaptação de valores e ideias transnacionais de direitos femininos disseminados por meio de convenções das Nações Unidas, e a sua consequente vernacularização¹⁸ interna (MERRY, 2009, p 154) pelos movimentos civis egípcios antiassédio sexual e também pelo Estado egípcio, entendidos neste trabalho como “sujeitos-mediadores humanos” desses discursos transnacionais, internamente.

A figura do “*broker*” (e sua ação, “*brokerage*”) é clássica na história da antropologia, aparecendo nas discussões de descolonização e modernização nos anos 1950 e 60 (LINDQUIST, 2015, p 16). O “*broker*” aparece com uma moralidade ambígua, alguém que cruza as fronteiras, possuindo uma lealdade questionável: ora como um mediador ora como intermediário, como aquele que conecta as entidades, tendo ambas as noções em mente, às vezes como um agente, outras como um mero transportador de valores (CONTRERAS, 2005, p 25).

O conceito foi trazido pela primeira vez por Eric Wolf em 1956, em seu artigo “*Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico*”. O autor conecta o estudo de comunidades locais a sistemas mais amplos, abordando a ideia de que a antropologia deveria olhar nas conexões para além das comunidades, ao invés de isolá-las como entidades, retomando os contatos com as redes (“*web of connecting relationships*”) mais amplas (CONTRERAS, 2005, p 23). Dessa forma, categorias sociais particulares serviriam de conexão/mediação entre a localidade e o âmbito nacional.

A discussão de “*broker*” será usada por Wolf (1956, p 7), para analisar como a nação mexicana após a Revolução de 1910 passa para as mãos de indivíduos de comunidades locais. Estes começam, assim, a estabelecer conexões com os níveis nacionais, servindo como “*brokers*” entre a nação e as comunidades, ligando-as a um sistema maior. Isso se daria através

¹⁸ A vernacularização é entendida por Merry (2009, p 133) como um processo de enquadramento das doutrinas de Direitos Humanos nos termos locais, adaptando ideias de um determinado contexto para outros. É vista também como uma forma de transformação de um direito global e transnacional nas práticas locais.

de indivíduos originários de comunidades rurais que alcançaram altos cargos burocráticos, administrativos e políticos com a Revolução Mexicana, e que passaram a adquirir um novo status frente a sua comunidade (CONTRERAS, 2005, p 12).

Wolf define a figura do “*broker*” como grupos de pessoas que fazem a mediação entre a comunidade local e a nação, e que operam através das instituições nacionais (LINDQUIST, 2015, p 15). Por servirem ao interesse de dois grupos, e ao mediar as relações, são considerados por Wolf como zonas neutras entre os grupos em situações de tensões. A presença não evita tensões, mas diminui a sua intensidade (CONTRERAS, 2005, p. 41), visto que o conflito é entendido por Wolf como algo que produz a dinâmica da ação (WOLF, 1956, p 17). Dessa forma, são definidos como indivíduos que mantêm a guarda nos momentos cruciais de conjunturas ou dos “relacionamentos-sinapses”, onde conectam o sistema local a um todo maior (CONTRERAS, 2005, p. 24).

Deve-se mencionar que o trabalho de Wolf teve continuidade pela discussão de outros autores, posteriormente, que procuraram pensar a figura do “*broker*” em outros domínios (GEERTZ, 1960; SILVERMAN, 1965; PRESS, 1969; LOEFFLER, 1971; PAINE, 1971). Por exemplo, as relações patrões-clientes serão trazidas para pensar os mediadores na Itália pela autora Silverman (1965), que entende esses últimos como representantes da autoridade embebidos em instituições externas às comunidades. A autora percebe a figura do patrão como uma forma de mediação entre a localidade e o sistema social externo (CONTRERAS, 2005, p. 29). Ela distingue a figura do mediador daquele que somente mantém o contato com outros locais, afirmando, assim, que os mediadores não somente mantêm a conexão mas também geram a ação e a mudança social pela representação. Dessa forma, a ideia de mediador será vista por ela com mais flexibilidade, permitindo uma variação maior em sua configuração.

A ideia do Kijaji, um líder religioso local muçulmano javanês, na Indonésia, será trazida por Geertz (1960, p 16), para a mediação entre a lei e a doutrina, na medida em que o líder cria pontes e conecta as vilas a uma cultura internacional, atuando como um “*broker*” entre as civilizações islâmicas. Esse indivíduo é capaz de ligar dois papéis e promover a união do local ao nacional, por meio de relações translocais, associando a sua comunidade ao mundo muçulmano via peregrinações a Meca (forma de islã centralizado, que seria comunicado às localidades através da figura dos líderes peregrinos). Cria, deste modo, uma rede de comunicação entre um “islã autêntico” e as pequenas vilas indonésias, agrupando a ortodoxia da Lei Corânica à heterodoxia das práticas locais, adaptando as formas abstratas e universais às realidades das práticas nas vilas na Indonésia (GEERTZ, 1960, p 12).

Por volta dos anos 1970, o conceito de “*broker*” praticamente desaparece das discussões acadêmicas, apesar de alguns autores o retomarem esporadicamente, como Loeffler (1971), que cria o “tipo representativo” para pensar a figura do mediador no contexto iraniano, pela figura do camponês Mahmud que, ao lutar pelos direitos das comunidades em detrimento da autoridade nacional do Khan, se torna um mediador, por sua responsabilidade moral e ética com sua comunidade.

No entanto, o indivíduo figura como mediador nas análises acadêmicas por conta de uma variedade de mecanismos de intermediação das práticas. Em Wolf (1956), isso se dá pela habilidade do burocrata em se colocar como capaz de representar as comunidades locais nas estruturas políticas. Por outro lado, em Geertz (1960), o indivíduo é capaz de mediar por conta da posse de um conhecimento particular, que o coloca como alguém valorizado pela comunidade. Em Loeffler (1971), por sua vez, pela posse de um senso moral e ético, que põe o camponês como responsável pela vila. Todos, até então, entendidos pela posse de elementos individuais, assim como em Silverman (1965), quando o patrão se torna o mediador. Nenhum desses exemplos, segundo Contreras (2005, p.35), coloca a mediação como algo contratado ou solicitado por outrem. Apesar disso, aos poucos, o conceito será adaptado para pensar outras situações práticas, como as discussões sobre a saúde mental, em que o “*cultural broker*” será entendido como o mediador entre o paciente e o sistema médico, e para refletir sobre educação, pela mediação entre o sistema educacional e os valores da comunidade do aluno.

O “*broker*” será também problematizado nas análises francesas, em Vovelle (1978, p 2), pelo conceito de “*intermédiaire culturel*”, entendido pelo autor como “um agente de difusão vertical, de alto a baixo, de um saber ou ideologia dominante” (GUILBERT, 1994, p 15). Vovelle (1978) desenvolve a ideia de duas formas: uma se refere a um papel, função ou status de um ator social, outra, a uma marca de estratificação e hierarquização de classe social definida por um poder. O “*intermédiaire culturel*” é visto sob uma maneira dinâmica, como um ideal típico que coloca em relação as culturas da elite e a popular, como um agente de circulação, nunca ocupando um único lugar, nem mesmo uma única função, mas sim posições variáveis (SÉGUY, 1982).

A partir da definição de Vovelle, a autora Guilbert (1994, p 4) diferencia a noção de mediador do conceito de intermediário, ambos funcionando em interação e indispensáveis às culturas. O mediador é entendido por ela como alguém que possui a consciência de si e dos outros como sujeitos, da sua própria cultura e da cultura dos outros, é aquele que se coloca no interstício das culturas. Já o intermediário se mantém numa posição hierárquica entre elas, ao mesmo tempo que ocupa um papel maior, oficial, da cultura majoritária. Dessa forma, segundo

essa análise, para que o intermediário se torne um mediador, ele precisa se distanciar de sua própria cultura e de seu papel, e que aceite uma adaptação contínua aos diferentes ambientes.

As discussões de mediação serão apropriadas posteriormente, por intelectuais que irão estudar os processos de globalização, no intuito de analisar realidades e culturas heterogêneas. Hannerz (1987, p 13) introduz o conceito “*creolization*” e, posteriormente, o de hibridez, para falar da globalização como uma mistura cultural criativa e rica em expressão, ao invés de buscar explicações homogêneas das culturas. Ele coloca o conceito de mosaico cultural, trazido pela combinação da diversidade, para pensar a interconexão de várias localidades, entendendo as culturas como um *continuum*, um fluxo cultural, e a hibridez como zonas de confluência cultural marcadas por vitalidades e criatividades.

O autor afirma que as culturas nacionais são partes de um sistema maior, em que os centros e as periferias estão conectadas em um fluxo. Dessa forma, não precisariam ser homogêneas ou coerentes e, portanto, não haveria uma replicação da uniformidade, mas sim um sistema distributivo de significados, com culturas dependentes de um fluxo comunicativo, em um contínuo compartilhamento cultural. Dessa forma, as culturas são vistas por ele como em processo, e a metáfora da criolização é utilizada para estudar as culturas como partes de um mundo variável, em movimento e misturado. Assim, a diversidade cultural estaria relacionada a uma interconexão, ao invés de uma autonomia, e os significados surgiriam a partir das interações. Pela criolização, formas culturais vêm como resultantes de um compartilhamento e, dessa forma, a relação centro-periferia é quebrada, uma vez que não haveria somente um centro, mas sim vários, fontes da vitalidade cultural (HANNERZ, 1987, p 19).

Na obra “*Cultural Complexity*”, Hannerz (1992, p 18) entende as zonas intersticiais como locais que permitem o surgimento de diferentes tipos de intermediários, podendo construir pontes. São tradutores, revisores, criando redes de conexão entre os significantes e as formas práticas de significados, sendo capazes de reformular um complexo de significados em termos familiares.

Robertson (1995) dá continuidade à discussão de Ulf Hannerz (1987), propondo pensar o conceito de “glocalização” como uma interpenetração entre o global e o local. Enfatiza a ideia de heterogeneidades ou descontinuidades globais, como o hibridismo ou criolização de Hannerz (RITZER, 2003, p 13). O conceito de glocalização, ou a inter-relação entre o local e o global, foi desenvolvido por Robertson (1995, p 15) a partir da palavra japonesa “*dochakuku*”, que tem como significado “viver na terra de alguém” ou “capacidade de adaptação de técnicas agrícolas em condições adversas”. O termo “*glocal*”, ou “*glocalização*” (ROBERTSON, 1995, p. 28), aos poucos, passou a ser reapropriado pelo jargão dos negócios nos anos 80, como uma forma

de adaptação às diferentes localidades. A partir dessa análise, o autor afirma que o local é sempre a parte fundamental do global, lugar em que ambos são imaginados e praticados (LAU, 1999, p 14).

O autor afirma ainda que optou pelo uso do termo “*glocalização*” com o objetivo de fugir de dicotomias e polaridades entre o local e o global, como se as formas locais fossem homogêneas e incapazes de se adaptarem a tendências globalizantes. Ao contrário, busca trazer um aspecto dinâmico pela produção e reprodução das diferenças nas localidades. Por conta disso, substitui o termo “globalização” por “glocalização”, conceito que permite analisar as formas de produção dessas localidades heterogêneas, em um mundo cada vez mais interconectado, onde as localidades são produzidas em termos globais, ambas as definições vistas como relativas por ele. Com o conceito de glocalização, busca desconstruir a polaridade entre homogeneidade e heterogeneidade, entendendo o global e o local como complementares e permitindo que a globalização tome formas contextuais (ROBERTSON, 1995, p. 41).

Aos poucos, o conceito de “*broker*” vem sendo retomado pelas análises acadêmicas, para pensar também o surgimento de organizações não governamentais (ONGs), que ultrapassam as fronteiras nacionais, em um contexto de ativismo transnacional (LINDQUIST, 2015, p 24).

Para o autor Lindquist (2015, p 33), o conceito de “*broker*” deve ser aprimorado sob a luz de outros conceitos, como mediadores e intermediários, tornando-se capaz de iluminar processos maiores de mediação, permitindo o mover de uma conceituação estática do relacionamento entre o local e o nacional, para entender escalas ainda maiores.

Os autores Mosse e Lewis (2006, p 156) vão dedicar as suas análises ao estudo das ONGs como mediadores culturais de sistemas diferenciados, associando os conceitos de mediadores e intermediários, criados pelo intelectual Bruno Latour¹⁹ (LINDQUIST, 2015, p 24). Dessa forma, procuram pensar as ONGs não somente como mediadoras entre os financiamentos internacionais e os receptores, mas também como tradutores de interesses, conceitos e práticas, ao transportarem formas particulares de significados. Introduzem a problematização do conceito de mediador a partir de uma discussão sobre a ética, pelo agenciamento dessas entidades. Dessa forma, as ONGs não seriam só intermediárias, que

¹⁹ Latour (2012) faz uma crítica à forma como a ciência se construiu, na obra “Reagregando o social”, separando as coisas e os sujeitos dos objetos. O autor desenvolve a Teoria Ator-Rede, com o objetivo de religar as relações entre essas agências, colocando a agência distribuída em toda a rede, não somente em um deles. Dessa forma, todos seriam atores, correspondendo a mediadores (aqueles com maior agência, ao transportarem e traduzirem o significado transportado), e os intermediários (aqueles que funcionam como canais ou meios) não possuiriam competência original, seriam apenas transportadores.

transportam as informações sem qualquer transformação, mas sim mediadoras, que traduzem, distorcem e modificam os significados (LINDQUIST, 2015, p 16).

Dessa forma, as pessoas, quando mediadoras, se tornam sujeitos das doutrinas de desenvolvimento global e de políticas internacionais, que não apenas chegam, mas são produzidas por atores intermediários, que traduzem a política global abstrata de acordo com os seus interesses e valores posicionados – atores que são ao mesmo tempo agentes e sujeitos da política global (MOOSE; LEWIS, 2005, p 159).

A autora Sally Engle Merry, em diversos trabalhos (2001.; 2003.; 2006a, 2006b.; 2006c.; 2009a e 2009b), direciona a discussão da mediação cultural das organizações não governamentais através da luta contra a violência de gênero cujos valores são remoldurados através da vernacularização das diretrizes da Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW). A autora procura analisar a forma como esses conceitos de violência de gênero transnacionais são mobilizados e reconceitualizados nas práticas (MERRY, 2003, p 12).

Os âmbitos globais são entendidos por ela como bricolagens de ideias e questões trazidas por atores nacionais, e as ONGs são interpretadas como intermediárias, na medida em que se apropriam e traduzem os discursos internacionais no vernacular. Assim, as histórias locais são emolduradas dentro de uma linguagem ao mesmo tempo local e internacional dos direitos humanos, através da figura das ONGs, chamadas pela autora de “*key players*” (jogadores-chave), indivíduos que navegam em dois mundos diferentes. Os intermediários são definidos por ela como aqueles que traduzem as ideias globais em situações locais e retraduzem as ideias locais em uma estrutura global. São indivíduos que possuem um papel crítico, pela bricolagem de elementos de vários locais, para que façam sentido através de uma constante atualização realizada por esses movimentos (MERRY, 2006c, p 24).

Os vernacularizadores/intermediários/ “*knowledge brokers*” (MERRY, 2006b, p 7) são pessoas “*in between*”, que ocupam locais de fronteiras, capazes de conversar com ambos os lados, estando em uma situação de poder e, ao mesmo tempo, vulnerabilidade, pelo fato de conhecerem os segredos de ambos os lados. Nesse sentido, são indivíduos suspeitos para os dois âmbitos e pouco dignos de confiança, por buscarem adequar ideias localmente para que se pareçam modernas e sejam mais atrativas (MERRY, 2009a, p 13). Dessa forma, as ideias são construídas a partir de um diálogo e adaptação, ao invés de imposição (MERRY, 2006, p 8).

A vernacularização foi desenvolvida no século XIX para explicar processos pelos quais as línguas nacionais na Europa foram separadas, movendo-se pelo uso transnacional do latim, criando uma nova concepção na noção de cidadão europeu (MERRY, 2006b, p 14). A autora

utiliza a explicação para analisar os direitos humanos como uma linguagem extraída de formas universais e adaptadas às comunidades locais, tornando-as nativas (“*indigenized*”). Os direitos humanos são refeitos no vernacular, funcionando como forma de apropriação e negociação local, através de conceitos que são conectados às localidades, apesar de reterem elementos das formulações originais. Funcionam, segundo a autora, como um processo de junção de moléculas, que se agrupam por similaridade, produzindo uma nova estrutura, fixando elementos novos e antigos.

Dessa forma, as ideias e práticas de um grupo são apresentadas a um outro de forma adaptada criativamente, de acordo com os seus interesses. Para que a vernacularização ocorra, de acordo com a autora, é preciso que as ideias sejam “*framed*” (emolduradas coletivamente), e os atores precisam interpretá-las de maneiras diferentes, para que façam sentido nos valores preexistentes. Nesses processos de apropriação, as ideias são criativamente redesenhadas e construídas (MERRY, 2009a, p 16).

Para o entendimento do conceito de vernacularização, os processos de replicação e hibridização são essenciais, de acordo com Merry (2006, p 17), funcionando ora como intermediários, ora como mediadores. Na replicação, as ideias do “protótipo transnacional” permanecem sem alteração, mas os entendimentos culturais locais irão moldá-las, permanecendo determinados conteúdos enquanto outros são retirados. A adaptação é superficial e meramente decorativa (entendo-a como um mero intermediário). Pela hibridização, símbolos locais mesclam-se aos internacionais, e pela vernacularização tomam formas interativas, dando origem a resultados híbridos, através da atuação do tradutor (entendo-o como um mediador). Este, ao traduzir, caminhará por uma fina linha, quase invisível, pelo seu agenciamento, escolhendo ora uma replicação ora uma hibridização. Portanto, o processo de vernacularização está intimamente ligado aos interesses do tradutor e suas práticas discursivas de representação (MERRY, 2006, p 24).

Esses projetos de representação que acabam forjando simetrias, trazidos pelas ONGs transnacionais de combate a violência de gênero, são analisados também pela autora Hoffman (2008, p 256), entendidos por ela como mecanismos de homogeneização e replicação de valores. Através das gramáticas empregadas por estes, colocam em segundo plano as práticas discursivas de representação do outro e as assimetrias de poder existentes, por meio da atuação de atores localizados em posições hegemônicas, cujos interesses extrapolam as fronteiras nacionais (HOFFMAN, 2008, p. 47).

Com a utilização de um vocabulário e práticas pedagógicas comuns são criadas relações entre doadores e receptores, que não deixam de ser assimétricas, apesar de um sentimento de

compartilhamento da luta e um projeto político compartilhado, que produz um sentimento de simetria. A autora problematiza o fato de as ONGs buscarem formas de representações fora da estrutura do Estado, através do instrumento de imaginação e invenção do problema local, produzindo um discurso legítimo, porém não deixando de ser assimétrico (HOFFMAN, 2008, p. 242).

Dessa forma, entendo o discurso produzido pelas organizações não governamentais contra o assédio sexual no Cairo como parte de um fluxo mais amplo de construção e redefinição de uma gramática cultural de direitos humanos femininos, construídos perante a burocracia estatal, as convenções internacionais e as situações políticas vivenciadas pelo país, que produzem novas configurações socioculturais do ativismo antiassédio sexual no Egito.

A luta contra o assédio sexual no Cairo também faz parte de uma luta feminista transnacional de combate à violência contra a mulher, que se encontra em fluxo e se dissipa ao redor do mundo, a partir de eventos produzidos pelas Nações Unidas. Em destaque nesse trabalho, a Convenção para a Eliminação da Violência contra a Mulher (CEDAW), adotada em 1979 e instituída em 1981. O Egito é signatário do documento desde 1980, ratificando sua participação em 1981, estando assim comprometido a incorporar suas diretrizes internamente nas leis.

Os discursos de direitos humanos disseminados por essa convenção trabalham com uma ideia de cultura própria e reificada, e leis que acabam funcionando como um “sistema cultural”, cujo objetivo é substituir as tradições culturais em ideias entendidas como modernas, pautadas na igualdade de gênero (MERRY, 2006, p 16). As mensagens da “cultura de direitos humanos femininos” são transmitidas via conferências internacionais, permitindo um fluxo de informações cujas ideias e valores são absorvidos pelos membros das elites locais. Por meio de seu “capital cultural²⁰” diferenciado, e através de suas trajetórias acadêmicas e viagens internacionais, acabam adquirindo facilmente essa “gramática de direitos humanos”, desse “*consensus building*” e incorporando localmente, como um mecanismo de distinção²¹. Adaptam

²⁰ Bourdieu (1989) introduziu a noção de capital cultural, definido pelo autor como saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos. Já o capital simbólico será adquirido pelo prestígio e/ou honra. São compreendidos como um sistema de disposições dados pela cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras, o que é denominado por ele “*habitus*”, como dispositivos inconscientemente incorporados).

²¹ O conceito de distinção foi trazido por Bourdieu (2007) para evidenciar uma lógica intrínseca aos gostos e preferências culturais. É aquela submetida à lógica interna de cada campo tomado numa relação simbólica. Diferença criada entre os *habitus* de classes, entre os estilos de vida que estão na base da distinção, e que são analisados a partir das práticas culturais e de consumos culturais. Faz parte de uma violência simbólica não perceptível, assim como *habitus* incorporados inconscientemente. O gosto vai ser analisado por ele como um símbolo de poder e código de diferenciação.

localmente o “*basic set*” (padrão geral) do movimento: de que as mulheres possuem direitos fundamentais a espaços seguros através de leis.

Esses discursos vêm sendo reapropriados pelos ativistas da ONG egípcia Harassmap, através da adaptação dos valores de direitos humanos femininos transnacionais, internamente, no combate ao assédio sexual, pela disseminação de uma pedagogia transmitida de “dentro para fora” da organização. Tal se dá através do treinamento de seus funcionários e voluntários, com as principais pedagogias de estatísticas e justificativas que comprovam a importância e a legitimidade da luta. A perspectiva é externada da organização por meio de parcerias e treinamentos de outras iniciativas e do público-alvo (restaurantes, universidades, escolas e empresas), com a distribuição de cartilhas, assim como através dos eventos e das campanhas externas.

O TRABALHO DE CAMPO

Realizei minha etnografia por cerca de oito meses (dezembro de 2014 a julho de 2015) na ONG Harassmap, no Cairo, Egito, localizada no bairro residencial Maadi, a cerca de 12 quilômetros de distância da Praça Tahrir. Criada em 2010, tem como missão acabar com a aceitabilidade social do assédio sexual no país.

Meus principais interlocutores foram os ativistas das referidas ONGs: jovens; homens e mulheres recém-graduados, em processo de entrada nos mestrados egípcios (Universidade do Cairo e Universidade Americana do Cairo), e estrangeiros (Londres e EUA), em sua maioria de classe média, moradores de Zamalek, Maadi e Heliopolis, bairros considerados de classes altas. Apesar de alguns deles serem bastante religiosos, meus interlocutores eram, em sua maioria, muçulmanos, porém não praticavam a religião muçulmana e os seus principais rituais do dia a dia.

Seus nomes, durante a escrita deste trabalho, foram trocados por pseudônimos, com o objetivo de preservar as suas identidades, porém mantendo as suas características, segundo as regiões, tendo em vista a situação de repressão política vivenciada atualmente pelo movimento civil egípcio. Nesse sentido, os nomes egípcios foram substituídos por outros assemelhados em árabe, assim como os norte-americanos e suecos, que também seguiram esse padrão. Além disso, as palavras em árabe utilizadas foram transliteradas usando uma versão simplificada do sistema do *International Journal of Middle East Studies*.

Destaco ainda que o universo linguístico de meu trabalho de campo se deu majoritariamente em inglês e, em alguns casos, em francês e árabe. Além disso, foi custeado com meus próprios recursos, apesar de ter sido contemplada com uma bolsa de pesquisa da

CAPES, no último ano, quando já havia voltado ao meu país, recurso que infelizmente não supriu os gastos tidos durante a viagem. Esta foi a minha primeira ida ao Egito e a países árabes e de maioria muçulmana. Apesar de contar com a presença de meu companheiro no primeiro mês, por todos os outros permaneci sozinha.

Procurei estabelecer contatos com instituições acadêmicas no Cairo, como o Centre d'Études et de Documentation Économiques (CEDEJ), cujo escritório ficava dentro do Institut Français, no qual eu estudava francês. Busquei também me vincular à Universidade Americana do Cairo, assim como ter acesso à sua biblioteca. Cheguei a visitar o campus em New Cairo algumas vezes, local que ficava a cerca de duas horas de distância de onde eu residia. Porém, devido à ausência da bolsa, não pude realizar a afiliação, pelo seu alto custo para a inscrição, somado ainda ao custo do transporte e à distância. Apesar disso, não desisti de buscar vínculos acadêmicos no país. Ao invés de contatar os professores via instituição, vinculei-me diretamente a eles por e-mails e também contatos feitos com outros pesquisadores, que me colocaram em comunicação com pesquisadoras e sociólogas como a americana Helen Rizzo e a alemã Martina Rieker.

A escolha pela ONG Harassmap para a realização de minha pesquisa, deveu-se ao fato de eu já ter tido um contato anterior com a mesma, pois no ano de 2013 estabeleci algumas conexões com várias organizações sociais de luta contra a violência de gênero no país, durante a escrita da minha monografia de graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em Ciências Sociais. Nesse trabalho, procurei fazer uma análise do histórico dos movimentos sociais no Egito desde o período Nasser até a chamada Primavera Árabe, evidenciando que o ativismo egípcio seria algo antigo e anterior à Revolução Egípcia de 2011. Dessa forma, acabei me deparando com a ONG Harassmap, como mais um dos movimentos sociais recém-criados no país e me ofereci para ser voluntária, pois estava interessada na possibilidade de uma pesquisa futura durante o mestrado. Fui colocada, então, em contato com uma antropóloga americana Angie Abdelmonem, que já havia feito sua etnografia na Harassmap, e que tinha vínculos estreitos com as fundadoras. A partir dela, iniciei um trabalho *online* no Brasil, nesse mesmo ano, com Unidade de Mídias da organização, através da divulgação da ONG nas redes sociais brasileiras. O projeto tinha como objetivo mostrar o trabalho desenvolvido pela ONG e através do *crowdsourcing*, pelo site Indiego obter doações pela internet nos diversos países.

Já no Cairo, enquanto aguardava o acesso ao escritório da organização, me envolvi em eventos voltados para a luta contra o assédio sexual. A partir deles fui desenvolvendo outras conexões com diversas iniciativas que eram parte do movimento antiassédio sexual, criando redes de contatos, na medida em que esses grupos estavam presentes em todos os eventos,

percebendo assim haver uma forte conexão entre esse tipo de movimentos civis egípcios. Tive a oportunidade de frequentar outros domínios, até então desconhecidos para mim, mesmo no Brasil, e participei de eventos de corridas e caminhadas contra o assédio sexual, apresentações de zumba (dança latina), cursos de luta e de defesa pessoal para mulheres (Wen Do²²).

Realizei, também, uma análise dos arquivos produzidos pelas organizações sociais cairotas antiassédio sexual, assim como aqueles disponibilizados pela internet. Dentre eles estavam: relatórios, *flyers* de campanhas, *cartoons* de eventos, passeatas e workshops. Procurei, ainda, entrevistar outras organizações que ofereciam apoio psicológico e jurídico às vítimas, assim como grupos menores, chamados de “iniciativas”²³ ou “movimentos”, que descobri posteriormente que ambos eram parceiros da Harassmap.

Além da etnografia no escritório da Harassmap, procurei realizar entrevistas com os membros dessas outras ONGs locais, na medida em que percebi que não seria possível somente com a etnografia, ter acesso a práticas e projetos de outras iniciativas, o que me possibilitou a construção de redes de contatos com os ativistas de um movimento mais amplo, composto por grupos mais burocratizados e outros mais cooptados ao Estado egípcio.

Dessa forma, busquei uma postura de maior observação, inicialmente, durante a minha presença nas reuniões internas no escritório da organização. Com o tempo, pude me aproximar da Unidade Safe Areas por meio de um contato que estabeleci durante um curso de Wen Do e dos eventos de zumba, com a minha principal interlocutora de toda a pesquisa, Zaynab. Ela era treinadora do curso e também gerente do Programa Safe Areas, parte da Unidade Safe Areas da Harassmap. Esse contato me possibilitou realizar alguns trabalhos de campo com o Programa Safe Areas nas ruas. Em meu tempo livre, quando não frequentava o escritório da organização, procurava ajudá-la no gerenciamento das parcerias estabelecidas entre a organização e os pequenos estabelecimentos (em sua maioria, restaurantes e cafeterias), programa que será analisado de forma mais aprofundada neste trabalho posteriormente. Dessa forma, pude ajudar em tarefas simples, como carregar o material de divulgação e pedir informações de locais nas ruas. A minha interlocutora vinha de Ismaelia e morava no Cairo há pouco tempo. Logo, desconhecia alguns locais e, assim, pude ser bastante útil na localização das ruas através do aplicativo instalado em meu celular.

²² Wen Do foi desenvolvido pelo grupo canadense, Wen-Do Women's Self Defence. Foi o primeiro grupo a desenvolver aulas de defesa pessoal exclusivamente para mulheres, a partir de técnicas físicas e psicológicas, além de linguagens corporais (Fonte: WENDO. **Site**. Disponível em: <<http://www.wendo.ca/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.).

²³ Esses grupos chamados de “iniciativas” se diferenciam das ONGs, pois não possuem escritórios ou licença para funcionarem, ficando restritos apenas a eventos extraordinários em ambientes fechados e as parcerias com a Harassmap.

A tarefa de inserção no escritório, como a grande maioria dos trabalhos de campo em antropologia, inicialmente foi mais difícil do que eu esperava. Percebi, portanto, que o campo seria uma construção do pesquisador, não havendo apenas um tipo definido antropologicamente *a priori*, mas sim aquele elaborado pelo pesquisador e nativos em jogo (GUPTA; FERGUSON, 1997, p 33). Somente após alguns meses de troca de contatos, desde que eu havia chegado ao país, fui autorizada, então, a utilizar o escritório, e informada do endereço do mesmo para que eu pudesse “iniciar efetivamente o meu campo”, ou ao menos “a minha ideia de fazer campo”. Aos poucos, fui percebendo que o meu trabalho já havia começado desde o primeiro momento em território egípcio, quando passei a me relacionar com as pessoas à minha volta.

Mesmo tendo acesso ao escritório e o frequentando nos dias de maior movimento, fiquei muitas vezes isolada em mesas separadas, focada em meu computador como forma de ocupar o meu tempo, não participando das discussões dos grupos inicialmente. São dificuldades comuns de alguns antropólogos em campo. Durante inúmeras idas ao escritório, permaneci de cabeça baixa, trabalhando, sem fazer nenhum contato com as pessoas ao meu redor, que somente se comunicavam comigo para saber se eu gostaria de pedir almoço junto com elas. Eu não aceitava, por questões financeiras e pelo fato de almoçar em casa. Aos poucos, fui percebendo que essa era a principal forma de inserção que eu poderia ter naquele local e que aqueles momentos de distração seriam a forma mais fácil de eu me inserir e me comunicar. Assim, passei a almoçar com eles.

Mesmo tentando não interferir nas reuniões, durante a minha presença no escritório, sempre estive consciente do fato de o antropólogo ser socialmente moldado, através de uma “socialização controlada”, pelos seus interlocutores (DAMATTA, 1987, p 57). Isso foi percebido por mim na maneira como, aos poucos, as pessoas me olhavam e buscavam conversar comigo, para solucionar suas próprias curiosidades, como saber de onde eu vinha ou o que eu fazia no Cairo e na ONG, com quem eu estava trabalhando ou de qual unidade eu fazia parte. Apesar de estarem acostumadas com a presença de pesquisadores estrangeiros, ninguém explicava maiores detalhes sobre o trabalho de cada um, separadamente. Fui percebendo aos poucos que “a etnografia é mais que um método, não é somente observar pessoas, é um jeito de conhecer. Como antropólogo, o seu corpo e a sua identidade são também instrumentos de conhecimento” (MCGRANAHAN, 2014, p 13).

A organização Harassmap é dividida em quatro unidades administrativas, com cargos internos hierarquicamente distribuídos segundo os postos de cada função determinada, entre funcionários chamados de “*part-time*” e “*full-time*” e os voluntários, que não frequentam o escritório e somente são chamados em certas ocasiões, para treinamentos específicos, algo que

infelizmente não pude presenciar durante a minha etnografia. A unidade em que me voluntariei foi a de Mídia e Comunicação. Em meus horários livres realizei trabalhos de campo com o Programa Safe Areas e algumas pesquisas para a Unidade de Pesquisa.

Na segunda vez em que fui ao escritório, em uma das reuniões entre as unidades, a chefe da unidade da qual eu fazia parte me pediu para que eu falasse de mim e do meu projeto. Assim, explicou bem rápido ao grupo, em qual trabalho eu estava envolvida e que eu teria ido ao país para fazer a minha pesquisa de mestrado sobre o assédio sexual. Aproveitei para falar um pouco sobre mim. Nesse momento, obtive a minha “aprovação” do grupo, e todos me deram as boas-vindas. Pude perceber, como em Foot-Whyte (2005, p 124), que não há necessidade de se “correr atrás” dos dados, pois eles acabam por vir de forma ativa até o pesquisador, com o passar do tempo e assim passei a participar de forma mais efetiva nas unidades internas.

Fui “inserida” por meio de uma funcionária sueca, que ocupava uma posição de chefia dentro da Unidade de Mídia. Esse fato pode ter influenciado na maneira como fui percebida pelo grupo, porque somente Mariam, sueca responsável pela Unidade de Mídia, e Rachel, americana fundadora da ONG, eram estrangeiras dentro da organização, sendo todo o resto do grupo de funcionários composto por egípcios.

Após um tempo frequentando o escritório, fui convidada por uma das fundadoras da organização, a egípcia Layla, chefe da Unidade de Pesquisas, a auxiliá-la em um novo projeto, junto a outras duas pesquisadoras, uma americana recém-chegada da Jordânia e que passaria um mês no Cairo, uma egípcia que havia feito o mestrado na Sorbonne, em Paris, e um sociólogo egípcio. Isso permitiu que eu ampliasse minhas análises e conhecesse, por exemplo, outras dimensões do assédio sexual, como a transnacional, ao ser apresentada por Layla ao CEDAW e ser informada da existência da Estratégia Nacional Egípcia, que no momento de meu campo estava sendo redigida pelo Conselho Nacional de Mulheres, tema no qual ela se envolvia e tinha bastante conhecimento, dada a sua trajetória profissional em órgãos das Nações Unidas.

Aos poucos, entendi a necessidade de realizar entrevistas com perguntas semiabertas com os membros das unidades dentro da Harassmap, sem qualquer distinção entre os funcionários *full-time* e *part-time*²⁴. Percebi, ainda, que o escritório não seria um ambiente adequado para isso, pois poderia gerar uma certa desconfiança, levando em consideração o período de repressões políticas vivenciado pelas organizações naquele momento, apesar de seus integrantes já estarem acostumados com a presença de pesquisadores estrangeiros realizando

²⁴ Categoria nativa.

entrevistas nos sofás e salas do escritório. Os convites foram feitos pelo Facebook, e outros, pessoalmente. As entrevistas foram realizadas em cafeterias, em sua maioria em Zamalek, no centro do Cairo, e em Garden City, locais frequentados por um público mais jovem e mais aberto a esse tipo de discussão.

Com as informações que eu recolhia nas conversas com os membros da Harassmap, eu problematizava questões em entrevistas com outras organizações, com o objetivo de mapear esse campo de tensões existente no relacionamento mantido entre os movimentos civis no Cairo e frente a eles e o Estado, via Conselho Nacional de Mulheres, observando embates que surgem a partir de diferentes narrativas e construções acerca da categoria “assédio sexual” no país. Tendo em vista que o Conselho Nacional de Mulheres, órgão estatal, desempenha um importante papel nas relações das ONGs e nos embates de construção das categorias do assédio sexual e na tentativa de obter diferentes perspectivas sobre o assunto, procurei entrevistar a instância em três setores internos: o setor internacional, o de pesquisas e o de projetos locais. Tal atividade se mostrou indispensável para uma análise mais profunda do problema no país.

As entrevistas realizadas nesse órgão do governo somente foram marcadas após um tempo de pesquisa e adaptação ao local, criando uma maior confiança em ir até uma instância governamental para discutir um assunto tão polêmico no país e fruto de embates. Além disso, as realizações dessas entrevistas só foram possíveis graças ao contato prévio estabelecido em 2013 com Rahma, socióloga que havia trabalhado nas organizações ECWR, Harassmap e algumas instâncias das Nações Unidas no país e que há pouco tempo havia sido contratada para trabalhar na unidade de pesquisas do Conselho. Através dela que pude realizar essas entrevistas no órgão, após um longo período de espera e aprovação, só marcadas nos últimos dias de campo, no fim de julho de 2015.

Apesar de tê-la como contato prévio, passei por alguns momentos de tensão durante as entrevistas. Fui bastante avisada pelos meus interlocutores para evitar ir ao órgão, pois eu não seria bem recebida e ainda poderia ter problemas pelo fato de não possuir um visto de pesquisadora. O órgão não possui credibilidade entre o movimento civil egípcio, pois, segundo eles, somente funciona para a mídia. Como dizemos no Brasil, “para inglês ver”. Fui apreensiva para o encontro, pelo fato de, na mesma semana, uma pesquisadora francesa ter sido deportada por estar realizando entrevistas na rua com o grupo Kifaya, na medida em que, “no novo Egito, antropólogos que querem documentar a revolução enfrentam novos riscos. As permissões para pesquisas são canceladas sem pretextos e os vistos não têm sido renovados” (ELYACHAR, 2013, p 27).

Enquanto eu fazia a entrevista com Rahma, no setor de pesquisa, fomos interrompidas pelo diretor da organização, que me dirigiu inúmeras perguntas, como por exemplo, quem estaria organizando o meu projeto e por que eu estaria ali no órgão. Disse a ele que a pesquisa era parte do meu mestrado. Perguntou-me se teria alguma conexão com as universidades do Egito ou do Brasil, tentando reafirmar se eu estaria trabalhando de maneira individual ou através de alguma instituição. Indagou, ainda, se a permissão das pessoas para as entrevistas era algo importante para a minha pesquisa. Prontamente neguei, explicando que, para a antropologia, isso não seria algo tão necessário, pois eram “conversas informais”, com pessoas já previamente conhecidas por outros projetos que fiz no Brasil. Enfatizei ainda que estava no Egito com o objetivo de estudar a língua árabe e a cultura local, agindo conforme a orientação de meus interlocutores.

Aos poucos, o diretor se mostrou mais aberto e se colocou à disposição para o que eu precisasse, para outros contatos no órgão, assim como para a obtenção de qualquer documento para a minha pesquisa. Isso me deixou bastante aliviada no momento, passando de um interrogatório governamental a uma simples conversa.

Quando ele saiu do local, continuei a entrevista, mas senti que estávamos sendo observadas a todo o momento no escritório. Enquanto conversávamos, fomos interrompidas por um grupo de homens, com a “justificativa” de que precisavam ora de algum documento presente na sala, ora da sala para rezar. Apesar disso, não saímos do local, pois segundo ela, não teríamos outra sala para ficarmos e senti uma certa tensão da minha interlocutora naquele momento, pois percebi que ela não sabia como reagir às intervenções: ela estava trabalhando no local havia apenas duas semanas ou simplesmente estava apreensiva em discutir um assunto tão polêmico em um órgão governamental, sabendo das implicações.

Durante as entrevistas nos outros setores internos do Conselho Nacional de Mulheres, novamente fomos interrompidas por várias pessoas que se revezavam entrando nas salas onde estávamos, tirando dúvidas ou entregando documentos. Fomos interrompidas também por inúmeras ligações de telefone. Pude verificar, nessa área, diferente do andar onde conversei com Rahma, havia escritórios com salas bem arrumadas, inúmeros detalhes de decoração femininos, como flores e paredes rosa e bem amplas em dimensão, distintos dos outros ambientes externos, que davam a impressão de um prédio governamental, com paredes marfins e setores burocráticos separados por andares, além de salas com enormes pilhas de papéis em cima das mesas. Desassossegada ao andar pelo prédio, tive a impressão de estar o tempo todo sendo vigiada.

Após finalizar as minhas “conversas”, encontrei o diretor da organização novamente, porém do lado de fora do prédio. Tive certa inquietude, e pensei, naquele momento, que ele estivesse me aguardando sair do local, e que ali acabaria meu trabalho, por conta da ausência do visto de pesquisadora. No entanto, ele foi bastante atencioso e se disponibilizou novamente, para qualquer dúvida e informações. Direcionei-me ao ponto de táxi, ainda bastante apreensiva sobre pensar estar sendo seguida e olhando para trás, mas ao mesmo tempo, bastante satisfeita por tal artimanha: realizar entrevistas sobre o assédio em um órgão governamental egípcio, em um momento de forte repressão política.

Vivências do assédio no Cairo

Durante a minha estadia no Cairo, vivenciei situações de assédio nas ruas, parecidas com as de meu próprio país, apesar de se desenrolarem com códigos culturais específicos do espaço público egípcio. Apesar disso, estas se assemelhavam em vários aspectos às formas de “*show off*” (WALKER, 2014, p 133) e performance a que eu estava acostumada nos assédios presenciados no Rio de Janeiro.

As minhas idas à ONG foram marcadas por diferentes maneiras de vivenciar o assédio sexual, durante o caminho da minha residência ao metrô e do metrô até a ONG, em que eu andava cerca de 30 minutos por ruas residenciais e desertas. Em alguns momentos, me via sozinha e somente com um homem ou outro vindo em minha direção e fazendo comentários, alguns em árabe, como por exemplo, a palavra “*moosa*” (sexy, gostosa) e também palavras em inglês, pelo fato de me reconhecerem como estrangeira, como *sexy* ou *beautiful* (“linda”). Dirigiam-se a mim como se me conhecessem, porém, nunca tocando em meu corpo.

Como tinha costume de fazer em meu país, sempre os respondia. As reações eram as mais diversas. Ora me pediam desculpas em inglês, ora corriam apressados, fato que me surpreendeu bastante, pois não estava acostumada a esse tipo de reação no Brasil: não vivenciei episódios no Rio de Janeiro em que os homens se sentissem envergonhados, mas sim partiam para um enfrentamento. Tal situação presenciei algumas vezes também no Cairo.

Em um dia comum, indo para o curso de língua árabe, localizado em frente à Praça Tahrir, fui assediada às oito horas da manhã por um homem de cerca de 40 anos. Passou por mim e, sem olhar nos meus olhos, pronunciou a palavra “*moosa*” (sexy) bem próximo ao meu ouvido. Estive por alguns segundos calada, para ver sua reação. Nesse pequeno momento, resolvi perguntar o que ele queria e, na mesma hora, mudou de atitude e pediu desculpas em inglês, saindo correndo, apressado. Senti que eu havia causado algo nele e quebrado alguma

forma de relação de poder em que ele acreditava ter o papel principal no início da interação, da qual não fui convidada de imediato a participar e que, ao me manifestar, rompi.

No mesmo local, em uma outra ida ao curso, fui assediada por trabalhadores que se equilibravam em um caminhão de lixo, pendurados do lado de fora da caçamba e mexendo com as pessoas que passavam nas ruas. Passaram por mim, em frente à Praça Tahrir, local bastante movimentado, e me mandaram beijos, com barulhos de gatos²⁵, situação bastante curiosa, pois o barulho que faziam se diferenciava daquele que eu estava acostumada no Brasil. Percebo assim a presença de determinados códigos culturais que marcam as interações no assédio sexual no Cairo, Egito, diferente de outros contextos como o brasileiro, do qual eu tinha um conhecimento mais aprofundado. Na terceira tentativa de ir ao curso andando, sofri novamente um assédio. Mesmo mudando a minha estratégia de andar pelo lado esquerdo da calçada da grande Rua *Kasr El Nil*, um homem quase jogou o táxi em cima de mim, algo não muito diferente de quando param para pegar passageiros. Essa atitude foi tomada com o intuito de chegar o mais perto possível de meu corpo, que se encontrava na calçada, para me mandar beijos e fazer expressões faciais.

Por outro lado, vivenciei também episódios do tipo em que os homens esbarravam em mim e colocavam as mãos para trás ou para cima, para que não encostassem em nenhuma parte do meu corpo, não muito distinto de como reagem determinados homens no Brasil em situações parecidas.

Sempre marcava as minhas entrevistas em Zamalek, e recorria aos táxis para ir até os encontros. Com o objetivo de verificar as formas como se dão os assédios sexuais nos principais pontos do Cairo, como por exemplo nas pontes²⁶ que ligam o centro da cidade a Zamalek, resolvi ir caminhando, em um trajeto de cerca de uma hora (de táxi eu levaria cerca de dez minutos). Resolvi contar a quantidade de assédios, e em quarenta minutos de caminhada, sofri sete assédios, até que resolvi parar de contar e retornei ao uso intensivo dos táxis.

O episódio mais agressivo que vivenciei foi em uma das minhas idas ao curso de francês, que ficava a dez minutos de onde eu residia. Vindo pela rua de um mercado em que eu sempre fazia compras, onde inclusive já tinha um certo contato com o dono, que fazia brincadeiras comigo em francês, fui assediada verbalmente por três homens que andavam em um moto em frente a esse mercado. Chegaram tão perto do meu ouvido ao pronunciarem “*moosa*” (sexy)

²⁵ No Brasil, os barulhos que costumamos ouvir são “*fiu-fiu*”, diferente do Cairo, que eram barulhos aproximados aos de gatos, como se estivessem chamando o animal, “*psi,psi*”.

²⁶ Nos estudos desenvolvidos pelas ONGs, as principais pontes que ligam o centro a Zamalek são consideradas “*hotspots*”, com altos índices de assédio. São locais de grande concentração de homens, que ficam enfileirados e sentados no parapeito, observando as pessoas passarem.

que achei que eu seria roubada ou tocada, apesar de não o terem feito. Minha reação na hora, por me sentir em um local familiar, foi gritar palavrões em inglês e mandar gestos ofensivos com as mãos em uma posição de enfrentamento, porém os assediadores retomaram o trajeto e voltaram em minha direção, algo que eu até então não tinha vivenciado: situações de enfrentamento. Senti-me em apuros e direcionei-me ao mercado, aguardando até que eles fossem embora, apesar de terem me esperado alguns minutos na esquina. Depois de algum tempo, sem qualquer ajuda dos “conhecidos do mercado”, os possíveis interventores, resolvi ir embora e enfrentá-los, uma vez que já não podia mais vê-los de onde eu estava. Enfim, acabei chegando atrasada para o curso de francês e utilizei o episódio para discutir com meus colegas de curso e pedir ajuda de como reagir, ao “modo egípcio”, a esses incidentes.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1 introduz os processos pelos quais os direitos humanos femininos passam a fazer parte dos direitos humanos, através da Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), cujos valores, aos poucos irão se direcionar aos países da África e Oriente Médio. Tendo por foco o Egito, traço então um histórico das associações sociais, bem como do chamado “feminismo egípcio”, abordando o momento quando tais pautas transnacionais entram no país. Discuto, ainda, como o Conselho Nacional de Mulheres e as organizações antiassédio sexual funcionam como mediadoras locais dessas pautas, refletindo o papel crucial e influente da organização Harassmap nesse contexto.

No Capítulo 2 descrevo a estrutura administrativa da organização Harassmap, suas pedagogias de construção e transmissão do conceito e ideias sobre assédio sexual. Tal se dá através da mediação de seus ativistas (funcionários e voluntários) e parceiros (público-alvo das unidades).

O Capítulo 3 discute os embates na definição de assédio sexual no contexto egípcio, tanto por intelectuais quanto pela organização Harassmap. Exploro as formas pelas quais essa ONG elabora e transmite, pedagogicamente, seus discursos e práticas, de “dentro para fora” da organização, relacionados ao combate ao assédio sexual no panorama local.

No Capítulo 4 pretendo evidenciar como as definições de assédio sexual e as chamadas “áreas de zero tolerância”, conceitos criados pelo Sistema CEDAW, são ideias negociadas internamente no Egito. Esse processo se mostrou possível através das narrativas oficiais, com emendas constitucionais realizadas no Código Penal Egípcio, em 2014, e por meio da criação da Estratégia Nacional Egípcia (2015-2020). Reflito como tais medidas governamentais ofereceram, ainda, complexos mecanismos alternativos de combate ao assédio sexual pelas organizações egípcias dedicadas à temática. Proponho pensar de que forma esses mecanismos alternativos são criados, mediante o relacionamento mantido por um sistema de parcerias, estabelecido pela Harassmap com as outras organizações locais. Investigo como tais conceitos vêm sendo buscados pela organização, através da Unidade Safe Areas, por meio do Programa Safe Areas.

CAPÍTULO 1

OS MEDIADORES DO CONCEITO DE ASSÉDIO SEXUAL NO CAIRO: AS ORGANIZAÇÕES ANTIASSÉDIO SEXUAL E O CONSELHO NACIONAL DE MULHERES

Neste capítulo farei uma análise da importância das Convenções Internacionais de Direitos Humanos Femininos no contexto egípcio, onde a temática de gênero e o desenvolvimento das ONGs voltadas para o combate a violência de gênero é estreitamente conectada à participação do país nessas convenções, através da assinatura e ratificação de tais acordos internacionais. Em destaque nessa seção, a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a suas decorrentes ampliações através da Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW) e as Recomendações 12 e 19.

Primeiramente, farei uma análise de como os chamados direitos humanos femininos irão com o tempo, se tornar parte dos direitos humanos, através da criação da Convenção CEDAW. Irei analisar como as diretrizes estabelecidas nessa Convenção e as suas pautas feministas transnacionais irão se direcionar à região do MENA (África e Oriente Médio e ao Egito), por meio de organizações locais de combate a violência de gênero, bem como determinarão as suas atividades internas, que posteriormente terão como foco o repúdio ao assédio sexual. Dessa forma, analiso os discursos produzidos acerca do tema pelo Estado egípcio, através do Conselho Nacional de Mulheres, bem como os discursos construídos por uma diversidade de organizações locais, ambos entendidos neste trabalho como mediadores internos da categoria “assédio sexual”.

1.1. “Women’s Rights are Human Rights”

O primeiro passo na construção dos direitos humanos se deu após a criação das Nações Unidas, em 1945, e com a inclusão do conceito na Carta das Nações Unidas, no mesmo ano. Determinou-se, assim, a observância aos direitos como uma das obrigações do órgão criado, e também dos seus Estados-Membros (artigos 1, 55 e 56 da Carta). Portanto, qualquer Estado que se tornasse parte desse sistema deveria incorporar no plano jurídico tais valores, bem como reconhecer os direitos humanos como uma obrigação internacional, deixando de ser algo restrito apenas à esfera doméstica dos países. Em contrapartida, as diretrizes da referida carta não explicitaram o conteúdo dos chamados direitos humanos, algo que só veio a acontecer três anos depois, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 (VEIRA, 2002, p 18). Esse processo foi incrementado com o fim da Segunda Guerra Mundial, cujo

legado foi trazido com as violências cometidas contra judeus durante o chamado Holocausto e que coincide, ainda, com a criação do Estado de Israel.

Vieira (2002, p. 17), traz o termo “gramática²⁷ de direitos humanos” para problematizar como esses direitos internacionais, na qualidade de valores legitimados internacionalmente, funcionariam como linguagem, e que tenderiam, portanto, a estabelecer relações horizontais e de reciprocidade, em contextos verticais e hierarquizados. O autor associa os direitos humanos com um jogo de baralho, onde há determinadas cartas que possuem mais valores que outras, por serem reconhecidas como tal por aqueles que compartilham tais valores. Ele evidencia também a presença de direitos como um trunfo desses jogos, em que determinados jogadores fazem o seu uso na busca de estratégias, prevalecendo certos posicionamentos em detrimento de outros, pelo seu reconhecimento e legitimidade. Nesse sentido, o “sistema de direitos humanos” funcionaria como um jogo de poder e de narrativas, a partir de um conjunto de regras (gramáticas) previamente estabelecidas e legitimadas entre esses jogadores participantes. Funcionaria, ainda, como “uma forma de dominação, através de explicações racionalizadas” (CAMILO, 2014, p. 10).

Aos poucos, tais definições de direitos humanos que constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁸ passaram a ser questionadas pelos movimentos feministas ao redor do mundo, pelo fato de não incluírem de forma clara as mulheres como parte de tal projeto e que, aos poucos, foram ganhando força ao redor do mundo, a partir dos anos 70, com as diversas conferências promovidas pelas Nações Unidas (GOLEY, 2012, p. 199). O ano de 1975 foi chamado por tal instituição de “Ano Internacional da Mulher”. Segundo Rinaldi (2007, p 12), tais eventos foram os responsáveis por disseminar a concepção de uma igualdade entre homens e mulheres, como um direito universal e transnacional.

Nesse contexto foi realizada a primeira conferência sobre a mulher pelas Nações Unidas, no México. Teve como objetivo eliminar obstáculos para a melhoria do status da mulher nos níveis regional, nacional e internacional. Foram determinados, ainda, três principais focos de ação: igualdade, desenvolvimento e paz, intensificando ações para a promoção desses valores, posicionando a “mulher” com um papel contributivo para a promoção da paz no mundo. Nessa conferência foram debatidos também os direitos femininos e a importância da redução dos

²⁷ Valério Mazzuoli (2014, p 17) define a gramática como a ciência que estuda os elementos de uma determinada língua em conexão, e que orienta assim o seu padrão de uso.

²⁸ “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (MAZZUOLI, 2014, p. 266).

níveis de violência contra a mulher no mundo; mas sem maiores avanços sobre o assunto, o que será foco dos eventos posteriores.

Mais exatamente no período entre 1976 e 1985, chamado de “Década das Nações Unidas para a Mulher”, foram realizadas diversas conferências que contribuíram para a “internacionalização dos ideais do feminismo”, tendo como ápice a criação da Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW²⁹, adotada pelas Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979. Dessa forma, um Comitê foi organizado a partir desta, com objetivo de incrementar a coordenação entre as diversas Convenções existentes sobre os direitos humanos femininos e cujos princípios mostraram continuidade nas conferências realizadas sobre o tema, nos anos posteriores, como a Conferência de Nairóbi (1985), a de Viena (1993), a do Cairo (1994) e a de Beijing (1995). O Comitê reuniu-se pela primeira vez em 1982, sendo composto por 23 membros de diferentes países, cujos especialistas ocupam o cargo por quatro anos.

A Conferência de Nairóbi (1985), enfatizou a necessidade de alterações nas legislações dos Estados-Membros da CEDAW, assim como a mensuração de dados estatísticos sobre as situações de desigualdades das mulheres perante os homens no mundo. O documento solicitava a reforma nos currículos escolares e a melhoria nas imagens disseminadas na mídia sobre a mulher, por meio da realização de programas de conscientização nas ruas e treinamentos com os policiais locais, bem como com a criação de núcleos de pesquisas sobre a presença feminina ao redor do mundo. Além disso, foi citada a criação de um “aparato estatal”, com órgãos locais, cuja missão deveria ser a implementação dos direitos das mulheres. Essa maquinaria deveria promover uma aproximação com os organismos não governamentais locais e internacionais. No que se refere à violência contra a mulher, o documento reconhece suas diversas formas, porém, sem maiores definições sobre o assunto.

A partir de 1990, os temas da mulher e da violência de gênero passam a se tornar cada vez mais parte da “bandeira” da luta pelos direitos humanos. Esse período coincidiu com o aumento no número de organizações não governamentais de luta contra a violência de gênero ao redor do mundo, como reflexo da disseminação de políticas neoliberais.

Na Conferência de Viena (1993) é reafirmada a importância da Carta das Nações e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, retomando o documento criado em 1948, assim

²⁹ “Art. 1.º Para fins da presente Convenção, a expressão ‘discriminação contra a mulher’ significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo” (MAZZUOLI, 2014, p. 267).

como as outras convenções anteriores. Nessa conferência, os direitos humanos são definidos como universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A referida conferência coloca a chamada “comunidade internacional” como responsável pela sua manutenção e é estabelecido então que “nenhum costume local que fira os direitos das mulheres³⁰ seja admitido” (ONU, 1993), e assim, os direitos das mulheres passam a fazer parte, efetivamente, do corpo de direitos humanos³¹ (entendidos como universais, objetivos e não seletivos, devendo ser considerados parte integral das atividades de direitos humanos realizadas pelas Nações Unidas).

Em Viena é incentivada, novamente, como em Nairóbi, a elaboração de instituições nacionais para a promoção desses valores do “sistema CEDAW” que, em conjunto com as organizações não governamentais, deveriam atuar na realização de programas e campanhas públicas de conscientização. Em suas diretrizes, estabelece que qualquer forma de violência de gênero (pública e privada) é incompatível com a dignidade da pessoa humana, devendo ser eliminada. Nessa Convenção, o assédio sexual passa pela primeira vez a ser enquadrado como um tipo de violência de gênero, que impossibilitaria as mulheres de gozar plenamente os seus direitos humanos femininos.

Já na Conferência das Populações para o Desenvolvimento, também conhecida como “Conferência do Cairo”³², realizada em 1994, foi enfatizado que os direitos humanos das mulheres deveriam ser considerados inalienáveis e, para isso, deveriam ser promovidos a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher. O documento buscou ratificar também a importância da eliminação da discriminação contra a mulher, os seus direitos legais, bem como o direito à reprodução, além da eliminação da violência de gênero.

A Declaração de Beijing³³ (1995), por sua vez, definiu novamente que os direitos femininos eram parte dos direitos humanos, ratificando as diretrizes de Viena. Ampliou a definição de violência em três âmbitos, família, sociedade e Estado, e nos seguintes tipos: física,

³⁰ “Os direitos humanos das mulheres e crianças são inalienáveis, integrais e indivisíveis, parte dos direitos humanos universais. A inteira e igual participação da mulher, na vida cultural, social, econômica, civil e política, nos níveis regionais e internacionais, assim como a erradicação de todas as formas de discriminação baseado no sexo são as prioridades da comunidade internacional” (VIENA, 1993). (ONU, 1993)

³¹ “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve promover os direitos humanos globalmente de forma justa e igual, com a mesma ênfase. A significância das particularidades nacionais e regionais, históricas, culturais e religiosas devem ser levadas em consideração. É o dever dos Estados promover e proteger os direitos humanos, independente do sistema cultural, econômico ou político, e as liberdades fundamentais” (VIENA, 1993). (ONU, 1993).

³² UNFPA. **International Conference on Population and Development**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/icpd>>. Acesso em 15 ago. 2016.

³³ UN.Beijing and its Follow-up. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/>>. Acesso em 15 ago. 2016.

sexual e psicológica (entre elas, abuso sexual, estupro conjugal, mutilação genital, estupros, assédios sexuais, tráfico de mulheres e prostituição). No texto, a violência foi entendida como um impedimento à consolidação dos direitos humanos femininos.

O documento denunciou ainda a ausência de mecanismos locais de mensuração nos países-membros da Convenção CEDAW, assim como a ausência de pesquisas sobre a violência (doméstica e o assédio sexual) em locais públicos e privados. Os Estados signatários então foram convidados a desenvolver planos de ação ou estratégias nacionais em cooperação com os organismos não governamentais locais de combate a violência de gênero. Enfatizou, ainda, que as plataformas de ação só terão a sua devida implementação com o apoio mútuo desses dois setores. As ONGs são entendidas pelo referido documento como a “força da mudança”, com papéis importantes na pressão para a alteração de leis e a criação de mecanismos de proteção à mulher.

O conteúdo ratificou também o fato de os Estados-Membros não poderem mais justificar o não comprometimento com os artigos dos documentos, pelos costumes culturais ou práticas religiosas. Para isso, foi incentivada novamente a criação de órgãos estatais para o gerenciamento dessas questões³⁴. Dessa forma, verificou-se que, para a devida adequação dos conteúdos da Convenção CEDAW, bem como às diretrizes das Declarações posteriores (Nairóbi, Viena, Beijing, Cairo), deve haver uma mudança mais efetiva nas estruturas internas e nas dinâmicas das instituições locais, com uma maior aproximação e cooperação entre os organismos estatais e não estatais, para que assim exista um efetivo combate às diferentes formas de violência contra a mulher em seus contextos.

1.1.1. O funcionamento do Sistema CEDAW

A Convenção para a Eliminação da Discriminação da Mulher (CEDAW) foi criada em 1979, com o objetivo de enfatizar a existência dessas discriminações e no intuito de evidenciá-las como impeditivos aos princípios da igualdade de direitos e o respeito à dignidade humana, encarados pelo documento como obstáculos à participação da mulher, em termos iguais ao homem, na vida cultural, econômica, política e social. A discriminação é entendida pelo texto como “qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que impeça o reconhecimento dos direitos humanos e as liberdades fundamentais nos âmbitos: político, social, cultural, econômico e civil” (CEDAW, 1979).

³⁴ No Egito, o Conselho Nacional de Mulheres, órgão estatal, foi criado em 1978, como reflexo dessas diretrizes internacionais.

O sistema é comandado pela Comissão para o Status da Mulher (CSW) e esta por sua vez é coordenada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). A comissão é o setor responsável pelo monitoramento das estratégias nacionais e planos de ação, além da realização de eventos e conferências sobre o tema, anualmente.

A CEDAW faz parte de um grande sistema criado pelas Nações Unidas para lidar com a discriminação e a violência contra a mulher. Foi construído a partir de um longo trajeto feito pela organização desde 1975 e ratificado posteriormente, através das diretrizes expostas nas demais convenções (Nairóbi, Viena, Cairo e Beijing). O sistema foi criado em resposta à violência cometida contra as mulheres e demonstrada em suas formas mais severas, nos conflitos da Bósnia (1992-1995) e Ruanda (1990-1994), entendidas a partir de então pelas Nações Unidas como crimes contra a humanidade e genocídios, por meio da Resolução 1325 (2000)³⁵.

Atualmente, a Convenção encontra-se ratificada por cerca de 183 países, dentre eles, o Egito, os quais ficaram responsáveis por sua devida incorporação, nos seus sistemas legais internos, através do estabelecimento de proteções institucionais para a prevenção da discriminação, bem como da criação de medidas para o avanço da igualdade de gênero. Dessa forma, ficam encarregados por inserirem na legislação local esses princípios, adequando-os às suas práticas culturais. Ao mesmo tempo, através desse sistema, são incentivados a abolirem leis que não estejam em acordo com tais valores. Além disso, devem se comprometer a eliminar determinados estereótipos sobre as mulheres nas escolas e nos meios de comunicação, que não sejam condizentes com as ideias da Convenção. O Estado deve ainda, se comprometer a reformular as suas políticas para assegurar a participação das organizações não governamentais no assunto. Deve desenvolver também sanções adequadas e medidas de remediação a cada tipo diferenciado de violência, além de considerar em um curto prazo a elaboração de estratégias nacionais³⁶ que proponham medidas de enfrentamento ao problema, levando em conta as realidades locais.

Os planos de ação ou estratégias nacionais têm como objetivo aproximar o Estados dos movimentos civis no desenvolvimento de estratégias conjuntas de combate à discriminação e violência contra a mulher. Nesse documento é incentivada a criação de mecanismos de suporte às vítimas, através do fornecimento de advogados e psicólogos, assim como linhas telefônicas exclusivas de atendimento. Além disso, é enfatizada a importância do treinamento dos funcionários do governo e dos que estarão envolvidos na atividade, assim como esforços devem

³⁵<https://documentsddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>.

³⁶ A Estratégia Nacional Egípcia (2015-2020) foi desenvolvida em 2015.

ser feitos para que as delegacias locais incorporem a mão de obra feminina, para uma maior sensibilização ao problema.

Mediante a assinatura da CEDAW, os países-membros colocam-se disponíveis a participar das reuniões anuais do Comitê, e a cada quatro anos devem enviar um relatório informando as medidas que vêm tomando localmente para a prevenção da violência contra a mulher. As reuniões acontecem por cerca de duas semanas com os Estados-Membros e, antes dessa sessão principal, há uma prévia, com os movimentos civis, por cerca de cinco dias. Nessas reuniões, determinados Estados são selecionados, anualmente, a falar ao público sobre as medidas que vêm adotando (MERRY, 2009, p. 144).

Os relatórios seguem um formato único, com a primeira parte contendo dados estatísticos, redigidos em uma das línguas oficiais do órgão³⁷, para que assim sejam legitimados pelo sistema e pelos seus participantes. Devem conter, ainda, dados contextualizados com as questões geográficas, políticas e históricas de cada país, além de uma lista com os acordos já ratificados e assinados, bem como as medidas e planos que o mesmo vem praticando. Junto ao relatório produzido pelos órgãos governamentais, cada país pode enviar outros relatórios, como o do movimento civil, chamado de “*shadow report*”³⁸, cujo objetivo é evidenciar perspectivas extraestatais (apesar do incentivo à produção em conjunto com o movimento civil, para que os textos incorporem diversas opiniões, fato que dificilmente acontece)³⁹.

Após os relatórios serem recebidos, o Comitê envia comentários, os chamados “*concluding comments*”, questionando determinados pontos e cobrando a implementação efetiva das propostas, seguidos de perguntas e respostas, chamados de “*follow-up*”, que devem ser respondidos pelas instituições responsáveis⁴⁰.

O primeiro relatório enviado deve evidenciar as medidas constitucionais, legais e administrativas que os Estados vêm tomando para a real implementação da Convenção. Cada uma das medidas adotadas deve ser explicada, bem como o seu progresso. Cada artigo da Convenção deve ser comentado pelos respectivos países que o enviam. O segundo relatório e os subsequentes, por sua vez, com o objetivo de evitar repetições, devem conter somente os

³⁷ Árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

³⁸ No Egito, normalmente as organizações que participam são as chamadas localmente de “ONGs tradicionais”, que trabalham no combate a violência doméstica e a mutilação genital. As organizações antiassédio sexual ainda não se envolvem na elaboração de tal documento.

³⁹ No caso egípcio, somente algumas ONGs são convidadas pelo Conselho Nacional de Mulheres a participarem das reuniões para a elaboração dos relatórios da CEDAW e para a elaboração da Estratégia Nacional. As poucas que comparecem são aquelas que historicamente vêm sendo cooptadas pelo órgão, processo que é chamado pelo cientista político Paul Amar (2011, p. 9) de “*NGO-ized*”.

⁴⁰ No Egito, é o Conselho Nacional de Mulheres.

comentários dos apontamentos que o Comitê fez aos relatórios anteriores, com suas devidas respostas. A ideia é gerenciar as medidas tomadas, assim como seus progressos e obstáculos.

Em dezembro de 2000, os chamados “Protocolos Opcionais” foram incorporados ao sistema CEDAW e os Estados-Membros puderam escolher fazer parte ou não. Nesse protocolo, o Estado permite que o Comitê investigue violações denunciadas de forma individual dentro de seu território. Deve também contribuir com o trabalho de campo realizado no país pelas Nações Unidas para a verificação de determinadas denúncias, mediante a disponibilização de informações relativas ao caso e a sua devida investigação pelas instituições jurídicas locais, em parceria com o órgão. Atualmente, somente 80 países o assinaram, em um total de 170 países-membros da Convenção. O Egito ainda não faz parte, apesar da forte cobrança exercida pelas organizações locais de combate à violência de gênero para a sua adesão.

O Egito assinou a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 1980 e a ratificou em 1981, apesar de possuir reservas aos artigos 2, 16 e 29, no que se refere às questões religiosas e à *sharia*⁴¹. O primeiro relatório enviado pelo Estado egípcio foi em 1983. Os seguintes, em 1986, 1996, 2000, 2008. O próximo relatório deveria ter sido enviado em 2014, porém foi adiado pelo próprio Comitê, devido à instabilidade política presente no país naquele momento, causada com a Revolução de 2011. Apesar disso, conforme fui informada por Layla, chefe da Unidade de Pesquisas da organização egípcia Harassmap durante o meu trabalho de campo, o próximo relatório será enviado até 2018.

Nos primeiros relatórios enviados pelo Egito, o Comitê parabenizou o país pela precoce criação do Conselho Nacional de Mulheres, instituição responsável pela “questão da mulher” em nível local e internacional. O órgão monitora a adequação das diretrizes internacionais internamente, a promoção de eventos, submissão de relatórios e estudos sobre o assunto, além de representar o Egito em eventos internacionais promovidos pelas Nações Unidas.

No relatório enviado ao CEDAW em 2008 foi citada a primeira condenação já realizada no país contra um caso de assédio sexual, o mesmo retratado no filme “Cairo 678”, evidenciando assim as medidas tomadas pelo Estado egípcio, bem como que os casos internos estão sendo devidamente investigados e julgados. Tal fato contribui para legitimar a atuação do órgão externamente. Em resposta ao envio desse documento, o comitê direcionou as suas críticas à ausência de definições precisas no Egito aos diferentes tipos de violência sexual, mormente no Código Penal egípcio, bem como a falta de dados estatísticos sobre o assunto.

⁴¹ Lei islâmica, composta pelo Alcorão, Sunna e os Hadiths do profeta Muhammad.

No relatório de 2010, o Conselho Nacional de Mulheres evidenciou ao Comitê as mudanças já realizadas em alguns dos artigos do Código Penal, além da criação de setores especializados no assunto dentro do Conselho. Soma-se a isso a criação das delegacias especializadas em Direitos Humanos, além dos suportes jurídicos e psicológicos e o atendimento telefônico disponibilizados às “vítimas”. Em resposta a tais informações enviadas, o Comitê reforçou a importância da criação de “zonas/áreas de zero tolerância à violência contra a mulher”⁴², assim como parabenizou o país pela futura implementação da Estratégia Nacional em 2015, que envolveria todos os ministérios do governo na atividade. Aproveitou também para destacar a importância do papel dos organismos não governamentais nesse processo de mudança.

O relatório de 2010 não foi ainda enviado pelo país em razão da Revolução vivenciada em 2011. Apesar disso, o Comitê elaborou cartas de apoio aos países que passavam pelas manifestações naquele momento da chamada “Primavera Árabe”, para que se lembrassem do cumprimento das diretrizes e valores dos artigos dispostos na Convenção e dos seus compromissos na devida prevenção, como signatários de tais documentos.

No que se refere aos “*shadow reports*” enviados pelas organizações sociais do Egito ao comitê, fruto de tensões internas, somente as chamadas organizações “mais antigas”⁴³ participaram da elaboração de tal documento. No relatório enviado em 2008, o movimento civil reunido em uma coalizão fez duras queixas à falta de sensibilidade das delegacias no recebimento de denúncias de violência de gênero, contribuindo para a retraumatização das “vítimas”. Também foi questionada, no referido documento, a ausência de definições precisas da violência de gênero nos sistemas jurídicos egípcios.

O caso de Nelly, ocorrido em 2008 e também retratado no filme “Cairo 678”, foi citado pelo movimento civil egípcio como mais uma negligência do Estado na devida aplicação das diretrizes internacionais, na prática e como forma de legitimar a atuação desses movimentos no âmbito internacional, colocando como vitória desses grupos o julgamento do referido caso, não do governo egípcio. Nesses relatórios são citados os casos de assédios coletivos cometidos pelas forças governamentais como instrumento político. Dessa forma pressionou-se o Estado para a assinatura do Protocolo Opcional do Sistema CEDAW, para que, assim, os crimes passem a ser investigados de “fora para dentro”.

⁴² Perspectiva que é claramente reproduzida nas unidades da organização que estudo neste trabalho, a Harassmap. Em destaque aqui, o seu Programa Safe Areas.

⁴³ El Nadeem, CEWLA, New Woman Foundation, New Woman and Memory, ADEW, etc.

1.1.1.1. Os complementos ao Sistema CEDAW: as Recomendações Gerais 12 e 19 e a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW)

As Recomendações de número 12 (1989) e 19 (1992), assim como a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW, de 1993), fazem parte do sistema CEDAW e foram desenvolvidas posteriormente à Convenção. Seus objetivos são ampliar, reforçar e complementar as discussões sobre a violência de gênero, entendidas como formas de discriminação contra a mulher.

A Recomendação número 12 (1989) incentiva que os relatórios enviados ao CEDAW devam incluir informações sobre a existência de legislações que protejam a mulher contra a violência cotidiana (violência sexual, abusos na família, assédio sexual no ambiente de trabalho, etc.), bem como que sejam discriminados: as medidas adotadas para a erradicação da violência, os serviços de suporte às mulheres agredidas e dados estatísticos sobre os incidentes, através de tipificação mais amplas⁴⁴.

A Recomendação número 19 (1992), por sua vez, complementa o documento anterior, afirmando haver uma íntima relação entre a discriminação e a violência de gênero, algo que, segundo a mesma, “parece não ser tão evidente para os Estados-Membros, pois durante os relatórios essas discussões não entram em questão”. O texto ressalta que, para que a CEDAW seja efetivamente implementada, a violência de gênero deve ser eliminada e “medidas positivas”⁴⁵ devem ser tomadas, como, por exemplo, a revisão das leis locais.

Afirma a Recomendação que o artigo 1º da CEDAW define a violência de gênero como uma forma de discriminação, “violência dirigida à mulher pelo fato, por si só, de ser mulher”, destacando “atos que prejudiquem de forma sexual, física ou mental a mulher ou causem sofrimentos, sejam eles ameaças, coerções e privação da liberdade” (CEDAW, 1979). Define, ainda, a violência de gênero como uma “forma de discriminação que impede a mulher de exercer os seus direitos e liberdade em igualdade com o homem” (CEDAW, 1979). O documento entende o assédio sexual como “comportamentos sexuais indesejáveis, por contatos físicos ou avanços, ou até mesmo observações, a exibição de pornografia direcionada à mulher, demandas sexuais por palavras ou ações. Atos que podem humilhar ou ameaçar a saúde ou segurança” (CEDAW, 1979), os quais seriam uma forma de discriminação, na medida em que a mulher acredita que aquilo possa afetar ou levar desvantagem para o trabalho, promoção ou recrutamento, criando um ambiente hostil à mesma.

⁴⁴ Demanda também do movimento civil egípcio antiassédio sexual.

⁴⁵ Esse discurso é resignificado pelas organizações não governamentais egípcias no combate ao assédio sexual, bem como pelo Estado egípcio.

Para isso, os Estados-Membros devem trabalhar para superar a violência baseada no gênero em ambientes públicos e privados, além de assegurar que as leis ofereçam proteção às vítimas, bem como serviços de suporte jurídico e psicológico, dado por profissionais treinados. É preciso apostar em mecanismos de denúncias e compensações eficientes, além de pesquisas e estudos estatísticos sobre o assunto, os quais devem constar nos relatórios enviados ao CEDAW. Além disso, é necessário garantir que a mídia respeite e promova o respeito à mulher.⁴⁶

Como forma de dar continuidade às recomendações criadas anteriormente (12 e 19), a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW) teve início em 1993. Seu objetivo era ampliar a discussão anterior da CEDAW e das diversas Declarações, passando a discriminar os tipos de violência de gênero (violência doméstica, estupro, mutilação genital, assédio sexual e a prostituição) e a enfatizar que a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos femininos. Reconhece que a mesma é fruto de relações históricas e desiguais de poder entre o homem e a mulher, as quais levam à dominação e à discriminação da mulher.

A violência, para a DEVAW, é um mecanismo social crucial, em que a mulher é forçada a se manter em posições subordinadas ao homem, ou seja:

Qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte em prejuízos físicos, sexuais e psicológicos ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, coerções ou privação de liberdade, em locais públicos ou privados, na família, na comunidade, ambientes de trabalho, instituições educacionais ou até mesmo cometidos pelo Estado (DEVAW, 1993).

Dessa forma, a partir de tais gramáticas desenvolvidas, os Estados-Membros devem trabalhar para reforçar a cooperação internacional com os âmbitos locais. Enquanto isso, cabe às Nações Unidas promover encontros e seminários, além de guias e manuais sobre a violência de gênero, como forma de disseminação desses valores, além de encorajar a cooperação entre o órgão com as organizações não governamentais e entre estas e os Estados- Membros.

Esses discursos também serão reapropriados internamente no contexto egípcio, mais especificamente pelo movimento civil de combate ao assédio sexual, como por exemplo, a organização Harassmap, foco deste trabalho. Apesar desses ativistas não se referirem diretamente a tais convenções e declarações, eles as recodificam internamente, por meio da construção e atualização das definições sobre o assédio sexual e a criação das chamadas “áreas de zero tolerância” a essas violências, em uma conexão entre os valores internacionais e as metáforas locais. Essas ideias são disseminadas por esses grupos através de suas atividades e

⁴⁶ Essas narrativas são resignificadas no Egito pelas organizações de combate ao assédio sexual, bem como pelo Conselho Nacional de Mulheres.

programas. Neste trabalho será dado destaque à adaptação de tais doutrinas internacionais pelo Programa Safe Areas, criado como parte da Unidade Safe Areas da organização Harassmap, cujas pedagogias são difundidas em pequenos estabelecimentos comerciais parceiros do grupo.

Apesar dos avanços promovidos pelas Nações Unidas no combate à discriminação e violência de gênero, a partir da promoção de suas pedagogias nos eventos, convenções e declarações, inúmeras críticas permanecem sendo direcionadas à organização, por alguns intelectuais que analisam o assunto. Essas críticas são feitas sobre a forma como essas pedagogias transnacionais de direitos humanos femininos são reapropriadas, em diferentes contextos.

Por conta de sua estrutura e do curto período de reuniões anuais (duas semanas), ouvindo países e violações atrás de violações, em sessões que lidam com cerca de oito países, o sistema CEDAW se mostra incapaz de entender as complexidades e os costumes particulares. Na ausência de tempo e informações detalhadas, acaba tratando todos com soluções análogas, sem julgar os sistemas culturais de forma diferenciada ou fazendo distinções na aplicação das leis (MERRY, 2006, p. 135).

Dessa forma, incorpora uma visão holística de que os costumes são “remanescentes do passado” e devem ser alterados ou extinguidos para acomodar um discurso próprio de modernidade e igualdade de gênero. Suas lideranças enfatizam, ainda, uma aliança entre Estado e movimento civil que não passa de uma ilusão, na prática, perante as dificuldades reais. Apesar de buscarem um diálogo entre diferentes saberes culturais, a estrutura montada do sistema acaba não dando espaço para outras visões de modernidade, ao oferecer a ideia de uma sociedade justa em que as diferenças locais não isentam a discriminação. Dessa forma, a cultura é admitida até certos limites, e as diferenças culturais não justificam o descumprimento das diretrizes (MERRY, 2006, p. 14).

Face às críticas promovidas ao universalismo desse sistema pelos intelectuais que o estudam, as Nações Unidas vêm buscando se reinventar (MERRY, 2006, p. 45). Estão procurando adaptar o relativismo e ao, mesmo tempo, buscam reconhecer o pluralismo cultural e a cultura como um processo interativo vivido por grupos diversos (resoluções de 17 de janeiro de 2007 (A/HRC/4/34) e 22 de março de 2010 (A/HRC/14/36)). Passam, assim, a atrelar as “visões universalistas ao relativismo cultural”, pela ideia de negociação, permitindo que se criem arenas para as novas interpretações das chamadas “práticas culturais boas” e que se abram espaços para a acomodação dos direitos humanos em múltiplos contextos, apesar de uma vigilância constante de “quem estaria falando pela cultura” e na identificação das vozes

dominantes responsáveis por reforçar as “ideologias patriarcais” da diferença de gênero nos contextos (MERRY, 2006, p. 17).

No entanto, a organização das Nações Unidas acaba se construindo a partir de um discurso contraditório, que tenta se equilibrar entre as diferentes abordagens. Ao mesmo tempo que trata as culturas como a-históricas, também procura vê-las de forma romantizada, como “tradições de antepassados” ou “tesouros nacionais”, que precisam ser cuidados, mas que de fato estão “*out there*” ao invés de “*in here*” (MERRY, 2006, p. 166). Assim procuram relativizar o conceito de gênero nessas convenções, definido como:

Um construto social pautado em normas sociais, em constante mudança; refere-se às características sociais e aos diversos atributos que associam o ser homem e o ser mulher. Esses atributos e as relações socialmente construídas são feitos pela socialização, evoluindo de maneiras diferentes a cada cultura, onde determinadas sociedades vão valorizar o que significa ser um homem e ser uma mulher (ONU FEMMES, 2012, p. 222).

No que se refere aos processos de readaptação dos discursos das Nações Unidas nos contextos, a discussão sobre a intensificação e a redução das distâncias entre os âmbitos local e global passa a ser essencial. Através das referidas Convenções e Declarações, as ideias de direitos humanos e femininos são globalizadas, sendo mobilizadas, adaptadas e transformadas localmente em termos culturais próprios, por um processo de “negociação constante entre o local e o global” (MERRY, 2006, p. 132), na medida em que estão sempre em interação, com a “difusão perene de ideias, hábitos e coisas” (HANNERZ, 1999, p. 15).

Nesse sentido, a análise de quem estaria falando pela cultura e mediando essa relação poderia permitir um entendimento das relações de poder e agenciamento existentes dentro dessa mediação transnacional. Dessa forma, o sistema CEDAW e os valores emanados através de suas práticas discursivas permitem uma análise mais complexa de como os valores locais e globais se relacionam, produzindo resultados criativos e significados ambíguos, com definições bastante escorregadias ao serem domesticadas. Assim, a violência de gênero funciona como uma linguagem global de comunicação, pela circulação de conhecimentos e ações. Isso pode ser percebido na construção de uma gramática própria dentro das atividades de combate ao assédio sexual promovidas através de ONGs, tais como as que atuam no Egito, contexto da presente pesquisa. Sua adaptação é mediada pelas agências locais: órgãos governamentais e movimentos sociais, atores-chave desse processo.

Dessa forma, os ativistas locais de tais organizações que combatem a violência de gênero, sujeitos essenciais nessa mediação de valores globais em sentidos locais, produzem uma síntese entre diferentes sistemas e sentidos de justiça. São indivíduos que dominam mais de uma língua, pois precisam conseguir fundos para os seus projetos e respaldo local para que

aconteçam. Portanto, precisam localizar esse discurso de direitos humanos sem que percam os seus significados originais, mas que ao mesmo tempo, façam sentido nos locais que os recebem. Os governos locais por sua vez, para adequarem internamente esses valores, cuja apropriação é marcada por conflitos, produzem uma inovação do sistema local, inspirando cópias, com roupagens adaptadas às novas localidades, apesar de manterem as suas estruturas originais. A tradução terá um papel essencial, pois permitirá o ajuste dessas retóricas, que são disseminadas nos programas de conscientização das referidas organizações.

Tendo em vista esses embates inerentes aos processos de mediação dos discursos de direitos humanos femininos, passarei a discutir então como essa adaptação se dá com um maior impulso em determinadas regiões geográficas, aquelas consideradas estratégicas pelos seus financiadores, e cujo impulso se deu com a criação e a intensificação das atividades das organizações sociais de combate à violência contra mulher na região do Norte da África e Oriente Médio (MENA).

1.2.O discurso do “feminismo transnacional” como parte da luta das “ONGs de gênero” do MENA (África e Oriente Médio)

O histórico das organizações civis pode ser dividido em três etapas: a partir de 1920-1950, entre 1950-1970 e o período da Era Neoliberal. O período entre 1920 e 1950 é marcado por duas grandes Guerras Mundiais e as organizações civis surgem como resposta aos efeitos devastadores promovidos pelos conflitos e através de iniciativas colonialistas que buscavam, ao mesmo tempo, novos territórios. Assim, as organizações passam a ser criadas com o objetivo missionário, atuando em países subdesenvolvidos sob a administração colonial. Entre 1950 e 1970, começam a transferirem ideias e valores modernizantes dos países mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos. Durante o período neoliberal, passam a funcionar como formas alternativas ao Estado falho, perante as desilusões sobre a capacidade estatal de promoção do desenvolvimento (ABELRAHMAN, 2004, p 24).

O termo “organização não governamental” (ONG) foi criado pelas Nações Unidas a partir do Artigo 71 da Carta das Nações Unidas. Foram definidas pelo documento como “qualquer organização fora do âmbito estatal”. Com o tempo, foram se modificando, ganhando colorações locais, direcionadas através de seus trabalhos e de suas atuações mais específicas com projetos voltados à violência de gênero.

As atividades das organizações não governamentais de combate à violência de gênero, algumas delas definidas como feministas e atuantes no Norte da África e Oriente Médio

(MENA⁴⁷), têm sido bastante discutidas em diversos trabalhos (MOGHADAM, 2014; SLENES, 2014a; 2014b; PITTMAN, 2009).

A história do feminismo no Norte da África e Oriente Médio (MENA) data dos anos 1970 e 1990, com a formação do grupo “Collectif 95 Maghreb-Egalité” pela união dos países Argélia, Marrocos e Tunísia. Estes compartilhavam uma identidade francófona e o fato de serem ex-colônias francesas (MOGHADAM, 2014, p. 10). O Coletivo foi criado com o objetivo de promover reformas igualitárias na Lei da Família e ampliar a cidadania às mulheres na região. Para a autora Moghadam (2014), foi a partir desses movimentos que se originou o ativismo feminino no Norte da África e Oriente Médio, os chamados “grupos de direitos humanos femininos do MENA” (MOGHADAM, 2014, p. 12).

Pittman (2009) e Slenes (2014a;2014b) vão direcionar as suas análises para as formas como esses discursos de direitos humanos internacionais encontram eco na região do MENA, em especial no Marrocos, através de ativistas que lutavam para a mudança na Lei da Família (Moudawana) entre 1999 e 2004. Pittman (2009) busca compreender a apropriação dos discursos feministas através dessas organizações de combate à violência de gênero marroquinas, que se diferenciavam entre si por terem agendas mais religiosas e outras seculares e, ainda, no que diz respeito à reinterpretação da lei islâmica (*ijtihad*). Apesar disso, eram grupos que tinham em comum a forte conexão entre os discursos globais e provocam mudanças locais através de suas mensagens, que eram traduzidas em múltiplas visões. A autora analisa a agência dessas ONGs através das traduções que promovem, por meio de tais atores. Ao mesmo tempo que funcionam como recipientes de recursos, evidenciam um poder implícito na transmissão dos discursos internos. Por outro lado, eram vistas internamente pelos ativistas islâmicos como meras marionetes do ocidente no recebimento desses fundos.

A “retórica dos direitos humanos” se desenvolveu no Marrocos a partir de uma política estatal tomada nos anos 1980 e 90, conforme Pittman (2009, p. 15), e foi incrementada com o neoliberalismo, dando origem assim à proliferação de instituições nacionais voltadas para os

⁴⁷ MENA (Middle East and North Africa) é uma região estratégica de investimentos, é composta por 22 países e se estende do Marrocos ao Irã, definição bastante controversa, incluindo os países do Magreb e do Oriente Médio. Concentra hoje cerca de 60% das reservas de óleo do mundo (petróleo e gás natural). As 12 nações-membro da OPEC (Organização dos Países Produtores de Petróleo) encontram-se na região. São países que vêm adotando modelos de desenvolvimento com forte intervenção estatal após 1950 e 1960, com forte crescimento nos anos 60 e 70, e posterior queda em 80 e 90 (WORLDBANK, 2006).

Ver também: [WORLD BANK. Mena. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/region/mena/overview#1/>](http://www.worldbank.org/en/region/mena/overview#1/). Acesso em: 15 ago. 2016. **Site.** Disponível em: <http://web.worldbank.org/archive/website01418/WEB/IMAGES/THEPOLIT.PDF?contentMDK=20895663&sitePK=256265>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

direitos humanos na região do MENA⁴⁸. Essa situação faz parte de uma tendência mundial, como estratégia de cooptação de aliados locais e internacionais, para que essas doutrinas sejam internacionalmente legitimadas, ao serem reconhecidas de fato. Sua principal característica é serem instituições “quase-oficiais”, na medida em que são grupos que, ao mesmo tempo em que foram criados pelo Estado, possuem um certo nível de liberdade para adaptarem determinados modelos internacionais como partes constitutivas das demandas locais (SLENES, 2014a, p. 75).

A proliferação de tais instituições está associada, ainda, aos processos de democratização vivenciados por vários países nos anos 1990, bem como pela influência da Conferência de Viena e da Resolução 48/134 (1993), conhecida como “Princípios de Paris”, que especificou as diretrizes dessas instituições estatais como órgãos que deveriam ser independentes aos Estados, apesar de criados por eles. No entanto, são instituições que, com suas práticas discursivas oficiais, acabam afetando o ambiente político. A cooptação ao Estado permite que suas demandas sejam legitimadas, facilitando assim, a “defesa dos direitos humanos” internamente (CARDENAS et FLIBBERT, 2005, p. 14).

Nos anos 90, ainda, com a disseminação das organizações não governamentais, essas instituições passaram a ser cada vez mais questionadas por tais grupos, recebendo inúmeras críticas no que se refere à sua capacidade de proteção às diretrizes de direitos humanos. Nesse sentido, a ideia incentivada pelas Nações Unidas de criação de organizações autônomas e independentes ao Estado, mais próximas das organizações sociais, mostrou-se paradoxal, bem como organizacionalmente fraca e ineficaz no combate a tais valores nos locais (CARDENAS et FLIBBERT, 2005, p. 8).

Segundo a autora Slenes (2014a, p. 66), esse processo se explica, pois, houve um incremento de programas e de financiamentos às ONGs localizadas na região do MENA, após o ataque aos EUA no 11 de Setembro de 2001, como justificativa à eliminação de grupos terroristas nesses países. A questão da violência contra a mulher se tornou prioridade de financiamento pelos vários órgãos americanos doadores, como por exemplo, a Ford Foundation

⁴⁸ Essas instituições foram criadas nos seguintes países: Marrocos (1990), Tunísia (1991), Argélia (1992), Palestina (1993), Iêmen (1997), Jordânia (2000), Qatar (2003), Arábia Saudita (2003) e Egito (2003). O Conselho Nacional de Direitos Humanos egípcio atualmente é responsável pelo acompanhamento de investigações de denúncias, assim como pela elaboração de recomendações e por disseminar a chamada “cultura de direitos humanos” no país, bem como na legislação vigente, cooperando com as organizações internacionais. Apesar disso, é acusado pelo movimento civil egípcio de ser um mero mecanismo de propaganda externa, usado pelo Estado para “mostrar para fora” que possui um órgão competente no combate às violações de direitos humanos, quando de fato é ineficaz no encaminhamento de tais questões (CARDENAS et FLIBBERT, 2005, p. 27).

e o USAID⁴⁹. Destaca-se ainda, que grande parte dos recursos recebidos na região tem como origem esse país, sob a forma da “linguagem dos direitos humanos” (PITTMAN, 2009, p. 16), e cujas relações estabelecem assimetrias de poder no modo como os financiamentos são destinados: “de baixo para cima” (Norte - Sul). De acordo com Pittman (2009, p.16), esse processo crescente de profissionalização das ONGs vai se evidenciar como uma forma de agenciamento interno desses grupos, por sua capacidade de construir “assuntos importantes”.

Nesse sentido, a profissionalização vem se tornando um processo indispensável a esses grupos de combate à violência de gênero, na medida em que o financiamento externo passa a determinar a sobrevivência de tais ONGs, permitindo que se tornem mais fortes localmente por sua maior institucionalização interna (PITTMAN, 2009, p. 33). Essa situação também vem sendo vivenciada no contexto egípcio, que será melhor explicada.

Esse fenômeno vem ocorrendo já há algum tempo com essas organizações, cuja atuação ultrapassa as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, esse processo acaba alterando a forma como tais trabalhos são desenvolvidos localmente, deixando de ser voluntários para se tornarem mais profissionalizados, com funcionários recebendo salários e ocupando cargos hierarquizados, à medida que se envolvem no movimento transnacional e se tornam parte dele. Por outro lado, evidencia-se como uma forma de pedagogia, que é transmitida através dos treinamentos e na conscientização promovida pelos ativistas nas ruas, com novas molduras construídas e atualizadas pelas ONGs. Logo, essas organizações “educam” os seus funcionários nessas pedagogias. Estes, por sua vez, repassam os conhecimentos aprendidos às comunidades através de outras pedagogias, a partir de sua própria gramática reinventada, por meio de situações práticas (PITTMAN, 2009, p. 16). Muitas vezes, acabam se afastando do seu público-alvo, com valores que não fazem sentido nos problemas locais.

A adaptação dessas gramáticas de direitos humanos, que são retraduzidas e reconstruídas em novas gramáticas por essas organizações locais, vem evidenciando os seus limites bastantes tênues, perante um processo contínuo de nativização dessas linguagens e pedagogias, por meio de traduções sobre traduções, para que assim façam sentido (SLENES, 2014a, p. 49).

Esse processo só é possível pelo fato de as financiadoras verem a falta de profissionalismo dessas organizações como a causa e existência do problema real nos locais, o

⁴⁹MASSEY, Carrie Lowenthal. **MENA Organizations Work to Abolish Violence Against Women.** Disponível em: <<http://ipdigital.usembassy.gov/st/english/article/2009/12/20091202123551kcsniggi0.7579157.html#axzz4CPIaT09L>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

que contribuiria para uma ineficiência perante a fraca influência política que tais organizações possuiriam em seus países. Dessa forma, com objetivo de serem financiados, esses grupos promovem uma maior sistematização interna de suas atividades ao “modelo buscado pelo financiador”, o que leva também a uma maior hierarquização das suas estruturas (CLARK et MICHUKI, 2009, p. 14). Com mais hierarquização e burocratização⁵⁰ dessas ONGs que trabalham no campo feminista, tais grupos absorveram uma mão de obra local: profissionais de classe média, em sua maioria, pós-graduados e falantes da língua inglesa. Sua atuação acaba refletindo na produção dos documentos e publicações dessas ONGs, os quais, em sua maioria, se dão na linguagem estrangeira: a do financiador (SLENES, 2014a, p. 66).

No contexto marroquino determinadas organizações locais vão se apoiar nos valores promovidos pela CEDAW, passando a conceber a violência contra a mulher como um problema no país, além de construírem uma tipificação de suas formas, judicializando o conceito no Marrocos (SLENES, 2014b, p. 90). A associação Warda foi etnografada por Slenes (2014a) e, segundo a autora, será a principal mediadora desses valores internacionais, internamente, por meio do financiamento da organização Global Rights. Dessa forma, as noções de violência e direito passam a ser instrumentalizadas por esses grupos, na tentativa de construção de um diálogo entre eles, o financiador e o seu público-alvo, em um “processo de tradução de ideias de direito” que serão usadas para pressionarem o Estado, para que sejam melhor definidas no âmbito legal (SLENES, 2014a, p. 94). Na verdade, esses Estados somente mantêm uma aparência de cumprimento, pois nada fazem ou fazem algo bem diferente do que é especificado nas Convenções. Para a autora, o papel dessas ONGs vem se tornando essencial, ao traduzirem saberes técnicos em linguagens localmente aceitas, pela manipulação de metáforas e jargões.

No caso analisado por Slenes (2014a, p. 96), as ativistas marroquinas vêm se mobilizando para uma releitura das leis e mudança legal do Código da Família desde os anos 80, enquanto o governo, por outro lado, vem tentando driblar tais pressões dos movimentos sociais (islâmicos e laicos) e dos organismos internacionais. No Marrocos houve mudanças nos códigos legais. Muitos foram laicizados, enquanto as questões referentes à família permaneceram conectadas à religião, assim como determinadas definições da violência continuaram insatisfatórias para esses ativistas. Estes defendiam leis mais compreensivas no

⁵⁰ Max Weber (1946, p. 260) define a burocracia pela regularidade abstrata da execução da autoridade. Entende a burocratização como um instrumento de poder, uma atividade ordenada a partir de determinados regulamentos e normas administrativas, com estruturas e deveres ordenados fixamente. Autoridades dão ordens internas colocadas em disposições hierarquizadas, especializadas e distribuídas, de acordo com seus níveis de qualificação (hierarquização dos cargos) (WEBER, 1946, p. 229). A sua superioridade técnica deve-se à precisão, velocidade, clareza, subordinação rigorosa, redução de atritos e custos, em comparação com outras formas de organização (WEBER, 1946, p. 249).

entendimento da violência (SLENES, 2014b, p 17). Esses indivíduos são entendidos pela autora como pessoas que possuem vários eixos de comunicação: financiadores, público-alvo e as políticas estatais, funcionando como mediadores locais de diferentes sentidos (SLENES, 2014a, p. 114).

As discussões de Pittman (2009) e Slenes (2014a) sobre o contexto marroquino se assemelham às análises feitas por Simião (2009) que, em seu trabalho, discute o processo de criação do sistema jurídico no Timor Leste e a consequente conceituação da violência doméstica no local por várias agências, como fruto de embates. Para o autor, as ONGs locais de combate à violência de gênero, com as mudanças sofridas pelo país, passam a funcionar como mediadoras na readaptação de valores internacionais, transformando as demandas em elementos de direito. Desta feita, transmitem mensagens subliminares e concepções de gênero e violência que interpõem os processos locais, nacionais e transnacionais.

No Egito, contexto estudado neste trabalho, as organizações não governamentais locais que combatem a violência de gênero também farão uma constante atualização e reinvenção dos discursos de direitos humanos femininos, internamente. Assim, vão construir a noção de assédio sexual como um crime, bem como clarear as suas definições conforme os seus interesses, ao mesmo tempo que as suas atividades vão se mesclar às pautas feministas internacionais e às noções de gênero locais.

1.3.As “pautas feministas transnacionais” e as “gramáticas de direitos humanos femininos” no contexto histórico egípcio

O surgimento de associações sociais no Egito data do período da modernização promovido durante o governo de Mohamed Ali (1805-1882), através de seus projetos de criação de uma “superestrutura governamental burocrática”, influenciada pelos modelos ocidentais de desenvolvimento (ABELRAHMAN, 2004, p. 140). Esse modelo teve repercussão também das reformas que ocorriam no próprio Império Otomano, época conhecida como Tanzimat (“reorganização”, 1839-1876). Esses foram os anos de maior industrialização, além da promoção de um senso de cidadania e identidade otomana, abolindo as desigualdades existentes entre muçulmanos e não muçulmanos, em 1856, visando a impedir a emergência de conflitos de cunho nacionalista. Com todo o desenvolvimento levado por essa política, Mohamed Ali, que era o então oficial do estado otomano e que controlava o Egito, acabou se proclamando paxá, com a criação de um governo egípcio autônomo ao império (PINTO, 2010, p. 125).

As primeiras associações no país foram criadas a partir de iniciativas religiosas com o respaldo estatal, como a Associação Copta (1891) e a Caridade Islâmica (1896)

(ABELRAHMAN, 2004, p. 144). Posteriormente, esses grupos passarão a ter uma agenda nacionalista, buscando a independência contra a ocupação britânica (1882-1922). A partir de 1923, criam-se leis para restringir a atuação dessas associações no Egito, com a Constituição egípcia, que as colocou cada vez mais sob a jurisdição do Estado. Esse período coincide com a criação da Irmandade Muçulmana⁵¹ (1928), grupo que tinha o objetivo de libertar o país do imperialismo britânico, e o retorno a uma sociedade islâmica pela ideia de *umma* (comunidade islâmica). Para atrair a atenção da população aos seus projetos, buscavam o público jovem e as associações estudantis. Dessa forma, a Irmandade foi ganhando força no país.

Durante o período Nasser (1954-1970), o governo suprimiu qualquer força extraestatal entendida como ameaça, bem como fechou partidos políticos e diversas associações sociais foram banidas e proibidas de funcionarem. A Irmandade teve os seus membros presos, e alguns deles emigraram para o Golfo (PINTO, 2010, p. 154). Posteriormente, retornaram ao país, trazendo ideias de uma nova sociedade muçulmana a ser aplicada no Egito. Nessa época também foi criada a primeira lei das associações sociais no país, ficando estas sujeitas à autorização do governo e podendo ser dissolvidas sem qualquer justificativa pelo mesmo (ABELRAHMAN, 2004, p. 147).

Por meio de uma política cada vez mais corporativista de Nasser, as associações egípcias, aos poucos, voltaram a funcionar, porém sob severo controle do Estado e passaram a ser classificadas em duas categorias: organizações de bem-estar e as organizações para o desenvolvimento ou CDAs. Pela Lei 32, de 1964, estas passam ao controle do Ministério de Assuntos Sociais (MOSA), criado, por sua vez, em 1939 (ABELRAHMAN, 2004, p. 150), o que permitiu que o governo gerenciasse a entrada de fundos, assim como as suas atividades, a periodicidade das reuniões e a seleção dos membros e dos diretores internos.

O período Sadat (1970-1981), por sua vez, será marcado por uma alavancada do movimento islâmico, como tentativa de apagar a força do “socialismo nacionalista”, promovido no regime anterior. Esse foi o período de maior flexibilização da relação Estado-sociedade civil (ABELRAHMAN, 2004, p. 151). Rapidamente, várias organizações vão surgir no período, mas com o tempo vão se mobilizar contra o próprio processo que propiciou a sua atuação: o neoliberalismo e as suas conseqüentes privatizações, que geraram a queda da economia do país (PINTO, 2010, p. 160). Destaca-se que esse foi o período em que o Egito mais se reaproximou

⁵¹ A Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928 por Hassan al-Banna, no Egito, e vai aos poucos rejeitar os modelos europeus de “democracia liberal”. Dessa forma, terá como principal adversário a política parlamentar implementada pelo partido Wafd, e seu nacionalismo secular, entendidos pelo grupo como ineficazes para a mudança política. Assim, a Irmandade vai buscar alianças com a monarquia egípcia em troca de uma islamização das instituições, projeto que fracassou com o assassinato de Hassan al-Banna, em 1949 (PINTO, 2010, p. 148).

dos EUA, abrindo as portas para o mercado internacional, pois passam a ver o país como uma posição estratégica na região e isso se refletiu também no financiamento dessas organizações (AHMED, 2011, p. 188).

Ao longo da história, as organizações islâmicas serão acusadas pelos grupos que combatem a violência contra a mulher no Egito de trazerem os radicalismos das correntes *wahabitas* do Golfo Pérsico ao imigrarem para o país, considerando-os como um retrocesso “à chegada ao desenvolvimento e ao projeto democrático entre homens e mulheres” (AHMED, 2011, p. 190). Ao mesmo tempo, as organizações islâmicas também farão oposição a esses grupos, acusando-os de serem “meras marionetes dos ideais ocidentais e sionistas⁵²” e de “trazerem ideias imorais e degeneradas para a região, com o objetivo de suplantar o ideal de uma sociedade islâmica” (AHMED, 2011, p. 195). Esse conflito foi incrementado com a intensificação do recebimento de fundos da Europa e EUA, para a realização das atividades internas dessas organizações (ABELRAHMAN, 2004, p 152).

Com o tempo, diversas pautas feministas passam a fazer parte do processo de surgimento de organizações sociais no Egito e o crescimento da internacionalização desses movimentos foi iniciado com a busca pelo sufrágio. Tal fato se deu através da conexão de algumas ativistas egípcias com organizações internacionais, como a International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship (IAW), grupo criado em Berlim em 1904, com o objetivo de expandir as noções de cidadania de mulheres pelo mundo. Huda Shaarawi (1879-1947), ativista egípcia nascida no governo de Minya, no Alto Egito, foi figura-destaque nesse momento, com a sua presença constante nesses congressos, buscando a criação de um “feminismo pan-árabe”, com o foco em direitos políticos, econômicos, educacionais, além de discutir a questão da Palestina (ABDELMONEM, 2016, p. 132).

O feminismo surge no Egito atrelado a um nacionalismo de partidos políticos locais, como Wafd e Watani. Posteriormente, esse movimento feminista será cooptado pelo Estado egípcio, funcionando como auxiliares estatais (AHMED, 2011; ABELRAHMAN, 2004).

De acordo com a antropóloga Nelson (2007, p 18), esse ativismo feminista no Egito começou com a chamada “ocidentalização de 1880”, processo que se desenvolveu juntamente aos movimentos reformistas de 1920 e que atingiu o ápice em 1952. Segundo a autora, tal movimento vai ser composto por duas fases: a primeira delas, entre 1919 e 1923, e a segunda, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

⁵² O sionismo é um movimento político-ideológico criado no início do século passado, que defende a existência de um Estado judaico na Palestina e que divide hoje a população judaica mundial.

A primeira fase do movimento foi impulsionada e apoiada pelo partido político egípcio Wafd, liderado pelo político Saad Zaghloul (1859-1927), também esposo da feminista Safiyya Zaghloul (1876-1946), que era filha do então primeiro-ministro turco Mustafa Fahmi Pasha. O partido foi responsável pela realização da Passeata Feminista de 1919, pela retirada dos ingleses. Esse foi também o momento em que a figura de Huda Shaarawi passou a circular pelo mundo, através do famoso evento da retirada do véu no metrô do Cairo, como oposição à presença britânica (AHMED, 2011, p. 188).

Esse primeiro momento do chamado “feminismo egípcio” é entendido pela autora Nelson (2007) como uma fase de “experimento liberal”, vivenciado pelo país, enquanto o segundo é visto por ela como a sua fase mais radical e marcada por intensos debates de oposição ao nasserismo. Ambas as fases se desenvolveram em um período histórico bastante conturbado, com o surgimento da Irmandade Muçulmana. Soma-se a isso o fato de ter sido um período de pós-guerras, com a recuperação da Guerra Fria, bem como com a criação do Estado de Israel e realização da Conferência de Bandung, da qual o Egito vai se conectar como parte do Movimento dos Grupos Não Alinhados⁵³ (AHMED, 2011, p. 188).

Durante a Guerra Fria, o Egito inicialmente se manteve neutro, mas aos poucos se aliou ao lado soviético, pelo fato de receber inúmeros financiamentos para a construção de obras faraônicas. Apesar disso, o alinhamento não se deu de fato na religião, uma vez que Nasser aparecia nas mesquitas rezando e fazendo peregrinações à Meca. Em 1948, o Egito perde a guerra contra Israel. Fica marcada a desintegração do regime nasserista, fase também de frustração política e que acabou impulsionando a entrada cada vez maior de ideologias islâmicas, tendo em vista o fracasso de seu “regime secular” (AHMED, 2011, p. 188).

Nos anos 70, a grande maioria dos países árabes encontrava-se sob domínios autoritários e buscava afirmar a sua legitimidade através da ideologia nacionalista árabe. Em alguns casos, por meio do “socialismo árabe”, como o presidente Nasser. Tais regimes serão a principal força de descontentamento dos grupos islâmicos. Esse processo será acelerado com a derrota do nacionalismo e socialismo sírio e egípcio diante de Israel, na Guerra dos Seis dias, em 1967, e com a perda de territórios egípcios para o país. Esses fatos foram percebidos como uma incapacidade desses regimes de assegurar a liberdade e a integridade da nação, atrelados ainda ao declínio do padrão de vida e da economia, o que abriu espaço para grupos de oposição e para

⁵³ O Movimento dos Não Alinhados teve origem na Conferência de Bandung, realizada em 1955, em que alguns países optaram por não se alinharem nem ao bloco soviético, nem ao americano, durante o período da chamada Guerra Fria (1947-1991).

que o islã político ganhasse força, apesar da forte repressão governamental dos anos 60-80 (PINTO, 2001, p. 159-165).

O período Sadat (1970-1981), foi marcado por forte luta armada dos grupos islâmicos, tensões que se agravaram ainda mais com a “Revolta do Pão”, no Cairo em 1977. O grupo mais famoso desse período foi a Sociedade dos Muçulmanos, também conhecido como Excomunhão e Migração, fundado em 1973 por Shukri Mustafá (1942-1977), sujeito que entrou para os Irmãos Muçulmanos em 1965 e foi preso durante a onda de repressão do período Nasser. Ao sair da prisão, ele fundou a sua organização, levando as ideologias do intelectual, também da Irmandade, Sayyid Qutb ao extremo. Entendia aqueles que não compartilhassem as suas ideias como infiéis, e propunha que os “verdadeiros muçulmanos” se retirassem dessa sociedade para que pudessem denunciar e combater a hipocrisia. Falava contra a “maquinaria burocrática governamental” inchada, assim como as lideranças religiosas (PINTO, 2010, p. 161).

A Revolução Islâmica no Irã, em 1979, reacende as esperanças de uma tomada de poder violenta por esses grupos, somadas ainda ao assassinato de Sadat, em 1981, pelos militantes da Sociedade dos Muçulmanos de Shukri Mustafá. Na Síria, os Irmãos Muçulmanos enfrentaram o regime ba'athista em 1979, e na Turquia intensificaram o combate ao Estado de Mustafá Kemal. A Guerra Civil na Argélia (1992-1999) foi mais um exemplo do jihadismo transnacional, com a criação do GIA (Grupo Islâmico Armado), e os limites políticos desses movimentos ficaram cada vez mais evidenciados durante a Guerra da Bósnia (1992-1995) (PINTO, 2010, p. 142).

Dessa forma, o momento inicial do ativismo feminista egípcio foi marcado pela forte presença de mulheres da elite, como Safiyya Zaghoul (1876–1946), Huda Shaarawi (1879-1947) e Labiba Ahmed (1870-1951). Um marco foi a criação da Egyptian Feminist Union (EFU), em 1923, por Shaarawi. Tal grupo via os problemas sociais como negligência do Estado perante sua população, incluindo as mulheres.

Esse íterim foi marcado por cisões no referido movimento, entre abordagens seculares e religiosas. Safiyya Zaghoul e Huda Shaarawi eram consideradas por Labiba Ahmed (1870-1951), a representante do chamado “feminismo islâmico” no Egito e futura integrante das Irmãs Muçulmanas (braço da Irmandade Muçulmana), como “feministas de mercados europeus”, devido às suas constantes viagens à Europa. Enquanto isso, Ahmed pregava a volta de valores islâmicos e a retomada de uma sociedade islâmica pura. Para isso, realizava de forma frequente viagens de peregrinação à Meca, na tentativa de estabelecer alianças com entidades islâmicas do Golfo (NELSON, 2007, p 15).

Labiba Ahmed trabalhava no partido Watani, grupo ligado à Irmandade Muçulmana, defendendo um movimento de direito das mulheres a partir de perspectivas islâmicas, em uma fusão do islamismo ao nacionalismo. Ela fundou a Sociedade das Damas Egípcias e o jornal “O Acordar da Mulher”, que tinham como objetivo disseminar uma nova ideia de mulher muçulmana (BARON, 2005, p. 19). Sua atuação política é conhecida a partir de 1919, participando também da passeata no referido ano e durante o episódio da viagem de Safiyya Zaghoul, com a volta do exílio de seu marido, em que Ahmed a presenteou com um Alcorão, demonstrando o viés de seu feminismo mais atrelado à religião islâmica. Acreditava que o progresso da nação só seria possível pelo islamismo. Dessa forma, criticava e fazia oposição à venda de bebidas alcóolicas e à prostituição e lutava para a criação de uma polícia moral, que controlasse a separação de atividades entre homens e mulheres (AHMED, 2011, p. 15).

Labiba Ahmed defendia também o estudo do Alcorão e a educação escolar para meninas de forma idêntica à educação masculina, apesar de considerar os papéis sociais diferenciados. As meninas deveriam, portanto, estudar para exercer papéis familiares, para guiar a família, sendo capazes assim de liderarem uma nação, ao contrário dos homens, que assumiriam outros papéis (BARON, 2005, p. 25). Ela teve fortes relações com a Irmandade Muçulmana e com o seu fundador, Hasan Al- Banna, reconhecendo-o como um líder capaz de direcionar o movimento do revivalismo islâmico no Egito, sendo apoiada por ele para a posterior criação da Associação das Irmãs Muçulmanas, em 1932, hoje chamada de Irmãs Muçulmanas (NELSON, 2007, p. 18).

Após a geração de Ahmed, a feminista Zaynab Al-Ghazali (1917-2005), filha de um líder religioso egípcio educado na Universidade egípcia Al-Azhar, continua o movimento do “feminismo islâmico” no Egito, por meio da criação da Associação das Mulheres Muçulmanas (*Jamaa'at al-Sayyidaat al-Muslimaat*), através de sua forte relação com a Irmandade Muçulmana. A organização tinha o objetivo de cumprir a “*da'wa*”⁵⁴ e os ensinamentos do islã para homens e mulheres. Para isso, ela defendia que as mulheres deveriam retornar ao ambiente doméstico, mantendo a base da sociedade islâmica: a casa e a família. Foi presa por Nasser em 1965 e sentenciada a 25 anos de prisão, porém solta durante a presidência de Sadat, em 1971 (AHMED, 2011, p. 56- 57).

Durante o período Nasser e a sua aproximação do feminismo local, como forma de cooptação desses movimentos, as mulheres egípcias passaram a ser sujeitos de suas políticas e a serem vistas como passivas da proteção do Estado e assistência, fase que é chamada por

⁵⁴ Trabalho de divulgação da religião islâmica pelos seus próprios seguidores ao redor do mundo.

Abelmonem (2016, p. 133) de “feminismo de Estado”. Esse processo permanece e pode ser visto nos dias de hoje, após a criação do Conselho Nacional de Mulheres, em que a instituição vem buscando uma maior cooptação aos movimentos de combate à violência de gênero no país.

Esse foi o contexto também de intensa radicalização do movimento, através da voz da filósofa, poeta e escritora Doria Shafik (1908-1975). Nascida em Tanta, no delta no Nilo, estudou numa escola francesa local. Ela clamava pelo avanço nos direitos políticos de mulheres e, como forma de ação, praticava greves de fome. Esse período foi marcado por um movimento feminista mais politizado, com algumas de suas integrantes exercendo cargos políticos dentro do governo (AHMED, 2011, p. 158).

Shafik foi primeira mulher egípcia a concluir o doutorado na Sorbonne, em Paris, e começou o seu ativismo feminista no Egito, após o seu retorno da França, a partir da criação de revistas que criticavam o governo Nasser – destaque para a revista “*Bint al-Nil*” (Filhas do Nilo), com o mesmo nome do partido político que ela fundou. Criou também a revista Nova Mulher, indicando uma mudança nos papéis sociais de homens e mulheres egípcios (TUCKER, 2007, p. 25). Sua luta tinha como principais objetivos o estabelecimento de direitos constitucionais e parlamentares às mulheres, bem como a sua garantia na lei. Defendia também a difusão da cultura e serviços sociais para as famílias mais pobres, através de programas de combate ao analfabetismo, além de chamar as mulheres ao voto e à participação no parlamento. Somente em 1956 os direitos das mulheres passaram a fazer parte das agendas governamentais, com o voto. Paradoxalmente, com o tempo, a organização de Doria, a “União das filhas do Nilo”, se transformará no atual Conselho Nacional de Mulheres, órgão controlado pelo Estado egípcio (NELSON, 2007, p. 14).

Doria Shafik recebeu inúmeras críticas dos movimentos islâmicos no país, devido à sua intensa participação em eventos internacionais, como as feministas do movimento anterior, sendo acusada de trazer “o perigo do feminismo secular para o Egito”, algo que seria contraditório aos valores islâmicos. Essas críticas permanecem nos dias de hoje, em que partidos islâmicos criticam a atuação das organizações sociais de combate à violência de gênero, atuantes no país.

Ainda durante o Regime Nasser (1954-1970), destaca-se também a figura de Rawya Attiya (1926-1997), nascida no governo de Giza e primeira mulher dos países árabes a ocupar um cargo parlamentar. Esse foi o momento de incentivo governamental à promoção de mulheres em posições de comando no governo, e também de maior “transparência” do chamado “feminismo estatal” (GOLLEY, 2012, p. 18). Esse incentivo governamental às mulheres pode ser percebido pela transferência de grandes recursos financeiros do Estado na criação de uma

“moral egípcia”, com cerca de 15 mil libras investidas no cinema nacional para a criação de uma imagem feminina perante os novos papéis de gênero, colocando homens e mulheres como os “filhos da Revolução de 1952” (YOUSSEF, 2010, p. 18).

A delimitação dessas duas fases do movimento feminista egípcio é bastante controversa na literatura acadêmica sobre a questão. Ao contrário de Nelson (2007), que divide esse movimento em duas fases, para Golley (2012), todas essas ativistas elencadas acima fariam parte do primeiro movimento do feminismo egípcio. Apesar das cisões internas, elas não buscariam um rompimento total com os “valores morais egípcios”, somente uma adequação. Para Golley (2012), portanto, tal ruptura com os valores vigentes, só será vista após os anos 1970, a partir das atividades da feminista, escritora e médica pediatra Nawal El Saadawi (1931).

Com a Guerra de 1973, o aumento da impopularidade do governo de Sadat e o neoliberalismo governamental foi gerada uma frustração na sociedade egípcia, por meio da abertura da economia para um capitalismo feroz, período que coincide com a entrada de correntes religiosas. A médica El Saadawi, nascida no governo Qalyubia e considerada por alguns intelectuais como a “Simone de Beauvoir do Oriente Médio”⁵⁵, aparece neste momento, com críticas severas ao elemento religioso e ao tradicionalismo egípcio. A presença de El Saadawi, nesse contexto, na perspectiva de Golley (2012, p.18), dará início à segunda fase do feminismo egípcio, com as suas fortes críticas ao uso do véu e mutilação genital, chamando as mulheres para uma revolução social, cultural e econômica no país, com discussões de assuntos tabus, como a sexualidade dentro do Islã.

Em 1980, ela funda no Egito a Associação de Solidariedade às Mulheres Árabes e a Associação Árabe para os Direitos Humanos. Foi presa em 1981 pela publicação da revista *Confrontation*, porém, com o assassinato de Sadat, foi solta logo em seguida. Em 1988 ela sai do país, tendo se exilado nos EUA, lecionando em algumas das principais universidades norte-americanas. Em 2004 ganhou o Prêmio Nobel da Paz e em 2005 foi incentivada pelos seus apoiadores a tentar a eleição para presidente, tendo desistido logo em seguida.

Ainda hoje, ela escreve livros e participa ativamente dos protestos e manifestações no país. Teve presença efetiva na Revolução Egípcia de 2011. Realiza também palestras, que acontecem uma vez ao mês, sempre no Cairo e em Alexandria. Pude participar de algumas delas durante o meu trabalho de campo, percebendo que esses eventos são bastante frequentados pelos ativistas que trabalham no combate à violência de gênero no país, principalmente os ativistas antiassédio sexual.

⁵⁵ INFED. **Nawal El Saadawi a creative and dissident life**. Disponível em: <<http://infed.org/mobi/nawal-el-saadawi-a-creative-and-dissident-life/>>. Acessado em: 15 ago. 2016.

Posteriormente, na chamada “Era Mubarak” (1981-2011), fase marcada pelo expressivo crescimento da “indústria das organizações civis” no país, sobretudo as envolvidas em atividades na temática dos direitos humanos femininos, houve a realização das inúmeras conferências sobre os direitos das mulheres, ao redor do mundo. Uma dessas conferências promovidas pelas Nações Unidas se deu no Egito: a Conferência do Cairo (1994). Esse foi o momento em que os ativismos voltados ao combate da violência de gênero mais se desenvolveram no país, como reflexo das conferências e Convenção. O assunto em discussão naquele momento, no Egito, era a circuncisão/mutilação genital, ato que durante o ano de 1970 passou a ser criminalizado internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde, em uma de suas conferências realizadas no Sudão. Posteriormente, nos anos 80, passou a ser proibido pela lei, no Egito (ABDELMONEM, 2016, p. 135).

Entre os anos 1981 e 2011, Mubarak e o seu regime neoliberal buscaram redefinir o papel desses movimentos sociais na arena política egípcia, ora reprimindo-os, ora cooptando-os aos seus objetivos. Esse foi o período, também, de criação do Conselho Nacional de Mulheres, por Suzanne Mubarak, mulher do então presidente e figura bastante proeminente, na defesa dos direitos femininos. Em seu mandato no Conselho, ela atuou na aprovação da controversa Lei do Divórcio, tendo sido aprovada pelo Parlamento egípcio.

No ano de 2002, contudo, foi criada a Lei 153, na qual as ONGs sofreram novamente um ataque por parte do governo. Assim, as organizações que tivessem atividades políticas em sua natureza ficariam proibidas de atuar⁵⁶.

Nos últimos anos, esse ativismo inicialmente feminista e que posteriormente se direcionou ao combate à violência de gênero no país foi se complexificando, com a especialização cada vez maior desses movimentos, passando a responder às situações políticas vivenciadas pelo país. Com o tempo, portanto, foram sendo formados grupos de combate ao assédio sexual, que se misturam às pautas feministas e às questões de gênero locais e cujas atividades serão foco deste trabalho.

O período entre 2011 e 2012, governo de Mohamed Morsi (jun. 2012 – jul. 2013), quando a Irmandade Muçulmana toma o poder no país, foi marcado por tensões internas que comprometerem a existência do Conselho Nacional de Mulheres. O órgão foi acusado pela Irmandade de trazer uma intoxicação ocidental para o Egito, com a aprovação da Lei do Divórcio, havendo defesas de que fosse fechado. Destaca-se que esse foi o íterim de maior

⁵⁶ Destaca-se que o período dos anos 1990 foi o momento em que houve o aumento das ocorrências de ataques terroristas no país, o que influenciou a intensificação das restrições políticas aos mais diversos grupos, com a criação de leis cada vez mais severas.

islamização das instituições governamentais egípcias, e em que vários direitos femininos adquiridos nos anos anteriores foram anulados, com a justificativa de que iam de encontro aos valores islâmicos. O governo de Morsi aparece com o objetivo de reafirmar os direitos dos homens perdidos com tais leis, durante o governo de Mubarak. Essa fase foi marcada também pelo repúdio às influências externas dentro do país, sendo entendidas como as causas da crise econômica, o que levou ao aumento do desemprego e à posterior Revolução de 2011.

Tal governo limitou, como nunca visto, a entrada de financiamentos externos às ONGs locais, estigmatizando-as como possuidoras de agendas ocidentais e, portanto, importadoras de modelos que não fariam sentido no contexto egípcio. Junto a esse processo, as ONGs de combate à violência de gênero foram acusadas de transplantarem uma ideia de “feminismo liberal ocidental” para o Egito. O Conselho Nacional de Mulheres, por sua vez, foi considerado composto por espiões internacionais e de promover um afastamento de uma identidade islâmica feminina (DYER, 2013, p. 18).

Com a Irmandade Muçulmana no poder, a questão de gênero foi trazida para discussões religiosas. Dessa forma, o assédio sexual tornou-se barganha política do grupo. Isso pode ser visto na fala de um dos representantes da Irmandade, que afirmou para os movimentos de combate ao assédio sexual: “Não digam que as mulheres são a linha vermelha! Elas estão indo para a Praça Tahrir manifestarem para serem assediadas e não têm vergonha ou medo. Isso não é feminismo!” (MIDDLE EAST FORUM, 2013).

Apesar da oposição enfrentada pela Irmandade no período, o Conselho Nacional de Mulheres, com a posterior saída de Morsi do poder, em dezembro de 2013, publicou um relatório evidenciando as inúmeras violações aos direitos femininos cometidas no país durante a sua curta presidência. Tal relatório afirmou que um milhão de crianças entre 15 e 16 anos foram forçadas a casar, com um aumento desse número de 22% em apenas um ano de governo. Houve um alto número de mortes de crianças associadas à gravidez precoce e casamentos também prematuros.

Atualmente, no governo de Abdul Fatah Khalil Al-Sisi, a chamada Lei de ONGs (Lei 153 - 2002) continua vigente. Dependendo dos contextos políticos vivenciados pelo país, é retomada e atualizada, bem como sofre intensa radicalização, no intuito de reprimir os movimentos sociais. Isso vem dificultando, principalmente, as atividades das organizações de combate ao assédio sexual, perante a problemática para a obtenção de licenças governamentais para funcionamento.

1.3.1. Os mediadores das “gramáticas de assédio sexual” no Cairo: Conselho Nacional de Mulheres e as Organizações Não Governamentais

A categorias acerca do assédio sexual vêm sendo construídas, atualizadas e assim instrumentalizadas no contexto egípcio a partir de diversas agências locais, que funcionam como mediadoras do conceito. Tais mediadores recriam essas categorias, a partir de uma conexão entre os valores transmitidos pelas narrativas transnacionais, e os discursos locais produzidos pelas organizações antiassédio sexual e as diligências do Conselho Nacional de Mulheres. Esses movimentos atuam por uma reinterpretação das “gramáticas de direitos humanos femininos”, reapropriando-as internamente, para a construção de suas próprias gramáticas, que respondam aos problemas nacionais.

1.3.1.1. O Conselho Nacional de Mulheres Egípcio


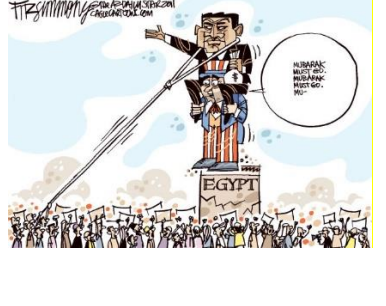

O Conselho Nacional de Mulheres, instância governamental egípcia, criada em 2000, é atualmente a instituição responsável por lidar com as questões femininas no Egito. Através da apropriação dessas questões pelo Estado, tal órgão passa a politizar o assunto “gênero”, e esse posicionamento pode ser visto através do combate promovido pela instituição, nos anos 1990, à mutilação genital e violência doméstica.

Tem como objetivo monitorar e revisar a legislação relacionada às questões das mulheres, além do recolhimento de informações, o gerenciamento e a produção de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher. É também a instância que representa o Egito nas reuniões da CEDAW a cada quatro anos, elaborando relatórios internos. É responsável por convidar as “ONGs parceiras” para a discussão dos relatórios enviados à Convenção pelo Conselho, bem como reuniões para debate de emendas constitucionais, como aquelas realizadas no Código Penal, em 2014, e também para a criação de planos de ação, como por exemplo, a implementação da Estratégia Nacional (2015-2020).

Grande parte dos projetos que a referida instituição realiza está ligada ao que é chamado, em seus relatórios, de “empoderamento de mulheres”, no interior do país, principalmente nas áreas rurais, através de programas de geração de renda. Hoje, o órgão atua em 27 governos, em cooperação com as ONGs locais e possui inúmeras parcerias com as Nações Unidas (UNFPA, UN Women, etc). Recebe fundos de algumas instituições norte-americanas, como a USAID⁵⁷,

⁵⁷ Os financiamentos norte-americanos de instituições como USAID fazem parte de uma estratégia de cooptação do governo egípcio à política dos EUA, tendo em vista a posição geográfica estratégica do país no Oriente Médio e Norte da África. Os investimentos são direcionados com o objetivo de promover uma estabilidade regional. Os EUA dão ajuda econômica e militar ao Egito desde os anos 1970, possuindo como reflexo o acordo de paz entre Egito e Israel em 1979, países com um inimigo em comum: Hamas, grupo que promove ataques

que financia várias de suas atividades internas e que, por sua vez, intervém diretamente na política e nos regimes locais. Os financiamentos funcionam como estratégias políticas na manutenção de influências no local. Isso ficou bastante claro durante a Revolução Egípcia de 2011, no apoio norte-americano dado aos presidentes Hosni Mubarak e Mohamed Morsi, para que se mantivessem no poder, mesmo com as manifestações (Figura 7, Figura 8 e Figura 9).

		
<p>Figura 7 Obama (EUA) e Morsi (Egito) durante a Revolução de 2011</p> <p>Fonte: Cartunes e Bonecos Blogspot, 2011.</p>	<p>Figura 8 Apoio dos EUA a Mubarak</p> <p>Fonte: New York Times, 2012.</p>	<p>Figura 9 Presidentes americano (Bush) e egípcio (Mubarak), e suas primeiras-damas.</p> <p>Fonte: New York Times, 2005.</p>

A criação do Conselho Nacional de Mulheres encontra-se em consonância com uma tendência mundial disseminada através da criação de instituições nacionais de direitos humanos e femininos, que se deu a partir dos anos 1980 e que foram fortalecidas com as diretrizes de algumas Declarações, como Nairobi (1985), Viena (1993), os Princípios de Paris e a consequente Resolução 48/134 (1993). Esses documentos incentivavam a criação de instituições nacionais na promoção dos valores de direitos humanos internacionais. A atuação dessas instituições se mostrou bastante controversa ao longo dos anos, e isso pode ser percebido na fala de alguns de meus interlocutores e ativistas no combate ao assédio sexual, principalmente na promoção dos direitos civis pela referida instituição, tendo em vista a sua criação “para fora” e não para “dentro”, de acordo com tais pessoas. Ao mesmo tempo, esses Conselhos irão funcionar em harmonia com interesses do Estado e, por sua vez, distantes do povo, numa postura sempre imparcial, na visão desses grupos.

terroristas na região. Para isso, o Egito deve ter um exército forte, oficiais treinados nos EUA e por Isral, com o objetivo de assegurar a estabilidade de suas fronteiras com a Líbia, Sudão e Faixa de Gaza (SHARP, 2016, p. 19).

Isso pode ser sentido também nos posicionamentos que o Conselho Nacional de Mulheres vem tomando, como um órgão legitimado na produção de verdades locais sobre a violência de gênero e em suas posturas frente aos casos de assédio sexual. São posicionamentos bastante criticados pelo movimento civil atuante. Destaca-se como exemplo o episódio de 2008, quando a presidente do Conselho, Suzanne Mubarak, solicitada a dar um depoimento sobre o primeiro caso de assédio sexual julgado, afirmou aos meios de comunicação que as pessoas estariam exagerando nas divulgações, e que não seria assim tão grave. Outro episódio bastante conhecido e também criticado por esses grupos foi quando o Ministro do Interior, Habib El-Adly, questionado sobre a ausência de políticas de combate ao assédio sexual, respondeu à imprensa que desconhecia essas ocorrências no país, somente em outros locais ao redor do mundo, não sendo, portanto, para ele, uma questão importante no Egito.

Devido à sua posição e tentativa constante de se equilibrar perante as pressões das diretrizes internacionais e da sociedade civil, para que essas visões sejam adotadas internamente, o Conselho acaba se colocando de forma bastante controversa no entendimento do assédio sexual, ora reproduzindo discursos de legitimação do combate e incentivando a possibilidade de acabar com o problema no país, ora tomando posturas conservadoras. Esse equilíbrio do Conselho é mantido, por exemplo, através das mudanças nas definições de assédio sexual no Código Penal, em 2014, e no lançamento da Estratégia Nacional Egípcia, em 2015, que estabelece metas em curto prazo para a mitigação do problema no país. No entanto, durante situações reais em que esses incidentes ocorrem e que demandam posicionamentos do governo, certos representantes do Estado, até mesmo funcionários do Conselho Nacional de Mulheres, têm posturas de recriminação e culpabilização das vítimas. Em reuniões onde o assunto deve ser discutido, excluem determinados grupos dos eventos.

O Conselho preserva a mesma postura das diretrizes internacionais, afirmando, em seus documentos internos, não admitir a chamada “mentalidade patriarcal” como justificativa ao descumprimento das leis. Nos relatórios enviados pelo referido órgão ao CEDAW, a instituição incorpora e reproduz os valores transnacionais de “eliminação dos costumes locais” pela intolerância à ocorrência de agressões contra a mulher, tais como a mutilação genital, violência doméstica, assédio sexual, entre outras agressões. Recentemente, na emenda realizada no Código Penal, o termo de luta das organizações de combate ao assédio sexual trazido em 2008 pela ECWR, “*taharush*” (assédio sexual), foi incorporado na linguagem do Estado. Mesmo assim, juntamente ao conceito também permaneceu um termo bastante controverso e criticado por tais organizações, “*hatk ird*” (quebra da honra/modéstia). Dessa forma, percebe-se que

“através do encaixe de fatos a categorias abstratas criadas pelo Estado, a instituição reforça determinadas moralidades e posicionamentos” (RIZZO, 2008, p. 12).

Essa postura de constante equilíbrio entre diferentes sentidos de justiça, promovida nas narrativas do referido Conselho pode ser vista na fala de minha interlocutora Nairy. Funcionária do Conselho, ela diz: “Nós temos os nossos próprios problemas no Egito, e tentamos lutar de forma diferente. É claro que temos problemas em incorporar as Convenções internacionais, é algo bem difícil”. Por outro lado, na visão de outros interlocutores, também ativistas dos grupos Nazra e Deed Taharush,

As definições de violência não incorporaram as diretrizes internacionais, a definição de estupro não definiu os casos de estupro anal ou por objetos, nem mesmo incorporou a definição internacional de fato, apesar do assédio sexual ter sido definido “corretamente”, conforme DEVAW o define; por outro lado, manteve a escrita do conceito de honra, termo que remete à religião (Dina, funcionária do grupo Nazra).

Nós, do movimento civil, conhecemos o CEDAW, mas não vemos nenhuma atenção governamental a isso. Temos vários acordos e tal, mas não vemos eles sendo aplicados. A palavra está escrita somente no papel, mas a ação efetiva não há. Sabemos da estratégia, do Código Penal, e bla-blá-blá, mas e a ação? Sabemos também que o Estado que assina, deve incorporar as definições da violência internacionais, mas isso não ocorre (Mohamed, fundador do grupo Deed Taharush).

De acordo com inúmeras organizações sociais atuantes no combate ao assédio sexual no país, a entidade somente funcionaria como propaganda do Egito “para fora”, pois, de fato, não promoveria mudanças. Ademais, somente convidaria para a elaboração de planos de ação as organizações parceiras do órgão, aqueles que não põem em risco a sua existência e autoridade. Na impossibilidade de unir esses diferentes discursos nas narrativas estatais, o Egito acaba descumprindo determinadas convenções, quando deixa de cooperar com o movimento civil, como por exemplo, na exclusão desses grupos para a elaboração da Emenda Constitucional no artigo 306, e na criação da Estratégia Nacional. Em conversa, um dos ativistas egípcios: “Tais emendas foram uma imposição, pois não houve diálogo, antes de serem enviadas à Corte Constitucional”. Além disso, somente “convidam as parceiras”, como afirmou Dina, do grupo Nazra.

Nairy, funcionária do Conselho, ao me explicar sobre a seleção desses grupos, me conta que “somente convidamos os mais ativos e atuantes no país no tema”. Isso, de fato, não acontece, pois, na lista de presença das reuniões para a elaboração da Estratégia Nacional, dentre esses grupos atuantes, somente a organização Shoft Taharush (“Pegue o assediador!”) teria sido convidada, o que contraria os discursos externalizados pelo referido órgão.

O grupo Shoft Taharush foi criado em 2010, a partir de um desmembramento interno das organizações ACT e Fouda Watch, grupos criados nos anos 1990 e que historicamente possuem estreitas relações com o Conselho Nacional de Mulheres. Essas organizações têm como objetivo lidar com as violências de gênero mais amplas existentes no país, como a violência doméstica e a mutilação genital, bem como questões políticas, mudança nas leis e representação feminina no Parlamento egípcio.

O Shoft Taharush, foi desenvolvido para somente combater o assédio sexual. Esse desmembramento dessas organizações contribuiu diretamente com os objetivos do Conselho, “de convidar aquelas mais atuantes”. Dessa forma, quando são convidadas às reuniões promovidas pela referida instituição, as três organizações assinam o documento, quando na verdade fazem parte de uma única cooperação, cujos fundadores e funcionários são os mesmos e funcionam no mesmo escritório, no bairro Heliópolis.

Segundo os ativistas do movimento antiassédio sexual, o Shoft Taharush possui uma postura bastante controversa, primeiramente pela sua conexão com esses grupos mais antigos, da qual foi criado. Sua atuação é bastante criticada, bem como o seu nome escolhido e a sua postura, muito próxima ao Conselho Nacional de Mulheres. Como consequência disso, o grupo acaba sendo excluído das atividades das outras organizações que também combatem o assédio sexual, não tendo boas relações com elas. É apartado das parcerias criadas entre esses grupos, que hoje são as instituições mais atuantes no combate ao problema no país (Harassmap, Basma, Deed Taharush, Nazra, EL Nadeem, CEWLA).

Essa exclusão está relacionada, ainda, a acusações das outras organizações de que os próprios fundadores do Shoft Taharush seriam assediadores e manipuladores de suas voluntárias, que insatisfeitas com a situação teriam ido se voluntariar na Harassmap, expondo a situação vivenciada. Conforme relatado por alguns de meus interlocutores, algumas voluntárias que participaram das intervenções durante a Revolução Egípcia e dormiram acampadas na Praça Tahrir juntamente com os membros do grupo Shoft Taharush foram ameaçadas pelo fundador do grupo: ele disse que enviaria fotos das mesmas dormindo com outros meninos na barraca para as suas famílias. Outro embate entre o referido grupo e demais organizações deve-se ao fato de que o Shoft Taharush teria afirmado ser o primeiro a criar a Política Antiassédio Sexual na Universidade do Cairo, uma vez que um de seus voluntários foi o responsável por filmar o primeiro caso e expor nos meios de comunicação. Clamam, portanto, para si, a iniciativa de combate ao assédio sexual dentro das universidades, mas que, segundo a organização Harassmap:

Foi uma iniciativa bem fraca, pois não houve cooperação com os membros da universidade, somente com os alunos e, portanto, ineficaz. Infelizmente, não teve continuidade, ao contrário das atividades que a Harassmap vem buscando implementar (Ali, da Unidade Outreach da Harassmap).

Não tenho como objetivo, neste trabalho, fazer um estudo aprofundado da instituição Conselho Nacional de Mulheres. Assim, não irei trabalhar diretamente com o órgão. Dessa forma, não pretendo estender as minhas análises sobre a postura que a instituição vem tomando, mas sim sobre como o impacto que as suas políticas e os seus posicionamentos acerca do assédio sexual influenciam diretamente no relacionamento mantido entre o órgão e o movimento civil antiassédio sexual no Egito. Nesse sentido, ambos são considerados, neste estudo, como mediadores do conceito de assédio sexual, que é construído e atualizado internamente como um problema. Consequentemente, como um crime. Enquanto o Conselho, perante a proximidade mantida com o Estado egípcio, detém a legitimidade dos fatos pela legislação, o movimento civil antiassédio sexual tem como foco, por sua vez, promover uma mudança mais horizontalizada e de “baixo para cima” em nível social, em comunidades.

1.3.1.2. As Organizações Antiassédio Sexual Egípcias

A crescente militarização do Estado egípcio a partir dos anos 1980 vem contribuindo para uma constante reorganização desses movimentos sociais no Egito. Inicialmente, o Estado assumia determinadas políticas de cooptação desses grupos. Os que não seguiam essa direção eram fechados e proibidos de funcionar, limitando assim o ativismo político opositor no país.

Com a criação da Lei 32, em 1964, o Estado passou a estipular novas formas de funcionamento dessas instituições, assim como os procedimentos de recebimento de fundos internacionais. A partir desse documento, o Estado poderia definir quais organizações estariam de fato atuando politicamente e rejeitar qualquer licença, como justificativa de que certas organizações representariam uma ameaça à segurança nacional (ABDELMONEM, 2016, p. 28). Essa lei foi alterada em 2002, mas as ONGs permaneceram excluídas de qualquer atividade considerada política pelo Estado, com o intuito de deslegitimar “qualquer atuação política extraestatal” no espaço público, empurrando-as cada vez mais para atuações mais alternativas, num ativismo mais voltado para o âmbito social.

A categoria de assédio sexual no Egito vem sendo construída também por pelas organizações sociais egípcias de combate a violência de gênero, dentre elas as de combate ao assédio sexual, grupo bastante diverso. Nestes últimos, há ONGs que já possuem o registro governamental para funcionarem, movimentos que surgiram a partir de manifestações (OpAntiSH e Tahrir Bodyguard), bem como iniciativas menores, sem escritório nem registro

junto ao Estado, apesar de algumas delas receberem financiamentos internacionais, permitindo que ocupem escritórios coletivos a um preço mais baixo.

A Diversidade presente no Movimento Antiassédio Sexual

Atualmente, nem todas as organizações sociais que trabalham contra a violência de gênero no Egito necessariamente combatem o assédio sexual. Esse contexto deve ser entendido em paralelo aos interesses dos financiadores internacionais desses projetos locais. As agendas internas dessas organizações, bem como as suas atividades, devem se adequar a esses interesses externos, para que assim ofereçam a tais organizações “problemas financiáveis”. Dessa forma, tais organizações locais acabam funcionando como mediadoras internas desses interesses, na construção de “problemas”, através de uma constante manipulação de diferentes sentidos de justiça e violência, bem como variados capitais simbólicos que são posicionados por esses agentes mediadores: membros da elite. São projetos que, no entanto, muitas vezes deixam de atingir de fato os reais interesses do público-alvo ao qual as suas atividades são direcionadas (Figura 10).

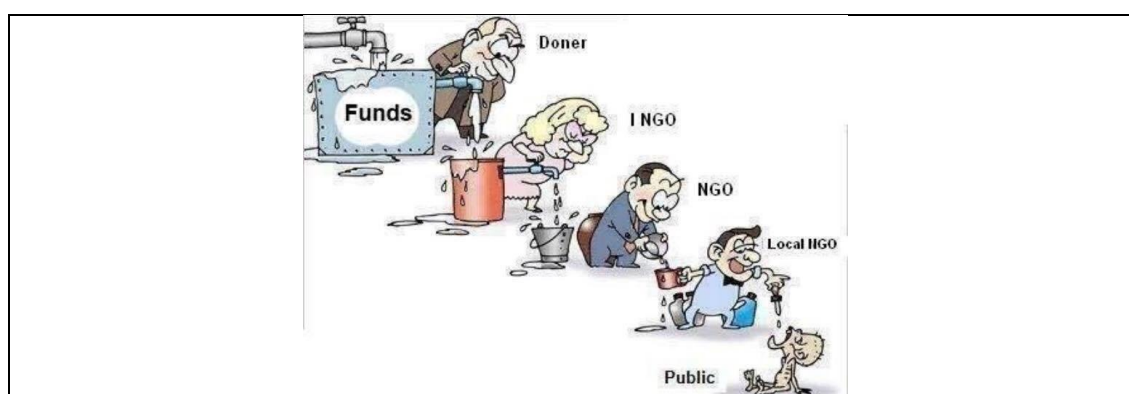


Figura 10 Cartoon que ironiza a transmissão de recursos de financiadores-ONGs-público-alvo

Fonte: LinkedIn, 2010.

Durante o meu trabalho de campo, estabeleci contatos com os inúmeros ativistas egípcios ligados às diversas organizações locais e citadas nesse trabalho, que me levaram a perceber que há uma forte divisão na luta contra o assédio sexual no Cairo e que essa tensão encontra-se diretamente relacionada a uma divisão das diferentes agendas desses movimentos que combatem a violência sexual mais ampla e que se distanciam a partir de atividades que buscam o combate à violência doméstica e mutilação genital, as mesmas atividades enfatizadas

pelo Conselho Nacional de Mulheres. Enquanto isso, há os grupos mais jovens, os quais direcionam as suas lutas ao combate ao assédio sexual.

Nesse sentido, existem os chamados pelos ativistas de “grupos mais tradicionais”⁵⁸, pois começaram a atuar no país nos anos 1990, enquanto os que atuam contra o assédio sexual iniciaram as suas atividades após o ano 2008, pela pioneira ECWR, que hoje retomou os projetos de combate à violência doméstica e à mutilação genital. As atividades dos referidos grupos foram intensificadas após a Revolução Egípcia de 2011, quando o assunto do assédio sexual ganhou grande visibilidade internacional e, como consequência, passou a ser foco dos financiamentos internacionais no Egito.

Desses grupos mais antigos, alguns vêm atuando junto às organizações mais novas antiassédio sexual, através de parcerias criadas para o oferecimento de suporte jurídico e psicológico às “vítimas” que, por sua vez, são recebidas por essas outras ONGs. Ao mesmo tempo, essas organizações continuam os seus projetos de combate à violência doméstica e à mutilação genital, paralelamente.

Esse contexto de repressão política aos movimentos sociais, segundo a antropóloga Abdelmonem (2016, p. 145), foi decisivo para o aumento da profissionalização e cooptação das ONGs de combate à violência de gênero no país. Aos poucos, estas passaram a competir por fundos, criando um ambiente de concorrência entre aqueles que melhor manipulavam esse capital simbólico perante o Estado e as agências de financiamento internacionais.

Essa situação levou a uma cisão do movimento local, que passou a se dividir entre atividades mais voltadas para o trabalho em comunidades (Harassmap, Basma, Deed Taharush). E os grupos que procuravam atuar com mudanças na legislação (ECWR, New Woman Foundation, Women and Memory). Bem como outras organizações que ficavam “no meio” dessas posturas, procurando situar-se entre as duas esferas. Ao mesmo tempo, que faziam parcerias com as mais atuantes, oferecendo suporte jurídico e psicológico, continuavam exercendo forte pressão para mudanças nas leis (Shoft Taharush, CEWLA, Nazra, El Nadeem, CARE) (Tabela 1).

Com a significativa repressão governamental aos movimentos sociais, estas organizações vêm sendo cada vez mais cooptadas pelo Estado, uma vez que deveriam se posicionar contra ou a favor deste. Algumas das organizações de combate a violência em esferas privadas optaram por uma postura de aproximação, ao invés de enfrentamento com o Estado

⁵⁸ Essa denominação é usada pelas próprias ONGs para se referirem às ONGs que começaram antes de 2005.

(ECWR, New Woman Foundation, Women and Memory, ACT, Faouda Watch). Para que assim pudessem continuar atuando.

Por outro lado, os grupos que recusavam uma possível cooptação (Harassmap, Basma, Deed Taharush, CEWLA, Nazra, El Nadeem, CARE) passaram então a desenvolver os seus trabalhos através de eventos, seminários, workshops em locais fechados, em que promovem uma reinvenção de suas formas de atuação, juntamente com a invenção da definição de assédio sexual, elemento que determina as suas lutas (Harassmap, Basma, Deed Taharush).

Entre as organizações não governamentais atuantes, hoje, no Egito, com projetos destinados à violência de gênero mais ampla e projetos voltados a mudanças na legislação, bem como aquelas que atuam no combate ao assédio sexual em comunidades, encontram-se os seguintes grupos:

Tabela 1 Lista de ONGs egípcias que lutam contra a violência de gênero⁵⁹

GRUPOS ANTI- VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAIRO - EGITO (ONGs, Iniciativas, Movimentos)		
	VIOLÊNCIA DOMESTICA, MUTILAÇÃO GENITAL (LEGISLAÇÃO)	ASSÉDIO SEXUAL (COMUNIDADES)
ONGs	Women and Memory	Harassmap
	New Woman Foundation	-
	ECWR	
	ACT/ Fouda Watch	
	Cewla*	
	Care Egypt*	
	El Nadeem*	
	Nazra*	
Iniciativas	-	Deed Taharush
		Basma
		Shoft Taharush
MOVIMENTOS (INTERVENÇÃO NA REVOLUÇÃO)	-	TahirBodyguard
		OpAntiSH

* Apenas suporte jurídico e psicológico

Fonte: FONTOURA, 2016.

A cisão existente no movimento antiassédio sexual no Egito remonta aos conflitos entre as mensagens postadas no Twitter, bem como às discórdias existentes entre os participantes dos grupos de intervenção e salvamento de “vítimas” de assédio sexual e estupros coletivos na Praça

⁵⁹ Os dados apresentados nesta tabela foram feitos por mim, com base nos documentos das ONGs e nas entrevistas realizadas com estas, durante o trabalho de campo.

Tahrir durante a Revolução Egípcia de 2011, OpAntiSh e Tahrir Bodyguard, com relação às restrições de sexo (que impediam que as mulheres ativistas de tais movimentos pudessem intervir junto ao grupo, para que evitassem ser também assediadas junto às “vítimas” que tentavam “salvar”). Dessa forma, mulheres foram restringidas a posições de monitoramento dos incidentes nos telhados de prédios, bem como a atendimento de ligações e coordenação dos movimentos (Tahrir Bodyguard). Esse fato foi bastante criticado pelo outro grupo, também de intervenção e salvamento dessas “vítimas”, que atuava em paralelo no mesmo local (OpAntiSH) e que, por sua vez, defendia intervenções com grupos mistos. A afirmação era de que esse tipo de atuação excludente somente reforçaria a “mentalidade patriarcal”⁶⁰ que dominava a esfera pública e os discursos estatais – portanto, condenável. Apesar dessa tensão, esses grupos coordenavam as atividades entre si.

O grupo OpAntiSh foi formado pela união das seguintes organizações: Harassmap, Deed Taharush, Basma, Nazra e Shoft Taharush. O Tahrir Bodyguard, por sua vez, foi idealizado pela internet: seus membros foram selecionados de forma aleatória pelo Twitter e Facebook, segundo os meus interlocutores e também ativistas do movimento antiassédio sexual. Esses dois grupos se diferenciavam, ainda, nas roupas que usavam durante os salvamentos, pois enquanto o grupo OpAntiSh utilizava roupas brancas com frases em vermelho, o Tahrir Bodyguard preferia coletes fluorescentes e capacetes da mesma cor. De acordo com meus interlocutores, devia-se à presença de uma classe média, que compunha e liderava o grupo. Essa atuação dos grupos pode ser percebida na fala de Ali, responsável pela Unidade Outreach da Harassmap, em conversa que tivemos:

O grupo OpAntiSH foi criado através da cooperação entre 11 organizações. Nazra reuniu esses grupos e foi a base dos encontros e treinamentos durante as intervenções do OpAntiSh. Era bem organizado e nos encontros planejávamos os times de apoio, cada grupo se dividia, uns ficavam no telhado, outros no meio das multidões e alguns do lado de fora. Tínhamos também grupos responsáveis por receber as ligações e denúncias e repassavam para os grupos que estavam na multidão. Tínhamos walkie-talkie, pois os celulares foram bloqueados, andávamos com kits contra estupros com as ferramentas para os primeiros socorros, para casos de urgência, e tínhamos alguns carros e pessoas posicionados para os salvamentos. Muitos integrantes de time sofreram casos de assédio e violência, homens e mulheres. Shoft Taharush diz que fez parte do grupo, mas nunca o vi nas intervenções, sinceramente. Alguns voluntários que vêm do Shoft Taharush para o nosso grupo contam coisas sobre o fundador do grupo, que pressionava as meninas a exporem fotos delas sem o hijab para as suas famílias, enfim, manipulava os seus voluntários (Ali).

Destaca-se ainda que as organizações que hoje são parceiras no suporte jurídico e psicológico (CEWLA, Nazra, El Nadeem, CARE) do grupo de ONGs antiassédio sexual

⁶⁰ Utilizo o termo “patriarcal” pois mantenho a forma original como dito recorrentemente nas entrevistas com os ativistas das diversas organizações locais que, assim como o Estado egípcio, onde reproduzem os discursos das convenções internacionais.

(Harassmap, Basma, Deed Taharush), começaram a sua atuação durante a Revolução, e trabalhavam junto aos grupos OpAntiSh e Tahrir Bodyguard, através do recebimento de ligações, em celulares pessoais das psicólogas e advogadas das referidas organizações (Figura 11 e Figura 12).

Através dessa cooperação criada durante a Revolução, esses grupos desenvolveram canais de denúncia bastante eficientes e que atualmente continuam sendo disponibilizados por essas organizações antiassédio sexual. No entanto, tais entidades de suporte funcionam em escritórios, somente, ao contrário das ONGs antiassédio sexual, que atuam nas ruas e promovem parcerias com universidades, escolas, empresas e estabelecimentos comerciais.



Figura 11 Grupo OpAntiSh

Fonte: Facebook, 2015.



Figura 12 Grupo Tahrir BodyGuard

Fonte: Facebook, 2015.

A Pedagogia Harassmap

A organização Harassmap, criada em 2010, onde fiz o meu trabalho de campo, se insere nesse contexto de embates e fez parte da cooperação criada entre as organizações na formação do grupo OpAntiSh. Alguns de seus ativistas e voluntários atuaram de forma individual nos salvamentos de “vítimas” de assédio sexual e estupros coletivos durante a Revolução Egípcia de 2011. Ali, responsável pela Unidade de Mídias foi inclusive um dos fundadores do grupo.

Procurou pensar a organização Harassmap como um ponto central ocupado nesta teia de tensões e competições que hoje vive o movimento antiassédio sexual no Cairo. Objetivo analisar como, nas atividades da referida organização, a categoria assédio sexual é mobilizada, circulada e atualizada criativamente por seus ativistas e parceiros. Tal grupo funciona hodiernamente como central para as outras instituições menores, que orbitam em seus programas e pedagogias, disseminados por meio de suas atividades, em que os valores e visões da organização são disseminados no país e reapropriados por essas iniciativas. Dessa forma, a Harassmap desenvolve e incorpora as ideias dos parceiros (Deed Taharush e Basma), para o combate ao assédio sexual em diversos domínios (ruas, transportes públicos, universidades,

escolas, empresas e pequenos estabelecimentos) (Figura 7). Essa influência exercida pela organização Harassmap nos outros grupos locais pode ser entendida em uma conversa que tive com Dina, funcionária do grupo Nazra: “A definição de assédio sexual que usamos é a mesma usada pelo Harassmap, não é uma definição local, tem muita influência de fora!”

A organização Harassmap conquistou uma certa legitimidade no campo do ativismo egípcio antiassédio sexual frente aos outros grupos também atuantes, funcionando como mediadora principal dos direitos humanos femininos, internamente, ao reinventar o conceito de assédio sexual em suas cartilhas e manuais, que são disponibilizados aos seus parceiros (escolas, universidades, empresas e pequenos estabelecimentos) quando estes recebem o treinamento. Este, em linhas gerais, consiste na transmissão de informações sobre as principais estatísticas do “problema do assédio sexual no país” (Figura 7).

Para isso, seus integrantes como ensinados em tais cartilhas, reproduzem nos treinamentos externos os estudos da ECWR (2008), Nações Unidas (2013) e da própria Harassmap (2014). Nesses treinamentos também explicitam as leis existentes hoje no Egito, no combate a esse tipo de “violência”, as justificativas principais e os seus mitos e, por fim, as definições do assédio sexual, criadas pela organização, que recebem bastante influência daquelas dispostas na DEVAW e no artigo 306 do Código Penal egípcio. Essa atualização dos valores externos e internos promovida pela organização, no contexto egípcio, pode ser percebida da fala de alguns de meus interlocutores, como por exemplo, de Ali, chefe da Unidade Outreach, em entrevista com a antropóloga Angie Abdelmonem (2016):

Eu acho que as ideias de direitos humanos internacionais estão integradas em nossa missão e no entendimento do problema pelo Harassmap, nosso currículo, mas estamos tomando pequenos passos para comunicá-los, com bastante atenção a eles na hora de falar. Temos muitas ações reativas, veem a gente muitas vezes como grupos ocidentais, que querem dar mais liberdade à mulher (ABDELMONEM, 2016, p.175).

Essa legitimidade da organização no Cairo se deu com a conquista de um capital simbólico adquirido pelo grupo, através dos financiamentos externos que recebe, permitindo uma atuação constante nas ruas e, assim, alcançar um maior raio de ação e ser ouvida por diferentes grupos (apesar de ter como público-alvo e preferência as camadas mais jovens) (Figura 13).

Dessa forma, a instituição procura funcionar como alternativa a esses outros mecanismos já oferecidos pelo Conselho Nacional de Mulheres (linha telefônica, suporte jurídico e psicológico, Delegacia de Direitos Humanos dentro das polícias, com profissionais treinados no recebimento de denúncias) e entendidos por ela como ineficazes. A partir disso, a ONG desenvolve as suas próprias ferramentas, em sua maioria realizadas em parceria com as

outras organizações também atuantes no tema. Através de críticas internas promovidas pelo grupo ao Estado devido à ausência de um espaço público seguro às mulheres, a organização enfatiza que as delegacias retraumatizam as “vítimas”, com profissionais mal treinados e incapazes de lidar com o problema do assédio sexual. Isso tem como consequência a subnotificação desses incidentes de assédio sexual no país. Afirmando ainda, que tais processos jurídicos são interrompidos no meio pelas próprias “vítimas”, por conta de retaliações sofridas, bem como a vergonha causada pelo incidente.

Na ausência desses espaços e de mecanismos efetivos que conscientizem as pessoas nas ruas e nos meios de comunicação, o que segundo a DEVAW deveria ser responsabilidade do Estado junto às organizações não governamentais, a Harassmap procura construir “zonas de zero tolerância ao assédio sexual” nos ambientes-parceiros, bem como ferramentas alternativas que funcionem de forma online. O intuito é o de que a “vítima” possa realizar a denúncia de forma anônima. Assim, o grupo recebe as queixas através de SMS e mensagens no Twitter, Facebook, site e blog da organização. Estas são transformadas em dados que irão compor o mapa online.

Em resposta a tais denúncias, as pessoas que as fazem recebem auxílios jurídico e psicológico, com mensagens de texto automáticas que contêm os contatos das organizações parceiras da Harassmap e de advogados e psicólogos (Nazra, CEWLA, CARE, El Nadeem). A organização Nazra vem atuando junto à Harassmap na criação de projetos, bem como nos suportes jurídico e psicológico. É um grupo bastante próximo e considerado pela Harassmap como um parceiro oficial (Figura 13).

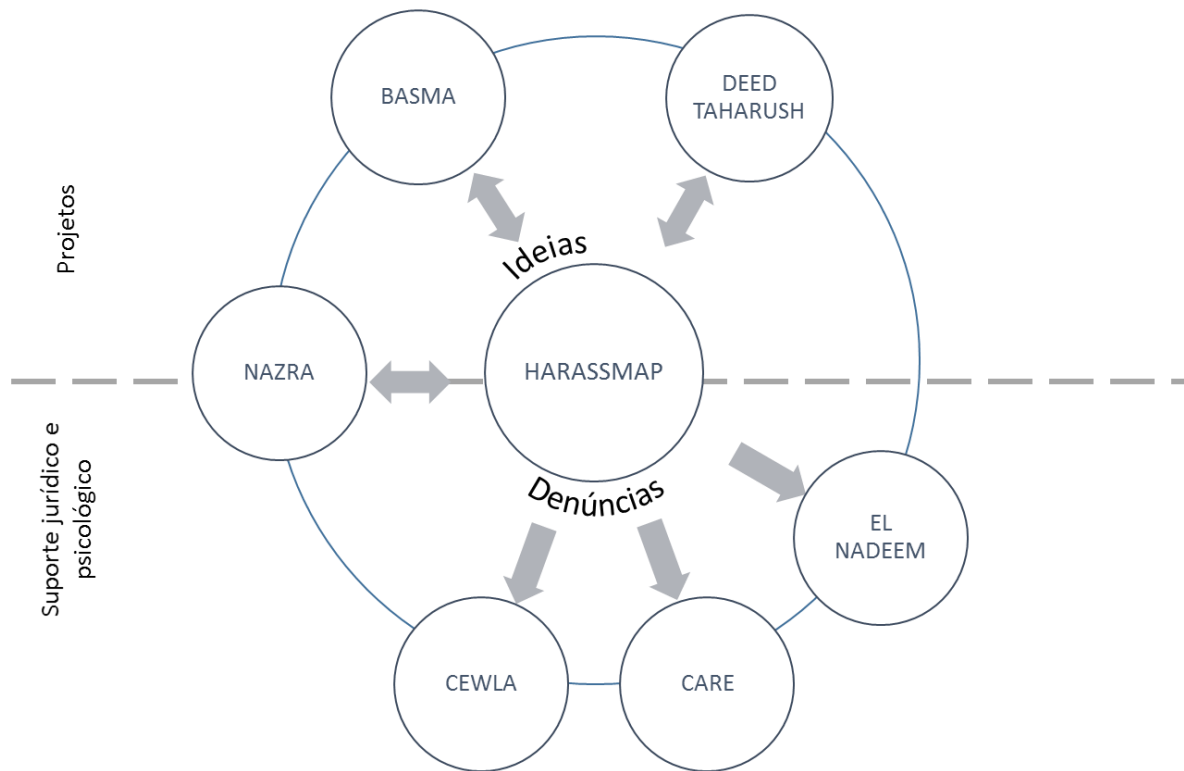


Figura 13 Sistema de Parcerias Harassmap⁶¹

Fonte: FONTOURA, 2016.

Darei continuidade a análise desse processo de mediação e influência realizado pela organização Harassmap no movimento antiassédio sexual egípcio, por meio do que chamo de “pedagogia Harassmap transmitida de dentro para fora”. Com esse objetivo, discuto a estrutura administrativa da organização, onde pude observar de forma mais aprofundada as atividades de seus programas internos, por meio do meu trabalho de campo que fiz dentro dela.

⁶¹ Esse diagrama foi desenvolvido por mim, com base no trabalho de campo e entrevistas realizadas com as organizações de combate à violência de gênero, bem como através de dados coletados dessas organizações.

CAPÍTULO 2

A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL HARASSMAP

Este capítulo aborda a estrutura administrativa da organização Harassmap e as formas de transmissão de suas pedagogias sobre o assédio sexual, disseminadas de “dentro para fora” da organização, por mediação de ativistas (funcionários e voluntários) e parceiros (público-alvo das unidades), assim como por documentos produzidos para treinamentos, campanhas e eventos externos.

O trabalho de campo na ONG

Durante a realização de minha pesquisa, o escritório da Harassmap funcionava no térreo de um prédio residencial localizado em Maadi, um bairro de classe média/alta ao sul da cidade do Cairo. A entrada na ONG se dava através de um grande portão verde na parte lateral esquerda do prédio, com algumas árvores de bougainville rosa na entrada, elemento de destaque.

Em minha primeira ida ao escritório, num sábado, não encontrei ninguém no local, por ser feriado, mas o trajeto valeu a pena para começar a conhecer a região. Retomando o trajeto da ONG, agora em uma segunda-feira⁶², me direcionei novamente ao vagão feminino do metrô e busquei um lugar dentre tantos vazios. Aos poucos, o mesmo foi enchendo, e o banco que cabia cerca de cinco mulheres passou a ter dez, que se apertavam para que todas pudessem sentar. Durante o percurso, foram entrando inúmeros vendedores, homens e mulheres, assim como crianças, ofertando diversos produtos para casa e beleza. Os vendedores percorriam todo o vagão jogando no colo das pessoas sentadas os produtos, para que pudessem manuseá-los e então comprá-los. Observando o comportamento das mulheres ao meu lado, percebi que a entrada desses ambulantes no vagão feminino era algo permissível, apesar de ter ouvido, durante o meu trabalho de campo, diversas histórias sobre mulheres que chamam seguranças do metrô para retirar homens que fingem desconhecer as normas dos vagões: permitido para vendedores, mas não para passageiros homens.

Chegando no escritório da Harassmap, pude reparar que não havia nenhuma placa no portão, mas como ele se encontrava semiaberto, decidi empurrá-lo, sendo recepcionada por um lindo cachorro da raça Golden Retriever, que depois descobri ser de Ali da Unidade Outreach,

⁶² O escritório da Harassmap abre de domingo a quinta-feira, de 8 horas às 16 horas. O portão é destrancado por um homem sudanês, responsável por regar as plantas, preparar o chá matinal do grupo e abrir o escritório. Ele recebe o seu salário pela empresa Tadwein, que funciona dentro da Harassmap, cuja diretora é também a pesquisadora-chefe da Unidade de Pesquisas da organização.

que o levava ocasionalmente ao escritório, juntamente a sua outra cadela. De frente para o portão havia uma grande churrasqueira e um estacionamento para dois carros, que com o tempo descobri ser exclusivo para o uso das fundadoras da ONG. Segui para o lado esquerdo e encontrei uma porta de entrada que dava acesso a um grande salão vazio. Lá, havia dois sofás vermelhos e uma estante decorada com inúmeros adesivos, além de diversos cartazes coloridos pendurados nas paredes brancas de campanhas contra o assédio sexual realizadas anteriormente pela instituição, as quais eu já conhecia por terem sido divulgadas em sua *homepage*.

No mesmo local havia também quatro grandes mesas de escritório vazias e uma cozinha americana bem equipada, com diversos utensílios domésticos (Figura 14 e Figura 15). Coloquei então o meu computador em uma das mesas e andei pelo espaço, na tentativa de encontrar alguém em alguma das salas. Senti um forte cheiro de chá preto no ambiente e percebi que algum funcionário já havia chegado, apesar do silêncio.



Figura 14 Portão de entrada da ONG Harassmap

Fonte: Fontoura, 2015.



Figura 15 Salão principal do escritório

Fonte: Fontoura, 2015.

Segui em direção ao corredor e então fui vista pela funcionária do Programa Safe Areas, que em seguida veio me cumprimentar. Zaynab, formada em Letras e com cerca de 25 anos, que figurou como minha principal interlocutora durante o meu trabalho de campo na organização. Naquela ocasião, usava um véu cinza e uma blusa rosa com listras, e trabalhava sozinha em uma sala de reunião antes de eu interrompê-la. Prontamente, ela me mostrou todo o escritório e nos direcionamos para a sala de impressões, que continha duas mesas com computadores fixos e uma impressora. Em seguida, chegamos à sala da Unidade de Pesquisas e fui apresentada a Layla, egípcia de cerca de 40 anos, doutora em sociologia pela Universidade do Cairo e pesquisadora-chefe e cofundadora da ONG e da empresa Tadwein, que funcionava no mesmo local, e a Abtsam, sua pesquisadora auxiliar, também egípcia, de cerca de 30 anos, e mestre em estatísticas pela mesma universidade.

Elas haviam acabado de chegar em meio ao silêncio e se direcionaram às suas mesas de trabalho localizadas em lados opostos da grande sala. O ambiente possuía cerca de cinco mesas e um grande espelho com cartazes da ONG colados, bem como uma estante contendo vários exemplares dos estudos realizados pela referida Unidade de Pesquisa, em 2014. Esse ambiente parecia ser usado diariamente, ao contrário das outras salas da organização que mantinham mesas desocupadas para o uso de computadores móveis dos funcionários que a frequentavam somente duas vezes na semana (Figura 16).

Voltamos ao salão principal do escritório e Zaynab me direcionou a uma mesa, onde então conectei o meu notebook e aguardei a chefe da Unidade de Mídia, para a qual estava me voluntariando. Aos poucos, os demais funcionários foram chegando e iam se direcionando às suas bases de trabalho. Após algumas horas, Mariam, sueca de cerca de 30 anos e chefe da Unidade de Mídia, sentou-se ao meu lado para me explicar sobre o projeto do qual eu iria participar, e também para me perguntar sobre a minha pesquisa de mestrado. Em seguida, ela se direcionou à sua equipe, enquanto eu continuei o meu trabalho, que consistia na construção do chamado por ela de “*Codebook*”, sobre as categorias mais usadas na internet em inglês para se referir ao assédio sexual no país. Para isso, consultava os sites informados por ela e pela socióloga americana Angie Abdelmonem, também integrante da equipe, construindo tabelas com as principais palavras e definições. Nessa primeira oportunidade, pude ter uma impressão inicial do funcionamento ordinário da organização e sua divisão em unidades administrativas, que refletia também na divisão espacial das salas e mesas, e na forma como as pessoas ocupavam e faziam o uso daquele espaço.

A criação da ONG

A ONG Harassmap foi inaugurada em dezembro de 2010, junto ao lançamento do filme “Cairo 678”, elemento que marcou a trajetória do ativismo antiassédio sexual no Egito (Figura 3). Como pode ser visto no site da organização:

O ponto de início foi o uso das denúncias online e a tecnologia de mapeamento [*dos assédios*] para o suporte offline e a mobilização das comunidades, no intuito de quebrar estereótipos e acabar com as famosas justificativas dos assediadores, convencendo as pessoas a falar e agir contra o assédio sexual (HARASSMAP, [s.d.]).



Figura 16 Divulgação do filme Cairo 678 pela Harassmap

Fonte: Site Harassmap.

A ONG Harassmap foi criada por quatro fundadoras, três egípcias e uma norte-americana, todas acima dos 30 anos, que definiram a missão da organização como a luta contra a aceitabilidade social do assédio sexual nas ruas do Cairo, evitando tratá-lo como algo naturalizado ou tabu e para que as vítimas deixassem de ser culpadas ou estigmatizadas ao serem assediadas⁶³, por conta de suas roupas ou comportamentos. A ideia de criação da Harassmap está relacionada a um episódio que Rachel (americana, cofundadora da ONG) vivenciou próximo a uma estação de metrô do Cairo. Enquanto aguardava a chegada de uma amiga, um homem começou a se masturbar ao seu lado, sem se importar com o horário, nem mesmo com as pessoas ao redor. Seu relato sobre o ocorrido:

Eu pensei que alguém ao meu lado, vendo aquilo, fosse fazer alguma coisa rápido. Todos podiam ver tudo que estava acontecendo e eu achei que alguém fosse gritar e mandar pará-lo, mas ninguém fez nada. Eu olhava ao redor e todos fingiam que não viam aquilo. Vi alguém olhando para mim, como se eu fosse a culpada e com cara de desgosto, fiquei muito assustada! Eu sinceramente achei que alguém faria ou falaria alguma coisa ou até mesmo que alguém iria correr atrás dele. Mas olhei ao redor e todos fingiam não perceber nada e outros olhavam para mim, como se a culpa fosse minha, enfim, foi assustador! (ABDELMONEM, 2015a). (Rachel).

Rachel chegou ao Egito em 2004 com o intuito de trabalhar com grupos ligados à sua área de atuação acadêmica. Possui mestrado e cursos de aperfeiçoamento ligados ao desenvolvimento internacional, alguns deles pelas Nações Unidas, tendo como foco a criação de Organizações Não Governamentais. Algum tempo depois de sua chegada ao país, ela começou a trabalhar na ONG Egyptian Center for Women's Right's - ECWR, instituição na qual permaneceu por cinco anos.

⁶³ HARASSMAP. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Em um dos eventos de divulgação da ECWR, Rachel conheceu um estudante egípcio de geografia da Universidade Americana do Cairo, que lhe propôs utilizar um novo mecanismo de pesquisa para identificar e mapear os casos de assédio sexual no país, chamado *crowdsourcing*⁶⁴. Através do uso do sistema ArchGis⁶⁵, tal mecanismo consistiria em receber as denúncias de assédio sexual via plataforma online e transformar os dados obtidos em uma representação gráfica, isto é, em um mapa. Rachel se mostrou interessada e contou para o rapaz seus planos de criação da Harassmap, cujas metodologias não foram bem recebidas com entusiasmo pela ECWR – instituição que estava vinculada e da qual saiu em 2009. Reunindo alguns de seus contatos profissionais, ela deu prosseguimento as suas ideias, montando a ONG Harassmap. Em conversa com Rachel, ela contou sobre sua saída da ECWR e os conflitos que daí surgiram com essa instituição, por conta da criação da Harassmap. Em suas palavras:

Eu não peguei essas ideias da ECWR, eles obtiveram de mim, não considero que eu tenha trazido as ideias de lá para cá. Não concordo com propriedade intelectual, as ideias estão circulando e se eles continuam o meu trabalho lá, ótimo! Eu não acredito que a ideia é algo que você pode pegar e agarrar somente para você, se eles acreditam nisso, bom para eles! (Rachel)

As quatro fundadoras da organização possuem trajetórias profissionais bastante parecidas, tendo atuado em empresas multinacionais e em cargos nas Nações Unidas, além de palestrarem em sites de ampla divulgação internacional (TEDxTalks). Elas fazem parte de uma rede de organizações e de eventos transnacionais que têm como pilares centrais a mobilização de discursos e práticas voltadas para a implementação dos direitos humanos femininos, readaptando essas narrativas no Cairo.

Azza é outra cofundadora da Harassmap. Egípcia de cerca de 30 anos, formada em mídia e jornalismo e com mestrado em uma universidade britânica na área de gênero e desenvolvimento, também fez parte da ONG ECWR, onde trabalhou durante um ano como estagiária de Rachel e participou da elaboração do primeiro relatório publicado no Egito, em 2008, pela organização sobre o assédio sexual. Atuou como voluntária do grupo OpAntiSh⁶⁶, criado durante a Revolução de 2011, para realizar os salvamentos de mulheres assediadas durante as manifestações. Há cerca de cinco anos, trabalha na empresa alemã GIZ, onde é responsável pelas parcerias locais e projetos ligados à participação civil, direitos femininos e

⁶⁴ A tradução está associada a uma contribuição colaborativa, em que as pessoas divulgam os seus projetos nas diferentes áreas, buscando interesses e financiamentos de outras pessoas ao redor do mundo, para que sejam colocados em prática.

⁶⁵ É um sistema de informação geográfica que permite traduzir informações de origens diversas através do mapeamento cartográfico.

⁶⁶ O grupo foi criado em 2011, através da união de ativistas de 23 organizações egípcias que trabalham com a violência de gênero no país. O objetivo dessa cooperação era a realização de intervenções e salvamentos de mulheres assediadas e estupradas em manifestações.

“empoderamento”, como descritos no site da empresa. Tal empresa tem sido a principal financiadora dos projetos executados pela Harassmap nos últimos anos.

A egípcia Angie, também cofundadora da Harassmap, tem cerca de 30 anos e é formada em Comércio, com mestrado em análises sociais e demográficas, por uma universidade egípcia. Trabalhou no World Bank e no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP). Já Layla, egípcia de 40 anos, formada pela Universidade Americana do Cairo na área de minorias étnicas e estudos de gênero, trabalhou no órgão estatal Conselho de Populações, e foi consultora das Nações Unidas na Agência das Nações Unidas para os Refugiados, Organização Mundial da Saúde e no Fundo de Populações das Nações Unidas. Hoje em dia é a diretora do grupo Tadwein, centro de pesquisas de gênero, que durante o meu trabalho de campo funcionava dentro da ONG. Ela é considerada pelo grupo como uma das cofundadoras, apesar de ter chegado após a sua criação.

Durante a realização de meu trabalho de campo, a diretoria funcionava através de uma alternância de chefia: a norte-americana Rachel estava como diretora da organização, sendo auxiliada pela egípcia Layla. Esta, por sua vez, coordenava tanto a Unidade de Pesquisas quanto a empresa Tadwein, comparecendo ao escritório diariamente, ao contrário de Rachel, que somente frequentava as reuniões semanais, ocasionalmente. Já Azza e Angie permaneciam com suas posições de conselheiras, mas substituíam Rachel e Layla em situações extraordinárias.

A Harassmap foi criada a partir de reuniões que essas mulheres faziam em cafeterias da cidade do Cairo para discutir a questão do assédio sexual e, aos poucos, iniciaram suas ações de “mobilizações nas ruas”. Com o tempo, a ideia se tornaria a Unidade *Outreach and Community Mobilization*, ramo de atuação da Harassmap. Tais mobilizações tinham como objetivo inicial conscientizar as pessoas que circulavam ou trabalhavam nas ruas do Cairo, falando com “pessoas-chave”, como, por exemplo, guardadores de carro, porteiros e comerciantes, entendidos pelos ativistas da ONG como *bystanders*⁶⁷ (*el mara*), que traduzo livremente nesse trabalho como “multiplicadores-mediadores” que ao agirem contra situações de assédios sexuais nas ruas, replicariam os valores transmitidos pela organização.

De acordo com o site da organização, temos a seguinte definição da sua missão, preconizando a ação direta, nas ruas:

Nós trabalhamos com conscientização nas ruas ao invés de política, pois acreditamos que a mudança vem da pressão social, não do governo. Muitas ONGs pressionam os governos para mudanças nas leis, para a criminalização do assédio sexual. Essa pressão levou a mudança na lei, mas não houve mudança de comportamentos (HARASSMAP, [s.d.]).

⁶⁷ Categoria nativa usada pelos ativistas da organização.

Durante dois anos, tais mobilizações funcionaram como iniciativa voluntária, somente com o trabalho das fundadoras. Aos poucos, com os financiamentos que obtiveram, conseguiram empregar funcionários e pagar salários e, com isso, muito projetos voltados para a temática de atuação da ONG puderam ser iniciados⁶⁸. Com o tempo, voluntários foram sendo agregados ao sistema da organização, tal como é hoje e que foi se desenhando, mas a Harassmap somente foi oficialmente lançada quando todos os programas e unidades internas já estavam bem definidos. A ideia inicial era que através do mapa online fossem delimitados os espaços inseguros e assim criados as chamadas “áreas seguras” onde as pessoas agredidas pudessem falar sobre o assunto. Bem como, posteriormente foi desenvolvido o chamado por eles “*safe areas*” (*makan Amin*) em diferentes domínios (empresas, pequenos comércios, escolas e universidades), pela Unidade Safe Areas, que se divide em três programas internos.

Segundo Rachel, quando o assunto “assédio sexual” começou a ser debatido no país, as pessoas tinham o costume de pegar os assediadores em suas comunidades e raspar as suas cabeças, com o intuito de envergonhá-los. A atitude é condenável, na opinião de minha interlocutora, pois conforme ela, “assim como o ladrão, o assediador também deveria ser regenerado”. Para ela, ambas as punições deveriam ter as mesmas gravidades e tal perspectiva se reflete nos programas que a organização desenvolve.

O lançamento oficial da Harassmap foi feito com três fundadoras presentes: Rachel, Azza e Angie. Layla somente passou a integrar o grupo posteriormente, pois durante o lançamento da ONG ela residia em Singapura. Ao retornar ao Cairo, foi convidada por Rachel a fazer parte do grupo, como fundadora. A Unidade de Pesquisas, da qual Layla seria a responsável, foi desenvolvida por conta da influência exercida por Rahma, que já lidava com pesquisas sobre o assunto desde a época em que trabalhava na ECWR, trazendo essas ideias para serem incorporadas pela organização. Rahma foi uma das autoras do relatório “*Clouds in Egyptian Sky*” (2008), tendo o apoio de Rachel para ficar diretamente em contato com os possíveis financiadores da Harassmap. Apesar disso, o objetivo inicial da organização era trabalhar com dois terços de mobilização social e apenas um terço de pesquisa. Sobre o assunto, em conversa com Rachel:

A maneira como vejo as coisas é que se a pessoa tem uma ideia e se essa ideia é parte da missão da organização, porque ser contra? Se está dentro de nossa capacidade, devemos fazer! Eu realmente acredito nas possibilidades que os dados podem nos

⁶⁸ Os financiamentos tinham como origem empresas internacionais, que buscam financiar projetos de combate a violência de gênero em países em desenvolvimento. A obtenção de dados relacionados ao assunto foi bastante difícil, levando-se em consideração que a ONG Harassmap ainda se encontrava em processo de obtenção de licença e, naquele momento, incubada em outra organização, por meio da qual estava recebendo financiamento e distribuindo os salários de seus funcionários. Soma-se ainda a repressão política ao movimento civil nesse período.

trazer. Eu disse a ela que não tinha experiência com pesquisas, mas se ela tinha a capacidade de desenvolver, seguiríamos em frente com a ideia (Rachel).

Em outubro de 2010, a ONG lançou um mapa online dos assédios sexuais no Egito, construído a partir de denúncias anônimas de pessoas que teriam sofrido assédio nas ruas. Foi divulgado também um SMS, com respostas automáticas às “vítimas”, direcionando-as aos suportes psicológicos e jurídicos existentes em outras organizações. De 2010 a 2011, essa atividade conseguiu êxito, por ser bastante inovadora no contexto local, porém parou de funcionar em 2012. No início, por conta de uma “atmosfera de revolução”, tudo era visto como muito positivo e esperançoso, mas ao longo do tempo foi deixando de ter efetividade, o que pode ser notado nessa conversa que tive com Rachel este ano:

Nós estávamos tentando mudar o sistema, que não estava funcionando, quando você esteve lá em 2015, foi o período pior, nada funcionava. Nossos ativistas não podiam nem usar o mapa, pois as pessoas iriam dizer que estavam mentindo ou que as mulheres assediadas são prostitutas, enfim estão desiludidos, não acreditam em mais nada. Os voluntários também não conseguem convencê-los. Os detalhes e a metodologia de cada unidade devem mudar com o tempo, porque a sociedade muda rapidamente, e precisa ser responsivo para ser efetivo. Esse é o nosso grande desafio (Rachel).

O financiamento da empresa canadense International Development Research Center (IDRC) foi recebido em 2012, mas os funcionários da organização Harassmap somente passaram a receber salários em 2013. Esse financiamento teve como resultado a publicação do relatório estatístico produzido pela organização, lançado em 2014 e intitulado “*Towards a safer city: sexual harassment in Greater Cairo: effectiveness of crowdsourced data*”⁶⁹. A publicação do referido estudo foi essencial para a viabilização das unidades internas da organização, com a possibilidade de contratação de novos funcionários. Tal pode ser visto na fala de minha interlocutora Kholoud, egípcia de cerca de 30 anos, com mestrado e doutorado por uma universidade britânica e funcionária responsável pelos financiamentos externos e parcerias internas da organização:

A primeira unidade criada na Harassmap foi o Outreach, apesar do mapa ter sido criado também nesse período. O estudo veio como parte do financiamento e influenciou a direção da Harassmap. Essa não era a ideia inicial, mas sim trabalhar com as pessoas nas ruas (Mervat).

A solicitação pela organização Harassmap do registro burocrático juntamente ao órgão egípcio Ministério para Assuntos Sociais (Mosa), foi feita nesse mesmo ano, processo bastante caro e demorado. Muitas vezes após o pagamento das taxas exigidas, os pedidos são recusados, segundo informado pelos ativistas da organização. Em 2012, o grupo conseguiu alugar uma

⁶⁹ HARASSMAP. **Towards a safer city sexual harassment in greater Cairo: effectiveness of crowdsourced data**. 2014. Disponível em: <http://harassmap.org/en/wp-content/uploads/2013/03/Towards-A-Safer-City_full-report_EN-.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

sala para montar o seu escritório no bairro Maadi, através do registro da empresa Tadwein, onde pôde organizar seus trabalhos, aumentar o número de voluntários e incrementar assim as atividades da instituição. Com o objetivo de atender às expectativas dos financiadores e assim ampliar o recebimento de fundos, o alcance e a efetividade de suas atividades, a Harassmap foi se tornando uma organização maior em termos administrativos, e cada vez mais profissionalizada e burocratizada, contratando funcionários para as diferentes unidades criadas (Figura 17). De acordo com Rachel, quando se tem uma equipe formada, é preciso tratar os funcionários de forma flexível, com o objetivo de se alcançar um maior impacto nas ruas, pela satisfação e indignação pessoal de cada um deles com o assunto. Sua fala evidencia a importância do papel desses sujeitos, que funcionam como mediadores das pedagogias Harassmap, as quais são transmitidas de dentro para fora da organização. Em uma conversa sobre a expansão das atividades da organização, ela me informou:

É bem difícil, quando você passa a ter um equipe grande, passa a ter que cumprir com os objetivos prometidos. Quando se é uma iniciativa voluntária, é uma coisa, mas quando começa a receber financiamentos e ter contratos, passa a ter cada vez mais obrigações com o seu time (Rachel).

Em 2013, a organização realizou um projeto de arrecadação de recursos online (*crowdfunding*), pelo site Indiego, e reunir cerca de US\$ 25 mil, que foram usados para a manutenção das unidades e programas internos. Ao longo dos anos, ela foi ganhando inúmeros prêmios pela sua atuação no Egito no combate ao assédio sexual, como por exemplo, Deutche Welle and Shabab Talk Local Hero Award (outubro de 2015), Cairo University Recognition Award (março de 2015), 2014 Nominet Trust 100 (dezembro de 2014, prêmio dado a iniciativas que trabalham com inovações tecnológicas). Em junho de 2012, recebeu o Deutsche Welle Best of the Blogs (BOBs) award for “Best Use Of Technology For Social Good 2012”, World Summit Youth Award (nov. 2011) e o Certificate of Recognition from the My Community Our Earth Partnership. Atualmente, a organização encontra-se dividida em quatro unidades administrativas:

- *Community Outreach*
- *Media and Communication Unit*
- *Research Unit/Tadwein*
- *Safe Areas Unit:*
 - ✓ *Safe Schools (SSU) e Safe Universities*
 - ✓ *Safe Areas Program*
 - ✓ *Safe Companies (SC)*

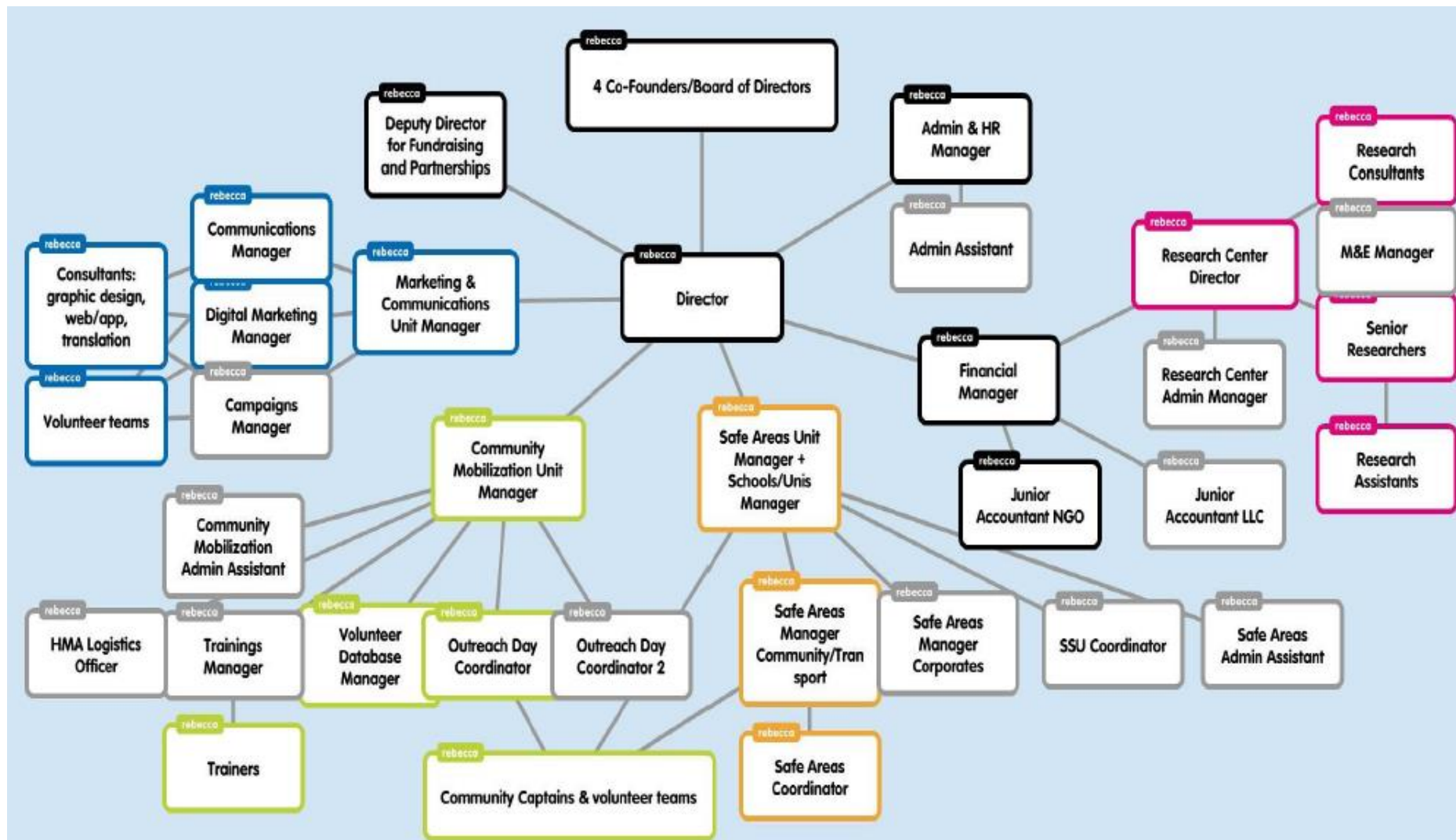


Figura 17 Sistema burocrático Harassmap

Fonte: Manual interno antiassédio para funcionários, Harassmap, 2015.

Existe uma hierarquia de postos entre as unidades: diretor, gerente das unidades, gerente dos programas, coordenadores, capitães e voluntários. Essa divisão, segundo fui informada por Rachel, facilita a elaboração dos projetos e a sua efetividade, e é evidenciada na estrutura burocrática dos cargos e salários ocupados por cada membro, sejam eles voluntários ou funcionários. Dentre estes há a diferenciação entre os que trabalham efetivamente no escritório e frequentam as duas reuniões semanais, os chamados “*part-time*” (gerente de comunicações e coordenadores da mídia social, como Facebook, Twitter, e-mail, etc) e os “*full-time*” (diretores, gerente das unidades e dos projetos, coordenadores responsáveis pela logística dos projetos nas ruas, marketing digital, relações com o voluntariado, coordenação dos programas). Segundo Kholoud, responsável pelas parcerias locais:

O jeito como trabalhamos depende da necessidade no momento, do que precisamos. E assim, essa estruturação foi formando-se aos poucos com as ideias que surgiam no momento. Estruturado e ao mesmo tempo flexível. No início, também não tínhamos experiência nenhuma com *marketing*, mas aos poucos fomos ganhando. Para nós, as pessoas são “*decision-makers*” também, não somente funcionários (Mervat).

Ao longo de meu trabalho de campo, frequentei as reuniões semanais que aconteciam na Harassmap, onde pude perceber a flexibilidade da hierarquia interna da ONG, na medida em que todos os membros se pronunciavam sem qualquer diferença de posições, e se comunicavam informalmente com os outros membros, para informá-los sobre as atividades que as suas unidades iam desenvolvendo ao longo da semana. Percebi que, muitas vezes, a cofundadora Rachel não se pronunciava durante as reuniões, quando ocasionalmente comparecia ao escritório, ao mesmo tempo que a outra cofundadora, Layla, fazia questão de dar o seu posicionamento em todas as reuniões, inclusive em questões internas relativas às unidades. Em uma situação, sugeri ao grupo que semanalmente cada unidade prestasse contas das atividades realizadas durante a semana para ela, como forma de melhor controlar as atividades gerais da organização. Essa atitude gerou indignações internamente e reclamações a Rachel. Segundo os descontentes com sua decisão, Layla estaria tentando assumir um posto de liderança e autoridade inexistente na organização até então, confundindo a missão do grupo com os valores de sua empresa pessoal Tadwein. Percebi, então, que apesar de toda uma estrutura burocrática existente, havia uma ideia de um ambiente democratizado, onde diferentes posicionamentos eram bem-recebidos, apesar dessa situação ter evidenciado uma tensão interna.

Em linhas gerais, a equipe Harassmap é formada por homens e mulheres com a mesma faixa etária (entre os 20 e 30 anos), mesmos níveis educacionais (em sua maioria estudantes de graduação em processo de entrada no mestrado) e habitantes de bairros de classe média alta,

como Zamalek, Dokki e Maadi. Apesar disso, havia pessoas vindas de outros locais do Egito, como Alexandria e Ismaelia.

Para a formação e qualificação da equipe de trabalho da ONG, são organizados os chamados “acampamentos”, onde todas as unidades se reúnem uma vez ao ano, para treinamentos. Nessas atividades, os funcionários e voluntários viajam para as cidades fora do Cairo e ficam hospedados em hotéis, onde diariamente o grupo realiza atividades sobre o combate ao assédio sexual. Segundo minha interlocutora Zaynab, não há hierarquia na elaboração das atividades, apesar de os comandantes⁷⁰ serem os funcionários “*full-time*”, enquanto os funcionários “*part-time*”, capitães e voluntários ouvem e praticam os trabalhos, evidenciando uma distinção pelo conhecimento em relação à temática em questão.

Durante a minha participação nas reuniões, que ocorriam duas vezes por semana⁷¹ na sede da ONG, pude perceber que as pessoas alternavam a língua árabe com o inglês. Às vezes faziam todo o discurso em língua árabe, mas as palavras de relevância, sobretudo as recorrentes no discurso transnacional de combate à violência de gênero, eram pronunciadas em inglês, com o objetivo de manter conexão com a esse sistema maior transnacional. Por exemplo, aquelas relacionadas a direitos, violência contra a mulher, denúncias, serviços de apoio psicológico e jurídico, “*hotlines*”, “*get help*”, “*change perceptions*”, assim como os diferentes tipos de assédio, como “*catcalls*” e “*ogling*”. Os nomes das unidades internas da organização também eram pronunciados em língua inglesa de forma recorrente pelos seus integrantes.

Destaco que a grande maioria dos documentos internos que circulam pela ONG, como os slides e assinaturas de e-mail, com os postos ocupados por cada funcionário, assim como o nome das atividades são escritos em inglês. O uso do referido idioma funciona, portanto, como elemento de conexão e comunicação entre a organização e os movimentos transnacionais de combate à violência de gênero ao redor do mundo.

Por outro lado, os termos mais recorrentes para se referir ao assédio sexual eram sempre falados por tais ativistas em árabe, como forma de dar colorações locais às definições construídas pela organização, como as palavras “*taharush el-ginsi*” (assédio), “*muaksa*” (flerte), “*ightsab*” (estupro). São estratégias para localizar o assunto no contexto egípcio, vernacularizá-lo por meio de narrativas que funcionam de forma adaptada às definições

⁷⁰ Os termos comandante e capitão são categorias nativas de distinção sobre as posições internas e são usados pelos ativistas da ONG Harassmap.

⁷¹ Aos domingos e terças-feiras.

transnacionais desses termos, para que façam sentido no local aplicado, através da manipulação de “símbolos locais”⁷², “de lá e de cá”.

Pude verificar que essa manipulação de diferentes gramáticas do assédio sexual, na tentativa de construir uma gramática local e adaptada aos contextos egípcios de luta contra o assédio sexual, funciona como um sinal de distinção⁷³ de classes, perante aqueles que melhor manipulam os termos em seus cotidianos. Algumas funcionárias me diziam achar incrível aquela manipulação de frases e palavras em árabe e inglês de forma tão espontânea e me davam a justificativa de que aquilo faria parte do estilo de vida daquelas pessoas, como um “*lifestyle*” natural. O que ficou evidenciado que aqueles eram sujeitos transnacionais desses valores e que funcionam no contexto egípcio como mediadores culturais das categorias e definições do assédio sexual internamente.

Antes do início das reuniões de trabalho das unidades, que sempre ocorriam por volta das onze horas da manhã aos domingos, aos poucos as pessoas iam saindo das suas mesas e puxando as cadeiras para o centro da sala, formando círculos. Os membros das unidades procuravam sentar próximos, às vezes na mesma mesa. Porém, em inúmeras ocasiões, se misturavam, por terem um maior contato com pessoas de outras unidades. Dessa forma, cada representante da unidade informava ao grupo o que vinha realizando. As reuniões ocorriam de forma bastante descontraída, e em algumas ocasiões o lanche era feito durante tal encontro.

Esses eram entendidos pelo grupo como momentos de descontração, pois somente a Unidade de Pesquisa trabalhava no escritório todos os dias como reflexo da empresa Tadwein, enquanto os outros funcionários frequentavam o local duas vezes na semana, e em uma delas para participarem da reunião. Essa era a época de maior movimento, quando socializavam e encontravam os amigos. Nesses dias, compareciam ao escritório cerca de 15 a 20 pessoas.

A cada reunião, um assunto diferente era posto em discussão. Somente participavam aqueles que estivessem atuantes em algum projeto no momento. Cada unidade colocava as limitações enfrentadas e os resultados obtidos. Assim, juntos discutiam as melhores e mais adequadas formas de atuação. Eram debatidos desde os tipos de *hashtags* a serem utilizados na internet para a divulgação de frases de impacto nas campanhas, até os efeitos dos *posts* colocados no Facebook e no site da organização, para que pudessem atrair a atenção das pessoas para a mensagens. Comentava-se também sobre os melhores locais para a colocação de adesivos

⁷² Chamo de “símbolos locais” as linguagens e definições de assédio sexual que são definidas nas convenções da ONU e reapropriadas em vários contextos, como no caso egípcio: pelo Estado e pelo movimento civil.

nas ruas, para que não houvesse funcionários ou voluntários em situações de risco. Presenciei, em alguns momentos, funcionários discordarem de alguns locais e estratégias, demonstrando um certo medo de colocarem papéis ou adesivos no metrô ou em locais públicos, como próximo aos prédios governamentais.

Em inúmeras ocasiões notei a presença de pesquisadores externos frequentando o escritório da organização, os quais faziam trabalho de campo para as suas pesquisas naquele período no país e aproveitavam para realizar entrevistas com os ativistas da organização Harassmap. Durante as reuniões, os referidos pesquisadores se mantinham no ambiente, porém nunca fazendo parte do círculo de discussão. Quando a reunião era iniciada, eles permaneciam em suas mesas, trabalhando em seus computadores, assim como eu, sem interferir no andamento. No período em que eu estive lá, além de mim, passaram pela organização cerca de três pesquisadores, uma canadense, outra norte-americana e um egípcio, que tinham circulação facilitada nas Unidades de Mídia e de Pesquisa, contribuindo em alguns projetos internos de forma voluntária.

A órbita Harassmap

Assim como as outras organizações antiassédio sexual no Egito, a Harassmap também se mobiliza em redes de ONGs locais e vem ocupando um papel de liderança regional nesse grupo. Atualmente, é a organização mais atuante, de maior visibilidade no país e em processo de crescente profissionalismo interno. Através de constantes mobilizações e reinvenções do termo “assédio sexual” (*taharush el-ginsi*) nos discursos produzidos em atividades internas e com o seu público-alvo, a organização funciona como um modelo multiplicador dentro e fora dela mesma, na circulação de narrativas sobre a criação de “espaços públicos seguros” perante iniciativas de outras ONGs e o Conselho Nacional de Mulheres.

O histórico do ativismo da sociedade civil egípcia na luta antiassédio sexual teve o seu início com o surgimento da ECWR, assunto que vem sendo examinado por alguns estudiosos do tema (RIZZO, 2008; 2012). Além disso, devido à proeminência das atividades desenvolvidas pela ONG Harassmap, diversas análises foram sendo direcionadas para a compreensão do papel da organização perante a sua crescente estruturação interna e administrativa (WALKER, 2014; HUGHES, 2015; GROVE, 2015; ABDELMONEM, 2015a, 2015b, 2015c, 2015d, 2016). Tais trabalhos, buscam problematizar as futuras consequências do ativismo antiassédio sexual no país, através do surgimento de novas iniciativas voltadas para perspectivas cada vez mais social, como os grupos de luta e defesa pessoal, grafittis e teatro para mulheres (GALAN, 2015). Analisam ainda temas como masculinidade no Egito e as suas implicações sobre a discussão de

gênero no local (RIZZO, 2014). O assunto, inclusive, foi levado por tais intelectuais para discussão na reunião de 2015 da Middle East Studies Association (MESA), painel organizado pela socióloga e atual professora da Universidade Americana do Cairo Helen Rizzo. O tema foi “*Mobilizing against sexual harassment in Egypt: reconfiguring public space and social responsibility*” (Mobilizações contra o assédio sexual no Egito: reconfigurando o espaço público e a responsabilidade social).

A ONG Harassmap vem construindo narrativas sobre o assédio sexual através do uso de ferramentas tecnológicas (mapa e site). Segundo a autora Grove (2015), estes são mecanismos de democratização do espaço e dessa forma, o assédio sexual passa a ser reinventado como um real problema para o país, por meio da disseminação de representações cartográficas, que mostram os incidentes “de cima”, sem um maior detalhamento dos fatos. Essa estratégia é bastante disseminada dentro do movimento feminista transnacional, que cada vez mais vem fazendo o uso dos discursos de securitização⁷⁴ e vigilância do espaço público e, que ao mesmo tempo, acabam separando os sujeitos em gênero e classe, entendidos por essas narrativas como ameaçadores da segurança nacional, como discutido pelo cientista político Amar (2011).

A análise do tema da securitização, como uma discussão acadêmica e também apropriada pelos movimentos sociais egípcios como ferramentas de construção da importância do assédio sexual no país, perante a existência de espaços inseguros às mulheres, terá continuidade nas análises de Hughes (2015). Segundo a autora, esses discursos permanecem seguindo um fluxo de imposição ocidente-oriente, na medida em que, nos dias de hoje, a ONG Harassmap reconfigura essas ideias de espaços seguros a partir da criação do Programa Safe Areas. Dessa forma, por meio de cartilhas e treinamentos com os pequenos estabelecimentos (restaurantes e cafeterias), os patrões e empregados passam a reproduzirem as chamadas “áreas de zero tolerância ao assédio sexual”, como constam nas diretrizes da Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW) e na Estratégia Nacional Egípcia (2015-2020). Conforme Hughes (2015), são discursos que buscam revolucionar o debate sobre o assédio sexual, ao forjarem uma democratização dos assuntos de “baixo para cima”, mas que na verdade se revelam meras reproduções das políticas governamentais, as quais se dão nas regiões de embaixadas e ministérios, consideradas altamente seguras à circulação da população devido à presença de policiais e forças do exército.

⁷⁴ Esse conceito foi desenvolvido pelas Relações Internacionais em 1995 pela Escola de Copenhague, para pensar o uso de narrativas de ameaça, que justificassem intervenções políticas perante o comprometimento da segurança nacional dos países.

O movimento antiassédio sexual no Cairo sofre uma transformação ao longo do tempo, voltando-se cada vez mais para um ativismo em comunidades, atuação que será bastante criticada por outras organizações e intelectuais que estudam o assunto, afirmando que essa transição deixaria de se importar com a violência cometida pelos agentes governamentais.

A organização ECWR inicialmente em suas atividades de combate ao assédio sexual tentava se equilibrar entre uma abordagem cultural e ao mesmo tempo politizada, frente a um regime cada vez mais repressivo e autoritário, que cooptava os grupos para os canais institucionais, segundo Rizzo (2014). Nesse sentido, a ECWR passou por um processo bastante complicado, tendo que preservar a sua independência frente ao Estado, ao passo que evitava confrontos na ordem política. O ano 2007, segundo Abdelmonem (2015c), foi bastante crítico para a organização, pois ao receber recursos do Fundo de Populações das Nações Unidas houve uma mudança drástica nas prioridades do grupo, fazendo com que o trabalho de “*legal advocacy*” suplantasse a importância do trabalho comunitário, fato que contribuiu para a saída de Rachel e Azza da organização ECWR, para fundarem então a Harassmap.

Essa mudança de posicionamentos na história do ativismo antiassédio sexual no país pode ser entendida em uma das conversas de Rachel, diretora da Harassmap com a antropóloga Angie Abdelmonem:

O trabalho dessas organizações cooptadas pelo governo, vem se mostrando cada vez mais ineficaz e dissociado dos problemas reais das comunidades. É necessário, portanto, retomar formas de engajamento descentralizadas e menos burocratizadas (ABDELMONEM, 2016, p. 172) (Rachel).

Perante um processo cada vez maior de cooptação dessas ONGs pelo Estado egípcio e o medo de ter suas atividades mais limitadas pela pressão governamental, a Harassmap procurou incrementar suas ações sociais, como um instrumento de atuação mais efetivo e que havia sido deixado de lado pela ECWR, de acordo com Rachel,

Somente o trabalho “*advocacy*” e a realização de eventos conferências e relatórios era ineficaz e não seria suficiente para chegar ao público de fato, para promover a mudança. Assim, o ativismo deveria ir além da conscientização, trazendo de volta o social nas campanhas antiassédio. Nós não nos importamos com a leis ou com a mídia ou até mesmo com os financiamentos como outras organizações se preocupam. O que julgamos como sucesso, é como as pessoas aceitam e recebem essas informações, querendo se envolver e agir (ABDELMONEM, 2016, p. 172) (Rachel).

A Revolução Egípcia de 2011, segundo a autora Abdelmonem (2016), foi, ainda, um momento crítico para a história da luta antiassédio sexual no Cairo, de maior politização do assunto e que abriu novas oportunidades para uma maior atuação comunitária desses movimentos. Ao evidenciar uma escalada da violência cometida contra mulheres durante os protestos, permitiu que o assédio sexual passasse a ser pensado para além de divisões sociais

ou políticas (ABDELMONEM, 2015d, p 155). As ruas tornaram-se arenas políticas e lugares de ativa negociação entre os âmbitos verticais e horizontais, processo chamado por Bayat (2010) de “*quiet encroachment of the ordinary*”, onde os atores intervêm de fato, ao invés de aguardarem algo vindo “de cima”. Dessa forma, as ONGs vêm atuando, mesmo através de “direcionamentos menos políticos”, sem divorciarem tais domínios (AHMAD, 2014, apud ABDELMONEM, 2016, p. 222).

Para Abdelmonem (2016), o ativismo comunitário buscado pela organização Harassmap vem se mostrando de forma crescente como um ato inerentemente político, através da figura que a autora chama de “*bystander*”, sujeitos que reproduzem em suas atividades os valores da organização. Esses indivíduos seriam essenciais para o combate aos assédios sexuais nas ruas do Cairo, na construção de novas percepções e comportamentos associados aos incidentes, ressignificando e enquadrando determinadas atitudes como negativas, construindo-as como formas de violência e crime (o assédio), e outras, como positivas (intervenção), através das atividades de conscientização nas ruas. Os *bystanders* passam então a incentivar as pessoas a reagirem contra incidentes de assédio sexual em suas comunidades e nas ruas e assim, passam a multiplicar a ideia do grupo em outros domínios.

Os ativistas da Harassmap afirmam que os assédios sexuais só ocorrem porque as pessoas permanecem passivas, e os aceitam. Para que isso mude, segundo os meus interlocutores, é preciso que esses sujeitos mediadores dos discursos da organização saiam às ruas e modifiquem os valores e as crenças das comunidades. Na medida em que acreditam que todo membro da sociedade deve ter responsabilidade moral sobre os outros, em seus discursos e práticas buscam um “efeito-cascata”: pela empatia mantida umas pelas outras, as pessoas iriam reconhecer os direitos humanos individuais. Ao invés de esperarem vir de “cima”: do Estado ou das leis.

Nos discursos desses ativistas é vinculada a necessidade de convencimento pelo mecanismo de ação “face a face” com as comunidades, para que assim possam encorajar pessoas a falar e denunciar o assédio como um crime. Para isso, possuem como alvo os próprios moradores dos bairros em que os voluntários vivem, para fazê-los pensarem de maneira crítica o assunto. Os ativistas acreditam que, optando por ações em seus bairros, a ideia é transmitida de maneira mais eficiente, devido sua credibilidade junto aos vizinhos. O objetivo é a criação de figuras ativas, formando um conjunto de indivíduos críticos que busquem promover mudanças no problema (ABDELMONEM, 2016, p. 220-225; 252).

Dessa forma, para a autora Abdelmonem (2016, p. 222), a figura do *bystander* evidencia uma atuação política da organização, mesmo através de sua política de atuação no âmbito social.

O trabalho de mudança da percepção social representa, para ela, um processo político com efeitos em longo prazo, apesar de não ter como alvo imediato ações legais (ABDELMONEM, 2016, p. 217). Evidencia-se, assim, que a mudança política pode ser trazida por uma atitude diferente, tomada pelas pessoas comuns ao verem o assédio sexual. Isso permite que a mudança seja buscada para além do âmbito legal, através das ruas e do reconhecimento do problema, e que aos poucos mudanças governamentais sejam demandadas. Com uma atuação social chamada pela autora de “de baixo para cima”, busca-se reconhecer as pessoas como elementos-chave de transformação.

A Harassmap tem a instituição policial como um de seus públicos-alvo, que através de treinamentos com os funcionários podem se tornar futuros *bystanders*. De acordo com a organização, a maneira como os policiais vêm tratando os problemas leva a um desencorajamento na realização das denúncias. Dessa forma, acreditam que se a relação entre o elemento burocrático e a “vítima” for alterado, essas relações poderão ser modificadas e melhoradas (MEIER, 2006, p 19). A mudança de percepção desses indivíduos levaria a uma alteração ainda maior da instituição e uma melhor atuação destes no tratamento dos incidentes. É incentivada, ainda, a entrada de mulheres nas polícias, o que contribuiria para mais receptividade às denúncias e um ambiente positivo, pela presença de maior identificação com as pessoas agredidas e sensibilidade ao problema, conforme propõem os documentos das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo, a figura do chamado *bystander*, segundo a autora, tem sido fruto de controvérsias nas discussões de alguns intelectuais, vez que esses sujeitos são colocados em situações de risco pelas organizações, sem um treinamento mais aprofundado sobre o assunto. Dessa forma, questionam os seus papéis como “novos vigilantes sociais”, além de não preverem o fato de que esses próprios sujeitos um dia possam ter sido ou que venham a ser assediadores. Como consequência, esses ativistas vêm buscando novas atuações, como por exemplo, o Programa Safe Areas da Harassmap, que transmite a responsabilidade pela intervenção ao quadro de funcionários dos pequenos estabelecimentos, indivíduos treinados pela organização, restringindo a possibilidade de qualquer pessoa atuar, mas sim os autorizados pela organização, que chamo de “juízes da Harassmap”.

Para Abdelmonem (2015c, p 15), os *bystanders*, são indivíduos com algum nível de consciência política e social, capazes de promoverem a mudança social “de baixo para cima”, fazendo as pessoas repensarem os seus comportamentos e daqueles à sua volta. Através deles, a noção de “*taharush*” é mediada, na tentativa de desfazerem certos estereótipos que justificam ou minimizam os incidentes, como simples flertes. Dessa forma, discursos de culpabilização

das “vítimas” passam a ser recriminados, assim como as discriminações ou inferiorizações das mulheres. Essas pedagogias podem ser percebidas na fala de minha interlocutora, Rachel, diretora da organização Harassmap,

Nosso foco não é falar com o assediador e pedir para ele parar aquilo que vem fazendo há anos ou que é encorajado desde que nasceu a fazer, mas sim que as pessoas que estão vendo aquilo passem a intervir e não aceitar esse tipo de comportamento e deixem de ser passivos (ABDELMONEM, 2015c). (Rachel)

Há um esforço contínuo dessas organizações egípcias de combate à violência sexual em direcionar uma mudança na percepção social sobre o assédio sexual perante a ausência de uma definição jurídica clara e correta dos termos no Código Penal, a qual, segundo essas organizações, deveria se pautar nas declarações internacionais assinadas pelo país. As ONGS, então, constroem suas categorias para assédio sexual através da manipulação de termos, em língua árabe, que são localmente associados a determinados atos de violência de cunho sexual. A solidificação dessas definições vem se tornando prioridade na construção desses movimentos, organismos estatais e não estatais (ONGs e do Conselho Nacional de Mulheres). Dessa forma, foi preciso construir determinadas narrativas de criminalização dos atos entendidos como assédio sexual para que fossem reconfigurados localmente como violências, através da mudança da percepção dos comportamentos das pessoas (ABDELMONEM, 2016, p 14).

A mediação realizada por esses ativistas sobre como as definições de assédio sexual são construídas é marcada por tensões e ambiguidades, e suas fronteiras vêm sendo desconstruídas e reatualizadas ao longo dos anos, através de consensualizações de termos cujos entendimentos se misturam, como o “*taharush el ginsy*” (assédio sexual), “*muaksa*” (flerte) e “*hatk ird*” (atentado/quebra da honra), em oposição aos “*ightsab*” (estupros), esse último entendido pelos movimentos como agressões sexuais mais violentas.

Dessa forma, determinados signos linguísticos e palavras são manipulados para pensar e construir o mundo, de acordo com Duranti (1997). Nesse sentido, a linguagem precisa ser entendida não somente como um modo de pensar, mas também como uma prática cultural e um recurso simbólico de poder e autoridade, na medida em que, em determinados contextos específicos, certos símbolos são manipulados, refletindo maneiras de estar no mundo definidas. Através do sistema linguístico, certos atos comunicativos são executados e mensagens são lançadas, porque não somente falamos, mas performatizamos as palavras de determinadas maneiras.

Assim, pela língua, a pessoa adquire a cultura, que por sua vez vai interferir na maneira de se pensar, falar e agir. A linguagem não poderia ser entendida somente um sistema de

classificação, segundo o autor, mas também como pontos de vista diferenciados sobre o mundo, formas de transmissão da cultura que funcionam como instrumentos de mediação da pessoa com o todo. As categorias culturais são refletidas através da linguagem, e é por meio de seu sistema de classificação que um grupo passa a se considerar parte de uma comunidade.

Através de uma manipulação linguística em meio a esse capital simbólico adquirido por grupos que possuem maior visibilidade interna e externa no ativismo antiassédio sexual, as categorias que o definem passam a ser reinventadas, em um processo marcado por uma complexa rede de tensões e negociações internas e transnacionais, retirando e tomando elementos de “lá e de cá”, para que ganhem sentidos locais.

A ECWR foi a primeira organização a trazer o termo “*taharush*” (“assédio”) para discussão, através de sua popularização, colocando-o em oposição ao “*muaksa*” (flerte) na tentativa de criminalizar e intensificar a percepção da violência do primeiro em relação ao segundo. Isso se deve ao fato de “*muaksa*” ter sido usado anteriormente como uma atitude tolerável, enquanto “*taharush*” possuía, por sua vez, um sentido mais agressivo e relacionado à esfera privada.

Com a popularização do termo “*taharush*”, realizada nas ações de ruas pelos ativistas das ONGs antiassédio sexual, o objetivo era trazê-lo para o debate público e, ao mesmo tempo, relacioná-lo às formas ordinárias da violência. Anteriormente, “*taharush*” era algo entendido como uma agressão sexual a crianças ou estupros cometidos por conhecidos, conceito bastante próximo à definição de estupro “*ightsab*” e, por isso, mal visto pelas pessoas. Esse movimento de dissociar o *taharush* de moléstias e estupros a crianças tinha como objetivo também colocar o termo “*muaksa*” como parte integrante do *taharush*, por ser vez, como uma forma de assédio verbal. Para que o assédio verbal fosse aos poucos entendido como um crime grave, as organizações passaram a manipular também a palavra “*taharush lafdhy*” (assédio verbal), associando-o aos tipos: verbais e físicos, contidos em uma mesma definição (ABDELMONEM, 2016, p 155).

O termo “*muaksa*” vinha sendo usado até então, segundo Abdelmonem (2016, p. 177), pelos intelectuais que estudam a palavra, como uma prática de cortejo ou um jogo sexual dos encontros nas ruas (RYZOVA, 2005, p 12), apesar de não ampliarem as discussões sobre as distinções dos limites entre o consenso e abuso não consensual, nas ideias presentes. Já a opção pelo uso de “*taharush*”, segundo a autora, se deve ao seu histórico mais pesado e o forte poder de sua conceituação, permitindo que fosse reapropriado pelos ativistas como violências ordinárias no espaço público. Com a Revolução de 2011, o termo foi novamante ressignificado, para classificar casos mais graves de estupros coletivos.

Desde o início do trabalho da organização ECWR, a definição de “*taharush*” para alguns grupos mais conservadores, entre eles alguns membros da Irmandade Muçulmana, era uma simples tradução da expressão em inglês “*sexual harassment*”, afirmando não caber ao caso egípcio. Apesar disso, no Código Penal Egípcio, esse termo já se encontrava sendo usado de forma intercambiável com o “*hatk ird*”, termo atrelado ao conceito de honra da religião islâmica e condenado pelos ativistas (ABDELMONEM, 2015a, p 122). Seu objetivo era criminalizar o ato como uma ofensa, apesar de não ter como objetivo retirar a importância do flerte, mas sim acabar com a visão de tolerância a essas atitudes. A partir de 2005, a organização começou a enquadrar o assédio sexual, como uma ameaça à segurança pública (ABDELMONEM, 2016, p 165).

O estudo iniciado pela organização ECWR em 2008 contou com o financiamento do Fórum de Populações das Nações Unidas (UNFPA), e nele foram discriminadas sete formas de assédio sexuais experienciadas em ambientes públicos, principalmente em transportes coletivos: toques, barulhos, olhares para o corpo da mulher, comentários de natureza sexual, perseguição, assédio por telefone e exposição de partes íntimas. O assédio sexual foi elaborado nesse documento como: “Qualquer conduta sexual tomada pelo assediador, que tenha resultados sexuais, físicos ou psicológicos sobre a ‘vítima’ abusada, independente de sua localização” (ABDELMONEM, 2016, p. 158).

Assim como a ECWR em 2008, a Harassmap, a partir de sua criação em 2010, dará continuidade ao processo de construção do assédio sexual, através de sua devida nomeação. Então vai remoldurar tal definição, com base no documento DEVAW⁷⁵ das Nações Unidas. No site da organização, ele encontra-se definido como:

Qualquer palavra indesejável, e/ou ações de natureza sexual que viole o corpo da pessoa, sua privacidade ou sentimento e que deixe a pessoa desconfortável, com medo, insegura, assustada, desrespeitada, insultada, intimada, abusada, ofendida ou objetificada. Podendo tomar várias formas e incluir mais de um tipo: olhares para parte íntimas, expressões faciais, chamados, comentários, encarar a outra pessoa ou perseguir, convites sexuais, busca de atenção indesejada, fotos sexuais, assédio online, por telefone, toques, exposições de partes íntimas, ameaças, agressão sexual, estupro ou estupro e assédios coletivos (ABDELMONEM, 2015a, p 18).

A forma de emoldurar tais noções, construída sobre definições anteriores da ECWR e após Harassmap, passou a ser incorporada por várias outras organizações que também atuam no combate ao assédio sexual no Cairo e que são consideradas parceiras da Harassmap (*Nazra, Deed Taharush, Basma, El Nadeem e CEWLA*). Assim, através de determinadas ferramentas de enquadramento dessas noções, esses movimentos vêm construindo as suas lutas,

⁷⁵ Declaração para Eliminação da Violência contra a Mulher

discursivamente, ao produzirem o assédio sexual como uma violência, transformando os mitos das velhas justificativas em novas narrativas de criminalização dos fatos.

As formas pedagógicas de ação antiassédio sexual realizadas na e pela Harassmap tomam diferentes contornos no Cairo, seja através da produção de mapas, dados estatísticos, relatórios e testemunhos das vítimas ou através de ações diretas, nas ruas. As primeiras, são formas de racionalidade que procuram evidenciar a realidade empírica, com a manipulação de mecanismos cartográficos e números, chamados por Abdelmonem (2016, p. 205) de “*statistical frames*”. São instrumentos poderosos que servem como formas de negociação das “verdades” sobre o assunto, como “fatos autoritários” e evidências. Isso pode ser visto através do uso das estatísticas produzidas pela ECWR (2008), Nações Unidas (2013) e Harassmap (2014), assim como pelos testemunhos recolhidos nas intervenções durante a Revolução pelos grupos Tahrir Bodyguard e OpAntiSh em seus projetos internos.

Neste sentido, é preciso problematizar as formas pelas quais esses dados são produzidos e até que ponto seriam capazes de representar a realidade, na medida em que, no contexto egípcio, há uma disputa entre as agências do governo, por meio da produção de pesquisas pelo órgão Central Agency for Public Mobilization and Statistics (CAPMAS), e as ONGs, que se encontram em diálogo com os discursos transnacionais que circulam sobre violência de gênero e com as agências estrangeiras financiadoras de suas ações. Nas palavras de Hoffman (2008),

O efeito homogeneizador associado às ONGs também resultou, em grande medida, na adoção de um vocabulário burocrático comum por elas, condição *si ne qua non* para alçá-las à possibilidade de obtenção de recursos dentro do universo da cooperação internacional, baseado em certas regras, normas e padrões alheios, em princípio, à cultura das diversas organizações. Mas que acabou por tornar-se parte delas, integrando-se a um funcionamento cotidiano e possibilidades de reprodução (HOFFMAN, 2008, p.50).

O uso de representações gráficas e estatísticas pelas ONGs ao redor do mundo vem se tornando rotineiro. Segundo Hoffman (2008), tais recursos funcionariam como instrumentos de imaginação/representação de uma comunidade contínua e com problemas homogêneos. O uso fetichista desses dados somente evidenciaria os objetivos que estão por trás dessas agências em sua elaboração e que, de acordo com Miranda (2010), acabariam refletindo interpretações específicas de uma determinada lógica jurídica e sentidos de justiça.

Nesse sentido, neste trabalho procuro olhar os processos pelos quais a Harassmap produz os seus discursos, mediando os valores locais e transnacionais na construção de novas definições sobre o assédio sexual. Para isso, examino como essas pedagogias⁷⁶ ganham

⁷⁶ Entendo, neste trabalho, o termo “pedagogia” como processos e técnicas que visam à construção de determinados saberes. A palavra tem a sua origem na Grécia Antiga, onde tínhamos o termo *paidagógos*, em que “*paidos*” pode ser entendido como “criança”, e “*gogós*”, traduzido como “levar”, “conduzir”. Nesse sentido, o

colorações locais mediante o trabalho realizado pelos seus ativistas nas diferentes unidades administrativas (Unidade de Pesquisas, Mídia e Outreach) e no chamado por mim, “ativismo online e off-line”. Assuntos que serão melhor aprofundados na próxima seção.

condutor funciona como um agente desses saberes ou pedagogias, ao atuar como um articulador/mediador entre as regras do grupo. Dessa forma, é responsável por gerenciar os conhecimentos, para que estejam de acordo com os interesses desses domínios.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL PELA PEDAGOGIA HARASSMAP TRANSMITIDA DE “DENTRO PARA FORA”

Nesta seção, faço uma breve análise das definições propostas de assédio sexual pelos intelectuais que estudam o tema, bem como procuro problematizar como a Harassmap faz a mediação do termo através da transmissão de suas pedagogias de “dentro para fora” da organização. Novas gramáticas do assédio sexual são transmitidas pelo grupo, através do Manual Interno Antiassédio Sexual dos seus funcionários e voluntários. Bem como, por meio de suas pedagogias externas, que se dão através do que chamo de ativismo online (site e o mapa da organização) e offline (eventos, campanhas e treinamento), que as Unidades administrativas da Harassmap realizam com os seus parceiros externos.

3.1. Os Embates na Definição de Assédio Sexual

A discussão sobre o assédio sexual ganha formas iniciais a partir dos anos 1970, nos EUA, com um foco maior no ambiente de trabalho. Nos anos 80 e 90, o assunto passa a ser discutido através das leis, de acordo com a autora Abdelmonem (2016, p. 105).

Para alguns autores que se dedicam ao estudo do assunto, como Uggen (2012), o assédio sexual possui o lado objetivo (leis) e subjetivo (entendimento de cada indivíduo dos incidentes). Está intrinsecamente relacionado às formas como as pessoas entendem o gênero e a sexualidade, elementos-partes das negociações. Dessa forma, determinados atos são tidos como assédios, quando fogem aos entendimentos culturais e relações de gênero.

No entanto, segundo Roth (1999 p 16), essas discussões acerca do assédio sexual precisam estar conectadas às análises do âmbito público e privado, bem como social e político. Essas distinções, segunda a autora, farão parte de estratégias discursivas embebidas em relações de poder, cujos limites são redefinidos continuamente na História, pois até então, o público seria entendido como regulado pela lei, enquanto o ambiente privado estaria livre da intervenção do Estado. Tais dicotomias, para a autora, somente restringiram o corpo da mulher ao ambiente privado, quando na verdade esses limites são fruto de negociações.

Dessa forma, o assédio sexual é entendido por ela como uma arena de negociação entre esses domínios, em que a própria mulher define o que é íntimo e privado, construído a partir da relação social e das expectativas culturais. Nesse sentido, o assédio sexual ocorre quando há um desentendimento e uma ausência de distinção clara desses limites, uma vez que a privacidade define os espaços de sexualidade, algo que se encontra no ambiente privado, e o

assédio sexual rompe com essa relação, com comportamentos que violam esses limites invisíveis.

Já Booker (1998, p 21), por outro lado, o entende o assédio sexual, como qualquer ação mal interpretada, apesar de não significar que esta seja fruto de falhas na comunicação, pois as linhas que dividem o consentimento da não aceitação são invisíveis e separam o âmbito público e privado pelas subjetividades individuais. O assédio ocorre quando o indivíduo que assedia pressupõe uma intimidade que não existe, cruzando esse território “privado” e invisível. Pode ser pensado também, como uma relação interativa entre indivíduos, de acordo com Griffin et al (2000 p 25), como uma ação agressiva quando compreendido pela pessoa de tal forma. Nesse sentido, a expectativa tem uma importância central no entendimento dos incidentes, na medida em que o ato tomado possui reflexos nas respostas que serão dadas.

3.2.As definições Harassmap de Assédio Sexual (*Taharush El-ginsi*)

O assédio sexual vem sendo construído pela Harassmap através de diversas ferramentas: por meio de uma pedagogia que se inicia internamente na organização, através do Manual Interno Antiassédio Sexual, para os funcionários/voluntários. Essas doutrinas são ainda, disseminadas “para fora” da organização, através de sujeitos que chamo de “mediadores humanos (ativistas e funcionários) e não humanos”⁷⁷ (relatórios e manuais) do assédio sexual”, que atuam de forma online (pelo site, mapa, denúncias online, campanhas online) e off-line (campanha nas ruas, eventos, treinamentos para capitães e voluntários e em universidades, escolas, empresas e pequenos estabelecimentos comerciais).

Em conversa com alguns de meus interlocutores da organização Harassmap, fui informada de que a origem do termo e suas definições sempre foram algo bastante conflitivo dentro do movimento antiassédio sexual. Esse embate permanece ainda hoje na ONG Harassmap. De acordo com Ali, da Unidade Outreach, “a importância de uma definição do assédio como um crime se deve ao fato de as pessoas verem, mas não agirem, por entenderem como uma coisa normal”, fala que confirma a visão dos outros ativistas,

A utilização do termo “*taharush el- ginsi*”, no Egito, não é fácil definir o seu início, foi o resultado de um grande movimento de ONGs e também do governo. Os termos usados por nós são pensados para ter efeito nas ruas. As mensagens precisam ser pensadas no efeito que podem causar e isso é pensado entre as unidades. “*Hatk ird*” é um termo da legislação, não usamos nas campanhas. As definições da lei não são boas, por isso usamos nossas próprias definições. Queremos clarear as coisas de formas diferentes. Primeiro desenvolvemos a ideia do projeto, por exemplo as pessoas que assistem os assédios precisam agir, e dessa forma pensamos em mensagens ou os termos-chave que causem impacto (Mariam, sueca da Unidade de Mídia).

⁷⁷ As categorias “mediadores humanos e não humanos do assédio sexual”, foram desenvolvidas por mim, para pensar as atividades dos ativistas egípcios, bem como os documentos e mapas que produzem.

Não podemos dizer que a ECWR é a mãe do tema do assédio sexual no Egito, porque foram as mesmas pessoas que trabalharam lá que criaram a Harassmap, usamos a mesma definição, somente a adaptamos, assim como outros movimentos adaptam as nossas definições. É muito importante delimitar a definição do assédio para mudar o discurso em vigor. Você muda o discurso e passa a falar do assunto para evidenciar os limites, antes daqui você não sofreu nada, mas a partir daqui, sim. O termo “*taharush*” é a melhor palavra para referir ao assédio sexual, do que o termo “*hatk ird*”, que está ligado à perda da honra/modéstia, enquanto a palavra “*ightsab*” significa estupro. O movimento civil evita usar o termo de modéstia, por conta de sua ligação à honra, e assim preferem o *taharush* como termo de luta. Quando vamos às ruas, não vamos até as pessoas e perguntamos se eles conhecem a Harassmap, mas sim se já sofreram algum tipo de assédio ou se já cometeram. Quando começamos o nosso trabalho, essa palavra era um tabu, as pessoas falavam “*muaksa*” (flerte) ou “*hatk ird*” (quebra da honra), termo apropriado pelo Estado na legislação. Para mim, esse não reconhecimento dos termos está ligado à negligência do Estado no seu devido reconhecimento, mas agora as pessoas já utilizam o termo correto: “*taharush*” (Layla, cofundadora e chefe da Unidade de Pesquisa).

A Harassmap vem usando a mesma definição da ECWR. Criamos a Harassmap com base no estudo da ECWR, por ter sido um estudo básico. Ao mesmo tempo, tentamos usar as definições que todos usam ao redor do mundo. Rachel, com certeza, usa essas definições internacionais (Azza, cofundadora).

A sua importância está no fato de colocar a sociedade para pensar o termo, pois o governo não liga para essas definições. Claro, essa definição tem muito poder e as coisas só funcionam quando esse movimento civil começa a fazer parcerias com pessoas que têm poder, e assim o assunto anda. E de fato, você pode pressionar, tendo meios para isso. Nós tivemos que desenvolver o termo “*taharush*” para dar às pessoas uma tecnologia para usarem. Hoje em dia, quando você usa o termo, as pessoas passaram a entender o que ele exatamente significa e do que estão falando. É importante que possamos falar no assunto e as pessoas reconheçam o que aquilo significa de fato, e isso foi algo que levou tempo e só foi possível com os treinamentos aos voluntários, que passavam a ideia adiante e os conhecimentos sobre o assédio sexual (Rahma, atual funcionária do Conselho Nacional de Mulheres e pesquisadora da Harassmap).

No estudo realizado pela organização Harassmap em 2014 (“*Toward a Safer City*”), o grupo propõe uma definição de assédio sexual que, segundo o referido texto, se evidencia bastante complexa e ligada à estrutura social e ao sistema cultural egípcios, em que cada pessoa o conceitualiza de maneira diferente, definindo-o como:

Qualquer comentário, frase inadequada ou ações de natureza sexual que violem o corpo da pessoa, a privacidade e os sentimentos, fazendo com que a pessoa se sinta desconfortável, ameaçada, insegura, assustada, desrespeitada, insultada, intimidada, abusada, ofendida e objetificada podem ser assim considerados um assédio sexual em ambientes públicos (HARASSMAP, 2014).

No estudo, é enfatizada também a dificuldade de as pessoas nas ruas ligarem o assédio sexual à palavra “*taharush*”, bem como a uma única definição. Muitas vezes recorrem de forma intercambiável à palavra “*muaksa*” (flerte), para se referirem a incidentes mais toleráveis e menos agressivos. As mulheres participantes do estudo, quando assediadas⁷⁸, afirmaram não

⁷⁸ A organização procura enfatizar que não somente mulheres são assediadas, mas homens também. Apesar disso, somente mulheres declaram tais incidentes durante o estudo.

responder aos assédios verbais, assim como 54,4% delas disseram não denunciar os assédios sofridos, por acreditarem que nenhuma medida efetiva seria tomada. Das entrevistadas, 78% assim agiram por medo de escândalos.

Dessa forma, o assédio sexual é entendido como uma violência, que pode ocorrer em qualquer lugar, seja no âmbito público ou privado, e em que o assediador pode ser homem ou mulher. O sujeito assediado pode ser um parente, colega de escola ou trabalho, professor, chefe ou, até mesmo, um membro da família. É visto ainda, no documento, como parte de um jogo de poder perante as relações de gênero existentes na “sociedade egípcia patriarcal e sexista”, nas palavras da organização Harassmap, o que contribuiu para uma passividade social das pessoas, culpabilização das “vítimas” pelo ocorrido e indiferença da polícia e juízes, algo que acaba por perpetuar determinados mitos.

A ausência de segurança pública é utilizada no referido documento como uma das principais justificativas ditas pelas pessoas para a ocorrência dos incidentes, narrativas que são reproduzidas no discurso na organização, na criação das chamadas “áreas de zero tolerância aos assédios sexuais”, na falta de punições severas e na indiferença do Estado para com sua eliminação e cumprimento das leis.

No site da organização, “assédio sexual”, “estupros” e “assédios coletivos” são dispostos de formas diferenciadas, no intuito de ampliar as definições em diferentes situações, evitando confusões e resignificando aquelas das Convenções Internacionais. Por outro lado, a organização procura se diferenciar das moralidades dispostas no Código Penal Egípcio e das narrativas construídas pelo Estado, através da consensualização dos termos adequados ao contexto local (Tabela 2).

Tabela 2. Tipos de assédio segundo o site da Harassmap

Ogling	Staring or looking inappropriately at someone's body, body parts, and/or eyes.	Sexual photos	Showing sexual or private photos or pictures online or offline.
Facial expressions	Making any kind of facial expression (licking, winking, opening the mouth) that suggest sexual intentions.	Online	Repeatedly or occasionally sending unwanted, abusive, or obscene messages, comments, and/or photos and videos via email, instant messaging, on social media, forums, blogs, or online discussion boards.
Catcalls	Whistling, shouting, whispering, and any kind of sexually suggestive sounds/noises.	Phone calls	Making unwanted phone calls or sending text messages that are sexually suggestive or threatening.
Comments	Sexual remarks about someone's body or clothes or way of walking/behaving/working, telling sexual jokes or stories, suggestions that are sexual or offensive.	Touching	Unwanted touching, massaging, pinching, rubbing up against, standing too close, grabbing, groping and any kind of unwanted sexual gesture towards someone.
Stalking or following	Following someone, close or at a distance, by foot or in a car, repeatedly or just once, or waiting outside someone's work/home/car etc.	Indecent exposure	Showing intimate body parts to someone, or masturbating in front of someone or in someone's presence.
Sexual invites	Asking for sex, describing sexual acts or wishes, asking for phone numbers, dinner dates and other suggestions that are implicitly or explicitly sexual in nature.	Threat	Threatening with any form of sexual harassment and/or assault (including rape).
Unwanted attention	Interfering with someone's work or actions by seeking unwelcome contact, asking to socialize, making sexual demands in exchange for work or other benefits, giving gifts that are sexually suggestive, insisting on walking/driving someone home or to work in spite of refusal from the other person.	Mob sexual harassment	Sexual harassment (any of the above categories) committed by large groups of people against one or more individuals.

Fonte: Site Harassmap.

3.2.1.As Pedagogias Internas da Harassmap: o Manual Contra o Assédio Sexual dos funcionários/voluntários

A organização Harassmap possui um sistema interno de denúncias para os próprios funcionários e voluntários, composto por uma política de normas chamada “*Employee Handbook*” (“Versão de Bolso do Funcionário”), criada em fevereiro de 2015. O texto foi desenvolvido pela diretora americana Rachel como mais uma ferramenta de resposta a situações práticas de assédios sexuais entre funcionários/voluntários. A ideia foi originada perante o seguinte incidente: uma funcionária da organização foi assediada por um treinador externo em um dos acampamentos anuais, realizados pelo grupo, fora do Cairo. No entanto, o recurso vem sendo utilizado para outros fins, como por exemplo, para reclamações de cunho pessoal contra as atitudes tomadas dentro da organização por Layla, cofundadora e chefe da Unidade de Pesquisas.

De acordo com as diretrizes do referido documento, o funcionário deve manter as portas abertas com os outros funcionários e, assim, caso se sinta ofendido ou em episódios onde os princípios da organização sejam desrespeitados, a reclamação deve ser direcionada aos gerentes das unidades, que deverão levar a queixa até seus superiores, e estes, ao diretor, seguindo as escalas hierárquicas estabelecidas. Dessa forma, cada reclamação deve ser tratada de forma confidencial e investigada. A organização se coloca, no documento, como tendo o objetivo de fornecer ao funcionário um ambiente de trabalho positivo, como as atitudes positivas que transmitem para fora da organização e assim as pessoas devem se sentir respeitadas, satisfeitas e apreciadas pelos seus trabalhos. Dessa forma, “assédio sexual ou discriminação, envolvendo raça, cor, religião, gênero, orientação sexual, idade, origem, desabilidade, afiliação política ou status marital são inaceitáveis no ambiente de trabalho” (HARASSMAP, 2015) (Tabela 3).

No Capítulo 1 do documento, a política e a sua missão são delineados, com o objetivo de evidenciar a sua importância como parte intrínseca do valor da organização. Possui como meta, ainda, o estabelecimento de um forte comprometimento da equipe, proibindo e prevenindo casos de assédios sexuais, discriminações ou retaliações em denúncias internas. O assédio sexual é considerado uma grave ofensa, que requer punição (Tabela 3). Todo funcionário deve reportar, o mais breve possível, qualquer tipo de conduta que viole essa política, ou que o afete.

A imagem da organização Harassmap é transmitida por meio das diretrizes da política, sendo entendida no documento como o “local de zero tolerância a esses tipos de agressão” e de qualquer conduta que viole essa norma. Assim, o assediador deve sofrer a sanção apropriada ao

desrespeitá-la. Nenhuma ação que ultrapasse essa missão, entre os funcionários, supervisores ou contratados, será admitida, concretizando-se como devidamente punida.

Tabela 3 Tipos de assédio definidos no Manual Interno Harassmap

Discursos, comentários depreciativos ou insultos, com base em classificações. Incluindo comentários relacionados a aparência, vestimenta, físico, identificação de gênero, brincadeiras relacionadas a orientação sexual. Podendo ser ainda parte da comunicação verbal, que ofenda a sensibilidade do indivíduo e sua performance.	Insultos visuais, comentários, cartas, e-mails, mostrando pornografia, fotos, sinais, cartoons, ou comunicação não verbal que ofenda a sensibilidade individual e afete da performance dele/dela. Qualquer outra conduta não bem vinda, que inclua encarar a outra pessoa, perseguir no intuito de deixar a pessoa desconfortável, fazer gestos ofensivos, barulhos de beijos.
Avanços não solicitados, pedidos de favores e outros atos de natureza sexual, em que a submissão é a condição para o emprego, e a submissão ou rejeição são usadas como base para decisões e escolhas ou onde a conduta queira interferir na performance ou trabalho da outra, criando um ambiente de intimidação e hostilidade, um ambiente de trabalho ofensivo.	Mostrar, expor parte íntimas na frente ou na presença de outras pessoas sem o seu consentimento ou desejo.
Uso da internet para o envio de e-mails, mensagens, fotos, vídeos com conteúdos indesejáveis e de natureza sexual. O uso ainda de outros tipos de comunicação, como telefone que faça a outra pessoa se sentir desconfortável por conta de sons indesejáveis ou qualquer forma de comunicação verbal, que inclua conteúdos sexuais indesejáveis ou pedidos.	Atos físicos como a agressão sexual, impedindo ou bloqueando o movimento, toques ofensivos ou qualquer interferência física que interfira o movimento do trabalho normal. Isso inclui beliscar, agarrar, dar tapas ou fazer pedidos indesejáveis ou explícitos/ implícitos de favores sexuais, com objetivos de promoção, emprego, avaliação dentro da atividade de trabalho.

Fonte: Fontoura, 2016.

Pela política, fica estabelecido um comitê, chamado *Complaints Committee Against Sexual Harassment (CASH)*, responsável por lidar com os incidentes e assegurar a sua investigação. É composto por quatro membros com, no mínimo, três mulheres. Precisa, necessariamente, contar com a diretora da organização, algum membro do departamento administrativo ou pessoal, gerentes das unidades ou algum membro da organização ou advogado.

Os procedimentos para a denúncia são: a pessoa deve denunciar de forma verbal ou escrita ao comitê, dando detalhes do incidente. O comitê deve escrevê-la, assiná-la e colocar a data. A denúncia deve ficar retida de forma confidencial, e a pessoa acusada será chamada para ser informada. Nenhuma forma de retaliação seria aceita pela organização.

O comitê tem 48 horas para tomar uma medida após o recebimento da denúncia. Para investigar e reunir o comitê, cinco dias ou, no máximo, uma semana. A investigação contará com entrevistas com o acusado e com pessoas que tenham o conhecimento do incidente. As alegações deverão ser escritas e a pessoa acusada terá a chance de se explicar livremente. Os depoimentos de ambos os lados serão documentados. Então, o comitê irá avaliar os materiais recolhidos para, posteriormente, definir uma ação e decidir se aquele ato corresponde a um

determinado tipo de assédio. Assim, deve contextualizar o local onde a ação ocorreu. O acusado ainda deve ter a chance de enviar explicações por escrito em sete dias ao comitê.

Após a conclusão da investigação, um parecer por escrito com todos os detalhes analisados deve ser construído, e a investigação deve durar no máximo três meses desde o dia da denúncia. Caso o comitê considere que o caso foi de fato um assédio, o assediador receberá a ação disciplinar correspondente, que varia de acordo com a severidade da ofensa (transferência, suspensão, redução de promoções já recebidas, redução do salário e demissão). O acusado e a pessoa que sofreu o assédio podem solicitar também que a investigação mude os membros do comitê. Todas as medidas serão tomadas para proteger os envolvidos na denúncia, para evitar novos traumas e retaliações. Caso a pessoa se sinta mais à vontade, pode levar a denúncia para fora da instituição e buscar ajuda na polícia, assim como deve ser oferecido a ela suporte jurídico ou psicológico em outras instituições, postura de conciliação tomada dentro da instituição e que pode ser percebida em uma de minhas conversas com Rachel, diretora da Harassmap

Quando um de nossos funcionários é assediado, não mudamos as nossas mensagens, agimos da mesma forma, não temos mecanismos especiais, é a mesma coisa para todos. Nós, como “especialistas no assunto”, na lei e em suporte psicológico e jurídico, mostramos os caminhos e as opções e a pessoa escolhe. A ECWR também operava assim, queremos respeitar a opinião deles (Rachel).

Segundo ela, os treinamentos com os membros da organização são construídos com base nas diretrizes dessa política e são entendidos por ela como fundamentais na identificação dos principais tipos de assédios sexuais e nas formas de prevenção. Dessa forma, os funcionários são capazes de “entender” os atos considerados aceitáveis ou não por essa pedagogia Harassmap, transmitindo-a “para fora” nos treinamentos e cartilhas externas.

Para isso, o treinamento dos parceiros da organização (universidades, escolas, pequenos estabelecimentos e empresas) deve primeiramente conter uma sensibilização sobre o debate acadêmico de gênero, assim como nele deve ser ensinado como realizar denúncias, técnicas de documentação e investigação, além de uma conscientização sobre os impactos que o assédio sexual gera sobre as “vítimas”. Esse tipo de discurso foi trazido para a Harassmap por Rachel, diretora da organização, pelo fato de ter recebido todo o apoio da ECWR quando trabalhava no local e ter vivenciado uma situação de assédio sexual. Dessa forma, procurou reproduzir os procedimentos internamente nas políticas da Harassmap, missão essa que se faz presente na maneira como o suporte é dado às funcionárias que vivenciam situações de assédio fora da organização, repetindo essas concepções em suas vidas pessoais e na maneira como reagem aos incidentes no cotidiano.

Mariam, sueca da Unidade de Mídia, já realizou três denúncias na delegacia, contra três incidentes, por um taxista (toques), um empresário e um garçom de uma cafeteria, nos bairros Zamalek e Maadi. Os incidentes vivenciados contra um garçom (masturbação em local público) e contra um empresário (toques), tomaram grandes proporções. O primeiro caso foi levado à Corte Constitucional. Ela ganhou o processo e o assediador foi devidamente punido.

A situação vivenciada por ela evidencia as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a realização de denúncias na polícia, pois durante sua denúncia sofreu pressões de todos os lados para que desistisse do caso, ouvindo justificativas dos próprios policiais, como o casamento tardio, assim como chamando o homem de “pobre rapaz”, na tentativa de minimizar a importância da situação e de evidenciar o caráter da denúncia como desnecessária. Mariam, como recorrente nesse tipo de denúncias, contou repetidas vezes o ocorrido em diferentes instâncias da polícia e ainda dividiu o espaço na delegacia com o seu assediador, estando em contato direto com o mesmo durante todo o procedimento. O assediador afirmou, ainda, que a culpa teria sido dela, pois o havia seduzido pela posição de suas pernas, que se encontravam cruzadas no momento do incidente e entendido por ele como um convite ao sexo. Outra justificativa usada por ele foi devido à sua roupa no chamado “estilo ocidental”. Mariam levou o caso até o Niyaba, Corte Constitucional, recebendo todo o suporte jurídico da ONG Nazra.

Ao ser questionada pelo juiz, durante a denúncia, sobre como havia se sentido perante o incidente, ela respondeu que havia sentido nojo do incidente e do assediador, enquanto o juiz teria reinterpretado a sua fala e escrito em seu processo judicial como vergonha (ABDELMONEM, 2016, p 177).

As formas de classificação e reinterpretação dos registros criminais a partir de critérios subjetivos de julgamento são problematizados por Miranda (2010, p 18). Para a autora, os dados são interpretações posicionadas de certos agentes, que acabam representando uma forma de realidade ou verdade, através de ideias criadas sobre outras representações, que tiveram como base histórias contadas (MIRANDA, 2010, p 20). O modo como a informação é disposta nesses documentos, através de dados quantitativos ou qualitativos, assim como as categorias que são escolhidas e a sua devida publicação, são entendidos pela autora como meios de produção de informações, que não reproduzem os discursos das vítimas, mas sim os interpretam de acordo com o “*modus operandi*” do sistema (MIRANDA, 2007, p 22).

Partindo da hipótese de que as “estatísticas não mentem, mas também não falam a verdade”, a autora problematiza a crença de que as cifras e palavras produziram a verdade, mas que através da prática pode ser vista uma construção feita de determinadas perspectivas, baseadas em critérios pessoais e subjetivos (visão policial, do delegado, funcionário do cartório,

juiz, etc), passando por estágios de categorias e interpretações provisórias, que refletem uma subjetivação no ato de tipificar, para uma categoria definida de fato, que visa à uniformização da classificação, como fazem também as estatísticas (MIRANDA, 2007, p 25).

Dessa forma, os instrumentos estatísticos e os depoimentos não devem ser entendidos como saberes legítimos, mas sim linguagens produzidas por uma determinada agência, “refletindo formas de pensar no mundo” daqueles que estão autorizados a identificar e rotular os problemas sociais, como “processos unificados de mediações”, impondo assim determinados modos de medir e ler os fenômenos sociais ao serem transformados em dados. Tais disposições refletem ainda a atuação de uma agência específica, informada pelo campo onde esses dados são construídos, passando a representar oficialmente certas realidades e que, portanto, não somente transformariam as histórias contadas, mas também construiriam um retrato impessoal dos fatos (MIRANDA, 2010, p 27).

Durante o meu trabalho de campo, Mariam voltou a vivenciar um outro incidente, dessa vez bastante agressivo, sendo vítima de agressão corporal por um taxista, quando saía do carro. Ela discutiu com o motorista pelo valor cobrado errado, e o mesmo a puxou pelo braço. Mariam deu um tapa no rosto dele e recebeu outro. Ao sair do carro correndo, percebeu que ninguém a apoiou, inclusive foi chamada de prostituta por algumas pessoas, que apoiaram o taxista.

Nos processos judiciais, Mariam ouvia de forma recorrente as mesmas justificativas. O fato de ser ativista contra o assédio sexual e estrangeira era repetidamente usado pelos policiais e advogados dos assediadores, que afirmavam que os seus objetivos eram de destruir o país e que seria uma espiã de Israel ou membro da Irmandade Muçulmana, que buscava causar um caos no Egito. Essas justificativas, segundo ela, pareciam fazer sentido para o juiz. Esse fato mostra a dificuldade da realização de denúncias por esses ativistas, que são previamente rotulados como causadores do caos pelos chamados “operadores do direito” (juizes e policiais).

Zaynab, funcionária do Programa Safe Areas, por sua vez, sofreu três tipos de assédios, como Mariam. Um deles em sua cidade de origem (Ismaelia), que foi verbal. O segundo, no metrô do Cairo (toques), e em uma outra situação, na cidade de Al Fayoum, durante uma viagem ao local, em que foi tocada pelo dono do hotel.

Em Ismaelia, um rapaz tocou em suas partes íntimas e saiu correndo, e ela correu atrás dele para pegá-lo, porém o mesmo estava de moto e ela não conseguiu alcançá-lo, caindo no meio da rua e desistindo de capturá-lo. Em uma de nossas conversas, ela me contou que, mesmo antes de entrar para a Harassmap, já tinha o costume de enfrentar os assediadores perante incidentes de assédio sexual.

Ela foi assediada no metrô do Cairo por um policial fardado. Nessa ocasião, o segurou, afirmando que somente o deixaria sair do local após a realização da denúncia. A mulher que a acompanhava também era funcionária da Harassmap e, como informado por Zaynab, ficou constrangida com a sua atitude e pediu a ela para que parasse com “escândalos”, pois aquela não seria a maneira adequada de uma menina se portar em público. Ela acabou sendo convencida, após o policial ter pedido desculpas por inúmeras vezes, que segundo ela é algo recorrente, pois, “todos pedem desculpas, o assediador e algumas pessoas, às vezes ao redor, quando não fingem que nada está acontecendo, pois odeiam escândalos aqui”. Contou, indignada, a atitude tomada pela mulher que a acompanhava, funcionária administrativa da empresa Tadwein, na época. Segundo ela, ao trabalhar na ONG, todos deveriam “vestir a camisa da causa” e agir na vida pessoal contra esse tipo de situação, “não somente na teoria”. Nessa situação, pude perceber que as pedagogias da organização passam de fato a fazer parte da vida pessoal de seus funcionários, até mesmo fora das atividades de trabalho.

3.2.2.As Pedagogias Externas: o Ativismo Online e Off-line

3.2.2.1.O Ativismo Online: o Site e o Mapa Harassmap

O site da organização funciona como um repositório de informações sobre o assunto e foi desenvolvido para servir de portfólio e para a construção da imagem interna e externa da organização, na busca de parceiros e financiamentos. Para isso, pode ser acessado em inglês e árabe (Figura 18 e Figura 19). Através dele, é possível obter todas as informações sobre a organização, as unidades internas de trabalho e também realizar denúncias de forma online. No site, podem ser buscados desde leis contra o assédio sexual até os principais estudos sobre o assunto, além de ser viável acessar, através de um mapa, os principais pontos de assédio sexual (*hotspots*) no Egito.

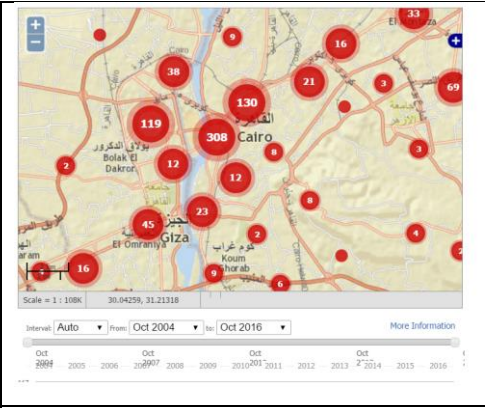

<p>Figura 18 Site da Harassmap em árabe</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>	<p>Figura 19 Site da Harassmap em inglês</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>

Podem ser encontrados também estudos sobre o tema, em inglês e árabe, aqueles produzidos pela organização, assim como os produzidos pelas ONGs Nazra e El Nadeem, organizações parceiras da Harassmap e que oferecem suporte jurídico e psicológico às “vítimas”. Apesar disso, não estão disponíveis nesses estudos informações sobre os *shadow reports* enviados pelas organizações egípcias ao CEDAW, o que denota uma ausência de interesse nas questões políticas na construção da imagem da organização Harassmap. Constam artigos desenvolvidos por inúmeros intelectuais, das mais diversas áreas, como cientistas políticos, sociólogos e antropólogos: Paul Amar, Angie Abdelmonem, Vickie Langohr, Helen Rizzo, Mariz Tadroz, entre outros. É clara a preocupação da organização com os principais assuntos discutidos na academia, como mais uma forma de dar credibilidade e cientificidade à iniciativa.

Como parceria com o site, foi criado em 2015 um blog chamado “*Tare2k a5dar*”, onde qualquer pessoa pode se sentir à vontade para colocar qualquer material sobre o assédio sexual (Figura 6). O texto é editado e formatado, e nada prejudicial é exposto. Funcionam como mais um espaço democratizado de exposição de opiniões e de mediação dos valores da organização, localmente, através de páginas no Facebook e Twitter, que permitem a escrita de artigos de cerca de uma página sobre os mais diversos assuntos relacionados ao tema do assédio (Figura 20, Figura 21 e Figura 22).

		
<p>Figura 20 Facebook da Harassmap</p> <p>Fonte: Facebook da Harassmap.</p>	<p>Figura 21 Twitter da Harassmap</p> <p>Fonte: Twitter da Harassmap.</p>	<p>Figura 22 Blog da Harassmap</p> <p>Fonte: Blog da Harassmap.</p>

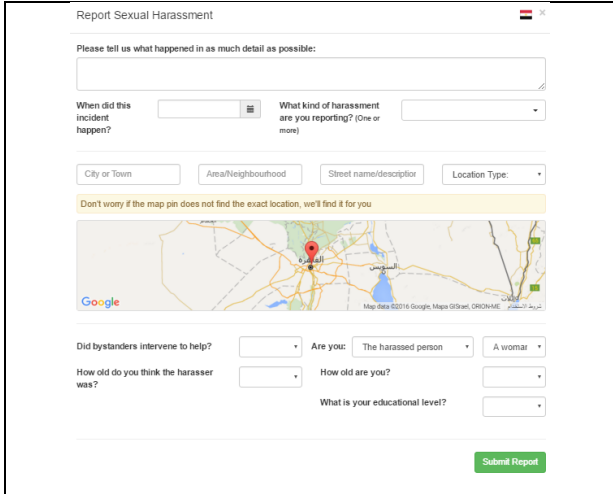
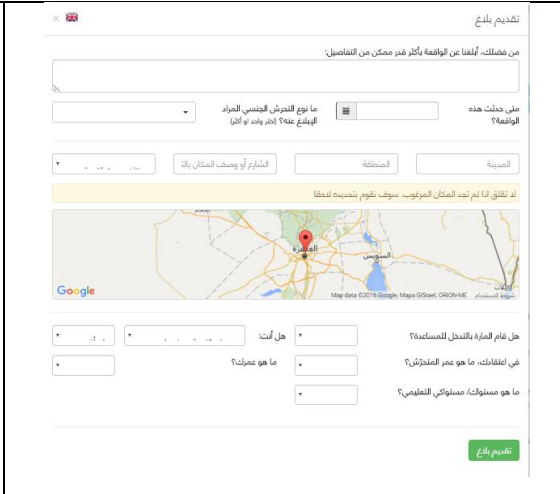
O mapa foi criado pela organização, com o objetivo de localizar os diferentes tipos de assédios sexuais ao redor do Egito e, para isso, são diferenciados em cores. É possível visualizar os principais locais de ocorrência segundo os tipos de categorias e analisar os tipos de denúncia com base nos tipos de assédio, que estão em inglês e árabe, através de uma filtragem das denúncias por cidades, bairros, horários, faixa etária e pela existência de fotos ou não das denúncias (Figura 23 e Figura 24).

	
<p>Figura 23 Tipos de assédio definidos no site Harassmap</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>	<p>Figura 24 Denúncias por tipos, com cores diferenciadas</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>

Por meio de uma simples pesquisa no site, vê-se que, de outubro de 2004 (criação do mapa) a abril de 2016 (data da pesquisa), constam no mapa, somente no Cairo, 714 denúncias de todas as categorias aglomeradas, sendo 131 casos de “ogling”, 96 casos de “facial expressions”, 130 de “catcalls”, 255 de “comments”, 148 de “stalking and following”, 110 de “sexual invites”, 64 de “phone calls”, 322 de “touching” e 13 de “indecent exposure”. Realizei a mesma pesquisa no ano de criação da ONG, e de janeiro a dezembro de 2010, pude observar

60 denúncias de todas as categorias aglomeradas, sendo 19 casos de “ogling”, 5 casos de “facial expressions”, 22 de “catcalls”, 37 de “comments”, 12 de “stalking and following”, 20 de “sexual invites”, 8 de “phone calls”, 28 de “touching” e 4 de “indecent exposure”.

As denúncias podem ser feitas pelo site e se transformam em dados que passam a compor o mapa. Para que a denúncia seja feita, a pessoa deve categorizar o tipo de assédio sofrido, escolhendo até mais de um tipo de definição, segundo os seus próprios critérios, aparecendo em cores diferenciadas no site. O depoimento fica visível e anônimo, permitindo que a pessoa assediada classifique o ato vivenciado, apesar de estes serem restritos aos tipos preestabelecidos pelo site. Antes de a pessoa iniciar a denúncia, aparece a seguinte frase: “Denunciar o assédio ou a agressão sexual é uma maneira de quebrar o silêncio e mostrá-lo como um crime inaceitável.” (Figura 25 e Figura 26).

	
<p>Figura 25 Passos para a denúncia no site da Harassmap (inglês)</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>	<p>Figura 26 Passos para a denúncia no site da Harassmap (árabe)</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>

No momento da denúncia, a pessoa precisa dizer por escrito o que e quando ocorreu, assim como o local exato do incidente: o bairro e a rua, se as pessoas ao redor chegaram a intervir e a idade do assediador (Figura 27 e Figura 28). É necessário definir também se a pessoa que faz a denúncia é o assediador ou o sujeito assediado, sua idade, sexo e o seu nível escolar, para que, por fim, a denúncia seja submetida.

<p>Figura 27 Modelo de denúncia</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>	<p>Figura 28 Foto de um modelo de denúncia</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>

As denúncias podem ser feitas também por outros mecanismos, através de mensagem SMS, via código 6069; pela internet, através do Twitter (#harassmap or @HarassMap); e-mail (report@harassmap.org) e na página do Facebook. Todas as denúncias são revistas internamente, para evitar que dados errados ou mal-intencionados sejam divulgados. Segundo o site da organização, a importância de reportar se deve a um contínuo monitoramento da magnitude do problema no país, pois a análise dos dados ajuda a desmistificar as principais justificativas, que fazem com que as pessoas não atuem sobre o problema, permitindo que esses dados sejam usados para a conscientização das pessoas nas ruas, uma vez que as histórias disponibilizadas são coletadas e trabalhadas por outras unidades administrativas da organização. Além disso, incentivam que as denúncias sejam feitas para além de suas “ferramentas extraoficiais” disponibilizadas nas plataformas online, ou seja, em delegacias, e para isso, disponibilizam no site algumas dicas e etapas que devem ser seguidas para a realização das denúncias (Tabela 1):

Tabela 4. Orientações do Harassmap para a realização de denúncias na delegacia

1	Tente pegar o assediador e levá-lo para a delegacia e peça ajuda às testemunhas.	6	Se o agressor foi pego por você, ele será interrogado e questionado se assediou ou não você. Se o agressor não foi pego você deverá fornecer informações sobre ele. Se o assediador puder ser identificado através o processo será registrado, caso contrário o processo será arquivado.
2	Vá para a delegacia de polícia mais próxima e diga que você quer registrar uma ocorrência pois foi assediada.	7	Depois de escrita a denúncia, você deve ter o direito de ler, assinar e levar o número do mesmo.
3	Se precisar de apoio jurídico contacte o grupo Nazra pelo telefone 01011910917.	8	A testemunha e o assediador serão levados para a audiência
4	Na ocorrência policial você deverá fornecer as seguintes informações: Onde está o assediador?/Qual o seu nome?/Você conseguiu capturá-lo?/Existe alguma testemunha?/Qual a sua profissão?/Descreva a forma que foi assediada./Onde e quando o assédio ocorreu?	9	O assediador será julgado baseado no crime cometido
5	As testemunhas devem informar seu nome, idade, local de residência, a sua relação com o agressor, o que eles estavam fazendo, onde estavam no momento do incidente e o que exatamente eles testemunharam.	10	Se o assediador não for pego, você será questionada se o conhecia, a denúncia é feita e guardada, é preciso acompanhá-lo. Se o assediador for identificado o caso é investigado e possuirá um número e o assediador será interrogado. Se o assediador não for achado, o caso será fechado.

Fonte: Site Harassmap.

3.2.2.2. O Ativismo Off-line: Eventos, Campanhas e Treinamentos (escolas, universidades, empresas e comércio) pelas Unidades Administrativas da Harassmap

A ONG Harassmap realiza também eventos sobre o tema do assédio sexual ao redor do Cairo, juntamente a outros parceiros da luta, cuja realização é de fundamental importância na reinvenção do termo e de sua criminalização. Em contrapartida, através deles, segundo Abdelmonem (2015a, p 18), é possível perceber o quanto esses discursos entram muitas vezes em tensão com as percepções sociais de um público mais afastado do movimento e que desconhece a importância do problema. Isso ficou bastante evidente através do evento “MasterPeace” (Figura 29), realizado em Dokki, em 2013, e pesquisado por Abdelmonem (2015a), assim como no evento “Root and Routes for Sexual Harassment” (Figura 30), de que pude participar durante o meu trabalho de campo, em maio de 2015, no centro do Cairo.

	
<p>Figura 29 Evento MasterPeace (2013)</p> <p>Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 30 Evento Root and Routes for sexual harassment (2015)</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>

No evento de 2013, um senhor participante do evento questionou os apresentadores e também ativistas da Harassmap sobre o uso do termo “*taharush*”, pois, em suas palavras, não seria um problema real para o Egito, além de ser uma palavra muito agressiva. Ao contrário, o “*muaksa*”, sim, era algo para ele que realmente existiria no país e em outros locais. Esse incidente explicita os limites do alcance das narrativas da organização no país, mais voltada para um público jovem, entendido como seu público-alvo e que, ao mesmo tempo, deixa de contemplar outras camadas, como o público de mais idades, que desconhece a importância do assunto no Egito.

Um incidente parecido ocorreu no evento de 2015, em parceria com a organização Harassmap, realizado no centro do Cairo, em um dos *campi* da Universidade Americana do Cairo, o chamado “Greek Campus”. Nele, pude presenciar novos embates na delimitação do termo “assédio sexual” por esse movimento social.

Após explicar sobre o assédio sexual, suas definições e o trabalho da organização, Nada, funcionária da Unidade de Mídia, enfatizou a mobilização das pessoas, no sentido de não silenciarem perante os casos de assédio. Reproduzindo narrativas transnacionais, afirmou que a “cultura egípcia” deveria ser para todos, não somente para alguns, enfatizando a existência de discriminação nas relações de assédio sexual, como o documento DEVAW, que procura complementar as discussões do CEDAW, colocando o assédio sexual como um exemplo de discriminação contra a mulher. Falou também sobre a necessidade de promoção de ambientes de mudanças de comportamentos, em que as pessoas passassem a ver os assédios sexuais como crimes e, portanto, intercedendo nos incidentes, através de “atitudes positivas”. Ao final de sua fala, afirmou que todos devem ter o direito de dizer alto nas ruas que sofreram um assédio, e serem encorajados pelos presentes a lutar contra, pois esse é o principal problema existente no país: o silêncio. Na verdade, esse é um enorme problema hoje, para o país, nas falas dela, “*taharush kitiir*” (vários assédios). Deve-se reagir também contra os assédios verbais, que seriam crimes, segundo ela, tão importantes quanto outras agressões sexuais, apesar de muitas vezes tolerável.

Durante a sua apresentação, quando foi aberto o espaço para as perguntas do público participante, um homem tatuado e vestido de preto, na faixa dos 25 anos, a questionou sobre a possibilidade de determinadas meninas rirem e, portanto, gostarem de serem assediadas. Na mesma hora, ele foi interrompido pelo público presente, que o vaiou, tendo a sua fala cortada pela apresentadora da Harassmap, afirmando que “algumas meninas não riem porque estão gostando, mas sim pelo fato de ficarem constrangidas ou com medo”, enfatizando a relação de poder existente nessas ocasiões, bem como nas traduções das definições dos assédios. Esse incidente evidenciou a mediação realizada pelos ativistas nas percepções e sentidos acerca do assédio sexual, buscando, através de uma pedagogia própria da organização, modificar e corrigir as visões existentes, “falando pelas mulheres”, através de um discurso que mistura noções locais e transnacionais da violência (ABDELMONEM, 2015b, p 22) e que são facilmente absorvidas por esse público mais jovem e alvo da organização e que atualmente vem buscando mudanças sociais e políticas na esfera pública.

A Harassmap realiza também campanhas anuais, principalmente nas ruas e na internet. A campanha “On Egypt’s Eid, Everywhere is Safe” (“Durante o feriado Eid, todos estão seguros”) foi realizada no início da criação da organização, no ano de 2010, e tinha como objetivo conscientizar as pessoas nas ruas durante os assédios no feriado do Eid El Fet⁷⁹ do

⁷⁹ Esse é o período que marca o fim das celebrações do Ramadã e que em países muçulmanos é considerado feriado.

Ramadan, período em que estes acontecem de forma recorrente. Para isso, convidou fotógrafos, artistas, desenhistas, bloggers e ativistas a publicarem e exporem os casos vistos nas ruas, durante o período.

Desenvolvida em 2013, a campanha⁸⁰ “Acabe com os mitos sobre a violência sexual”/ “Challenge misperceptions about sexual violence” (Sala7ha X Dmaghak) foi elaborada como parte das campanhas para os 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero, iniciativa que acontece no mundo todo e é internacionalmente reconhecida pelo movimento civil de combate à violência de gênero. Foi realizada no escritório do grupo Nazra (Figura 32), contando com o apoio e parceria dos grupos Egyptian Initiative for Personal Rights, Operation Anti-Sexual Harassment e Tahrir Bodyguard. A campanha teve como objetivo a divulgação da hashtag #صَلِّحْهَا x دماغك (“get it right”/“lute pelo seu direito”) no Twitter, por cerca de 48 horas, e foram criadas também caricaturas, como forma de humorizar as situações do cotidiano e os principais mitos dos incidentes através do Facebook e nas ruas (Figura 31, Figura 32 e Figura 33).

<p>Figura 31 Principais desculpas da idade e vestimenta⁸¹</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>	<p>Figura 32 Reunião entre Nazra e Harassmap</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>

⁸⁰ HARASSMAP. Sala7ha X Dmaghak. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/campaign-sala7ha-x-dmaghak/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

⁸¹ Não tem a ver com elas...

Verde: Se você usa vestido longo;

Azul: Se você usa vestido curto;

Rosa: Se você usa hijab;

Niqab: Se você usa niqab;

Meninas: Se você usa uniforme.

Não diga que é a roupa, diga que é um crime!



Figura 33 Situações do cotidiano⁸²

Fonte: Abelmonem, 2016.

A atividade incluiu workshops, conferências, aulas de defesa pessoal e “contação de histórias” por grupos de teatro que também trabalham com o assunto, como o grupo Bussy. As ideias dessa campanha foram disseminadas posteriormente, em cinco governos ao redor do Egito (Alexandria, Port Said, Kafr Elsheikh, Fayoum e Beheira), para convencer as pessoas a lutar contra os incidentes.

A frase de destaque e de divulgação do evento foi “Por que eles assediam? ”, criticando o fato de não somente os homens culparem as “vítimas”, mas também as próprias mulheres reproduzirem esse tipo de discurso, o que permite a continuação dessa prática discursiva no país. Dessa forma, o objetivo da campanha foi falar diretamente com homens e mulheres, para

Garota: Eu fui assediada saindo da escola;

Pai: Por que você vai lá?

Garota: Eu fui assediada no clube;

Garota: Eu fui assediada enquanto lanchava com amigos;

Pessoas: Então, por que vai lá?

Garota: Eu fui assediada durante o feriado, pescando.

Peixe: Então, por que foi lá?

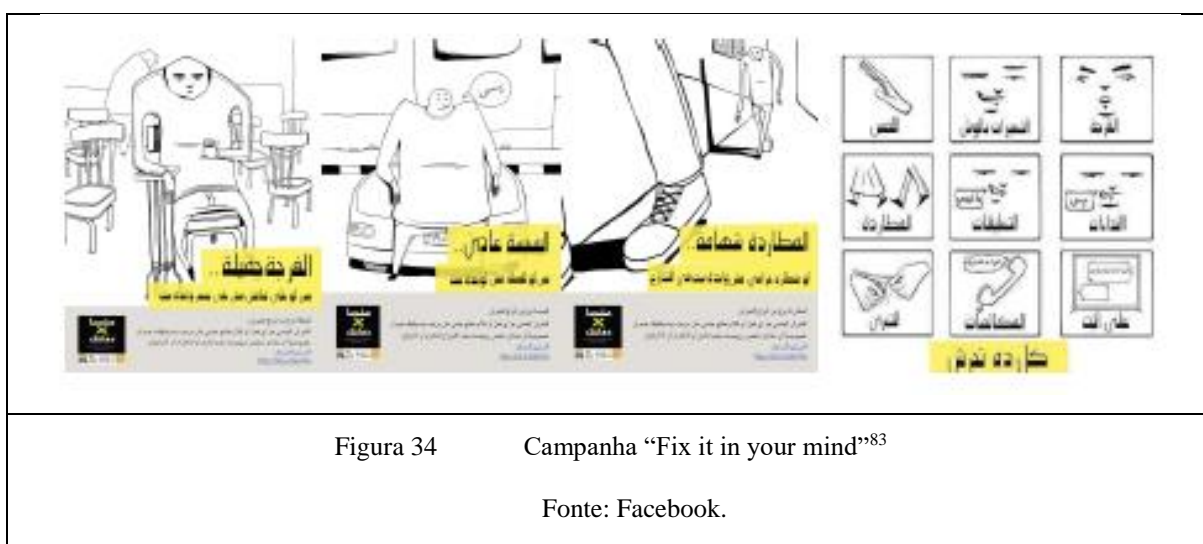
Idosa: Eu fui assediada, no hospital enquanto fazia nebulização.

Cachorro: Então, por que foi lá?

Não diga “por que você foi lá”, pergunte por que isso acontece!

que não ficassem com medo, se sentissem errados ou com vergonha, não silenciando. Para isso, as mensagens disseminadas procuravam encorajá-los a reagir aos assediadores, sendo vistos nas mensagens como “sujeitos de direitos”. Além disso, eram incentivadas a conversarem com outras pessoas, servirem de testemunhas para outros casos, denunciarem e também participarem de cursos de defesa pessoal, como atitudes alternativas ao combate a esse tipo de agressão sexual.

A intenção era ampliar o termo para outros tipos de assédios, como os verbais, comentários, toques, perseguições e olhares. Para isso, tinham como objetivo diferenciar os diferentes atos de violência sexual, associando comportamentos relacionados ao “*muaksa*” e outros ao “*taharush*”, através da mediação realizada pelos desenhos humorísticos. Os discursos da organização eram também transmitidos através desses esboços (Figura 34).



Outro tipo de questionamento usado nessa campanha e disseminado também através dos treinamentos da chamada Harassmap Academy, realizados pelos funcionários aos voluntários e capitães da Harassmap, na Unidade Outreach, foi a problematização da existência de duras regras sociais que levam os homens a agirem de determinadas maneiras para conquistarem as meninas, frente a um medo de serem julgados pelas normas de masculinidade vigentes, que estabelecem os limites do que é considerado “ser homem ou não”. Tais argumentos buscam estabelecer uma conexão entre o assédio sexual e as formas de controle social, e acabariam representando o homem nos *cartoons* como um animal bestial e sexualizado, cujos desejos são incontroláveis e insaciáveis (Figura 35). O fato tornou-se bastante discutido pelos próprios integrantes do movimento, na medida em que alguns grupos não compartilham esse tipo de

⁸³ Exemplos dos diferentes tipos assédios, como comentários, perseguições, ligações, toques, exposição de partes íntimas, etc.

visão, pelo fato de incentivarem a presença de um ativismo misto de homens e mulheres, como as organizações Harassmap, Basma e Deed Taharush.



Figura 35 “Aberto 24 horas”/”Não consigo me controlar!”/”Eu só estava brincando com ela!”

Fonte: Abdelmonem, 2016.

Por sua vez, a campanha lançada em 2014 e intitulada “Não silencie”/ “Don’t be quiet” (*Mesh Sakta*) e divulgada pelo Twitter, Facebook e através de vídeos no YouTube teve como objetivo incentivar as pessoas a reagir e intervir em casos de assédio. As principais ideias colocadas na referida campanha foram: “Reaja, fale alto, diga ‘não’ e peça ajuda, denuncie o que ocorreu, fale sobre isso com familiares e amigos, para que as pessoas entendam a magnitude do problema, utilize os serviços gratuitos de atendimento jurídico e psicológico e faça um curso de defesa pessoal” (Figura 36, Figura 37 e Figura 38). De acordo com a campanha⁸⁴, “cada vez que uma pessoa reage e diz ‘não’ ao assediador inspira outras pessoas a fazerem o mesmo. A cada denúncia feita, esse tipo de atitude se multiplica e o problema passa de fato a ser reconhecido como tal”. De acordo com o site da organização, “quanto mais contamos para outras pessoas, mais descobrimos que não estamos sós. A cada denúncia que a polícia recebe, mais aquilo se torna um crime, e o assediador deve ser culpado e punido, não você”.

⁸⁴ HARASSMAP. Don’t be quiet. Site. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/dont-be-silent1/>>. Acesso Em: 13 ago. 2016.

<p>Figura 36 O assediador é um criminoso</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>	<p>Figura 37 Não se silencie!</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>	<p>Figura 38 Dicas para as mulheres que sofreram assédios.⁸⁵</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>

Na última campanha lançada pela organização, em 2015, cujo tema foi “Assediador = Criminoso/ Harasser = Criminal (*El Mota7aresh Mogrim*)”, a organização buscou colocar o assédio sexual como uma atitude criminalizada, se aproximando de forma explícita das narrativas transnacionais (Figura 39, Figura 40 e Figura 41). O seu objetivo foi mostrar a existência da lei contra o assédio sexual no país, para que as pessoas ajam e vejam que o criminoso não pode sair impune, mostrando que o assédio sexual é um crime punido por lei e precisa ser denunciado na polícia. Pelo fato de ser um crime, não pode ser tolerável. Porém, de acordo com a organização, infelizmente muita gente se coloca a favor do assediador e contra a pessoa assediada, tratada como culpada. Assim, a ideia era incentivar a tomada de “atitudes positivas” contra o assédio sexual, na existência de “atitudes culturais negativas”. Isso fica claro em um dos cartazes da campanha:

Se você vir uma pessoa sendo assediada, entre no meio delas para que o mesmo pare de assediar, caso se sinta desconfortável, chame outras pessoas para intervir, diga para o assediador que esse tipo de comportamento não é aceitável, mostre para ele que aquilo é vergonhoso de forma calma, pule e grite se for necessário, para mostrar claramente como aquilo é errado, se ofereça à pessoa para auxiliá-la a fazer a denúncia, e se coloque para ser testemunha, faça perguntas ao assediador, como localização e hora, para que o disperse, tire foto do assediador para envergonhá-lo (se a situação permitir) e, por fim, se a pessoa trabalhar próximo ao local, faça uma reclamação ao gerente do local de trabalho do mesmo, para envergonhá-lo (HARASSMAP, 2015).

Outra missão buscada pela campanha era conectar o assédio sexual aos casos de roubos, entendido como um crime (*garima*) e intolerado pela população, enquanto o assédio sexual era visto como uma atitude bastante tolerável, tendo em vista a passividade das pessoas nas ruas.

⁸⁵ Não se cale, ou silencie, não fique com medo, não se sinta confortável, não desculpe, não se esconda, não se sinta errada, não aceite, não ignore. Faça a denúncia, grite, aceite apoio psicológico/jurídico, faça aulas de defesa pessoal, seja um voluntário, etc.

Logo, em casos de roubos, todos acabariam ajudando as “vítimas”, enquanto em incidentes com agressões sexuais isso não ocorreria. Dessa forma, a organização procurou associá-los como crimes equivalentes e aproximados, e isso pôde ser percebido no discurso da campanha, que buscou mostrar que o criminoso não deve ser perdoado ou tratado como coitado, como fazem as pessoas nas ruas, os juízes e policiais, em nenhuma das duas ocasiões, pois “aquele que rouba a sua carteira é um criminoso, assim como aquele que rouba o seu corpo ou te estupra rouba o seu sorriso, e também é um criminoso” (ABDELMONEM, 2016, p. 201).

<p>Figura 39 Assédio sexual. Interfira e faça a sua parte Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 40 O assediador é um criminoso. Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 41 Conexão entre o roubo de carteiras e o roubo do corpo Fonte: Facebook.</p>

As campanhas produzidas pela organização Harassmap, algumas delas em parcerias com outras organizações, vêm buscando atrair o olhar das pessoas para que passem a ter “atitudes positivas”, como por exemplo, intervindo em casos de assédio nas ruas com pessoas desconhecidas, fazendo com que a pessoa se sinta um “herói” dos outros e de si mesmo, apesar da organização evitar a ideia de proteção ou tutela em tais campanhas, como será analisado na próxima seção, por meio do Programa Safe Areas. Tal projeto, de acordo com os ativistas, contribui de forma mais ampla para o combate ao problema no país. E aos poucos a organização passa a incluir discursos sobre a necessidade de promoção de ambientes seguros às mulheres, com as Unidades Outreach e Safe Areas, enfatizando a necessidade de poderem circular nas ruas e em transportes coletivos sem serem molestadas (Figura 42).

Para isso, fazem o uso também de metáforas locais em um tom humorístico, com o intuito de atualizar as suas pedagogias localmente, vernacularizando-as e, ao mesmo tempo, aproximando a discussão do seu público-alvo (Figura 43). Por meio de linguagens de longo

alcance transmitidas por imagens, enquadram as suas mensagens nas gramáticas locais das comunidades, através de brincadeiras sobre os principais mitos dos incidentes de assédio sexual. Fazem ainda, um jogo de palavras entre os termos “*haram*” (ilegal, interdito, proibido, vedado) e “*harami*” (ladrão), cujas palavras em árabe possuem o mesmo radical.

	
<p>Figura 42 Não seja uma antena (metáfora local)</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>	<p>Figura 43 Casos no transporte público. Campanha “Metrô seguro”⁸⁶</p> <p>Fonte: Abdelmonem, 2016.</p>

Essa estratégia usada pela organização, pode ser percebida também na utilização de imagens de animais nas campanhas, que através de frases irônicas buscam associar o assédio sexual aos valores locais, para que sejam facilmente inteligíveis aos diferentes grupos. Através de um jogo de imagens e palavras, associam, por exemplo, as figuras do lobo, um animal predador, e de cães, como animais sujos, que são por sua vez personificados no corpo do homem. A figura do porco é utilizada também de forma recorrente – animais que são entendidos por algumas escolas de jurisprudência e interpretação islâmicas como impuros e proibidos (*haram*), alguns devido à sua saliva, parasitas ou infecções presentes no corpo, e outros pela sua alimentação e pelo ambiente em que vivem. Na visão de Zaynab, responsável pelo Programa Safe Areas,

Eu acredito que essas mensagens buscam se conectar a uma questão mais cultural, ao invés de religiosa, quando associam os animais aos homens egípcios assediadores. Até porque tanto muçulmanos quanto cristãos egípcios consideram o porco como um animal nojento. Na minha visão, o que essas imagens buscam é colocar o homem como um animal, diferente do ser humano, como alguém desrespeitável e nojento pelas atitudes tomadas, dessa forma é entendido como um porco, alguém que causa

⁸⁶Mensagem da campanha nos transportes públicos: “Três milhões de pessoas utilizam o metrô do Cairo todos os dias; 81,8% dos assédios sexuais ocorrem em transportes públicos, como o metrô e 82,3% dos “bystanders” não fazem nada para ajudar a mulher que foi “vítima”. Imaginem como seria melhor usar esse transporte se as pessoas agissem contra esse tipo de violência?”

nojo e repúdio pelos seus comportamentos. O lobo por outro lado, já se encontra mais conectado ao indivíduo esperto, traiçoeiro, agressivo, alguém que faz as coisas e não é punido e por isso associam ao assediador (Zaynab).

As Unidades Administrativas e os Programas Internos da Harassmap

A Replicação Global

A iniciativa de replicação dos ideais e experiência da Harassmap foi desenvolvida por Rachel, diretora americana da organização, com o objetivo de oferecer cursos e materiais para iniciativas ao redor do mundo que queiram multiplicar o trabalho da ONG em outros locais, proporcionando assim parcerias nos mais diversos países⁸⁷, através da troca de conhecimentos, como pode ser visto em sua fala,

A replicação não é uma unidade, nós ajudamos outros grupos, fazemos conversas e conferências com eles pelo Skype, mas como indivíduos. Eu não sigo o trabalho deles, alguns lançaram as ONGs e outros não. O que eu faço é ajudá-los, enviando informações de como receber fundos. Faço isso nos meus horários livres, respondendo questões, não foi algo da Harassmap (Rachel).

Através da comunicação feita em língua inglesa, a organização busca apoiar a criação de planos de ação, realiza treinamentos online e fornece conhecimentos técnicos e contatos com outros grupos como forma de multiplicar as suas pedagogias desenvolvidas inicialmente através de situações práticas no contexto egípcio. De acordo com o site da organização, o auxílio é dado a esses grupos através de três formas: por meio do “*coaching*”, compartilhamento de experiências e lições aprendidas; “*technical*”, na criação dos sistemas Ushahidi⁸⁸ e o SMS; e “*services*”. Auxiliam os grupos também na elaboração de questionários para que cada país problematize as formas locais vivenciadas de assédio sexuais, assim como a viabilização dos projetos, para que, dessa forma, sejam responsivos às demandas da própria sociedade.

Dessa forma, por meio da disseminação de determinadas ferramentas de combate à violência de gênero, esses “artefatos estéticos padronizados” acabam funcionando como mediadores desses valores transnacionais que são replicados em outros contextos e, ao mesmo tempo, vernacularizados internamente, através da atualização realizada pelos ativistas locais, que os recodificam para que tenham sentido e sejam viabilizados.

⁸⁷ O grupo já auxiliou a criação de novas iniciativas em 28 países⁸⁷, em destaque: Safe City e Akshara/HarassMap Índia (Índia), Harasstracker e Resist Harassment (Líbano), Ramallah Street Watch (Palestina), Safe Streets (Iemen), Bijoya (Bangladesh), Name and Shame (Paquistão), Women Under Siege (Síria) e SawtNsaa (Argélia)⁸⁷.

⁸⁸ É um sistema de georreferenciamento, em que os dados são geovisualizados pelo Sistema de Informações Geográficas (GIS) e através do site do GoogleMaps.

A Unidade de Mídia

Essa é a unidade responsável pela divulgação das campanhas da organização nos meios de comunicação locais e externos, através da internet e televisão, assim como por meio da elaboração de *cartoons* e *flyers* das campanhas, com o objetivo de oferecer exemplos de situações corriqueiras vivenciadas nas ruas, em escolas e universidades e como forma de trazer o assunto do cotidiano para a discussão, evitando que se torne um tabu. Para isso, busca vernacularizar o tema, com o uso de uma linguagem coloquial: o dialeto egípcio (*ammeya*). O intuito é ampliar o alcance de seus discursos a um público mais extenso. Em conversa com Mariam, sueca responsável pela unidade

A unidade de mídia é responsável por aceitar os tipos de denúncias feitas no site e no blog. No SMS a resposta é automática do sistema, com os locais onde a pessoa deve se direcionar para o suporte psicológico e jurídico, e é contabilizado em um sistema, mas a denúncia escrita precisa ser lida e aceita. Temos pessoas que são responsáveis por responder essas questões na mídia e entrevistas sobre o assunto. Produzimos as campanhas e as unidades atuam nas ruas com as mensagens. Trabalhamos online e off-line, mas as unidades cooperam o tempo todo, pois é preciso que a mensagem seja dialogada nas ruas. Às vezes somos convidados a participar de conferências, mas a maioria que vai é de cofundadores ou os chefes das unidades. Apesar disso, qualquer pessoa que seja funcionário pode representar a organização. Antes desse projeto de 2015, já tínhamos aparecido na televisão, mas foram algumas entrevistas, este projeto foi o de maior visibilidade, com conferências (Mariam).

A responsável pela unidade é também formada em ciências sociais, com foco para estudos de desenvolvimento e paz, e com mestrado em estudos do Oriente Médio. Começou a trabalhar com questões de gênero na Suécia, com treinamentos para mulheres para o incremento da renda familiar, e iniciou na Harassmap em 2012, como estagiária do setor de marketing, preparando planos e manuais, assim como no desenvolvimento do site da organização. Em 2013, passou a atuar como gerente de comunicação e a ser responsável por uma aproximação com outros grupos fora do país, além do planejamento logístico das atividades das unidades. Hoje ela coordena um grupo de quatro pessoas, todas egípcias.

Sua presença na unidade deixa clara a preocupação da organização com a própria imagem que o grupo vem construindo de si, “de dentro para fora”. Mariam, ao ocupar a chefia da unidade e coordenar um grupo de funcionários egípcios, promove a mediação e adaptação desses valores transnacionais de “dentro para fora”, assim como “de fora para dentro”, com sua posição de “sujeito transnacional” e perante a sua trajetória profissional, assim como atualiza os valores internos e os reconfigura nas metáforas locais. Apesar de dominar a língua árabe, Mariam, na posição ocupada, conta com o auxílio de seus funcionários que também atuam nesse processo de mediação e tradução, como “sujeitos mediadores – multiplicadores”.

A Unidade de Pesquisas e a Empresa Tadwein

A Unidade de Pesquisas⁸⁹, durante o período de meu trabalho de campo, era coordenada por Layla que, de forma concomitante, chefiava também a empresa de pesquisas *Tadwein*. Esta funcionava dentro da mesma sala no escritório da organização. Os pesquisadores da unidade eram também funcionários da empresa, produzindo relatórios e dados estatísticos sobre as diferentes formas de violência de gênero, que eram utilizados posteriormente pelas outras unidades, juntamente com o material colhido nas ruas. Através dessa parceria e dos benefícios trazidos com os conhecimentos das pesquisadoras e da devida legalização burocrática da empresa, a organização pode elaborar as duas principais ferramentas que contribuíram para a visibilização do trabalho do grupo: o mapa online (2010) e o relatório (2014) (Figura 44 e Figura 45). Em conversa com Layla, chefe da unidade:

O que temos feito com relação ao Tadween, é que somos um pouco maiores, a nossa agenda é maior do que somente o assédio sexual, mas sim a violência de gênero mais extensa. Harassmap trabalha somente com o assédio sexual. Nós produzimos os dados e a Harassmap os utiliza em seus projetos. Participamos de conferências e workshops sobre gênero, damos treinamento para os funcionários sobre as questões de gênero, é uma boa relação. Tentamos trabalhar conectados. Os funcionários do Tadwein frequentam o escritório toda a semana; ao contrário da Harassmap, eles têm um cronograma mais flexível (Layla).



Figura 44 Mapa dos assédios sexuais no Egito

Fonte: Site Harassmap.



Figura 45 Relevância dos incidentes no Egito

Fonte: Grove, 2015.

No entanto, essa parceria foi se desgastando com o tempo e mostrando-se bastante conflitiva, somando-se ainda às dificuldades que a organização vinha passando com a intensificação de leis cada vez mais repressivas aos movimentos sociais. Essa relação até então era mantida por “interesses”, na medida em que a empresa produzia as pesquisas que serviam de portfólio para a organização, facilitando financiamentos e permitindo a intensificação das

⁸⁹ HARASSMAP. Research. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/research/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

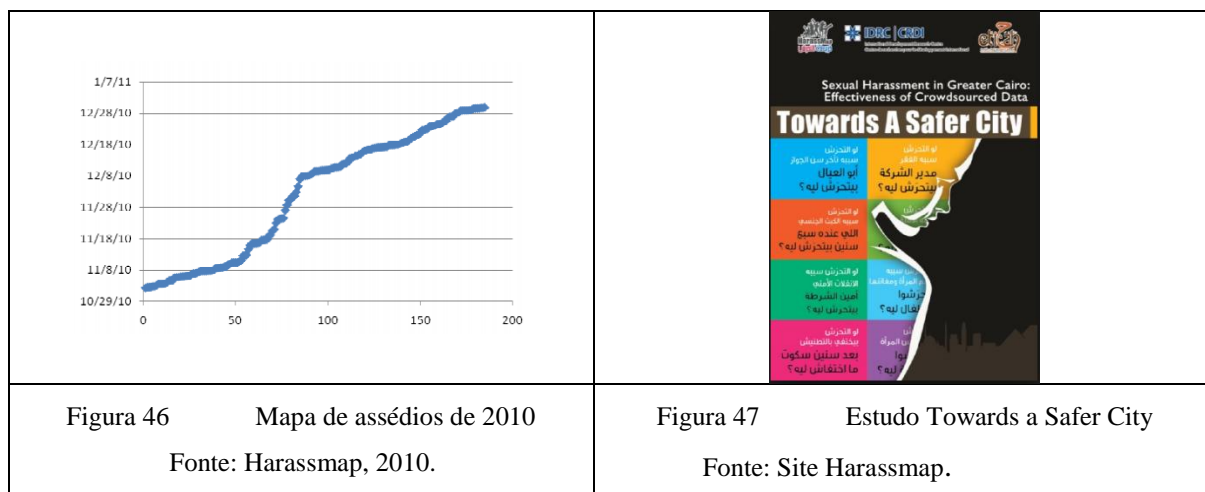
conexões transnacionais com outros grupos, ademais de seu reconhecimento externo. Dessa forma se conectavam, pela estabilidade que essa cooperação trazia à organização. Havia inúmeros serviços facilitados, como por exemplo, o escritório da organização, alugado pela empresa. Os materiais de escritório que hoje existem foram doados por ela por meio de um financiamento que recebeu, no passado. Através dela, alguns funcionários da organização recebiam os seus salários. Aos poucos, a conexão foi se desgastando, como visto em minha conversa com Ali, responsável pela Unidade Outreach:

A Unidade de Pesquisas foi criada em 2012 e foi através dela que conseguimos os nossos financiamentos. O pessoal dessa unidade, recebem os salários pelo Tadwein e as outras unidades estão atreladas ao incubamento. O registro como ONG leva cerca de dois anos, é mais complicado e demorado, ser uma ONG informal requer menos pressão sobre o seu trabalho e maior flexibilidade. Algumas pessoas da unidade de pesquisas são pagas pelo Tadwein, e algumas, pela Harassmap. Nós, como funcionários, temos problemas internos, como qualquer organização, esse manual ainda está em processo (Ali).

A organização Harassmap hoje encontra-se incubada⁹⁰ na organização Nahdet El Mahrousa, em que parte dos seus funcionários, durante o meu trabalho de campo, recebiam os seus salários. A outra metade, através da empresa Tadwein.

Como reflexo de uma pedagogia comum dos movimentos de combate à violência de gênero, as fundadoras da Harassmap trouxeram de suas experiências na ECWR a importância da produção de pesquisas estatísticas em seus trabalhos, transmitida nos projetos iniciais da Harassmap. Tinham como objetivo evidenciar a existência do problema e a sua gravidade. Isso se deu por meio da construção do assunto pela disseminação de verdades numéricas. Através de uma linguagem padronizada, essas organizações produzem as chamadas “verdades matemáticas” sobre o assédio sexual, e isso pode ser visto no mapa criado pela Harassmap em 2010 (Figura 46), onde se evidenciou um aumento exponencial do número de incidentes no país entre o segundo semestre de 2010 e o início da Revolução, em 2011.

⁹⁰ Termo local, usado para a transmissão de recursos financeiros entre o financiador e a ONG, e a distribuição local destes aos seus funcionários.



Em 2014⁹¹ a Harassmap lançou o seu primeiro relatório, “Towards a Safer City” (Figura 32 e 33), que teve o apoio da Universidade Americana do Cairo e da Agência Estatal de Estatística e Mobilização Pública (CAPMAS), parceria proporcionada pela cooperação da organização com a empresa Tadwein. Essa pesquisa foi parte da exigência da ONG canadense IRDC, para que os projetos da organização fossem então financiados. Os dados foram obtidos ao redor do Cairo (Helwan, Imbaba, Masr El- Gedida, Masr El-Qadima, Shubra El Kheima e Subra Masr), a partir da realização de grupos focais⁹² e entrevistas⁹³. Os seus resultados foram cruzados⁹⁴ com as denúncias obtidas pelo mapa online, permitindo conectar os resultados das denúncias online e off-line, através de triangulação⁹⁵.

Nos dados recolhidos através de entrevistas e grupos focais, em cerca de 81,8% dos questionários aplicados, mulheres afirmaram sentirem-se incomodadas com a experiência de serem assediadas, e 95,3% destas já teriam sofrido algum tipo de assédio. Em sua maioria, cerca de 86,7% dos assédios, correspondem aos chamados “*catcalls*”, assovios ou barulhos. Para os

⁹¹ Devido ao clima de protestos pelo país, a pesquisa sofreu inúmeras limitações, em que muitos encontros tiveram que ser reagendados ou cancelados no período. Toda a pesquisa foi realizada em locais privados e fechados.

⁹² Participaram do estudo cerca de 48 pessoas, com grupos de 7-10 participantes entre a faixa etária 18-45 anos (30 mulheres e 18 homens participantes).

⁹³ Foram aplicados questionários com cerca de 450 pessoas (300 destes em mulheres, e 150, em homens). Além disso, foram realizadas entre 51-72 entrevistas abertas com pessoas com nível secundário ou maior e com conhecimentos digitais. Pessoas analfabetas foram excluídas do estudo.

⁹⁴ Via *Crowdsourcing*. Esse mecanismo foi desenvolvido entre 2004 e 2006, como uma estratégia de coleta e análise de dados. Inicialmente foi utilizado para situações de emergência, em resoluções de conflitos e episódios de desastre. O sistema foi desenvolvido para que em casos de desastres ambientais, como avalanches ou terremotos, a vítima pudesse ser encontrada através de um envio de mensagens de texto gratuitas, e dessa forma o sistema iria mapear a sua localização, em uma troca de informações de quem envia (*crowdsourcing*) e recebe (*crowdfinding*). O seu uso é facilitado pela anonimidade e os custos baixos.

⁹⁵ No estudo não são informadas as perguntas desenvolvidas para as entrevistas, somente os resultados gerais obtidos, segundo as técnicas aplicadas, impossibilitando maiores problematizações de suas implicações.

homens, a maioria dos assédios sofridos por mulheres corresponderia ao chamado “*ogling*” (87%), olhares inapropriados.

Quando relacionados esses dados àqueles obtidos no mapa online, foi evidenciado que a maioria dos assédios sofridos por mulheres, 46,3% correspondia aos assédios de toque “*touching*”, e 40,7%, aos comentários ou “*comments*”. Cerca de 77% dos homens participantes afirmaram já terem assediado mulheres de alguma forma. No que se referem às razões para as ocorrências, os 63% dos participantes (homens e mulheres) afirmaram que os assédios são explicados pela pobreza, 48%, questão religiosa, 34%, repressão sexual, e 34% devido a uma influência da mídia, justificativas que são utilizadas e questionadas durante as campanhas da organização.

Quando questionados sobre o conhecimento da existência de iniciativas de combate ao assédio sexual no país e sobre o trabalho que a Harassmap vem desenvolvendo, 43,5% pessoas entre 18-24 anos conheciam a ONG, e 19,95% entre 25-29 anos. Na faixa etária de 40-45, somente 9,1% conheciam o seu trabalho. A maioria dos assédios foi evidenciada ocorrendo nas ruas (74%), e os assediadores são em sua maioria homens (83%), com ambos os dados recolhidos pelo mapa. Por sua vez, no que se refere ao horário do assédio, de acordo com o mapa, cerca de 38% ocorrem à noite, enquanto, segundo os dados coletados nas ruas, cerca de 61% ocorrem na parte da tarde.

As conclusões obtidas por esse estudo referem-se ao fato de ser impossível determinar o tipo de assediador ou de pessoa assediada, uma vez que os dados obtidos revelaram uma diversidade de classes sociais, níveis educacionais e faixa etária. Além do fato de o entendimento do assédio sexual ter sido mostrado como bastante divergente entre o gênero masculino e feminino, assim como no entendimento das categorias definidoras, apesar de propor algumas classificações no documento (Figura 48). Pelo estudo, pôde-se perceber, ainda, que o trabalho da organização tem um maior reconhecimento e legitimidade entre os grupos mais jovens, enquanto para as camadas com mais idade o assunto não é uma questão de importância, como ficou evidenciado também nos seus eventos, tratados anteriormente. Além disso, o mapa mostrou-se uma ferramenta mais adequada e anônima, na medida em que os participantes, quando solicitados a descrever os incidentes, demonstravam uma maior liberdade no uso de expressões no mapa do que quando tinham que explicar através da fala, recorrendo a expressões subjetivas e metáforas locais. Em ambas as técnicas houve, ainda, pouca referência a palavras de direitos, evidenciando não ser uma questão para os participantes.



Figura 48 Assédios sexuais definidos no estudo Towards a Safer City (2014)

Fonte: Harassmap, 2014.

A Unidade Outreach e o Harassmap Academy (HMA)

A unidade⁹⁶ tem como objetivo conscientizar as pessoas nas ruas sobre o problema do assédio sexual no país, através de voluntários que circulam em alguns bairros e meios de transporte, além de distribuírem os materiais produzidos pela organização (Figura 49). Utilizando as principais pedagogias da organização, como relatórios, estatísticas e as campanhas já realizadas por outras unidades, buscam problematizar e construir junto com o público as principais definições do assédio sexual e, ainda, os principais mitos. Dessa forma, querem encorajar as comunidades a lutarem por um ambiente positivo e de zero tolerância às agressões sexuais.

A unidade é coordenada por Ali, egípcio de cerca de 30 anos, que atua efetivamente na organização desde a sua fundação, em 2010. É formado em medicina pela Universidade de Alexandria e com especializações na área de leis sobre direitos humanos internacionais, bem como cursos de percepções midiáticas sobre o gênero. Foi atuante e cofundador do grupo OpAntiSH em 2012, e realizou inúmeras intervenções na Praça Tahrir durante a Revolução. Em sua perspectiva:

A unidade Outreach não foi planejada, aconteceu. Basicamente, o objetivo inicial era o mapa e o telefone, para que fizessem a denúncia por lá, no intuito de dar visibilidade. O objetivo inicial não era criar uma organização, mas sim agir contra os incidentes, lidar com a questão social do fenômeno, pois não havia nenhuma mobilização naquele momento nas ruas. Após isso, lançaram o site e receberam muitas denúncias, mas não estavam esperando. Com a visibilidade, muitas pessoas queriam se voluntariar, e assim, tiveram que criar uma unidade: o Community Outreach, com o objetivo de ir para as ruas e unir o online ao off-line e falar com as pessoas e ver o que acontece nas ruas (Ali).



Figura 49 Conscientização nas ruas pela unidade

Fonte: Site Harassmap.

⁹⁶ HARASSMAP. Community mobilization. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/community-mobilization/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Como sujeito transnacional que circula nesses discursos, Ali acredita que a culpa da violência se deve ao patriarcalismo da sociedade egípcia, que permite uma continuidade, discurso que é transferido aos voluntários nos treinamentos internos da unidade (Harassmap Academy), não admitindo nessas ocasiões certos comportamentos. Assim, esse é o assunto principal tratado na primeira entrevista de recrutamento desses grupos, que são capacitados através do treinamento a coletarem respostas nas ruas, para a elaboração de futuras atividades pela unidade. A unidade forma cerca de dois capitães por área ou 12 times por ano, um total de 24 capitães, e realiza um dia de conscientização por mês sobre assédios nas ruas. Durante a minha etnografia, a unidade contava com 77 capitães ativos e 200 voluntários.

A unidade desenvolveu uma cartilha própria (“Treinamento e Desenvolvimento”) para os voluntários, com base no Manual Interno da Harassmap, documentos que funcionam como mediadores dos valores exaltados pela organização e passados adiante pelos multiplicadores de ações de combate ao assédio sexual no contexto cairota. Nela, são informados os dados estatísticos produzidos pela ECWR, Nações Unidas e Harassmap e são dadas dicas aos capitães de como escolher bons voluntários, treiná-los e mantê-los e, ainda, como fazer recrutamentos futuros e avaliá-los. Dessa forma, também são passados aos voluntários nos treinamentos os discursos sobre a falha estatal em promover ambientes seguros no espaço público. Além disso, percebe-se um forte viés classista pela maior receptividade da organização, no recrutamento de voluntários jovens e com formação universitária, além de um forte envolvimento pela causa em nível pessoal.

De acordo com o trabalho acadêmico produzido por Abdelmonem (2016) sobre essa unidade, o primeiro campo dessa unidade administrativa foi no bairro de Mohandisen com os comércios da região, em que se pretendia uma maior aproximação com porteiros, policiais – em linhas gerais, pessoas com grande impacto nas ruas, para que essas, por sua vez, multiplicassem a ideia da organização e passassem, através de suas “atitudes positivas”, a conscientizar as suas próprias comunidades. Dessa forma, os capitães vinham ao Cairo para novos treinamentos de outros níveis, momento em que avaliavam os seus próprios trabalhos, através da escrita de relatórios e a prestação de contas dos horários planilhados ao coordenador da referida unidade, o que pode ser percebido na fala de Ali: “A ideia é que a Harassmap permita que cada líder possa coordenar o seu próprio time, fazendo suas atividades localmente, em suas vizinhanças, transformando a violência dominante.”

Durante o meu trabalho de campo, não pude sair às ruas para a realização de atividades fora da organização, por conta da situação de repressão política e de incertezas, momento em

que as atividades começaram a ser reduzidas. Apesar disso, nesse mesmo ano, possuíam ainda cerca de dois mil voluntários, porém somente 200 ativos e participantes efetivos, na fala de Ali,

Nós costumávamos ter muitos voluntários, mas agora estamos seletivos, e isso vem sendo um grande desafio. Eles precisam, para esse trabalho, ser compromissados, e além disso, precisamos mudar sempre as nossas metodologias de ação dependendo das respostas das pessoas, e assim os voluntários são essenciais (Ali).

A unidade vem sofrendo problemas com a lei, cada vez mais repressiva, e não conseguem desenvolver workshops nas ruas, passando assim à busca de novas estratégias de ação. No início, faziam o trabalho de conscientização em qualquer lugar, porém, hoje em dia, selecionam melhor os bairros e passaram a reduzir o número de voluntários circulando, para evitar problemas. No Cairo, procuram trabalhar no bairro Maadi e no Centro, pois possuem pessoas conhecidas nesses locais, na visão de Ali,

Qualquer grupo na rua carregando material significa um grupo político. Antes mesmo da Revolução já tínhamos que tomar determinados cuidados. Agora, com a Lei Antiprotostos, temos que tomar mais cuidados. O Cairo, hoje, é o local mais difícil para se atuar por conta de problemas com a segurança, onde qualquer grupo pode ser o foco da polícia. Nós ainda fazemos campanhas, porém cada vez mais discretas e menores. Vamos às ruas e levamos os materiais de conscientização, mas antes escolhemos uma determinada rua e, aos poucos, vamos nos aproximando das pessoas (Ali).

Os voluntários da unidade passam por diferentes treinamentos e etapas de seleção para integrar o time, que correspondem a dois níveis. Primeiramente devem se voluntariar e enviar os seus dados nos formulários online, disponibilizados via Facebook em períodos de recrutamento. Após isso são entrevistados, e assim treinados. Segundo o site da organização, “quando a Harassmap começou, lançamos as oportunidades e recebemos cerca de 500 voluntários de nove governos. Destes, 50% eram homens, o que nos deixou um pouco perplexos”.

As sessões de treinamento dos voluntários e capitães são chamadas de Harassmap Academy⁹⁷ e incluem 19 treinamentos em 11 governos (Sohag, Minya, Kafr El Sheikh, Alexandria, Beheira, Gharbeia, Fayyoun, Matrouh, Qalyoubiya, Cairo e Giza). O grupo de treinadores é formado pelos próprios funcionários da organização e, em algumas ocasiões, por treinadores externos, que divulgam as suas ideias e as pedagogias da organização em outros governos do país.

De acordo com Ali, o treinamento é importante para evitar atritos com os órgãos governamentais, tendo em vista que alguns dos voluntários do grupo Basma foram presos

⁹⁷HARASSMAP. Press Release: The HarassMap Academy Training Session Concludes. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/press-release-the-harassmap-academy-training-session-concludes/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

durante uma atividade de conscientização nas ruas do Cairo e acusados de estarem protestando. A Harassmap não quer que os seus voluntários passem pela mesma situação vivenciada por outros grupos parceiros. Quando sentem que não é possível a realização, cancelam as atividades. Esse treinamento já foi realizado em outubro de 2013, por seis dias de treinamento intensivo, e certificou cerca de 19 voluntários de 11 governos. Novamente em 2015, o treinamento voltou a ser realizado, na cidade de Al Fayoum, onde contou com a presença de um grande número de funcionários da organização de outras unidades.

As atividades de mediação se dão através de níveis de aperfeiçoamento. O primeiro nível, chamado de nível zero, é quando procuram voluntários, fazem o processo seletivo que dura apenas um dia. Neste, definem o assédio, e questionam os porquês de as mulheres serem assediadas. O segundo nível, por sua vez, chamado de nível um, ocorre no Cairo, no escritório da organização e é quando recrutam o voluntário. Essa atividade possui financiamento, o que permite que os voluntários recebam auxílio para o transporte para virem de diferentes governos a fim de realizarem as atividades no Cairo. São cinco dias de treinamento aos capitães, nos quais é ensinado como fazer uma campanha de conscientização nas ruas e como recrutar os seus respectivos voluntários. Por já ser composto por capitães treinados, nesses encontros procura-se fazer exercícios sobre os papéis de gênero, atividade que foi inspirada num projeto desenvolvido pela ONG norte-americana Men Can Stop Rape⁹⁸, organização criada em 1979. Procurava-se, nessas atividades, falar da vida pessoal e das motivações pessoais dos participantes, problematizando algumas questões de gênero de formas mais simples. Em conversa com meus interlocutores e também ativistas da Harassmap, sobre o treinamento e a problematização dessas discussões teóricas, Ali me contou que:

A Harassmap não é uma organização feminista, mas não temos nenhuma distinção quanto a isso, trabalhamos com atividades que lidam com o assunto. Ao lidar com a mudança social, questionamos essas questões de gênero, como forma de abrir um pouco as ideias das pessoas e quebrar essas desculpas (Ali).

Posição que coincide com a de Mariam, da Unidade de Mídia:

As ideias de assédio se baseiam totalmente nas teorias de gênero vigentes, em diferentes ideologias. A maneira como você pensa e entende o mundo, influencia o seu ativismo. O discurso do gênero entra no ativismo político, para mim, é algo bastante natural. Está totalmente relacionado ao poder e também a questão patriarcal, questões de gênero aceitas pela sociedade. Uso muito Judith Butler nos treinamentos e algumas teorias que conheço de gênero, essas questões de que a mulher não nasce mulher, mas se torna, problematizo bastante no “Gender box” (Mariam).



⁹⁸ MEN CAN STOP RAPE. Trainings for sexual assault professionals. **Site**. Disponível em: <<http://www.mencanstoprape.org/Trainings-for-Sexual-Assault-Professionals/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

A atividade “Act like a Man” faz parte do projeto desenvolvido por essa organização norte-americana, e foi chamada de “Oakland Men’s Project”. O objetivo era acabar com a violência praticada por homens e, aos poucos, essas ideias foram sendo disseminadas ao redor do mundo por organizações que fazem parte do movimento transnacional de combate à violência de gênero.

A atividade foi readaptada pela Unidade Outreach da Harassmap, e batizada de “Gender Box”, em que se acredita na sua capacidade de alteração das formas de se pensar o assunto. A atividade é feita somente para os capitães, mas quando recebem alguma reclamação de algum membro que esteja tendo comportamentos de assediadores, a desenvolvem no próprio local (ABDELMONEM, 2015, p. 85). Kholoud, responsável pelas parcerias locais sobre o desenvolvimento da atividade, ela me conta:

Quando fazem a atividade do “gender box”, com certeza estão pautados em toda uma teoria feminista, definitivamente. Não nos admitimos como feministas, por ser algo problemático, mas temos ideias que compartilhamos do feminismo (Kholoud).

A atividade é realizada através do auxílio de uma cartolina rosa colocada na parede com uma boneca, ao lado de uma cartolina azul, onde um boneco encontra-se desenhado (Figura 50 e Figura 51). No topo da cartolina são escritas palavras em árabe associadas à ideia de um bom menino e uma boa menina, correspondendo às cores azul e rosa, respectivamente. Assim, perguntam aos participantes o que consideram um homem e, em seguida, uma mulher, e por que as cores são muitas vezes associadas aos gêneros. Problematicam o que faria uma pessoa se sentir como parte de cada gênero e outras excluídas, e quem seriam os responsáveis pela emissão dessas mensagens, que fazem com que as pessoas se mantenham dentro de determinados “limites ou caixas”. Dessa forma, são questionados também sobre as características das pessoas que são aceitas e as que são excluídas, bem como os limites dessas fronteiras de delimitação.

	
<p>Figura 50 Atividade Gender Box</p> <p>Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 51 Ali na atividade Gender Box</p> <p>Fonte: Facebook.</p>

Durante essa atividade, as pessoas sentam-se em círculos. Os homens, na frente. A conversa é iniciada e eles são questionados primeiro. Em seguida, as mulheres são incentivadas a darem suas opiniões sobre o que eles falaram anteriormente. Todos são encorajados a colocarem por escrito palavras em árabe que correspondam ao papel masculino e feminino em cada um dos quadros. O objetivo principal dessa atividade é relacionar de que forma os papéis de gênero e a masculinidade/feminilidade possuem conexões diretas com os atos de violência sexual, em destaque, o assédio sexual.

A Unidade administrativa Safe Areas, bem como os seus programas internos, será abordada no capítulo seguinte, a partir de uma análise mais aprofundada sobre os embates acerca da mediação e construção da categoria de assédio sexual pelo ativismo egípcio, bem como a criação das chamadas “áreas de zero tolerância” ao assédio sexual. Narrativas e projetos esses que refletem no sistema de parceria mantido entre as organizações locais com a Harassmap, bem como são manipuladas pelas retóricas governamentais, frente as diretrizes internacionais.

Infelizmente, durante o meu trabalho de campo e acompanhamento do Programa Safe Areas, não pude acompanhar os treinamentos dos chamados por mim, multiplicadores, isto é, dos donos e funcionários dos estabelecimentos comerciais parceiros da Harassmap. Pois os mesmos já haviam acontecido em 2013, quando o programa foi criado. Por outro lado, pude participar de ações voltadas para seu gerenciamento, através de “idas a campo” semanais, com a chefe do programa, para a verificação do cumprimento do contrato (Acordo Verbal do Programa Safe Areas e do Manual Interno do Programa) entre as partes (parceiros/multiplicadores e a Harassmap). Nas visitas realizadas, eram colocados assuntos como: esclarecimento de dúvidas, obstáculos enfrentados pelos parceiros e os principais tipos de incidentes ocorridos nos locais.

CAPÍTULO 4

OS EMBATES INTERNOS NA CONSTRUÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE ASSÉDIO SEXUAL E NA CRIAÇÃO DAS ÁREAS DE ZERO TOLERÂNCIA

Este capítulo aborda os embates existentes na construção das definições de assédio sexual e na criação das chamadas “áreas de zero tolerância” a tal violência no Cairo. Esses discursos encontram-se definidos na CEDAW⁹⁹ e DEVAW¹⁰⁰ e são reapropriados internamente no contexto egípcio pelo Estado, através da alteração do artigo 306 do Código Penal egípcio, que o amplia, bem como pela criação da Estratégia Nacional Egípcia (2015-2020). Esses embates podem ser vistos também nas organizações antiassédio sexual, que os constroem de maneiras diferentes, como alternativas à atuação do Estado.

Dessa forma, procuro analisar como tais embates perpassam a discussão teórica de securitização do espaço público e que se encontra bastante evidente na atuação da organização de maior proeminência nessa arena: a Harassmap. Essas questões podem ser sentidas por meio do relacionamento mantido entre essa instituição com o Estado egípcio e com os demais movimentos de combate ao assédio sexual. Nesta seção, portanto, farei uma discussão mais aprofundada do assunto, com uma análise das atividades realizadas pela Unidade Safe Areas. Assim, darei destaque ao Programa Safe Areas, no qual realizei o meu trabalho de campo.

4.1.As Retóricas de um Espaço Público Seguro

Historicamente no movimento antiassédio sexual egípcio, as organizações sociais, bem como o Estado egípcio, através do Conselho Nacional de Mulheres, vêm buscando construir espaços públicos seguros para as mulheres. Esse processo se dá através de discursos que se aproveitam das situações políticas vivenciadas pelo país e da instabilidade local para legitimar os seus poderes, com narrativas de representação da falha estatal e dos regimes que se encontram no governo. Assim, os acusam de não promoverem locais seguros às mulheres. Dessa forma, com o relacionamento mantido entre essas instâncias e pela relação entre elas com o financiador externo, há um embate de narrativas no contexto egípcio, na construção das definições de assédio sexual. Este se reflete ainda, nas formas de ação para combater tal violência, com a criação de “áreas de zero tolerância” a tais incidentes (SORBERA, 2016, p. 18).

⁹⁹ Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher

¹⁰⁰ Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher

A Revolução Egípcia de 2011, de acordo com Galan (2016, p. 19), foi o período de maior transparência desses conflitos e tais discursos de insegurança eram intensamente utilizados pelo movimento civil de combate ao assédio sexual, perante a “explosiva indisciplina sexual” e os casos de assédios e estupros coletivos que ocorreram no período. Foi nesse panorama que inúmeros movimentos passaram a se organizar no espaço público para a realização de intervenções e salvamentos às “vítimas” de violência sexual. Eram grupos que andavam armados com facas, agulhas de costura e aparelhos de choque elétrico, para a promoção desses espaços públicos seguros às mulheres.

Nesse período, o assédio sexual se tornou ferramenta de barganha política dos mais diversos grupos políticos. Milicianos foram pagos para estuprarem e assediarem as mulheres que protestavam contra o governo na Praça Tahrir, no intuito de causarem a desordem. Isso pode ser visto na fala da feminista Sadaawi:

Alguns admitem que foram pagas 200 libras egípcias, e outros receberam cerca de 500 libras egípcias, para bater nos manifestantes, jogarem bombas e as assediarem. Ao mesmo tempo, esses grupos que trouxeram o caos foram chamados [...] de grupos do antirregime, assistentes de Mubarak, ele deu dinheiro para eles intimidarem esses manifestantes (SADAAWI, 2011)¹⁰¹.

Os grupos que estavam no poder eram acusados de pagarem os referidos milicianos e o assunto serviu de debate e foi bastante discutido pelo movimento civil antiassédio sexual, servindo de elemento para a construção de suas próprias ferramentais de combate, na ausência de mecanismos estatais. Como pode ser visto nas conversas que tive com alguns dos ativistas do movimento,

Os assédios coletivos têm uma questão política por trás, pelo grau de organização, o regime anterior era o responsável. Claro que o verdadeiro assediador você vê nas ruas, por prazer. Mas os da Revolução foram para assustá-las (Khadija, fundadora do grupo Dignity Without Border).

O assédio sempre foi usado como arma na mão das autoridades desde 2005, e foi usado nessa passeata com o intuito de gerar medo. Estamos falando de mais de 200 pessoas assediando uma única. Não dá para dizer que todos fazem parte de um grupo. Não acho que seja somente político, mas faz parte de uma mentalidade social, educação, tudo está fora do lugar há muito tempo, em uma sociedade patriarcal e sexista (Nagui, voluntário do grupo Deed Taharush).

Nesse sentido, tais organizações construam as suas narrativas pela culpabilização do Estado, da polícia e do exército, em sua incapacidade de promoverem a segurança dos seus cidadãos e cujas violências se tornavam cada vez mais evidentes, em épocas de manifestações. Dessa forma, pressionavam o Estado para a modificação e a ampliação das leis existentes no

¹⁰¹ SADAAWI, Nawal El. The Egyptian revolution establishes a new social contract and values. **Masress**. 2011. Disponível em: <<http://www.masress.com/en/bikyamastr/26024>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

combate à violência sexual, através de discursos que demandavam o cumprimento da obrigação do país aos acordos internacionais assinados.

Por outro lado, o próprio Estado egípcio teria se beneficiado também dessa fase, através de “artimanhas políticas”, com a construção de narrativas sobre os “mitos de perigo e insegurança” perante casos de terrorismo no país, de acordo com Walker (2014, p. 133). Essas ferramentas foram utilizadas em uma maior militarização das ruas, com blocos de concreto, muros, portões e *checkpoints* em áreas estratégicas do Cairo, como por exemplo, no entorno de ministérios, órgãos governamentais e embaixadas.

Esse processo de organização das ONGs para a promoção de áreas seguras é chamado por Galan (2016, p. 25) de “novas formas horizontais de securitização do cotidiano e do espaço público egípcio”, em alternativa às “formas verticais falhas promovidas pelo Estado egípcio”. Segundo a autora, foi nesse momento também que os grupos de defesa pessoal para mulheres ganharam visibilidade interna, como formas alternativas de promoção da segurança no espaço público, de forma individual e privada, e que vêm funcionando como um novo *market* desses movimentos atualmente.

O conceito de securitização, de acordo com o cientista político Amar (2013), emergiu da Escola de Copenhague para Estudos da Paz por volta dos anos 1990, e foi descrito como um “ato político de produzir representações que justificassem as transformações sociais, econômicas e culturais, que permitissem ocupações militares ou situações de emergências policiais” (AMAR, 2013, p. 22). Dessa forma, certos assuntos se tornariam securitizados pela manipulação da linguagem, teoria fortemente influenciada pelo linguista britânico John Austin (1911-1960). Nesse sentido, haveria atores capazes de securitizar outros, por sua posição político-social, ao construírem narrativas de ameaças. Pelo domínio do discurso, então, atores dominantes, normalmente líderes políticos, passariam a justificar intervenções no sistema pela construção de ameaças, com atos performativos. Assim, determinadas ferramentas extraordinárias poderiam ser usadas por tais grupos, em situações de vulnerabilidade (FLOYD, 2007, p 25).

Com o passar dos anos e através da antropologia, o conceito de securitização foi apropriado para pensar a violência de gênero (Brown (2010); Scott; Brown (2008); Wibben (2011); Jabri (2007); Doty (2010), conforme MAGUIRE et al, 2014).

Enloe (2004, p 27) é uma das intelectuais mais importantes no estudo da securitização da questão de gênero, com análises da forma como determinados grupos foram então colocados como alvo dessas políticas, perante situações de instabilidade estatal. Através do conceito de “margem”, a autora procura ver tais indivíduos como silenciados, tendentes a objetos de

domínio de outros, pela sua ausência de qualquer forma de poder. Segundo a estudiosa, viver na margem significaria, portanto, ter a sua voz silenciada por aqueles que ocupam a região de centro

Essas margens são pensadas pelas autoras Das e Poole (2004, p 10) como partes do Estado ou formas de justiça privada. Que se dão nos espaços marginais onde a criatividade estaria mais visível, por meio de alternativas de ação, pela necessidade de sobrevivência. Elas propõem, então, uma quebra dessa relação entre o Estado e as suas margens – estas últimas passando a ser avaliadas como necessárias ao Estado. A partir de mecanismos alternativos de cidadania, tais instituições reconfigurariam as categorias criadas pelo Estado, construindo-as em cima dessas outras, para o seu próprio uso, em um processo sempre incompleto e continuamente imaginado pela relação estabelecida entre tais domínios.

Com a Resolução das Nações Unidas 1325 (2000), denominada “*Women, Peace and Security*”, tais discursos de securitização no âmbito da violência de gênero foram intensificados, segundo Amar (2011, p. 17). Nesse documento, foi assegurada a inclusão da figura feminina em implementações humanitárias e militares, autorizando intervenções armadas, violência sexual, estupros, feminicídio, bem como em operações de manutenção da paz.

Com tal resolução houve uma “fetichização da violência sexual” construída através de certos discursos baseados em contextos de guerra, segundo a antropóloga Meger (2015). Por meio de tal manipulação, feita por atores (estatais e não estatais) na construção de uma ameaça à segurança nacional, “a violência foi descontextualizada, homogeneizada e objetificada” (MEGER, 2015, p.17). As relações de poder foram reificadas por tais “discursos securitizantes”, necessitando, assim, de respostas militares imediatas, com o objetivo de buscar a chamada “justiça de gênero” perante a desordem instaurada nesses contextos. A autora enfatiza que tais discursos criam “objetos *commodities* da segurança” ao se tornarem ferramentas de marketing, comercializáveis pelas ONGs que combatem tais violências de gênero (MEGER, 2015, p.17).

Nesse sentido, esses discursos de securitização da violência de gênero, para Meger (2015, p. 25), funcionam como atos estratégicos que fazem o uso do tema da insegurança, com o objetivo de convencer a audiência da existência de uma ameaça, necessitando de medidas imediatas. Dessa forma, descontextualizam a violência durante guerras como excepcionais, com o intuito de buscar respostas também extraordinárias, criando “objetos de consumo comodificáveis”. Isso é possível pela elaboração de dados estatísticos, pesquisas e testemunhos das vítimas de violência nesses períodos, que se revelam como mais uma estratégia de convencimento (*speaking security*).

Esse processo de “securitização do ordinário” na violência de gênero será direcionado à reflexão das atividades de ONGs antiassédio sexual, o qual passou também a ser um tema comercializável. Ativistas de tais ONGs, chamados de “praticantes da securitização ordinária” pelas autoras Desborough e Weldes (2015, p. 27), enquadram determinados atos de assédio sexual, como ameaças à segurança da mulher no espaço público. Estes irão pressionar o Estado para respostas imediatas ao problema, pela chamada “securitização do assédio sexual”. Isso se dá por meio da divulgação maciça da questão, em sites, vídeos, bem como nas ruas, convencendo as pessoas da importância do assunto e criando as chamadas “áreas seguras”, onde as pessoas são ajudadas pelos indivíduos presentes, que são incentivados a tomarem “atitudes positivas” no combate. Através da bandeira de luta do combate ao assédio sexual, tais grupos trarão a discussão do tema para as ruas, retirando o seu monopólio das instâncias estatais por meio de formas de combate privadas. Isso pode ser sentido também no caso egípcio, na construção do movimento antiassédio sexual.

Amar (2011, p. 18) propõe essa discussão para pensar o caso egípcio, argumentando que tais narrativas são, aos poucos, apropriadas pelo movimento feminista local, que assim agiria para intensificar a cobrança da negligência estatal em oferecer ambientes seguros para os seus cidadãos. São também utilizadas pelo Estado, que passa a justificar ocupações militares. Ingenuamente, segundo o autor, tais narrativas são, aos poucos, apropriadas pelas ONGs, que as reproduzem em suas lutas. Logo, as concepções de direitos humanos passam a ser utilizadas como “novas formas de missionarismo humanitário, situando essa guerra ao terror numa era de feminismos transnacionais” (AMAR, 2011, p. 16).

São “movimentos que mantêm conexões com os seus próprios Estados e com outros governos, através da presença de agências financiadoras, e que a partir de uma influência constante desses grupos locais em conferências internacionais incorporam ferramentas locais e globais em suas lutas internas” (AMAR, 2011, p. 7). Dessa forma, Amar utiliza o conceito de “*NGO-ization*”, desenvolvido pela autora Jad (2004, p. 9) em relação ao processo que foi intensificado com o neoliberalismo, em que ideias e valores transnacionais acabariam sendo “enquadrados” localmente, na impossibilidade de resistirem à globalização. O autor cria, então, o conceito “*NGO-ized*”, adjetivo utilizado por ele para denominar as ONGs egípcias, que com esse processo passam a se aproximar do Estado, perante a crescente repressão governamental e intensificação desses financiamentos (AMAR, 2013, p. 24).

Tais discursos de securitização do assédio sexual no Cairo são usados por Hughes (2015) e Grove (2015) em relação às atividades desenvolvidas pela organização de maior proeminência no combate a tal violência: a Harassmap. Segundo as autoras, esse processo pode

ser visto por meio da utilização de ferramentas cartográficas e tecnologias de mapeamento do assédio sexual por essa organização. Grove (2015, p. 18) afirma que estas contribuem para representar os espaços de forma securitizada. Hughes (2015, p. 7), por sua vez, terá como foco de análise as atividades desenvolvidas pelas unidades Outreach e Safe Areas dentro da organização. São entendidas por ela como “estratégias de governança da segurança”, que por sua vez colocam a juventude egípcia masculina como alvo de ameaças às mulheres. É assim, através de uma elite ativista e atuante nesses movimentos, que as referidas narrativas são reproduzidas e disseminadas pela organização e, como consequência, acabam excluindo outras camadas.

Dessa forma, procuro pensar tais retóricas disseminadas pela organização Harassmap em contexto, através do relacionamento mantido pela organização com o Estado, perante as políticas criadas pelo Conselho Nacional de Mulheres, que refletem diretamente na criação da imagem da organização de “dentro para fora”, bem como por relacionamentos entre esta e seus financiadores externos. Cujas consequências é o estabelecimento das parcerias com as outras organizações locais. Pela proximidade que algumas destas mantêm com o referido Conselho, acabam sendo excluídas dos principais projetos. Nesse contexto de embates, as atividades desenvolvidas pela organização Harassmap vêm delineando o sistema interno de combate ao assédio sexual no Cairo, Egito. Isso será demonstrado com uma análise mais aprofundada das atividades desenvolvidas pela Unidade Safe Areas, criada em 2013.

4.1.1.As Narrativas Oficiais do Conceito de Assédio Sexual

O Estado egípcio, através do Conselho Nacional de Mulheres, desde os anos 1990 e com a sua criação nos anos 2000, tenta manter o monopólio da discussão sobre a violência de gênero no país, no intuito de projetar para fora uma imagem de comprometimento com o assunto. Os projetos desenvolvidos por esse órgão no período referido tinham como foco o combate da violência doméstica e da mutilação genital, temas que também são parte de uma agenda internacional, e com os quais o Egito havia se comprometido a exterminar em 2005, conforme as declarações globais encorajam. Tais projetos eram realizados em parceria com algumas organizações sociais locais que, cooptadas pela instituição, combatiam também tais violências através de suas atividades. Porém, houve uma cisão desses movimentos sociais de combate à violência de gênero no país. Aos poucos, as discussões acerca do assédio sexual passaram a tomar conta das “agendas financiáveis” no período.

Com a Revolução Egípcia de 2011 e a grande visibilidade de tal tema, o Conselho Nacional de Mulheres procurou monopolizar tais discussões. Por conta dessa postura, esse foi

o contexto de maior confronto entre as narrativas oficiais produzidas pelo órgão sobre o tema e aquelas construídas pelo movimento civil, como alternativas. Tal visibilidade do assédio sexual pode ser percebida na fala de Layla, cofundadora da organização Harassmap,

Muitos grupos começaram em 2008 e alguns em 2010, mas o assunto foi ganhando visibilidade com a Revolução, foi o momento que a violência de gênero mais foi discutida. É difícil expressar ou delimitar quando o assunto, assédio sexual, se tornou visível, mas vários fatos foram acontecendo e contribuindo para isso e, claro, com as documentações dos incidentes pelo movimento civil. Os assédios coletivos foram o ápice da visibilidade (Layla).

O movimento de combate ao assédio sexual, então, havia ocupado o espaço de discussões deixado aberto com as manifestações que ocorriam ao final do governo de Hosni Mubarak. Aos poucos, os grupos de luta antiassédio sexual começaram a se diferenciar do movimento anterior, que até então se focava na violência doméstica e na mutilação genital, e eram chamados por tais ativistas de a “velha geração”, mais atrelados ao Conselho, segundo Helen Rizzo:

Muitos grupos surgiram como reflexo da Revolução, apesar de terem sido criados antes e incrementaram as suas atuações durante a Revolução. Vejo que alguns começaram a repetir outros trabalhos, mas ao mesmo tempo, outros começaram a mudar as suas mensagens. Perceberam que determinadas questões não teriam efeito, e assim essas organizações foram se separando entre esferas mais políticas e outros preferiram seguir com as questões sociais. Assim criaram políticas para não terem relações com o Estado, não cooperando entre si de jeito nenhum (Helen Rizzo)

Durante a Revolução, os assédios sexuais vivenciados no cotidiano passaram a ser entendidos também como incidentes políticos e armas utilizadas por certos grupos. Como na fala de alguns de meus interlocutores ativistas e parte do movimento antiassédio sexual:

O assédio sexual é um grande círculo, em que o social afeta o político e este, o social, se as escolas ensinam a tolerância e os direitos humanos, o respeito à mulher no cotidiano, essas questões não iriam acontecer nesses momentos políticos (Mohamed, cofundador do grupo Deed Taharush)

Não dá para dizer que o assédio sexual é social ou político, não dá para separá-los. Eu acredito que se a organização trabalha com questões sociais, não há como deixar de trabalhar com a questão política, não dá para falar de uma coisa, sem falar da outra, estão interligadas, e conectadas (Nihal, advogada do grupo CEWLA).

Assédio, para mim, é político e social, quando usam para objetivos políticos. Sempre que há muita movimentação, como feriados, eles acontecem, assim como são usados como ferramentas políticas, não dá para dizer que é somente social, pois aconteceu e acontece antes e depois da Revolução. É uma combinação de coisas que contribuem (Dina, ativista da ONG Nazra).

Tal visão é compartilhada também pelos ativistas da organização Harassmap:

A distinção entre o social e o político é borrada, é complicado propor uma divisão, pois se misturam o tempo todo. O assunto se torna político quando proibem as mulheres de irem para o espaço público se manifestar. Temos importantes eventos que fizeram o assédio social se transformar em político, como o Black Wednesday, não somente em 2011, mas ao mesmo tempo, a mulher egípcia sempre fez parte da

arena política e essas abordagens sempre estiveram misturadas. Para mim, o assunto ganhou visibilidade com os assédios coletivos pois foram muitos em um único ano. Apesar de o assunto estar fora de controle há muito tempo no país. Qualquer tipo de assédio é ok, para as pessoas, nas ruas, ok, coletivos ok, como se fosse algo orgânico e natural. Eu não chamaria o assédio sexual de fenômeno, mas sim, de hábito. Acontece em todo lugar, não somente em situações políticas (Layla, chefe da Unidade de Pesquisas da Harassmap).

Para mim, o assunto não tem a ver com a Revolução, claro que influenciou, mas é parte do assunto geral, sempre tolerado, não acho que seja político, é algo que foi evitado ser falado. Mas claro, tomou proporções mais violentas em certos momentos (Mariam, responsável pela Unidade de Mídia da Harassmap).

Claramente há uma relação entre os assédios coletivos e os sociais, uma vez que eles foram ignorados durante tanto tempo, ninguém ligou, nem quis falar sobre eles. Não se pode dizer que houve assédio coletivo ou estupros durante as manifestações na praça, mas sim vários tipos de violência (Rachel, diretora da Harassmap).

Dessa forma, os grupos antiassédio sexual passaram a buscar a justiça e a segurança das mulheres no ambiente público, apesar de evitarem discussões politizadas sobre o assunto na lei, mas sim através de meios privados. Com as intervenções e salvamentos na Praça Tahrir, os movimentos antiassédio sexual buscavam se inserir nesse espaço, com o objetivo de “horizontalizar o assunto nas esferas privadas”, retirando-o do monopólio da instância governamental autorizada: o Conselho Nacional de Mulheres (SORBERA, 2016, p 17). Pretendiam trazer soluções de segurança ao espaço público, através do patrulhamento das ruas e da praça, por seus ativistas, durante as manifestações em 2011, evitando a ocorrência de incidentes de assédio sexual e estupros coletivos nesses locais, iniciativa realizada também na época, pela Unidade Outreach da Harassmap (GALAN, 2016, p. 8). A organização Harassmap surge nessa perspectiva, como parte do grupo OpAntiSh, como pode ser visto na perspectiva de seus ativistas:

Os movimentos contra a mutilação genital e assédio sexual no Egito são bem diferentes. O primeiro é um movimento mais governamental, pois devido à pressão internacional, já a luta contra o assédio sexual ainda continua pelo movimento civil. Essas organizações começaram depois da Revolução, com exceção do Harassmap e da ECWR. As já existentes antes não trabalhavam com assédio sexual. Houve uma interrupção do ativismo contra a violência de gênero antes da Revolução de 2011, alguns movimentos que se organizavam, por exemplo para a mudança do Código Penal, ficaram parados e depois continuaram. Após a Revolução de 2011, houve muita pressão das organizações e da mídia, mostrando que os assédios estavam aumentando e que em qualquer evento aconteciam incidentes. Eu não aponto o dedo para uma organização como propulsora do movimento, a ECWR ou a Harassmap, por exemplo, eu acredito que todas as organizações juntas trouxeram a mudança (Layla, chefe da Unidade de Pesquisas da Harassmap).

Essa cisão entre as ONGs que trabalham com gênero no Egito está ligada aos financiamentos. Em 2005, o assunto mais importante era a mutilação genital, era o que o governo dava importância, e assim nós da Harassmap e da ECWR começamos a trabalhar com o assédio, porque era um assunto deixado de lado. Eu não vejo a violência doméstica ou a mutilação nas ruas, o que eu mais vejo no ambiente público é o assédio. O que aconteceu foi que a Harassmap foi o primeiro grupo a se desenvolver de forma independente; antes dele, tinham vários grupos já estabelecidos,

as chamadas “velha geração”, como New Women Foundation, Women And Memory” (Kholoud, cofundadora da Harassmap).

Apesar de Rachel e Kholoud terem vindo da ECWR, a mensagem que a Harassmap envia é bastante diferente dessas organizações. Hoje em dia, essas ONGs, não trabalham com assédio sexual, mas sim com outras coisas. Para mim, é preciso trabalhar com algo bem específico, não dá para lidar com inúmeros tipos de violência. (Mariam, responsável pela Unidade de Mídias da Harassmap).

Durante a Revolução Egípcia, o Estado buscava retomar o monopólio da discussão da violência de gênero no Egito, e isso pôde ser percebido durante as intervenções realizadas pelos grupos Tahrir Bodyguard e OpAntiSh. Na praça Tahrir, quando representantes do Conselho apareciam após a devida intervenção das ONGs para ajudar as “vítimas”, segundo os meus interlocutores, a intenção era “somente ganhar a fama e prestígio pelos salvamentos, que eram feitos pelo movimento civil, quando na verdade não ofereceram parceria alguma aos movimentos” (NAZRA, 2013, p. 37). Foi relatado, ainda, por tais ativistas, a negligência dos funcionários das delegacias policiais, no direcionamento das denúncias, “quando pedíamos para que interviessem nos casos, diziam que estavam ali para assegurar a proteção dos patrimônios públicos: os prédios. Nos mandavam, a nós, ativistas, intervir, pois estávamos ali para isso, segundo eles!” (NAZRA, 2013, p. 40).

Em muitos casos, os ativistas tiveram, ainda, que custear os tratamentos médicos e as internações em hospitais particulares, pois as instituições públicas, com funcionários mal treinados, segundo ele, para esses tipos de ocorrência não aceitavam internar as “vítimas”. De acordo com o grupo Nazra, “isso somente evidenciou a falha da obrigação estatal em cumprir os acordos internacionais que assina e que deveriam ser, portanto, incorporados nos sistemas internos e na legislação egípcios, mas que, de fato, não o são¹⁰²” (NAZRA, 2013, p. 44). Essa situação é evidenciada na fala de Ali, responsável pela Unidade Outreach da Harassmap e também fundador do grupo OpAntiSh,

Em uma das intervenções que realizamos para salvar uma menina pelo OpAntiSh, uma representante do Conselho Nacional de Mulheres apareceu somente para fingir que tinha feito alguma coisa, ganhando toda a credibilidade, sem terem feito nada. As organizações se revezaram para levar a garota ao hospital, pagando um hospital particular, porque o público não a aceitou. O Conselho não deu nenhum tipo de apoio (Ali).

Esse foi o período também, de atualização e retomada de determinadas leis,¹⁰³ relacionadas ao movimento civil, por meio de mecanismos de restrição para a legalização das

¹⁰² EIPR. **Joint Press Release by 25 Human Rights Organizations- Draft Law for the Nationalization of Civil Society and Transforming it into a Government Institution.** Disponível em: <<http://eipr.org/en/pressrelease/2012/04/12/1404>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

¹⁰³ A Lei 84/2002, no Artigo 11, estabelece as normas para o funcionamento de organizações não governamentais no país. Ela determina que esses grupos estão impedidos de ter as seguintes atividades: não podem

ONGs, com um severo controle do recebimento de financiamentos externos, somente perante registro. Tais leis impõem valores exorbitantes para o registro e estabelecem que o movimento civil deve trabalhar para a chamada “utilidade pública”, permitindo qualquer intervenção governamental, bem como a dissolução daquelas que não seguirem tais princípios. Proíbe, ainda, a realização de pesquisas e qualquer “atuação considerada política” pelo Estado, restringindo a publicação e legitimidade desses estudos somente pelas agências do governo, como a CAPMAS. Essa lei é entendida pelo movimento civil como a “Lei antissociedade civil”, pela qual grupos passam a ser uma “instituição do governo” e funcionários deste. Segundo eles, “não é lógico considerar os financiamentos como dinheiros públicos ou do governo, isso é uma forma de tutela que vai de encontro às convenções internacionais de liberdade de associação” (EIPR, 2012).

As organizações que não se registram passam a ser entendidas pelo Estado como ilegais e, portanto, perseguidas pela polícia. Perante tais restrições, o movimento civil antiassédio sexual recorre aos processos de incubação nas chamadas “ONG guarda-chuva”, ficando sob a jurisdição destas, por onde recebem os financiamentos e são pagos os salários de seus funcionários.

Em maio de 2016, o presidente Sisi afirmou aos meios de comunicação local, que as perspectivas ocidentais de direitos humanos não seriam aplicáveis ao caso egípcio, em referência direta às críticas que o governo vem recebendo pelo movimento civil. Segundo ele, tais discursos de direitos humanos trazidos pelas organizações não governamentais seriam “tentações do diabo, que teriam o objetivo isolar o país”. Reforçou a necessidade do Estado em retomar o controle, para evitar a queda dos Estados-Nações com o terrorismo disseminado no Oriente Médio¹⁰⁴.

ter formações militares ou paramilitares, ameaçar a unidade nacional, violar a ordem pública ou moralidade ou incentivar a discriminação, praticar qualquer atividade política, que é reservada somente aos partidos políticos, obter vantagem com as atividades. Ainda são proibidas de exercer qualquer atividade considerada contraventora pelo governo.

Por meio do Artigo 42 da Lei 107/2013, as organizações passam a ser proibidas de distribuírem fundos aos não designados, obter fundos de fora sem o consentimento estatal, bem como de violarem a moralidade e a ordem pública. Caso estabeleçam uma entidade que não seja condizente com as regras destas leis, criando uma entidade sem o consentimento do Estado, pagarão uma multa de duas mil libras egípcias, e caso comecem a funcionar sem estarem devidamente registradas, sem notificarem os órgãos do Estado, a multa é de mil libras egípcias.

¹⁰⁴AHRAM ONLINE. 'Western perspective' on human rights not applicable in Egypt, Sisi tells US delegation. 2016. **Site**. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/206988/Egypt/Politics-/Western-perspective-on-human-rights-not-applicable.aspx>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

Além disso, com a Lei antiterrorismo¹⁰⁵, criada em agosto de 2015, o Estado passa a definir um “ato terrorista” como “aquele que tem o objetivo de prejudicar a ordem pública, a paz e a unidade nacional” (EGITO, 2015). Dessa forma, dá pleno poder ao presidente para tomar as medidas necessárias no intuito de “manter a segurança, frente a qualquer ameaça”. Permite, ainda, declarar toques de recolher em áreas consideradas de risco, bem como evacuá-las por um período de no máximo seis meses. Fica estabelecida a pena de 25.000 a 50.000 libras egípcias àqueles que derem declarações ou publicarem relatórios considerados falsos. Foi dado o direito à polícia, por esse documento, de prender pessoas suspeitas em até sete dias, com punições conforme a gravidade dos atos.

Em novembro de 2015, Sisi aprovou a criação do Comitê para o Desenvolvimento da Moral e dos Valores, entendidos por ele como “chaves para o desenvolvimento do comportamento dos cidadãos, com o intuito de promover o progresso e a civilização no país”. Foram determinadas “as melhores formas como os indivíduos e também as ONGs devem se comportar em público, com morais que todo ser humano deve cumprir”.

Como reflexo desse discurso, em fevereiro de 2016, o governo ordenou o fechamento da organização de direitos humanos El Nadeem. Uma das mais antigas do país, criada em 1993 e que oferecia suporte psicológico aos movimentos antiassédio sexual no país, também parceira da Harassmap. Segundo o governo, “a organização estaria cometendo abusos de direitos humanos ao oferecer suporte às vítimas de tortura governamental e deveria ser fechada por conta da segurança nacional¹⁰⁶” (ISMAIL; NOURELDIN, 2016).

Nesse mesmo período, o governo proibiu também a entrada de pesquisadores sem visto no país, como justificativa de evitar ações terroristas. Segundo o movimento civil, esses atos são ameaças à liberdade de expressão, visto que pesquisas não se configurariam como críticas ao governo: caso o fizessem, seriam consideradas ameaças à segurança nacional¹⁰⁷ (MADA MASR, 2016).

Com essas posturas, o Estado egípcio vem se distanciando cada vez mais das organizações sociais. Mediante tais leis, passa a controlar as ações de conscientização nas ruas promovidas por esses grupos, afetando diretamente os projetos desenvolvidos por eles. Esse

¹⁰⁵FARID, Sonia. **Egypt’s New Anti-Terror Law: An In-Depth Reading**. 2015. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/egypt-s-new-anti-terror-law-an-in-depth-reading>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

¹⁰⁶ ISMAIL, Amina; NOURELDIN, Ola. **Egypt to shut prominent NGO that documents alleged rights abuses -security sources**. 2016. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/uk-egypt-rights-idUKKCN0VQ23F>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

¹⁰⁷MADA MASR. **AFTE: Banning researchers from entering Egypt threatens academic freedoms**. Site. 2016. Disponível em: <<http://www.madamasr.com/news/afte-banning-researchers-entering-egypt-threatens-academic-freedoms>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

fato contribuiu também para a redução das atividades das ONGs de combate ao assédio sexual. Os grupos ficam impedidos de realizar as suas atividades em ambientes abertos, restando restritos a áreas privadas, como universidades, empresas e estabelecimentos comerciais. Apesar disso, tais ações de conscientização continuam, porém com menos participantes, em locais previamente selecionados, ficando circunscritas a um público menor. Em conversa com alguns dos ativistas das ONGs de combate ao assédio sexual, pude perceber tal pressão ao funcionamento desses grupos, bem como nos processos de incubação e registro,

Claro que agora estamos muito mais restringidos os nossos trabalhos, agora as pessoas são categorizadas baseadas se gostam de você ou não, esse é o problema, não há critérios. Quando começamos, não tínhamos problemas, e agora temos um ambiente muito restrito as atividades nas ruas. O governo do Egito não aceita o movimento civil, é um tipo de influência que podemos gerar na população que os incomoda (Mohamed, fundador do grupo Deed Taharush).

Atualmente, não faz diferença ser ONG, empresa ou estar incubado, o Estado vem reprimindo e fechando todas nós. Se registrar como empresa é mais fácil, como ONG, você espera muito tempo pela aprovação, não conseguindo pagar salários, e tendo atuação restringida. A partir do momento em que você recebe fundos, começa o problema com o governo. A sociedade civil deve ser parte do corpo estatal (Fatma, advogada do grupo CEWLA).

Nós, na Harassmap, ficamos sob a proteção do incubação pela ONG Nahdet El Mahrousa e pela proteção da empresa Tadwein. O grupo Shoft Taharush está sob o guarda-chuvas da empresa ACT, e o grupo Basma também possui uma outra empresa atrelada. É assim que funciona (Layla, responsável pela Unidade de Pesquisa).

Por outro lado, os grupos de combate ao assédio sexual mais próximos ao Conselho Nacional de Mulheres manipulam tais leis e se beneficiam dessa aproximação. Como pode ser visto na posição do ativista Mageed, fundador do controverso grupo Shoft Taharush: “Você pode dirigir se não tem permissão? Às vezes, sim, né? É o que acontece aqui no Egito. Se você dirige direito, ninguém te incomoda, ou se dirige para a causa correta!”

Em contrapartida, o Estado egípcio, tendo assinado as mais diversas declarações internacionais, acaba necessitando promover um diálogo com as organizações não governamentais no país. Tal fato, vem sendo buscado através de uma maior aproximação com as organizações de combate ao assédio sexual, pela figura do Conselho Nacional de Mulheres. Recentemente, foi desenvolvido um Comitê Interno no Conselho para a promoção de uma maior aproximação ao movimento civil egípcio, com o objetivo de cooperar com tais instituições.

Apesar disso, o órgão é encarado pelo movimento civil como “mera propaganda externa”, não tendo credibilidade. Os movimentos preferem se afastar, em vez de construírem as tais parcerias buscadas. Esse embate foi visto na conversa que tive com Rahma, ex-

funcionária da Harassmap e da ECWR, agora atual pesquisadora do Conselho Nacional de Mulheres:

O Conselho tem um problema com as ONGs, enfim, não gostam de trabalhar com elas. Ele diz que algumas delas não fazem nada e que são somente propaganda. As ONGs por sua vez, falam o mesmo do Conselho. Apesar disso, desde quando comecei a trabalhar aqui, tenho visto pessoas que fazem algo ou que pelo menos tentam. Isso é geral, a situação no Egito, hoje, para se falar de direitos femininos está bem difícil, para ambos os grupos (Rahma).

Por outro lado, na perspectiva dos ativistas que combatem o assédio sexual,

O Conselho possui dinheiro e espaço para trabalhar com a questão de gênero, mas de fato, não fazem nada! Talawwi, era a diretora do Conselho, era feminista e defensora dos direitos femininos, mas agora parece que entrou de vez no sistema político e quando discuto com ela sobre esses problemas sociais, ela fica zangada e justifica as ações do governo. No início, eles convidavam as ONGs para os encontros, mas começamos a perceber que não éramos ouvidos e passamos a não comparecer, se não fazem nada para os direitos femininos, para que devemos comparecer? (Fatma, advogada do grupo CEWLA).

Fomos convidados a participar de um evento no Conselho para a CEDAW e durante as falas dos funcionários do órgão, percebemos o quanto aquilo fazia parte de um show. Uma mulher sentou na frente do público, sem qualquer objetivo de diálogo e a sua prioridade ficou clara: a preservação dos interesses de uma classe, e ainda a melhoria da imagem do governo, para fingir que este apoia, de fato, os direitos femininos (EIPR, 2013).

Apesar da organização Harassmap buscar evitar relacionamentos com o Estado egípcio e com suas instituições, indiretamente acaba sendo influenciada por tais posicionamentos e discussões que estão em voga, como visto nas falas de alguns de seus integrantes,

Eu não vejo, em nenhum momento da história egípcia, nenhum governo preocupado com as questões de gênero, mesmo com a presença de Suzanne Mubarak. Para mim, toda a postura do Conselho faz parte de um show. É uma organização governamental, que diz lutar com questões feministas, somente isso (Ali, responsável pela Unidade Outreach da Harassmap).

Para mim, o que eles fazem é somente falar que fazem, mas não fazem realmente nada. São as pessoas que fazem a lei e eles não entendem ou não ligam para a dinâmica social e não levam isso para a lei. E essa questão se reflete na forma de punir (Mariam, responsável pela Unidade de Mídia da Harassmap).

Essa postura tomada pela instituição possui reflexos, ainda, dos posicionamentos estatais. Por exemplo, a modificação do Artigo 306 do Código Penal egípcio, em que uma emenda constitucional foi realizada para promover uma melhor e mais ampla definição de assédio sexual. Ademais, foi criada, em 2015, a Estratégia Nacional Egípcia, em que o país se compromete a desenvolver planos locais de combate à violência de gênero. No documento, é definido novamente o assédio sexual, com bases internacionais. Bem como, é disseminada a ideia de criação das “áreas de zero tolerância à violência sexual” no país, como encorajam as declarações internacionais, reproduzidas de forma alternativa pela Harassmap.

4.1.1.1. As Emendas Constitucionais no Artigo 306 (Taharush El-Ginsi) do Código Penal Egípcio

A Revolução Egípcia de 2011 foi um período crucial para a mudança dos termos vigentes na legislação. Essas alterações foram trazidas com a esperança das manifestações que ocorreram no período. Dessa forma, vejo esse momento como um “evento crítico”¹⁰⁸ ao trazer a redefinição das categorias vigentes da violência de gênero. Vejo-o como um “evento dramático”¹⁰⁹, cujos resultados alteram as relações sociais, manifestados em momentos de tensão. Dessa forma, são nesses “contextos liminares dos conflitos” que os novos valores surgem, como formas criativas, em direção a uma modificação da moral local, na busca de novos entendimentos da violência vivenciada.

Nesse sentido, inúmeras emendas foram promovidas no Código Penal egípcio, como consequência da força exercida pelo movimento civil. Porém, somente em 2014, após pressão do movimento antiassédio sexual egípcio, algo que já vinha ocorrendo desde 2005, o assédio sexual foi, então, melhor definido e ampliado, além de sua pena ter sido incrementada. A emenda constitucional foi realizada no artigo 306, dividido em “a” e “b”, e as várias formas que o assédio sexual pode tomar foram definidas. Tal medida foi realizada pelo Conselho Nacional de Mulheres, indo diretamente à Corte Constitucional, sem qualquer consulta aos movimentos civis que trabalham com o assunto, fato que gerou inúmeras discussões sobre o fechamento do órgão, aumentando as tensões já existentes.

O assédio sexual já era definido nesse mesmo artigo (306), mas de uma forma generalista, com pena de um ano de prisão e/ou multa de 200 a 1.000 libras egípcias. Caso houvesse reincidência, a pena ia a três anos de reclusão, e a multa variava entre 500 e 3.000 libras egípcias. Era definido como:

Qualquer julgamento de um fato específico que afete a honra ou a dignidade da pessoa, deve ser punido, em acordo com o artigo 171, e detenção por um período não excedente a um ano e multa não menos que mil libras, não excedendo cinco mil libras, e também penalidade (Código Penal egípcio, 1937).

Através de sua nova definição, em 2014, o assédio sexual passou a ser entendido como:

¹⁰⁸ O termo foi definido por Veena Das (1996) como situações que trazem transformações sociais e que resultam em novas configurações.

¹⁰⁹ De acordo com Victor Turner (1974), um evento dramático produz sempre a mudança. Mesmo que as etapas sejam conhecidas, levará a um ponto diferente. É como se sua forma fosse representada por uma espiral: a solução do conflito leva o indivíduo a outro lugar e reproduz a estrutura. O drama tem quatro fases recorrentes: quebra, crise, mecanismo regressivo e resolução da crise. Sua forma é processual, ou seja, cada fase se sucede à anterior. Nesse movimento, só existem duas possibilidades finais para o conflito: a reintegração ou cisão. No momento do conflito deflagrado existe a necessidade de ajustes nas relações, para que a coesão entre os indivíduos e a manutenção estrutural seja possível (TURNER, 1974).

(a) Qualquer ato que agrida a privacidade ou palavras com conotações sexuais direta/ indiretas, que machuquem as orelhas, os olhos, e o corpo ou sentimentos, que faça qualquer pessoa se sentir desconfortável. Expondo-a em ambientes públicos/privado, fazendo atos sexuais de maneira direta/ indireta, através de toques, [atos] verbais, comentários ou nas mídias sociais, com redes de wi-fi ou não.

Pena: 6 meses/multa de 3.000-5.000 LE. Reincidência (pena e multa dobradas) / Pena: 1 ano de prisão/ multa de 5.000-10.000 LE.

(b) Se for cometido com intuito de obter benefícios sexuais.

Pena: 1 ano de reclusão. Multa 10.000-20.000 LE.

Qualquer ato do artigo 306 (a), onde o acusado seja membro da família, ou que o fato seja cometido por uma ou mais pessoas, ou usando armas.

Pena: 2-5 anos de reclusão/ multa de 20.000-50.000 LE.

A partir dessa nova definição e mais ampla, é possível perceber a disseminação de uma determinada moralidade estatal, transmitida por tais concepções, que possuem a legitimidade de definirem o que deve ser considerado ou não uma ofensa. Apesar da mudança, algumas outras definições de violência sexual se mantiveram no Código Penal, entre elas “*hatk ird*” (quebra da honra/modéstia), no artigo 268, “*ightsab*” (estupro), no artigo 267, e o “*tahara*” (masturbação ou comportamento indecente em público), pelo artigo 278. Dessa forma, o assédio sexual é entendido em níveis hierárquicos, a partir de uma intrínseca relação que o conceito possui com os outros termos, que são usados, por sua vez, de forma intercambiável pelos “operadores da justiça”.

De acordo com o Conselho Nacional de Mulheres, as leis representaram um avanço na discussão do tema, mas ainda é preciso modificar todo um sistema de denúncias e julgamento dos casos, como visto na perspectiva de Rahma, funcionária do órgão:

Temos as leis, que servem também, para os assédios verbais. Temos agora claras definições, mas apesar disso, enfrentamos ainda uma polícia conservadora, que continua trabalhando com o termo *hatk ird*. Esse é o grande problema enfrentado pelo movimento civil, aqui no Egito. *Ird* está relacionado ao espaço privado, como algo valorativo e parte da reputação na sociedade, as pessoas não gostam de usar isso, é um pouco machista, mas fazer o quê? Está na legislação (Rahma).

Na opinião dos ativistas que combatem o assédio sexual, tais mudanças continuam insatisfatórias. Conforme a conversa que tive com alguns deles:

Agora temos uma lei somente no papel, mas não temos a devida implementação dela. Se eu for fazer uma denúncia, serei questionada por inúmeras coisas com processos bastante intrusivos e nada acontece. Agora, mais pessoas sabem o que devem fazer, antes, realmente não tínhamos nada, nem mesmo uma definição de “*taharush el-ginsi*”, agora temos uma grande definição que inclui os seus múltiplos tipos, sendo

capaz de mostrar para as pessoas que taharush não é a mesma coisa que estupro, e ainda acabar com o uso de “hatk ird”, antes usavam essa definição para tudo que não sabiam como definir (Nihal, advogada do grupo CEWLA).

O problema, na lei, é a dificuldade de se provar a intenção sexual, continua limitada e ineficiente. Por isso, é importante, ter definições alternativas a essas definições da lei. Até mesmo a definição da lei ajuda, uma vez que nos julgamentos, os advogados sempre tentam rodear, pois é difícil provar a intenção sexual. Cada pessoa entende o conceito de maneiras diferentes. Por isso, a importância de se tentar várias definições disponíveis é a pessoa que deve escolher a sua, com base no que sente e entende, não impor a ela. Mas essas definições, claro, estão embebidas em questões culturais, nas formas de se olhar uma mulher e do que significa essa honra. O artigo insere um termo do movimento civil na lei, “taharush”, pela primeira vez, mas a definição está atrelada à intenção do assediador e à forma como a pessoa assediada a entende. E com essas inúmeras interpretações, a lei se evidencia incapaz de dar conta (Mohamed, fundador do grupo Deed Taharush).

O problema da linguagem usada para definir os crimes de violência de gênero deve-se ao uso de terminologias inapropriadas, que não inclui um entendimento ou caracterização das várias causas, o que evidencia uma direção patriarcal adotada, que não pune ações do próprio Estado, além de confirmar as relações de poder e institucionais mantidas. O termo “agressão indecente” ainda mantém essa relação de modéstia feminina, que se conecta ao conceito de honra e exploração de mulheres, com leis religiosas e morais, ignorando a realidade e os crimes que afetam a integridade física da mulher (Dina, ativista do grupo Nazra).

Dessa forma, procuro pensar esse embate de narrativas produzidas entre o Conselho Nacional de Mulheres e o movimento civil antiassédio sexual como estratégias discursivas usadas com o objetivo de produção de “fachadas de objetividade” sobre o assunto. Seu sucesso dependerá das relações de força que possuem dentro dos campos e cujos trunfos são garantidos pelas suas posições nesses campos de tensões – onde “os próprios juizes do jogo são agentes interessados, e as suas interpretações, são sempre enviesadas pelas posições” (BOURDIEU, 1989, p. 55- 56).

O discurso irá funcionar, portanto, como um mecanismo de distinção onde os indivíduos o empregam com o objetivo de levarem a melhor na luta simbólica travada pelo monopólio da imposição de vereditos. A capacidade de dizer a verdade a respeito do que está em jogo dependerá da posição ocupada por tais agentes (BOURDIEU, 1982, p. 44). Nesse sentido, pessoas autorizadas transformam o mundo social conforme os seus interesses, extraindo a legitimidade do mesmo grupo sob o qual exercem autoridade, numa “dialética entre a linguagem autorizante e a autorizada”, por meio de esquemas classificatórios reconhecidos por tais grupos (BOURDIEU, 1982, p. 119). Um erro de gramática ou troca de palavras invalida tal fórmula, mas não as verdades, assim, não existiriam palavras inocentes, mas sim relações entre indivíduos dotados de interesses parciais nesse campo de luta, em que a linguagem produz a eficácia simbólica (FOUCAULT, 1973, p. 59).

4.1.1.2.A Estratégia Nacional Egípcia (2015 - 2020)

A Estratégia Nacional Egípcia faz parte de um mecanismo interno da CEDAW¹¹⁰, incentivada posteriormente também na DEVAW¹¹¹. Serve como forma de demonstrar o comprometimento dos países signatários de tal documento a desenvolverem planos locais de adequação das diretrizes internacionais.

A Estratégia foi elaborada somente após as emendas constitucionais no Código Penal acerca do assédio sexual, em 2014. Apesar disso, tal emenda foi desenvolvida como parte dessa Estratégia Nacional e, por conta da Revolução, chegou a ser interrompida. Não foi implementada de imediato, mas algumas de suas propostas foram iniciadas. Em 2012, por exemplo, foram criadas as Unidades de Direitos Humanos nas delegacias, além da linha telefônica de atendimento às “vítimas” (*hotline*) e os suportes psicológicos e jurídicos dentro do Conselho. Em 2014, as referidas emendas constitucionais foram realizadas.

Na Estratégia, o governo egípcio se compromete, em cinco anos (2015-2020), a promover novas medidas de redução das taxas de violência contra a mulher, reconhecendo-a efetivamente como um tipo de violência relevante no país, colocando todos os ministérios envolvidos na sua mitigação. Tal projeto foi desenvolvido com o apoio das ONGs mais próximas ao Conselho Nacional de Mulheres, pelo órgão e com financiamento das Nações Unidas. Foi desenvolvida também através de uma parceria entre o Conselho Nacional de Mulheres e a Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID). Encontram-se atuantes no projeto cerca de 13 ministérios e quatro ONGs¹¹².

O Conselho ficou responsável por resumir, analisar e reportar dados e tendências sobre o assunto, bem como por assegurar que as autoridades e as organizações colem dados e os reportem. Também está imbuído da criação de políticas e programas estratégicos que reflitam os problemas internos. Para o seu desenvolvimento, o Conselho deveria, portanto, trabalhar com os diversos *stakeholders*, para a seleção de “problemas-chave”, para propor medidas e monitoramento das tendências. Ainda, para coordenar, compilar e atualizar diferentes fontes de informações, publicar relatórios nacionais sobre a violência contra a mulher anualmente, nos meses de janeiro, e verificar sua devida implementação local. Isso deveria, portanto, ser feito com o apoio da CAPMAS, órgão estatal de produção de dados estatísticos. Após quatro anos de implantação, deveriam publicar um relatório interno e externo, avaliando o seu impacto e a

¹¹⁰ Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

¹¹¹ Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

¹¹² Entre elas, ACT e Shoft Taharush.

sua atuação local. O Conselho deveria, também, coordenar os serviços comunitários e monitorar o progresso dos projetos, através de um observatório no órgão (CNM; USAID, 2010).

O projeto previu também a entrada de mais mulheres nas delegacias. Alguns policiais foram levados para treinamentos fora do Egito, nos EUA e na Inglaterra. Foram instaladas câmeras ao redor do Cairo, nas principais praças e ruas, com o objetivo de promover as chamadas “áreas de segurança”, por meio de um constante monitoramento.

De acordo com o relatório de divulgação da Estratégia Nacional, divulgado pelo Conselho Nacional de Mulheres, em parceria com o USAID, no mesmo ano de sua criação, a iniciativa buscou beneficiar o Egito das experiências externas e incorporar determinadas abordagens internacionais. Porém, a definição de violência estabelecida no documento procurou se basear no contexto egípcio e as ações foram pensadas em relação à cultura e nas tradições locais. Dessa forma, segundo o Conselho Nacional de Mulheres,

No desenvolvimento da Estratégia, procuramos olhar as experiências e valores internacionais, buscando adequá-los localmente, mas para isso se deve estar atento para que essas leis implementadas façam sentido internamente (CONSELHO NACIONAL DE MULHERES; USAID, 2010, p. 17).

Além disso, foi idealizada de forma emancipatória, com o objetivo de envolver todos os ministérios, a sociedade civil e especialistas de várias áreas, para que possam contribuir, estabelecendo responsabilidades para os organismos governamentais e não governamentais. O ator governamental de monitorar e avaliar o assunto, com o objetivo de melhorar as denúncias e a prospecção de dados adquiridos em instâncias do governo ou da sociedade civil (CNM; USAID, 2010). Sua missão é, também, mobilizar os setores público e privado para acabar com todas as formas de violência contra a mulher, punir os criminosos, reforçar as leis, reabilitar os agressores, fornecer serviços apropriados à mulher e às famílias, bem como realizar conscientização nas ruas, para assim “inspirar os egípcios a reconhecer esses tipos de violência como não somente prejudicial às mulheres, mas como algo que afeta a todos” (CNM; USAID, 2010, p 27).

Buscou adequar as definições realizadas nas emendas constitucionais do Código Penal. O documento definiu a violência com base ainda, na Declaração das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher. Foi descrita como “qualquer violência baseada no gênero, que resulte em prejuízos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, coerções ou afetando a liberdade, podendo ocorrer no âmbito público ou privado” (CNM; USAID, 2010, p 27).

A violência doméstica foi entendida como “qualquer ato cometido por algum membro familiar que leve a prejuízos físicos, psicológicos ou sexual, privação educacional,

discriminação com heranças, casamentos ou trabalhos forçados e mutilação genital”. A violência na comunidade foi dividida entre “assédios sexuais nas ruas, trabalho ou instituições educacionais, agressões sexuais, estupros, exploração sexual (casamento precoce, tráfico sexual) e qualquer atitude capaz de ferir a igualdade de oportunidade no trabalho e em locais públicos”.

Como parte desse projeto foi realizado um estudo sobre as ocorrências de assédios sexuais, que evidenciou que o assédio sexual era o tipo mais de violência mais recorrente para as 220 mulheres entrevistadas, direcionando medidas para o seu combate. Segundo dados produzidos pela Egypt Demographic and Health Survey (EDHS), os principais casos de violência contra a mulher no Egito são aqueles cometidos na família, como os crimes de honra, e os cometidos pela comunidade, incluindo assédios sexuais nas ruas, trabalho, em ambientes escolares ou em transportes públicos e serviços (CNM; USAID, 2010, p 28).

Os principais objetivos buscados no documento são a criação de leis nacionais que criminalizem a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos, que atos de violência sejam imediatamente reconhecidos enquanto tais e que tenham a devida punição. Além disso, que a legislação egípcia puna efetivamente os agressores de forma justa, investigue e os julgue, assim como os juízes e policiais sejam treinados para o reconhecimento dos casos. A ideia também é que os sobreviventes não sejam retraumatizados por processos judiciais insensíveis, assim como que os níveis de violência tenham o seu número reduzido (CNM; USAID, 2010). Para isso, as principais metas da Estratégia são:

- Desenvolvimento de uma legislação e emendas constitucionais que revejam as leis de violência contra a mulher;
- Proibição do contato da vítima com o agressor;
- Criminalização da violência e implementação de procedimentos que punam de forma justa e compensem as vítimas, assim como as sentenças e a severidade dos crimes devem ser revistos;
- Introdução de leis que se direcionem ao assédio sexual em ambientes públicos e em locais de trabalho e que as denúncias sejam confidenciais, elaboradas de maneira compreensiva e que assegurem a proteção das testemunhas;
- Desenvolvimento de sentenças alternativas que promovam a reabilitação dos agressores;
- Treinamento de policiais e juízes para o reconhecimento, investigação e julgamento dos casos, assim como os médicos;

- Inserção de mulheres nas delegacias, além de espaços separados dentro das delegacias para o recebimento de denúncias e evidências;
- Colocação de câmeras e patrulhamento com veículos nos principais pontos.
- Produção de materiais artísticos que evidenciem o perigo da violência contra a mulher (através de músicas, filmes, peças, etc).

Além disso, segundo a estratégia, o governo deve cooperar junto às organizações não governamentais para o desenvolvimento de serviços telefônicos de atendimento para emergências, além da publicização dos serviços de proteção gratuitos e as linhas telefônicas.

Acreditam que, ao final dos cinco anos de implementação (2015-2020), as “mensagens culturais positivas” irão promover um ambiente favorável às denúncias e à ideia de “zero tolerância a todas as formas de violência”. Esse discurso foi trazido nas declarações internacionais e é reapropriado também pelo movimento civil de combate ao assédio sexual egípcio. O Estado afirma que as chamadas “ideias positivas” podem ser transmitidas na mídia (através de treinamento a esses setores), nos serviços educacionais (segundo a recomendação da CEDAW de integração da educação sexual nos currículos escolares), bem como através dos líderes religiosos (conscientização e monitoramento das ocorrências nas mesquitas, comunidades e famílias e divulgação de livros sobre a mulher no Islã) e dos ministérios governamentais, ao incentivarem as “ideias positivas para que a violência contra a mulher seja combatida” (CNM; USAID, 2010, p. 22).

Uma das funcionárias do Conselho Nacional de Mulheres e responsável pelo desenvolvimento desses relatórios, Nairy, enfatizou a dificuldade de se chegar a um acordo nas terminologias que possam agradar a todos os interessados, que segundo ela,

Não podemos criar uma única definição que todos possam concordar, isso é algo impensável e muito difícil. Nós usamos a definição de assédio sexual da CEDAW, com base nas convenções internacionais e eventos como Beijing e Viena. Assim como coletamos várias definições e discutimos com um grupo de ministérios e com algumas ONGs parceiras do órgão. Antes da ECWR criar a definição, já tínhamos criado e já tínhamos oferecido essas definições aos outros grupos e eles foram criando as suas próprias definições. Nos encontros que promovemos para a elaboração da Estratégia, cada grupo, misturado entre ONGs e ministérios criaram as suas próprias definições e depois de apresentadas, todos entraram em acordo, e assim elaboramos uma definição única, foi assim que se deu o processo (Nairy).

Assim como as emendas constitucionais realizadas no Código Penal em 2014 acerca da definição de assédio sexual, o lançamento da Estratégia Nacional vem recebendo também fortes críticas do movimento civil.

A organização feminista Nazra, em 2015, problematizou a ausência de uma abordagem feminista na estratégia, o que dificulta a sua implementação e sensibilização ao assunto, fato

que, segundo a organização, é resultante de uma ausência de diálogo com o movimento civil na sua implementação inicial. Ainda nos dias de hoje, evidencia claramente a “postura patriarcalista” do governo egípcio e do Conselho Nacional de Mulheres. Além disso, assim como a organização EIPR, seus membros questionam o uso de determinadas categorias para a definição de crimes de violência, como no Código Penal, com terminologias inapropriadas, incapazes de caracterizar ou entender as suas diversas formas e causas. Soma-se a isso o fato de a estratégia buscar teoricamente parcerias com organizações feministas, o que de fato não ocorre, pois estas não são consultadas, ou somente um restrito número é convidado para as discussões.

Tais grupos acreditam na importância dos documentos para um avanço da discussão do assunto no espaço público, porém questionam as suas limitações internas. Nas suas perspectivas:

Não há dúvida da importância da Estratégia, foi um passo significativo para o Egito. Apesar disso, buracos permanecem, pela ausência da perspectiva feminista no documento, levando-se em consideração os obstáculos dessa cultura patriarcal enraizada na sociedade egípcia, em que o Estado, sempre colocou a questão da mulher, como periférica. Adotar um discurso feminista nas políticas governamentais, não necessariamente significa adotar questões individualmente, mas sim como práticas que evitam a discriminação da mulher. Como a Estratégia pode querer alterar algo se nela própria reproduz a linguagem usada nas delegacias, e coloca termos como vítimas? Essa definição retira qualquer possibilidade de ação das assediadas e nas suas capacidades de reverterem o sistema (Layla, responsável pela Unidade de Pesquisas da Harassmap).

O documento reproduz a definição problemática do Código Penal, através de uma linguagem moralista de proteção às vítimas. Definição bastante limitada e seletiva, por não inserir a violência coletiva e aquelas cometidas pelas forças de segurança do governo, além de ser bastante vaga. Além disso, além de procurar incrementar as penas e a sua severidade, o documento busca reabilitar os agressores. Ambos os documentos mantêm o termo *hatk ird* (quebra da honra), para pensar outros tipos de agressão sexual. Além disso, apesar de adequar concepções internacionais, continuam não reconhecendo o estupro conjugal ou com objetos, que estariam classificados como *hatk ird*, não como estupros (EIPR, 2015, p 28).

Na visão dos ativistas da Harassmap:

A estratégia faz parte de um sistema maior, que é o CEDAW, forma do Egito se posicionar externamente. Não é somente um esforço internacional ou do Estado, o movimento civil também vem pressionando para o cometimento à convenção. Existem vários acordos e convenções internacionais, mas que eu pessoalmente acredito que os órgãos governamentais não estão se importando nem um pouco. Foram pressões internas e externas, foi uma pressão que não é possível de determinar de onde veio, mas que se espalhou ao longo dos anos pelo Egito. Apesar disso, essas unidades criadas na polícia não estão ainda funcionando e não conseguem cobrir todo o Egito, serve apenas como objeto decorativo (Layla, responsável pela Unidade de Pesquisas da Harassmap).

A organização Harassmap foi convidada para a reunião de discussão de implementação da Estratégia Nacional, mas de acordo com Ali, responsável pela Unidade Outreach da

organização, “não comparecemos como Harassmap, somente uma de nossas cofundadoras esteve presente como pesquisadora e logo se irritou com as discussões e saiu, pois não temos os mesmos objetivos”. Em conversa com outros ativistas da Harassmap, essa situação ficou bastante evidenciada: a decisão de não cooperar da organização com o Conselho deve-se ao fato de que:

Não somos contra trabalhar com ninguém, nem mesmo com o governo, mas depende do projeto e se ele tem impacto. Um de nossos membros ajudou o Ministério da Juventude a criar um manual contra assédio, e fizemos. Mas ele não fez isso como Harassmap, foi uma consultoria externa. Nós fazemos assim no Harassmap, a pessoa pode trabalhar fora (Kholoud,, responsável pelas parcerias da Harassmap).

Para mim, o Conselho Nacional de Mulheres tem em mente uma ideia muito fechada do que é esse modelo nuclear de família e isso se relaciona na maneira de entender o papel da mulher. O que vejo acontecer é que estamos retornando às questões do regime Mubarak. Eu dei um treinamento ao Ministério da Juventude sobre o assédio sexual, fui convidado, através do Harassmap. Vejo eles compromissados em algumas questões. Foi uma semana de treinamento, com vários funcionários. Foi um desastre, não pude fazer do jeito que eu pretendia, fomos atacados o tempo todo, além de uma burocracia gigante. Esse projeto foi mediado pela empresa GIZ, que tem muitos projetos com o governo. Para mim, essa mudança do Código Penal, com certeza foi parte de uma forte pressão interna, não vejo como uma pressão de fora, apesar de o regime de Mubarak ter estado sempre preocupado com a imagem internacional (Ali, responsável pela Unidade Outreach).

Nazra e a Harassmap nunca cooperaram com o governo. Eu acredito que possa haver uma relação, mas não precisamos trabalhar com a abordagem deles, ou da mesma maneira que eles veem as coisas. Como o grupo Basma, que trabalha com a polícia, mas não trabalha diretamente com o governo (Rahma, ex-funcionária da Harassmap e da ECWR e hoje funcionária do Conselho).

Após um ano do lançamento do referido documento, o grupo Nazra lançou em maio de 2016 outro relatório com novas críticas ao projeto, cujas propostas até então não haviam sido implementadas. Segundo a organização, tais obstáculos na implementação do documento devem-se aos “mecanismos falhos de monitoramento e avaliação da estratégia, para que o movimento civil possa cobrar a sua implementação” (NAZRA, 2016, p 17). Para a organização, “a ausência de mecanismos claros de divulgação dos objetivos alcançados vem impedindo que a sociedade civil monitore adequadamente” (NAZRA, 2016, p 20). Além disso, a violência cometida por funcionários governamentais ainda não foi incorporada como parte desses documentos e ainda não é prioridade da discussão.

Outro problema citado no documento é a proposta de parceria do Conselho Nacional de Mulheres com a sociedade civil para a sua devida implementação, monitoramento e avaliação, pela experiência que possuem no assunto. O fato, segundo a organização, vem se mostrando cada vez mais difícil, perante as constantes pressões do Estado Egípcio aos movimentos, que vêm sendo fechados ou cooptados pelas agências estatais. Ademais, há a ausência de

transparência nos mecanismos de monitoramento, não sendo possível saber se os profissionais vêm sendo realmente treinados e que tipo de material os mesmos recebem nesses treinamentos. Não é possível conhecer os mecanismos usados para isso. Destaca-se, ainda, a dificuldade no acompanhamento e monitoramento da legislação no Parlamento.

Outra crítica à Estratégia deve-se ao fato de os relatórios produzidos pelo Conselho Nacional de Mulheres serem mensais ou semestrais, o que torna problemático e insuficiente o monitoramento pela sociedade civil. O único mecanismo de transparência se dá por esses relatórios, impedindo que outros atores sociais possam se engajar. Segundo a Nazra, esses relatórios deveriam ser produzidos de forma quadrienal, e por cada ministério envolvido na estratégia de forma individual, que poderiam publicizar essas informações em seus sites, onde as atividades estariam listadas em cronogramas online. É preciso levar em consideração, nesses documentos, as opiniões das sobreviventes a esses tipos de violência. Junto aos relatórios, deveriam ser organizadas conferências semestrais para a divulgação e acompanhamento dos resultados. Não há também a garantia da confidencialidade e privacidade oferecida às “vítimas”, nem mesmo um mecanismo de acompanhamento facilitado.

O envolvimento dessas agências extraestatais, deve ser prioridade, segundo a organização Nazra, que deveriam atuar junto ao Conselho Nacional de Mulheres, coordenando a elaboração dos referidos relatórios no Comitê de Monitoramento. A horizontalização da discussão da violência de gênero no país é essencial, mas apesar disso, tais iniciativas vêm sendo cada vez mais pressionadas e proibidas de atuar, com leis cada vez mais repressivas atualizadas por esse Estado. O depoimento a seguir confirma a ideia:

Apesar de no preâmbulo da Estratégia estar referido um grande envolvimento de toda a sociedade civil, o processo de implementação não deu oportunidade para que o movimento civil acompanhasse ou se envolvesse. Algo bastante contraditório, e isso reflete a ausência de mecanismos de transparência, o que o CEDAW tanto enfatiza. Ao mesmo tempo que a estratégia enfatiza a participação, não houve quórum do movimento civil, somente algumas ONGs, o que houve foi uma exclusão clara das organizações feministas, evidenciando que o próprio Conselho é uma ameaça para a incorporação desses valores (NAZRA, 2015).

Em contrapartida, algumas das etapas prometidas na Estratégia Nacional já foram alcançadas, de acordo com o relatório do grupo Nazra, como por exemplo, a criação de protocolos e guias médicos no atendimento às vítimas por médicas mulheres. Há 172 hospitais fazendo parte do projeto, através de uma parceria entre o Ministério da Saúde e Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA).

No que se refere à participação da organização Harassmap na elaboração da Estratégia Nacional, bem como frente aos posicionamentos do Conselho Nacional de Mulheres, em conversa com a diretora da organização, ela me afirmou que,

A Estratégia Nacional e a mudança no Código Penal, como reflexos da CEDAW, estão fora de nossa missão. Apesar de termos sido convidados pelo Conselho Nacional a participar dos encontros. As leis estão fora de nossos objetivos, queremos alterar a norma social, não sabemos como lidar com isso, então, não nos envolvemos. Eles não possuem boa relação com o movimento civil, mas possuem recursos infinitos que as ONGs poderiam usar. Apesar disso, são muito politizados e produzem relatórios que nunca satisfazem o movimento civil, o que acaba afastando ainda mais. Já ouvimos que o Conselho Nacional de Mulheres, assim como a Irmandade Muçulmana, em algum momento da Revolução, utilizaram uma de nossas campanhas como barganha política, mas isso é algo normal no Egito. Enfim, a Harassmap não se envolve com política, pois somos uma organização, não um grupo político, não nos envolvemos em questões fora do âmbito social (Rachel, diretora da Harassmap).

4.1.2.As Narrativas “Extraoficiais”

4.1.2.1.O Sistema de Parcerias Internas e Externas e a Unidade Safe Areas da Harassmap

As parcerias locais e os financiamentos internacionais mantidos pela organização Harassmap precisam ser entendidos nesse contexto de embates entre as narrativas oficiais produzidas pelo Estado egípcio e aquelas produzidas pelo movimento civil antiassédio sexual. Cujas direções influenciam diretamente as atividades desenvolvidas localmente pelos grupos. Dessa forma, a instituição Harassmap, possui conexões internacionais com os mais diversos financiadores, cujos projetos financiados são implementados em parceria com as organizações locais, que também combatem tal violência.

Desde a sua criação, a Harassmap recebeu financiamentos de cinco organizações, entre elas destacam-se a GIZ¹¹³ (alemã), a Global Fund for Women¹¹⁴ (norte-americana) e a IDRC¹¹⁵ (canadense). Os financiamentos recebidos atualmente pela empresa canadense são os responsáveis pela manutenção da Unidade Safe Areas da organização, anteriormente apoiada pela empresa alemã. A referida organização alemã possui fortes conexões com a Harassmap, devido à ligação mantida por Azza, cofundadora da Harassmap, que hoje é funcionária interna da empresa, no setor de parcerias locais, e é responsável pelo estabelecimento de projetos no país. Ao mesmo tempo, essa organização vem desenvolvendo inúmeros projetos juntamente ao governo, voltados para a agricultura e a incremento de renda de populações de regiões rurais

¹¹³ GIZ. **Site**. Disponível em: <<https://www.giz.de/de/html/index.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

¹¹⁴ GLOBAL FUND FOR WOMEN. **Site**. Disponível em: <<https://www.globalfundforwomen.org/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

¹¹⁵ IDRC. **Site**. Disponível em: <<https://www.idrc.ca/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

no Egito. Tal empresa vem buscando também desenvolver projetos ligados ao combate ao assédio sexual (Figura 52).



Após a Revolução Egípcia de 2011, de acordo com meus interlocutores e também ativistas no combate ao assédio sexual, começou a haver uma certa competição entre os grupos com relação aos projetos a serem financiados para a luta contra o assédio sexual. Como pode ser percebido em conversa que tive com Rachel, diretora da Harassmap,

A relação entre as ONGs é algo que a Harassmap tenta ficar fora, desde o início, uma vez que elas sempre se olham como competindo. A Harassmap não está interessada nessa tensão, e não vê esse movimento civil como uma competição, e por isso não nos envolvemos. Desde quando lançamos o Harassmap, tentamos ficar fora de toda essa competição, e assim construímos uma política interna aberta, em que o objetivo principal era o impacto. Nós poderíamos fazer cooperação com qualquer um, desde que tivesse impacto. Não importando se fosse o governo. O envolvimento que damos, depende da nossa missão e capacidade, se a ideia discutida faz parte da nossa missão, nos envolvemos, se não, a descartamos. Não fazemos cooperação, somente pela cooperação, queremos manter a comunicação aberta, vamos aos eventos, mas se não concordamos, não continuamos (Rachel, diretora da Harassmap).

Atualmente, os principais parceiros internos da organização, dessa “nova geração” mais atuante no combate ao assédio sexual, são: Cairo University, Nazra for Feminist Studies,¹¹⁷ Anti Harassment Movement (Ded El7rosh), BuSSy Project¹¹⁸, Egyptian Initiative for Personal Rights (EIPR), El Nadeem Center for Rehabilitation of Victims of Violence, Operation Anti Sexual Harassment and Assault (OpAntiSH), Tahrir Bodyguards, Imprint Movement (Harakat Basma) e WenDo (Tabela 5).

¹¹⁶ Apoio: GIZ e Ministério de Esporte e Juventude. Multa para Assédios: pense duas vezes em assediá-la. Existe uma lei para todos os tipos de *Taharush* e a multa vai de seis meses a cinco anos. Tipos: olhar, tocar, expressões faciais, online, masturbação, seguir, comentários e ligações.

¹¹⁷ Plataforma online, que recebe denúncias através do mapa.

¹¹⁸ Bussy é um grupo de teatro: através de monólogos reproduzem e criticam padrões de gênero, por meio de histórias coletadas e reproduzidas ao público. O grupo foi criado inspirado no “Monólogos da Vagina”, e a partir de estudantes da Universidade Americana do Cairo. Alguns de seus membros fazem parte do grupo Nazra e Harassmap, e outros fizeram parte do grupo OpAntiSh.

Tabela 5. Suportes institucionais indicados no site do Harassmap

Suportes institucionais	Instituição
Serviços legais	<i>El Nadeem Center For Victims of Violence and Torture</i>
	<i>Nazra for Feminist Studies</i>
	<i>Egyptian Center for Women's Rights</i>
	<i>Centre for Egyptian Women's Legal Assistance</i>
	<i>Helwan Foundation for Social Development</i>
	<i>Kilmitna For Dialogue and Development</i>
	<i>Hisham Mubarak Law Center</i>
	<i>Arab Law Office</i>
	<i>El Elaimy Law Office</i>
	<i>Women and Development Association</i>
	<i>Sahm Al Thiqa Foundation for Social Development</i>
	<i>Mobadiroon Foundation for Cultural and Media Development</i>
	<i>Horeyya Center For Human Rights</i>
	<i>Raswa for Human Rights Studies</i>
	<i>Raswa for Human Rights Studies</i>
<i>Al Sawahlya for Community Development</i>	
Advogados	<i>Taher Abul Nasr</i>
	<i>Mohsen Bahnasy</i>
Suporte psicológico	<i>El Nadeem Center For Victims of Violence and Torture</i>
	<i>Nazra for Feminist Studies</i>
	<i>Centre for Egyptian Women's Legal Assistance</i>
	<i>Helwan Foundation for Social Development</i>
	<i>Safe Kids Egypt (sexual rights and health awareness and education for youth and children)</i>
	<i>Women and Development Association</i>
	<i>Port Fouad Association for Child and Family Welfare</i>

Fonte: Site Harassmap.

No site da Organização Harassmap são listadas também as principais academias de ginástica e também parceiras da organização, que oferecem cursos de defesa pessoal especificamente para as mulheres (Tabela 6), como forma de disseminação de mecanismos privados de busca pela segurança pessoal, como analisado por Galan (2016, p. 12).

Tabela 6. Cursos de defesa pessoal indicados pelo Harassmap

Técnica	Instituição
WenDo	WenDo: Self-defense for women taught by women
Tae Kwon Doe	International Tae Kwon Doe Center
Kick boxing	Knock Out Zone/Fibers Club
MMA	Dragon Den
Diversas Técnicas	Champion Martial Arts Academy
Judô	Judo Home

Fonte: Site Harassmap.

Em uma das reuniões que pude presenciar no escritório da Harassmap, Mariam, da Unidade de Mídias, faz um questionamento à Iman, que se encontrava sentada no lado oposto da sala. Ela faz parte da Unidade Safe Areas e do Programa Safe Schools, atualmente também responsável pelo grupo Basma e Deed Taharush¹¹⁹. Mariam a pergunta quem seria o responsável pela Unidade de Mídia da Basma, e Iman prontamente levanta a mão. Nesta situação, pude perceber a interligação mantida entre os grupos parte do ativismo antiassédio sexual no Cairo. Destaca-se o fato de Basma e Deed Taharush darem treinamentos nas universidades junto ao Harassmap, programa coordenado pela Unidade Safe Areas da organização, através do Programa Safe Schools and Universities. Bem como realizam a conscientização das pessoas nos metrô do Cairo ocasionalmente, através da conscientização sobre os vagões femininos. O grupo também vai às ruas durante os feriados para evitarem incidências de assédio sexual (VIKIE, 2015, p. 27).

Sobre a relação de parcerias mantida entre a Harassmap e as iniciativas Basma e Deed Taharush, bem como com os suportes jurídicos e psicológicos fornecidos pelas ONGs Nazra, El Nadeem, Care e Cewla, na perspectiva dos ativistas da Harassmap:

Temos boas relações com todos, mas não nos envolvemos com o ativismo político, somente com o assédio sexual. Nós temos parceiros oficiais e que para isso concordam com algumas questões e os casuais, que chamamos ocasionalmente para algumas campanhas. Nazra por exemplo é um parceiro oficial por causa da linha de telefone que divulgamos para o suporte jurídico e psicológico. Temos outras ONGs cooperando, não importa se são voluntárias ou iniciativas, se possuem registro ou não, trabalhamos com todo mundo, dependendo do projeto (Kholoud, do setor de parcerias e financiamentos externos da Harassmap).

Apesar das cooperações, nós trabalhamos diferentes do grupo Nazra, apesar de cooperarmos em campanhas. Eles produzem alguns apontamentos ou comentários esporádicos, nós produzimos pesquisas. Eles trabalham com a questão política, nós não (Layla, responsável pela Unidade de Pesquisa).

A cooperação com outros grupos deve ser pensada em termos se ela terá impacto ou não, deve estar sempre sendo avaliada e se é possível a sua implementação. Não temos política de não trabalhar com alguém, somente avaliamos se vale a pena. Se a mensagem vale a pena, sim. Cooperamos bastante com Basma e Deed Taharush nas unidades, mas com campanhas fizemos parcerias com Nazra, Tahrir Bodyguard e OpAntiSH” (Mariam, responsável pela Unidade de Mídia da Harassmap).

Basma é um dos parceiros fixos que temos nos trabalhos nas universidades. Deed Taharush, também é bem próximo, pois um dos fundadores do grupo, trabalhou no Harassmap e treinava alguns de nossos voluntários no início. Muitos desses grupos vieram de pessoas que saíram do Harassmap, por isso a cooperação. A Harassmap não é tão avançada assim, se comparada as outras organizações não governamentais no país, ainda nem temos registro (Rachel, diretora da Harassmap).

¹¹⁹ Atualmente, o seu cofundador encontra-se nos EUA, mas o grupo permanece atuando, através de seus voluntários.

Durante a pergunta feita no escritório por Mariam a Iman, sobre as parcerias, aproveito o gancho da situação e questiono a existência também de parcerias com as chamadas (pelos ativistas do movimento antiassédio) “de ONGs mais tradicionais”, como a ECWR, New Woman Foundation, New Woman and Memory. Elas me respondem de imediato que desconhecem o trabalho de tais organizações, nem ao mesmo saberiam me dizer se estão ativas, pois segundo elas, “devem trabalhar com outras coisas”. Isso comprova o apontamento feito pela socióloga Helen Rizzo em um de nossos encontros,

Em alguns anos, esses pequenos grupos vão se tornar como essas “velhas gerações de ONGs”, cada vez mais burocratizados e trabalhando para isso. Esse é o grande problema. Para mim, depois da pressão da ECWR, as ONGs começaram a trabalhar com o assédio sexual, e assim passou a ser um assunto financiável. Para mim, não dá para separar a luta contra o assédio da luta contra a mutilação ou violência doméstica, são todas violências de gênero (Helen Rizzo).

Aproveito também para questioná-las sobre a presença do grupo Shoft Taharush e se teriam algum projeto com a Harassmap ou com as ONGs parceiras da Harassmap. Prontamente me afirmam que “o grupo não gosta de acordos, somente com o Conselho”. Perante esse constante equilíbrio dos movimentos sociais face à repressão estatal, algumas dessas organizações optam por uma maior cooptação ao Conselho Nacional de Mulheres, como as “antigas organizações”, outros, como a Harassmap, deixam de ser voluntários e passam a assalariar os seus profissionais, como maneira de fortalecer a sua estrutura interna, perante tais pressões. Por sua vez, aqueles como a Shoft Taharush procuram uma mediação entre a luta antiassédio sexual e a participação no jogo estatal. Isso contribui para que sejam estigmatizados pelo movimento antiassédio, como “braços estatais corruptos”, ficando ainda excluídos das principais parcerias e atividades. Em conversa com o grupo Shoft Taharush, seu fundador me afirmou que:

Para nós, qualquer ajuda faz a diferença, seja a polícia ou o governo em si. Claro que as delegacias têm problemas, claro que são assediadores, mas tudo bem, precisamos deles para mudar, precisamos fazer contatos com eles, para alterar para melhor. E com isso, claro que as ONGs não cooperam, não somos competitivas, mas não temos as mesmas visões, é difícil fazer todos lutarem por um mesmo ideal certo? Se Martin Luther King, durante tantos anos, não conseguiu, imagine as ONGs no Egito que lutam com os direitos humanos? (Mageed, fundador do grupo Shoft Taharush).

A escolha de tais grupos pelo Conselho Nacional de Mulheres se dá da seguinte forma, segundo Nairy, responsável pelo setor no órgão:

Nós as selecionamos pelo conhecimento que tínhamos das mais ativas no campo. Chamamos elas para discussão em determinados eventos e ficamos com as que consideramos na época as mais ativas e as que queriam efetivamente trabalhar conosco e com o Estado. Sabemos que algumas não admitem trabalhar com o Estado e outras servem mais de propaganda. Além disso, algumas não trabalham com questões políticas, somente sociais nesse campo, como elas mesmas dizem. Enfim, nós queríamos grupos com experiência nas ruas (Nairy).

A Harassmap evita parcerias com o Conselho Nacional de Mulheres, mas permite que seus funcionários realizem consultorias externas, como profissionais considerados por ela, especialistas no assunto. Evitam cooperações com organizações que são parceiras do órgão, apesar de aceitarem participar de conferências sobre o tema no país juntamente aos outros grupos, que evitam maiores relacionamentos em projetos (Figura 53).



Figura 53 Evento promovido pelas Nações Unidas, com a apresentação da Harassmap, Shoft Taharush e Dignity Without Borders

Fonte: Facebook, 2016.

Por sua vez, na opinião dos ativistas da Harassmap, o relacionamento entre a organização e o grupo Shoft Taharush se dá da seguinte maneira:

Não cooperamos muito com Shoft Taharush, não por conta das pessoas, mas pela mensagem que eles transmitem. Fazem um bom trabalho, mas têm muita relação com o Ministério do Interior, e dessa forma conseguem bastante coisa, o que é algo positivo, trabalhar com o governo. Esse é o grande problema, por trabalharem muito perto do Estado, eles têm estratégias que podem ou não usar. Outra questão que eles fazem, é colocar o termo em árabe para assediador para homens e “vítimas” para as mulheres, na forma da escrita, coisa que nós não fazemos. Enfim, usam diferentes mensagens. Eles também acusaram algumas garotas, em uns episódios, manipulando-as, em uma determinada situação, acho que eram suas voluntárias (Kholoud, do setor de parcerias e financiamentos da Harassmap).

Para mim, é ingênua a não cooperação, mas eles possuem diferentes visões. O grupo Shoft Taharush trabalha de forma diferente dos grupos atuantes, como Basma, Harassmap e Deed taharush. Eles analisam os problemas de forma diferente, o que, aliás, é bom para o movimento pois traz uma diversidade e criatividade nele. A Harassmap quer mudar a norma social, mas não necessariamente todos devem trabalhar assim, alguns acreditam que a pressão governamental tem mais efeito, nós não. Isso é bom, alguns lidam com a política e, outros, com a questão social (Rachel, diretora da Harassmap).

O posicionamento da organização Harassmap como a organização mais proeminente na luta antiassédio no país vem sendo repensado pelos seus próprios ativistas com o passar dos anos e com as crescentes repressões aos movimentos civis. Essa situação pode ser vista na postura tomada pela instituição, no lançamento de um relatório redigido em 2014, coordenado pelo grupo Nazra, junto a vários outros grupos também parte do ativismo antiassédio sexual.

Esse relatório foi organizado após as emendas governamentais realizadas no Código Penal, que inseriram uma definição mais completa do conceito de assédio sexual. O documento procurou questionar a ineficiência da emenda realizada e a ocorrência de inúmeros casos de assédios sexuais, novamente, durante a inauguração da presidência de Abdel Fattah El Sisi em junho de 2014. Dessa forma, solicitavam reformas imediatas no Código Penal, com definições ainda mais compreensivas das categorias, bem como a necessidade de criação de uma Estratégia Nacional que incluísse todos os órgãos governamentais e civis unidos para a resolução dos diferentes tipos de violência contra a mulher.

A organização Harassmap foi uma das 22 organizações que assinaram o documento. Segundo a antropóloga Abdelmonem (2016, p. 2010), essa assinatura foi um ponto crucial na reorganização de sua missão internamente, bem como no relacionamento mantido com os outros grupos locais. Essa situação gerou bastantes discussões internas e embates entre seus próprios ativistas na determinação do trabalho da organização e o quanto político ou social ele deveria ser. De acordo com os seus ativistas, “a solução não seria “atuar de dentro”, uma vez que o Estado tem uma longa história de cooptação do movimento”, fala de Mohamed, anterior funcionário da Harassmap e hoje diretor do grupo Deed Taharush. Por sua vez, para Ali, da Unidade Outreach, “a organização precisaria, sim, ter atuação política”, mas concordava com Mohamed pelo fato da colaboração com entidades governamentais ter levado à cooptação. Ao mesmo tempo, Ali demonstrava uma certa preocupação em ficar “em cima do muro”, entre as abordagens chamadas por eles de políticas ou sociais (ABDELMONEM, 2016, p. 212).

Essa nova postura passou a ser refletida nas unidades internas e nos programas da organização, buscando cada vez mais o elemento social de combate ao assédio sexual. Tal processo já vinha ocorrendo desde 2013 com a criação da Unidade Safe Areas e os seus programas internos, como por exemplo, o Programa Safe Schools and Universities, realizado em parceria com as organizações Basma e Deed Taharush. Fazem parte também da Unidade Safe Areas o Programa Safe Corporates e o Programa Safe Areas, este último foi o qual realizei a minha etnografia, acompanhando as atividades de gerenciamento dos pequenos estabelecimentos-parceiros da organização Harassmap.

A Unidade Safe Areas

A Unidade Safe Areas foi criada com os mesmos objetivos da Unidade Outreach, com o foco na criação de multiplicadores locais das ideias da organização, através da implantação de políticas adequadas às realidades locais. A unidade é dividida em três programas: Safe Corporates (SC), Safe Schools and Universities¹²⁰ (SSU) e Safe Areas (SA), e é coordenada por Mahmood, egípcio de cerca de 30 anos, engenheiro de telecomunicações e que desde 2013 atua como gerente da unidade, responsável pelo desenvolvimento dos programas, junto aos coordenadores de cada um deles. Tem experiência na área dos direitos humanos e participou como voluntário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Nações Unidas, criada em 1969, onde atuou especificamente em um projeto egípcio.

O Programa Safe Corporates (SC)

O objetivo do Programa Safe Corporates¹²¹ é a criação de empresas parceiras para transformá-las em locais de trabalho com “zero tolerância” à ocorrência de assédios. Cada empresa parceira recebe treinamentos, além do Manual Interno de Prevenção. A responsável pelo Programa, hoje, é Hala, egípcia de cerca de 25 anos que realiza parcerias com empresas de telefonia que possuem pequenas lojas espalhadas por todo o país, como a Vodafone e a Mobinil. Atualmente, somente a parceria com o UBER encontra-se ativa, e cada motorista parceiro recebe treinamento, aprendendo a reconhecer os tipos e definições do assédio sexual definidos por eles, a partir das pedagogias da organização: estatísticas e os principais mitos (Figura 54). Cada participante ganha um certificado de reconhecimento e um adesivo é colocado em seu carro, com a frase “Tome uma atitude positiva contra o assédio sexual”.

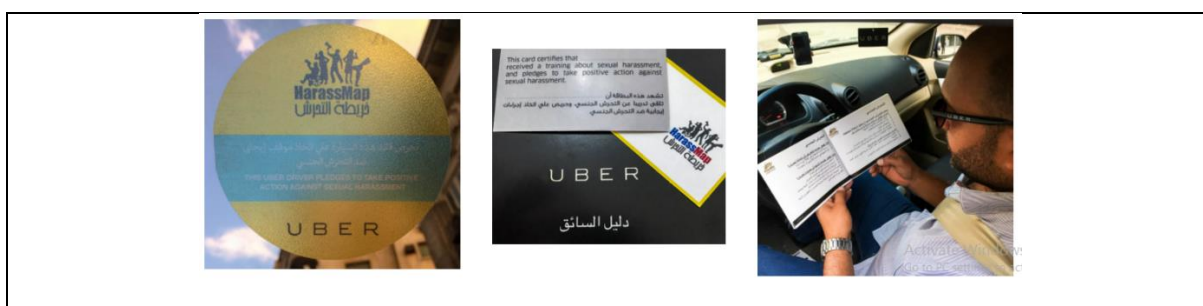


Figura 54 Parceria Uber – Harassmap

Fonte: Site Harassmap.

¹²⁰ HARASSMAP. What we do. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/safe-schools-and-universities/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

¹²¹ HARASSMAP. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/breaking-we-have-just-partnered-with-uber-to-fight-sexualharassment/>>.

Em conversa com minha interlocutora Kholoud, sobre a semelhança dos programas, ela me explica que,

A natureza do Safe Areas e do Corporates é bem diferente. São estabelecimentos e empresas maiores e assim, precisamos criar políticas mais severas, como o Uber, por exemplo. O intuito do Corporates é lidar com o público, mas também está ligado aos funcionários. A ideia é criar espaços seguros. Até mesmo os jeitos como os funcionários da Harassmap falam com cada área é diferente e mais formal (Kholoud).

O Programa Safe Schools and Universities (SSU)

O programa foi criado em dezembro de 2013¹²² e forma capitães entre os alunos das universidades espalhadas pelo Cairo, que passam a multiplicar as ideias da organização a partir dos treinamentos que recebem e das reuniões frequentadas. Dessa forma, os estudantes, professores e funcionários das escolas e universidades passam a funcionar como sujeitos mediadores dos valores Harassmap, que fazem essa conexão a partir de uma aproximação mantida com a organização e o Comitê Interno de cada universidade. Recentemente, foi desenvolvida pelo programa a Política Antiassédios Sexuais, na Universidade do Cairo¹²³, que funciona como um projeto-piloto e busca ser reproduzido nas diversas universidades no país (Figura 55).



Iman, egípcia de cerca de 25 anos, é a responsável pelo programa e trabalha na organização desde fevereiro de 2015. Formada em engenharia de ciências têxteis, gerencia o programa em escolas e universidades, além do recrutamento e treinamento de novos voluntários. Sua trajetória profissional no grupo Basma/ Imprint Movement, organização parceira da ONG Harassmap, desde 2013 atuando como responsável pelo recrutamento de voluntários, a capacitou na tarefa do planejamento de campanhas em instituições escolares ao

¹²² HARASSMAP. What we do. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/safe-schools-and-universities/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

¹²³ HARASSMAP. **SSU Handbook**. Disponível em: <http://harassmap.org/en/wp-content/uploads/2015/02/SSU_Handbook.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

redor do país, o que permitiu também uma maior cooperação e aproximação entre as duas organizações.

A adoção da Política Antiassédio Sexual na Universidade do Cairo foi resultado do trabalho de um seleto grupo de professores do Departamento de Língua Inglesa¹²⁴, além da cooperação realizada entre os movimentos antiassédio sexual caiotas (Harassmap, Nazra, Basma/Imprint movement e Women and Memory Forum), além da presença efetiva dos “multiplicadores-mediadores” desses valores: os funcionários e voluntários-estudantes da Harassmap. Com o objetivo de melhoria no monitoramento dos incidentes, foram nomeados para o Comitê 24 membros das faculdades, com uma unidade central, onde cada representante recebe o treinamento da organização. Além disso, existe um trabalho de treinamento contínuo e de campanhas de conscientização, apoiado em um sistema de suporte psicológico na Faculdade de Artes. Em conversa, Rabab, professora de Letras e parte do Comitê antiassédio da Universidade do Cairo, contou-me que,

O assédio sexual é social e está aumentando e se disseminando. Como acontece na sociedade, acontece também na universidade, como um reflexo, uma vez que a universidade é composta por membros da sociedade, e assim vemos inúmeros casos de assédios verbais no ambiente universitário (Rabab).

O fato impulsionador da criação da política deveu-se a uma estudante de Direito ter sido assediada no campus da universidade, fato que gerou grande repercussão na mídia, colocando em oposição o discurso de promoção da segurança estatal, via figura do reitor, frente a outros espaços alternativos de segurança, construídos pelos movimentos sociais. A posição tomada pelo reitor naquele momento, foi bastante criticada pelos ativistas, ao culpar a “vítima” pela sua vestimenta. Apesar disso, na opinião de Iman, responsável pelo programa, “esse incidente somente ajudou no trabalho do programa, pois evidenciou cada vez mais que o Estado não sabe lidar com o assunto e precisa da atuação do movimento civil”.

A proposta de criação do Comitê e da Política Antiassédio Sexual, após as pressões exercidas pelos ativistas sobre o reitor, perante o ocorrido, passou então a ser bem-recebida, sendo composta por um Alto Comissariado, comandado pelo reitor, e um Comitê Executivo, para o gerenciamento das normas¹²⁵. O Comitê é formado por sete membros e coordenadores de cada escola. Assim, cada faculdade pode fazer a denúncia em seu próprio setor, tendo dois coordenadores em cada, com o objetivo de evitar retaliações. Na fala de Maha, professora que é parte do Comitê:

¹²⁴ Hoda Sada, Maha Al Said, Walid Hamamsy, Lubna Yusuf, Shirin Abu Al-Naja e Hala Kamal.

¹²⁵ HARASSMAP. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/ar/cairo-university-anti-sexual-harassment-policy/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

O projeto consiste em explicar a eles a lei e focar mais na política criada localmente. Às vezes, temos casos em que as pessoas preferem fazer a denúncia fora do comitê, nas delegacias e respeitamos. Não podemos culpar o sistema educacional, é algo mais profundo, devemos culpar a cultura patriarcal (Maha).




Os funcionários gerais, da recepção ou secretaria, também são treinados pela equipe coordenadora do projeto, junto às organizações envolvidas, no intuito de receberem as denúncias de forma eficaz, sem que as “vítimas” sejam revitimizadas, conforme as diretrizes da DEVAW. São fornecidos dois treinamentos por ano com workshops, para os alunos, professores e funcionários, em que são explicadas as definições de assédio sexual, a lei, os procedimentos de intervenção, as denúncias, além das devidas punições para cada tipo de assédio, assim como as pedagogias da organização: as estatísticas e os principais mitos (Figura 56 Figura 57 Figura 58). Na fala de Rabab, “na política, temos nossas próprias definições, mas que tiramos das definições da Harassmap. Nós as adaptamos, foram eles que desenvolveram”.

		
<p>Figura 56 Ele me assediou/Você deve seguir as instruções da Política</p> <p>Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 57 Meninas bonitas devem sentar próximo/ Por que professor?</p> <p>Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 58 Treinamento feito pela Unidade Safe Universities na Universidade do Cairo</p> <p>Fonte: Facebook.</p>

A Universidade do Cairo foi a primeira a desenvolver esse tipo de norma no país e as suas diretrizes foram baseados nas leis do Conselho Supremo Universitário (Figura 59 Figura 60 Figura 61). Dessa forma, as organizações participantes tiveram que equilibrar diferentes discursos na criação de um consenso sobre as definições de assédio sexual, capazes de ser aceitas pelo referido órgão e pelo Estado.

O embate fica evidenciado na fala da socióloga Helen Rizzo, na medida em que “ir em escolas públicas e universidades é um grande desafio para esses grupos, por serem instituições do governo, onde o maior obstáculo é a permissão”. Pude comprovar isso também por meio da fala de minha interlocutora, Rabab, responsável pelo programa, para quem “a Harassmap

enfrentou o conservadorismo dos membros da universidade com a escrita da palavra “masturbação” (*tahara*), que segundo os professores responsáveis pelo comitê, aquilo acontecia, mas não precisava ser escrito”.

		
<p>Figura 59 Política Antissédio Sexual Fonte: Facebook.</p>	<p>Figura 60 Instruções para a denúncia Fonte: Fontoura, 2016.</p>	<p>Figura 61 Guia do estudante-voluntário Fonte: Fontoura, 2016.</p>

O Programa Safe Areas (SA)

A criação da unidade Safe Areas surgiu a partir de uma ideia de Kholoud, responsável pelos financiamentos, uma vez que um dos donos de uma cafeteria e parceiro da organização solicitou à Unidade Outreach um maior envolvimento por parte do estabelecimento no assunto, com atividades e treinamentos mais frequentes. O comerciante sugeriu então aos ativistas a criação de adesivos que identificassem a área como um “local seguro”. Assim surgiu a ideia da unidade, como informado por Kholoud:

O grupo buscava falar com instituições, indo nos restaurantes, mas não com o garçom, com o dono, para que ele assine a política e desenvolva internamente, através do acordo. Pelo contrato, o dono do estabelecimento deve treinar os seus funcionários, para que eles a implementem. Para que esse trabalho funcione, não é possível criar um vínculo local, fazendo apenas uma visita aos locais, não pode ir somente uma vez, e achar que as pessoas vão implementar, você deve monitorar, oferecer ajuda e gerenciar. Essa unidade tem um princípio bastante parecido com a unidade Outreach (Kholoud).

Apesar da Unidade Safe Areas ter surgido como parte da Unidade Outreach, o Programa Safe Areas procurou se desenvolver de maneira mais sistemática, pois com a experiência da organização percebeu-se que nem todas as pessoas deveriam intervir, uma vez que não teriam recebido o devido treinamento e, portanto, não estariam aptas para isso.

Enquanto na Unidade Outreach, através da presença do chamado “*bystander*”, todas as pessoas seriam enquadradas como tal e, portanto, deveriam intervir e reagir a qualquer

incidente, isto por sua vez, não é incentivado no Programa Safe Areas. Na fala de Zaynab, responsável pelo Programa, “quem tem o direito de intervir são os *staffs* (donos e funcionários) do estabelecimento, não os *bystanders*”. Em sua fala, ela promove uma diferenciação entre esses dois sujeitos mediadores dos valores da organização, separando aqueles que são considerados *bystanders* (pessoas que passam, circulam pelo local, testemunhas, espectadores ou clientes) e os *staffs* (quadro de funcionários do estabelecimento), que se distinguem pelo fato de os primeiros não terem recebido pela organização o devido treinamento, enquanto os segundos, sim. Dessa forma, o cliente não deve procurar se colocar em situação de perigo e reagir, pois não estaria numa condição justa para isso, segundo ela. Mas sim, deve chamar os funcionários que acionarão os ensinamentos adquiridos e a pedagogia recebida, para realizarem a devida atuação de forma adequada.

Zaynab, funcionária “*full-time*” da organização, é a coordenadora do Programa. Egípcia, de cerca 25 anos, formada em Letras, iniciou na organização como voluntária de Ali e capitã da Unidade Outreach na cidade de Ismaelia, coordenando o seu próprio time no local. Trabalha na organização há mais de um ano e se diferencia dos demais funcionários, pois mora com a mãe e o seu salário proveniente da organização, mantém a casa. É também treinadora de defesa pessoal para mulheres (WenDo) e retira a sua renda desses cursos que promove ao redor do Egito. Em um dos gerenciamentos nos estabelecimentos comerciais, em que a acompanhei, me contou o quanto a luta de defesa pessoal se tornou bastante útil em seu trabalho no Programa Safe Areas. Em suas palavras:

Agora eu sei como agir! Uma vez um cara pediu meu telefone e eu mostrei naturalmente os meus limites a ele e disse que eu estava dando o número, somente para fins profissionais, deixei bem claro os meus limites, e isso é muito importante. No Egito, somos ensinadas a ser “boas garotas” olhando para baixo, não olhando no olho, minha mãe nunca me disse isso, mas obtive essa mensagem de amigas e também dos assediadores. Acho que olhar para frente não é nada, depende da forma como você olha. Por exemplo, a forma como eu olho agora, eles nunca vão entender como consentimento ou abertura. Sempre olho de forma agressiva, depende do jeito como você olha, eu não olho do jeito “venha e me beije” (Zaynab).

Ela realiza as visitas aos estabelecimentos parceiros sozinha e me conta sobre as “brincadeiras” e assédios que vivencia de forma recorrente por conta do seu trabalho, mas que, segundo ela, sabe como lidar, e assim não tem medo algum. Contou-me, ainda, que caso perceba, pela atitude do gerente ou proprietário do estabelecimento, que aquele assunto não possui importância ou que são possíveis assediadores, procura então outros mecanismos de atrair a atenção, apresentando de forma imediata as estatísticas para evidenciar, em um primeiro momento, a gravidade do problema, ou então brinca com as justificativas para promover um clima mais leve no ambiente. Em alguns locais, onde essas estratégias não tiveram efeito,

segundo ela, evitou seguir adiante com a criação de parcerias, deixando claro aos donos o porquê da desistência.

A criação dessa unidade também está relacionada ao desenvolvimento do Programa das Nações Unidas, criado no ano de 2013, no Egito, chamado de “Safer Cities Program”, cujo objetivo era a promoção de áreas seguras para as mulheres no ambiente público (ABDELMONEM, 2016, p. 177). Suas diretrizes, assim como os valores transnacionais que circulam nesses programas, vêm sendo recriados e criativamente adaptados no Programa Safe Areas da Harassmap, na elaboração das chamadas “áreas de zero tolerância ao assédio sexual” ou as “safe areas” (*makan amin*), cujo sentido pode ser entendido na fala de Zaynab: “*makan amin*”, para nós, egípcios, está ligado à ideia de locais onde não há a necessidade de se ter medo ou temor a qualquer tipo de violência, não necessariamente a sexual, mas também roubos, furtos, terrorismo e tragédias.”

O programa atualmente não possui nenhum tipo de financiamento, apesar da organização receber fundos da empresa IDRC e, antes, da GIZ. Estes são direcionados para o Programa Safe Universities (SSU), como diz Zaynab:

O programa Safe Areas é o mais pobre dos programas dentro da Unidade Safe Areas, pois o financiamento que vem da IDRC se direciona somente ao Programa da SSU, que eles têm um maior interesse e paga também os funcionários da organização. Nem mesmo financiam o Programa Safe Corporates, como você deve saber, manter uma ONG é algo bem difícil, eu realmente não sei como eles me pagam e me dão recursos para as minhas atividades, pois o meu Programa não recebe recursos de nenhum financiador, ainda (Zaynab).

Dessa forma, o programa presta contas à unidade maior, Safe Areas, ao qual está conectado, a partir do envio de fotos dos gerenciamentos das parcerias. Este, por sua vez, envia o documento aos financiadores, na medida em que a organização presta contas periodicamente ao financiador dessa unidade maior, sobre os avanços e obstáculos na implementação dos programas localmente, na fala de Zaynab,

Eu realmente não sei nada sobre esse tal relatório para os financiadores, pois a responsabilidade do envio é de Mahmood, chefe da Unidade Safe Areas, o que sei é que ele, ao final de um determinado período, suponho que seja o seu “*deadline*”, nos pede fotos de nossas atividades, junta todo o material e envia a documentação ao financiador, mas não sei de detalhes (Zaynab).

O objetivo¹²⁶ do programa é a criação de ambientes públicos de “zero tolerância” ao assédio sexual, através do recrutamento de pequenas empresas, como cafeterias, bares, restaurantes e bancas de jornal, que se tornam parceiras a partir de um acordo verbal e de um Manual Interno, em que são apresentadas as principais estatísticas do assédio sexual no Cairo

¹²⁶ HARASSMAP. Safe areas. **Site**. Disponível em: <<http://harassmap.org/en/what-we-do/safe-areas/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

(com base nos relatórios produzidos pela ECWR, em 2008, Nações Unidas, em 2013, e pela própria organização Harassmap, em 2014). Além disso, há as principais definições de assédio sexual construídas pela organização, os tipos de assédio, as leis egípcias existentes sobre o assunto, bem como os principais mitos e penalidades. Na referida política estão dispostas quatro condições de assédio nesses tipos de estabelecimentos, o chamado “relacionamento dois a dois” com os devidos procedimentos e penalidades para cada caso: cliente- cliente, cliente-empregado, empregado-empregado, empregado-cliente.

A missão é trabalhar com pessoas que possuem localizações fixas, com comércios de até no máximo dez funcionários e forte interação no cotidiano do lugar. Acreditam os seus ativistas, ser possível promover mudanças efetivas na mentalidade local, porque veem os exemplos como contagiosos, por serem pessoas conhecidas e com credibilidade na área. Ao reagirem, dão um maior suporte às “vítimas”. O referido programa deve ser coordenado pelos donos do estabelecimento, sendo os responsáveis por repassarem os ensinamentos adquiridos aos seus funcionários. No entanto, a partir da atuação desses sujeitos-mediadores, as pedagogias da organização alcançam outras arenas e são multiplicadas também na comunidade de entorno dos estabelecimentos, via clientes.

Através da criação de parceiros ativos e conhecidos nas comunidades – que chamo de “multiplicadores-mediadores” (Zaynab, donos dos estabelecimentos e funcionários) e assim por diante, esse capital linguístico é estrategicamente disseminado, por meio de narrativas que buscam construir “locais seguros” ou “áreas onde não há o que temer”. Assim como na Unidade Outreach, no Programa Safe Areas, os treinamentos são dados em etapas, para que a pedagogia seja transmitida gradativamente, de “dentro para fora”, ensinando e atualizando os diferentes tipos de assédio sexual, abordando como intervir nos incidentes. É notada ainda nsss trinamentos, a importância da presença de testemunhas para a realização de denúncias nas delegaciais. Após essa etapa, o estabelecimento recebe o adesivo (Figura 62), que é colocado em uma área de grande visibilidade, indicando que o local é uma área segura e de “zero tolerância aos assédios sexuais”.



Figura 62 Local seguro: este local não admite assédios. Envie uma mensagem com os detalhes e o local onde o assédio ocorreu.

Fonte: Fontoura, 2016.

O programa consiste na realização de quatro visitas aos estabelecimentos-parceiros, primeiramente para a apresentação da organização, discussão do projeto e prospecção, no intuito de medir a recepção do assunto no local. Após a apresentação do programa, é feito o acordo verbal. Em seguida, os integrantes marcam o treinamento no estabelecimento, para a próxima visita. É distribuído, junto com o treinamento, um Manual Interno de Apoio do Programa. Por fim, o local se torna parceiro. Após isso, a organização passa a gerenciar a ocorrência de acidentes ali, através de visitas periódicas, das quais tive a oportunidade de participar durante o meu trabalho de campo. Por fim, é realizada a etapa *mystery shopper*, momento em que os funcionários da ONG fazem uma visita inesperada ao local, como consumidores, para observar incidentes de assédios e no intuito de verificar se estão agindo conforme o treinamento dado e as diretrizes do Manual. A ideia é de que o visitante, ao ver o adesivo, procure questionar o seu significado, pergunte informações sobre o programa e as opiniões do estabelecimento. Dessa forma, os “funcionários” procuram identificar de forma secreta se os locais e lojas estão colocando em prática os itens acordados.

Atualmente, o programa conta com a parceria de sete estabelecimentos comerciais e que se encontram em estágios de treinamento diferenciados: alguns já obtiveram o adesivo ao terem concluído as etapas, enquanto outros ainda recebem visitas semanais, na busca de iniciar parcerias (Figura 63Figura 64Figura 65). Os estabelecimentos escolhidos já são previamente conhecidos pelos funcionários da ONG de outras unidades, que os indicam à Zaynab. Tais locais geralmente estão no centro do Cairo (West el Balad) e em Zamalek.

Pude visitar alguns deles juntamente a Zaynab nesses dois bairros e foi onde pude perceber como as pedagogias da organização são transmitidas na prática.

Um deles era uma cafeteria, que já possuía o adesivo do grupo e foi o primeiro a ser treinado pelo programa. E durante o seu gerenciamento por Zaynab, quando percebeu a ausência do adesivo, que reconhece o local como área segura, ela de imediato questionou o responsável pelo local, sobre a continuidade dos acordos. Prontamente, o mesmo afirmou que ele teria caído com o tempo, mas que não havia sido retirado. Apesar disso, descrente com tal explicação dada pelo comerciante, Zaynab logo se decidiu a excluí-lo do programa. Nesse momento, pude perceber as dificuldades enfrentadas nesse processo de mediação realizada pela organização.

		
<p>Figura 63 Gerenciamento das parcerias</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>	<p>Figura 64 Adesivo colado no estabelecimento parceiro</p> <p>Fonte: Site Harassmap.</p>	<p>Figura 65 Conversa com estabelecimento-parceiro</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>

O segundo estabelecimento visitado era outra pequena cafeteria, e fomos recebidas por uma simpática menina, que fez questão de nos mostrar os adesivos e panfletos da organização, que se encontravam expostos nas mesas do estabelecimento, em posições de destaque na recepção. Na ocasião, falou-se sobre a marcação do treinamento no local e mais alguns adesivos e informações foram distribuídos para a gerente.

O terceiro local em que estivemos nessa visita, por sua vez, foi o Café Sufi, local bastante frequentado por estrangeiros e estrangeiras. Porém, ao entrarmos, fomos informadas pelo gerente do local que o mesmo era muito ocupado e que portanto, não tinha tempo para treinamentos, sendo mais um excluído do programa.

Em um outro gerenciamento realizado posteriormente (Figura 66, Figura 67 e Figura 68), em um dos locais visitados, fomos informadas de que o responsável pela banca de jornal, estava viajando e não nos quis informar a data de sua volta, marcando uma outra visita posteriormente.

		
<p>Figura 66 Recepcionista do estabelecimento-parceiro</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>	<p>Figura 67 Dona do estabelecimento - parceiro</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>	<p>Figura 68 Restaurante parceiro</p> <p>Fonte: Fontoura, 2016.</p>

Nos outros dois locais, uma cafeteria e um restaurante localizados no centro do Cairo, apesar de haver inúmeros adesivos colados nas paredes do estabelecimento, fomos bastante assediadas pelos seus funcionários. No momento em que pedimos para tirar foto dos ambientes, bem como dos seus funcionários posando junto aos adesivos, os explicamos de sua necessidade e de que serviam de comprovação para a devida prestação de contas à Unidade Safe Areas e desta ao financiador. Após aceitarem a ideia, solicitaram que saíssemos nas fotos de seus celulares, junto com eles. Isso, para Zaynab, se configurou como um assédio, que prontamente reagiu informando-os que aquilo não era uma “atitude correta” e sim um assédio sexual. Mas apesar do incidente não excluiu o estabelecimento.

Esse tipo de incidente se dá de forma recorrente com minha interlocutora durante os gerenciamentos nos estabelecimentos-parceiros e na criação de novas parcerias. Fato que evidencia novamente, a grande dificuldade de mediação e adequação dos discursos da organização Harassmap nesses locais.

O assunto, muitas vezes, não é levado a sério pelos donos dos locais, onde se supõe, segundo a minha interlocutora, que ao serem treinados, deveriam reproduzir e multiplicar os ensinamentos adquiridos aos seus funcionários, o que de fato não acontece. Tal situação, dificulta a transmissão dessas ideias a um público mais amplo, como as comunidades no entorno do estabelecimento ou até mesmo os clientes que frequentam o local. O que pude perceber é que os funcionários, a partir dos treinamentos, deveriam funcionar como “mediadores-multiplicadores” por serem entendidos como figuras bastante importantes, pelo contato direto que mantêm com o público.

Dessa forma, a organização vem buscando excluir alguns de seus parceiros apesar de já terem sido treinados. Mas que, no entanto, não mantêm a ideia construída pela organização do que é ser considerado uma *safe area*. Atualmente, cerca de quatro parceiros foram retirados do programa pelo fato de não estarem implementando a visão da organização, bem como as diretrizes do Manual Interno do Programa, que recebem após os treinamentos.

Conforme informado por Zaynab, esses estabelecimentos foram excluídos após algumas visitas de gerenciamento, o que ela chama de “*follow up*”. Na atividade chamada de “*mytery shopper*” foi verificada a permanência de assédios sexuais ocorrendo nesses locais, como pode ser visto na fala de Zaynab:

Nós não fomos injustos com as exclusões desses “antigos parceiros” em minha opinião, pois imagina o que as pessoas pensariam da organização Harassmap caso vivenciassem ou vissem uma situação de assédio sexual em um local considerado por nós como uma *safe area*? Apesar de perdermos o “parceiro”, que na verdade não foi em momento algum “parceiro”, de fato perdemos mais um, mas por outro lado, podemos ganhar a confiança dos outros parceiros e de nosso público (Zaynab).

Em um dos estabelecimentos, Zaynab presenciou ainda uma estrangeira ser assediada por um egípcio enquanto saía do local e o homem entrava. Ele a chamou de “mel”. Conforme a minha interlocutora, essa expressão deveria ser considerada um assédio pelos funcionários que, apesar disso, viram o incidente, mas não fizeram nada.

Um outro local foi excluído, pois verificaram que os donos da banca de jornal haviam retirado alguns dos pôsteres que estavam pendurados anteriormente. Tal situação foi entendida pela funcionária como uma opção pela exclusão. Outros dois locais foram também excluídos por questões políticas, como o estabelecimento Cultural Center, devido a problemas com o governo. Ao serem fechados pelo Estado, a parceria com o programa da Harassmap foi consequentemente interrompida.

Em um outro local, houve a exclusão devido à localização do comércio, que ficava entre dois *checkpoints*, um da polícia e outro do exército. Isso se explicava pelo fato de o estabelecimento ficar próximo ao Ministério do Interior. Perante as dificuldades enfrentadas para o devido gerenciamento, bem como os procedimentos para adentrarem na rua, os ativistas da Harassmap optaram por sua retirada do programa.

Zaynab funciona como mais uma mediadora dos valores da organização Harassmap, através dos programas desenvolvidos no Programa Safe Areas com esses estabelecimentos comerciais. Com a sua simpatia e simplicidade na forma de abordagem, ela acaba produzindo discursos bastante informais sobre o conceito de assédio sexual, cujos sentidos são remoldurados por ela em campo, nessa interação com os comerciantes. Isso permite uma maior aproximação da discussão da organização Harassmap com o seu público-alvo de fato. Esse

processo é possível através de uma manipulação de diferentes linguagens sobre o assédio sexual: transnacionais (estabelecidos nas convenções internacionais) e locais (produzidos pelo Estado bem como, pelas ONGs).

Essa situação pode ser vista, por exemplo, em uma de minhas participações em seu trabalho de gerenciamento nas ruas. Enquanto conversamos, indo para um dos locais, Zaynab, na ocasião, procurou refletir sobre os incidentes de assédio sexual em meu país e no Egito, bem como no resto do mundo. Para ela, tais incidentes ocorreriam em qualquer lugar, não sendo uma especificidade do Egito, somente. Dessa forma, percebo que ela coloca tal situação como parte de um problema transnacional, que ocorre “aqui e lá”, como fazem também as convenções internacionais e o Conselho Nacional de Mulheres. Nesse sentido, os assediadores e também as “vítimas” passam a ser vistos como figuras recorrentes em qualquer lugar, e o problema, como algo disseminado. Dessa forma, os incidentes em seu país não seriam entendidos por ela como uma peculiaridade do contexto egípcio, que seria somente mais um local onde essa situação ocorreria.

Percebo que tais perspectivas se refletem diretamente em seu trabalho e na forma de apresentação do problema aos parceiros, quando os informa sobre os estudos estatísticos existentes e a quantidade de mulheres assediadas no país. Também quando fala das principais justificativas usadas pelas pessoas para os incidentes. Zaynab, dessa maneira, fabrica o conceito de assédio sexual não como uma adversidade egípcia, mas sobretudo como um “problema daqui e de lá”. Em sua fala:

O assédio é assédio em qualquer lugar, tanto aqui no Egito quanto em qualquer outro lugar, e o assediador é assediador em qualquer lugar. As pessoas assediam porque acham que são melhores que você, fazem isso como uma forma de colocar ela abaixo de alguma maneira. E nos assediam porque acham que somos melhores que eles de alguma forma (Zaynab).

Aproveito tal gancho para perguntá-la sobre a definição e a essência do conceito de assédio sexual que ela emprega e aplica em suas explicações aos comerciantes. Questiono se esses termos e vocabulários usados pela Harassmap, bem como pelo Estado e por outras organizações egípcias parceiras da referida organização, possuem alguma vinculação ou associação com os chamados direitos humanos femininos estipulados nas convenções internacionais sobre a mulher, como a CEDAW. Aproveito para perguntar se ela e os outros ativistas da Harassmap conhecem e falam desse tratado nas reuniões. E ela me responde da seguinte maneira:

A Harassmap, de fato, não trabalha com essas questões mais gerais de direitos humanos femininos, somente com o assédio sexual, acho que é isso. Eu conheço a Cedaw e eles também, claro! Mas sinceramente, eu não sei se usamos a definição internacional. Mas pelo que ouvi das palavras de Mariam, a sueca da Unidade de

Mídia, ela e a diretora Rachel procuraram aproveitar várias definições que existiam, locais e internacionais para a criação da nossa própria definição de assédio sexual, a da Harassmap. Pelo que sei, não traduzimos nenhuma versão literalmente de lugar nenhum, mas sim reunimos todas elas, e assim construímos a nossa própria concepção do que é considerado um ato de assédio sexual no Egito. Para mim, o que a Harassmap fez, portanto, foi adaptar o que a ONU produziu e recriá-la aqui. Eu não sei muito bem se essa ideia de construção de áreas de zero tolerância é importante para ONU. Mas sei que em todas as nossas unidades e programas usamos essas ideias, faz parte da nossa missão (Zaynab).

Em sua fala, é possível perceber nitidamente a existência de um processo de intermediação dessas doutrinas internacionais no Egito, que se dá através do ativismo antiassédio sexual, e que é feito no trabalho realizado por esses ativistas, como Zaynab. Por intermédio dos projetos desenvolvidos pela Harassmap, tais valores reconhecidos internacionalmente se movem por meio de um fluxo de comunicação transnacional estabelecido entre as ONGs de combate à violência sexual. Estes, por sua vez, traduzem e fabricam novas concepções de assédio sexual nos contextos em que se estabelecem. Dessa maneira, tais concepções passam a ser compreendidas, circunscritas e, como consequência, adaptadas às diversas conjunturas e cenários que chegam.

Portanto, apesar de minha interlocutora declarar que as concepções “mais gerais de direitos humanos femininos” não seriam pertinentes para a organização Harassmap no combate ao assédio sexual, tais conceitos são indiretamente adaptados e ressignificados pela referida organização. Sobretudo, através da comunicação mantida entre o grupo com as organizações locais parceiras, bem como entre a Harassmap e o financiador externo. Essa relação é mediada pelas instâncias governamentais, que também produzem seus próprios discursos sobre o tema. Nesse sentido, através da fala de Zaynab, percebe-se como essas perspectivas padronizadas internacionalmente movem-se de forma transnacional e são acionadas pelos ativistas da Harassmap, que passam a iluminar tais noções mescladas às metáforas egípcias. Assim, passam a ganhar novas colorações locais.

Dando continuidade ao nosso diálogo, enquanto caminhávamos em direção a um dos estabelecimentos parceiros, a interpelo sobre como ela apresenta e esclarece tais saberes e sentidos aos comerciantes. Inclusive procuro saber como ela, na prática, os explicita a esses sujeitos, e os informa sobre a maneira como devem fazer para reconhecer e distinguir tais casos – portanto, passem a detectar certas circunstâncias como efetivamente um assédio sexual. Além disso, pergunto como fazem para presumir quais condutas empregadas pelos agressores devem ser avaliadas e interpretadas como ofensas, e de que maneira os interventores são ensinados a conceituar esses feitos como insultos aos seus clientes, por meio de concepções hierárquicas abstratas entre si, oferecidas pela Harassmap e pela legislação egípcia. Indago-lhe, precisamente,

sobre os procedimentos realizados pelos interventores de conciliação e consensualização de tais noções no ambiente de seus comércios. De maneira perspicaz, ela responde aos meus questionamentos, da seguinte forma,

Com a criação das safe areas, não queremos “proteger” todo o grupo desses direitos femininos, mas somente o “direito do corpo” contra as agressões sexuais nesses locais: os comércios. Não queremos passar nenhuma ideia de proteção, pois o que transmitidos é que os homens são iguais as mulheres. Queremos por outro lado, passar a ideia de que as intervenções devem ser positivas, uma atitude legal, assim a pessoa deve intervir e não proteger a pessoa assediada (Zaynab).

Mais uma vez, na sua fala, ela retoma as ideias de direitos humanos femininos para evidenciar que o objetivo da organização não é assegurar que todo o grupo desses valores internacionais seja “protegido” no contexto egípcio, mas sim, sobretudo, o chamado por ela de “direito do corpo”. Esse deve ser o mais importante e é também a base da missão da organização Harassmap, bem como a ideia de atitude positiva dos interventores parceiros, que chamo de multiplicadores.

Dessa forma, segundo ela, esse direito deve ser preservado na chamada “área segura”, e os responsáveis por isso são aqueles indivíduos treinados pela organização. Portanto, autorizados por ela a operá-lo e a saberem identificar os limites desse direito frente ao que é considerado por ela - Harassmap - como aceitável ou um insulto/ofensa. Através desse processo são autorizados a agirem tal como atuam os chamados “operadores do direito” que, por sua vez, são autorizados pelo Estado. Esses indivíduos, dentro de espaços privados, passam a exercer funções de juízes, na determinação de sentidos e do que pode ou não naqueles limites.

Pude perceber, através de um maior contato com Zaynab, que os próprios ativistas da organização reconhecem que os limites do que é percebido pelas pessoas como assédio ou não, e do que deve ser considerado direito ou não, variam. Veem que há uma necessidade de construção das definições do que deve ser considerado de fato um assédio sexual e do que deve ser entendido como direito do corpo ou não. Na fala de Zaynab, percebo nitidamente que a categoria de assédio sexual manipulada pelos ativistas da Harassmap aparece muitas vezes, colocada em oposição à concepção de direitos, uma vez que o que ocorreria com a pessoa agredida ao ser tocada ou molestada por outro lado, significaria uma ultrapassagem de determinados limites, bem como uma contrariedade às noções de direito, que reconhecem existir naquele local. Ao mesmo tempo, ambas as ideias aparecem acionadas de forma concomitante, em suas falas, demonstrando que precisam uma da outra para que esses “juízes da Harassmap” ou os “donos da palavra” percebam o cenário como de fato um assédio sexual.

Dessa forma, os multiplicadores da Harassmap produzem então uma síntese entre os valores da organização, aqueles dados pela cultura egípcia, e os que são oferecidas pela legislação local. Para que a ideia transmitida no Programa Safe Areas de fato funcione e que esses sujeitos atuem efetivamente conforme a organização espera, a transmissão da pedagogia Harassmap é essencial. Através dela, esses sujeitos passam a acreditar que as suas ações são realmente necessárias e indispensáveis, na medida em que são entendidos como a autoridade máxima do local. Isso somente é possível quando passam a acreditar que tais ações são atitudes legais e corretas.

Quando questiono Zaynab sobre a autoridade dada a esses sujeitos dentro dos estabelecimentos em que são os seus próprios donos, pergunto o que, de fato, ela faz para que sejam persuadidos a aceitarem a parceria e o que ganham em troca. Em sua explicação, ela problematiza o significado da ideia de proteção. Segundo ela, os valores que a organização busca transmitir com os seus projetos são de suporte: um sujeito que intervém e reage a um incidente de assédio sexual, ao ver uma outra pessoa sendo assediada em seu próprio estabelecimento, está suportando e assegurando o seu direito ao corpo. E ele não deve pensar em protegê-la, pois essa não é a sua função.

Ela me explica, ainda, que querem transmitir não o sentido de cuidar e de tutelar a pessoa agredida nessas áreas seguras, como a figura de um herói, conforme na imagem do Estado ou da figura policial ou paterna, mas que reconheçam que homens e mulheres possuem direitos iguais a terem os seus corpos preservados. Portanto, esses indivíduos têm autoridade, sim, segundo ela, mas até certos limites, pois são entendidos como iguais.

Nesse sentido, percebe-se que apesar da organização buscar uma horizontalização da discussão do assédio sexual em esferas privadas, ao autorizar determinados sujeitos treinados a intervir, mesmo que a pessoa agredida não se manifeste ou demonstre insatisfação com o incidente, bem como ainda que a organização evite transmitir uma ideia de tutela sobre homens e mulheres. O grupo acaba retirando a capacidade de ação dessas “vítimas”, pelo fato de não serem treinadas, podendo, muitas vezes, ser colocadas em situações de reais riscos, o que o grupo, de fato, repudia. Dessa forma, a organização autoriza somente os chamados *staff* do estabelecimento, pois são pessoas entendidas por eles como devidamente capazes de intervir, os reais “donos da palavra” (SIMIÃO, 2005, p 155). Ao mesmo tempo, são sujeitos multiplicadores dessa moralidade transmitida pela organização em outros espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender os diferentes processos de construção da categoria assédio sexual no Cairo, Egito, através de uma etnografia realizada durante oito meses na ONG Harassmap. A pesquisa focou na análise das formas pedagógicas pelas quais seus ativistas - idealizadores, funcionários e demais colaboradores/parceiros - produzem, transmitem e circulam diferentes gramáticas sobre a violência de gênero de “dentro” e “fora” da instituição, sobretudo através da produção de documentos, de materiais de divulgação e de ação direta nas ruas e junto às comunidades.

Ao longo deste trabalho, procurei entender tais ativistas como mediadores culturais. Em seus discursos e práticas *na* e *a partir da* Harassmap, eles mobilizavam e se apropriavam das ideias sobre gênero, feminismo e direitos humanos e das mulheres que circulam globalmente, produzidas por agências como a ONU, por exemplo, transformando-as e traduzindo-as localmente, a partir das distintas questões colocadas no contexto egípcio. Desse modo, por meio de uma tradução cultural, interpretação e negociação, tais mediadores promovem uma conexão entre as dimensões locais e os sistemas mais amplos.

Com isso, busquei examinar como tais relações de mediação também se dão através do sistema de parcerias estabelecido entre a Harassmap e seus financiadores internacionais, bem como com as outras ONGs egípcias que atuam na temática e com o Conselho Nacional de Mulheres, representante governamental neste campo. Destaca-se, ainda, que tais organizações se encontram igualmente embebidas pelos valores disseminados nas Convenções Internacionais de Combate à Discriminação e à Violência de Gênero (CEDAW e DEVAW), algo que influencia o delineamento interno desse ativismo.

Com a disseminação transnacional do discurso de direitos humanos femininos, o governo egípcio (como ocorreu em outros países da África e Oriente Médio) iniciou uma série de comprometimentos locais para a melhoria da “situação da mulher”. Sua maior expressão foi se posicionar como signatário da Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. Criou, posteriormente, como parte desse empreendimento, o Conselho Nacional de Mulheres, instância governamental responsável pelos cumprimentos das diretrizes internacionais no Egito. Aos poucos, com o combate à violência doméstica e à mutilação genital, o órgão passou a fazer alianças entre as organizações sociais locais de luta contra a violência de gênero. Com o tempo, perante os procedimentos de legalização de tais ONGs, cada vez mais repressivos e dificultosos, esses grupos passaram a se aliar ao governo e a cooptar à instituição, para que assim se mantivessem, ao menos, funcionando.

Desde 2005 e 2008 o assunto já vinha sendo foco de discussões locais a partir de manifestações, bem como neste último ano, a discussão foi intensificada com o julgamento do primeiro caso de assédio sexual no país, que contribuiu para uma maior organização desse movimento. No entanto, com a Revolução Egípcia de 2011, o assunto sobre a violência sexual no país ganhou de fato, grande visibilidade internacional, com a publicização dos casos de assédio e estupro coletivos ocorridos durante as manifestações na Praça Tahrir. Foi quando, novamente, os grupos de combate à violência sexual voltaram a pressionar o Estado para a alteração da legislação egípcia relacionada a temática e novos embates foram criados entre tais agências.

Todavia, como foi mostrado no decorrer desta dissertação, aos poucos, um grupo de organizações que combatem especificamente o assédio sexual foi se estruturando, procurando se separar cada vez mais dos chamados grupos “tradicionais”, os quais eram entendidos por essas organizações como cooptados pelos interesses governamentais e, portanto, pouco confiáveis e eficazes. Dessa forma, pude perceber que existe uma tensão nesses movimentos, entre os grupos que se aproximam do Estado e aqueles que preferem um maior distanciamento em sua atuação, como é o caso da Harassmap. Assim, tais organizações passam a promover uma maior atuação em comunidades e em esferas privadas, como alternativa. Penso, contudo, que tal análise oferece pouco entendimento do que efetivamente se passa nessas retóricas e embates se dividirmos tais questões de combate ao assédio sexual em sociais e/ou políticas. Isso porque tais processos se mesclam e embaralham-se repetidamente no ativismo antiassédio sexual.

Analisando essas redes, propus outras distinções que me pareceram mais pertinentes para a sua devida compreensão. Atualmente, o movimento antiassédio sexual egípcio revela-se dividido, a partir das parcerias estabelecidas pela organização Harassmap. Essa ONG é entendida, no presente trabalho, como elemento central dessa teia de tensões e competições que hoje vive o movimento e por isso a chamdo de “órbita Harassmap”.

Essa divisão se dá entre aqueles que realizam o suporte jurídico e psicológico das denúncias que chegam à Harassmap, mas que apesar disso trabalham também com outros tipos de violência de gênero e com discussões políticas (El Nadeem, Nazra, CEWLA, CARE). Nesse sentido, apesar de a Harassmap não discutir tais questões, tais discussões feitas por outros grupos colabores não é tratado como um impeditivo para o estabelecimento da parceria de fato entre eles. Essa cisão também se reflete em iniciativas menores, a partir do combate em esferas privadas e não políticas e que por sua vez, elaboram e participam dos projetos com a Harassmap,

os quais acontecem principalmente nas ruas, transportes públicos e universidades (BASMA, Deed Taharush).

A organização Shoft Taharush também faz parte desse movimento de combate ao assédio sexual. Porém, diferente das referidas organizações que a Harassmap procura realizar parceria, tal grupo mantém-se excluído dessas conexões pelo fato de buscar conectar a luta antiassédio sexual para além do âmbito social, mas também através de uma participação no jogo estatal. Para isso, dedica aos seus projetos na realização de pressões sobre a legislação, ao mesmo tempo em que atua em comunidades. Tal grupo foi resultado de um desmembramento das instituições ACT e Fouda Watch, criadas nos anos 90, juntamente às chamadas “ONGs tradicionais”, e possuem estreitas relações com o Conselho Nacional de Mulheres. Tal segregação pode ser explicada perante os seus posicionamentos tomados. Isso se deve ainda, a sua filiação e origem, bem como pelo fato de ser entendida pelos ativistas dessa parceria com a Harassmap e pela instituição, como bastante controversa e a sua atuação é fortemente criticada por eles.

Como demonstrado, tais organizações trabalham em redes que ligam ativistas de diferentes partes do mundo no combate à violência de gênero, e essa conexão se dá através da presença do financiador externo. Essa tendência faz parte de um projeto transnacional que guia fluxos de atividades e projetos de forma padronizada, por meio de linguagens estatísticas, relatórios, mapas e testemunhos que são disseminados para países em desenvolvimento. Tais ferramentas são incorporadas pelas organizações locais e acionadas por elas em suas lutas, como forma de legitimidade, e passam a funcionar como “mediadores não humanos” desses valores transnacionais. Estes, por sua vez, transmitem saberes sobre as definições de violência de gênero e direitos e são utilizados localmente pelos ativistas (mediadores humanos) para resignificarem tais valores. Isso se dá por meio de negociação de sentidos, em diferentes linguagens e gramáticas, onde há uma necessidade inerente de tais grupos elegerem determinados assuntos internos como “problemas financiáveis”. Ao mesmo tempo, para “agradarem o financiador”, essas organizações precisam sistematizar seus programas e unidades internos, bem como se mostrar cada vez mais burocratizadas e profissionalizadas. O intuito é se tornarem reconhecidas como aptas para o recebimento dos recursos financeiros e habilitadas para o combate ao problema (HOFFMAN, 2008, p 145).

O ponto central deste trabalho se direcionou a uma análise do que chamo de “pedagogia Harassmap”, transmitida de “dentro para fora” da organização. Tal processo ocorre a partir de uma definição de assédio sexual que é oferecida pela organização aos seus funcionários e voluntários, com um Manual Antiassédio Sexual, em que determina os sentidos de tal violência.

As gramáticas em questão são transmitidas então “para fora” da organização por meio do que é classificado como ativismo online (através do mapa do assédio sexual no Egito e do site da organização), assim como pelo ativismo off-line (pelos eventos, campanhas e treinamentos com as instâncias parceiras). A parceria criada pela organização difere de acordo com os interesses e missões de suas unidades administrativas. Dessa forma, são feitas conexões com escolas, universidades, empresas e pequenos estabelecimentos comerciais, no intuito de criar colaboradores externos para a multiplicação de suas ideias.

Procedendo uma análise das atividades da Unidade *Safe Areas da Harassmap* pude identificar como as definições de assédio sexual e a ideia de criação das áreas de zero tolerância a esse tipo de violência se dão de fato, na prática. Tais discursos também são disseminados nas diretrizes internacionais, bem como manipulados nas narrativas estatais. No entanto, são ressignificados no Programa *Safe Areas*, por meio de locais privados, através da figura do que chamo de “juízes da Harassmap” ou “os donos da palavra” (SIMIÃO, 2005). Estes, são indivíduos que, pelo treinamento recebido da organização, tem as suas ações legitimadas e são autorizados por sua vez, a reconhecer as agressões que ferem os chamados “direitos do corpo” nos seus próprios estabelecimentos. Como foi melhor problematizado no capítulo 4, a organização Harassmap, através deste programa, busca transmitir a esses juízes, nos treinamentos, a ideia de garantia ao “direito do corpo” de outrem, evitando assim qualquer ideia de proteção ou tutela da pessoa agredida. Tal posicionamento procura oferecer uma alternativa a forma de tratamento do assunto pelos agentes governamentais e a ideia paternalista traduzida na figura do homem.

Nas vezes que acompanhei os ativistas deste programa nos trabalhos de gerenciamento nas ruas, pude notar a dificuldade de negociação dessas concepções buscadas pela organização, situação que muitas vezes acabava levando à exclusão desses parceiros, na tentativa de impedir qualquer imagem negativa, trazida para a organização, pelo não comprometimento da missão do referido programa pelos parceiros. O que poderia afetar assim, a credibilidade da organização dentro e fora do país. A falha na transmissão dessas ideias pelos parceiros, se dá através de uma ausência de um envolvimento de fato, pelos donos dos estabelecimentos, bem como na comunicação dessas ideias aos seus próprios funcionários, com vistas à promoção das chamadas “áreas seguras”. Algo que acordam previamente com a Harassmap quando iniciam a cooperação, recebendo os adesivos indicativos de “lugar seguro” da instituição, como discutido no capítulo 4. Destaca-se ainda, que tais figuras são entendidas pela organização como cruciais na germinação dessas áreas, pelo contato que possuem com os clientes. Em contrapartida,

quando há problemas na transmissão de tais valores, essas ideias deixam de ser multiplicadas e comunicadas a um público mais amplo: os clientes e a comunidade ao redor.

Desejei mostrar a importância de se entender como pensam e atuam os agentes envolvidos nesses processos de mediação. Bem como, destaquei como relevante, a compreensão de como tais sujeitos vão articular os valores que mobilizam, em suas práticas e a sua importância em serem reconhecidos localmente, pelos agentes envolvidos. Para além disso, ressaltéi a relevância em se considerar tais direitos humanos femininos como dispositivos políticos e morais, capazes de reinventar novas formas de organização coletivas, assim como transformar cenários e modificar as moralidades vigentes.

Dessa forma, procurei explorar como se dá a percepção do assédio sexual como uma ofensa moral, quando os “atos de agressão são transformados em atitude de violência” (SIMIÃO, 2005, p. 237). Processo somente possível, através de uma leitura das diferentes partes que o negociam e que o constroem por meio de múltiplas narrativas sobre tais intencionalidades, para que sejam assim observadas como violências, de fato.

Há, portanto, nesse complexo sistema de combate ao assédio sexual esboçado no Cairo, uma “sobreposição de sistemas e sensibilidades jurídicas”, (SIMIÃO, 2005, p 237), que se encontram em embates perante as retóricas do movimento civil antiassédio sexual e as narrativas do Conselho Nacional de Mulheres. Pude perceber, ainda, que tais sistemas de justiça: aqueles de fato existentes na legislação e os idealizados pelo movimento civil, não veem com bons olhos a coexistência de diferentes arranjos na resolução de conflitos, bem como não admitem hibridismos, mas sim buscam as suas legitimidades nesses campos (SIMIÃO, 2005, p. 243). Conforme chamado por Simião (2005, p 238), o “*discurso de gender*”, ao ser reapropriado pelo movimento civil egípcio, neste trabalho e trazido com as narrativas transnacionais de combate à violência de gênero, passaria, portanto, a construir um plano moral alternativo, no qual a agressão ganha uma conotação de atitude indevida, associada a uma multiplicidade de sentimentos – e que, portanto, deveria ser transformada em atitudes positivas, por meio da conscientização pela pedagogia Harassmap.

Nesse sentido, foi preciso construir o assédio sexual como violência, bem como ampliar o conjunto de situações que podem ser chamadas de violência sexual na legislação, através de um complexo sistema classificatório criado e disputado por diferentes instâncias no Cairo: Conselho Nacional de Mulher e o movimento civil. Bem como, foi preciso judicializá-lo como um crime e passível de punição (SIMIÃO, 2005, p.243). Tais disputas de classificações e definições de assédio sexual, podem ser vistas nas noções estabelecidas no Código Penal egípcio em 2014, na Estratégia Nacional Egípcia (2015-2020), bem como nas cartilhas e site da

Harassmap. Cujas empreitadas demandam a conquista da legitimidade local, o que vem sendo buscado através das parcerias.

Procurou-se demonstrar, neste trabalho, que o discurso produzido pela organização Harassmap não está preocupado apenas em comunicar, mas sobretudo, em se legitimar em relação a atores internacionais, para os quais é fundamental demonstrar que os “problemas financiáveis” ganharam, de fato, cores locais. Na intenção de se tornar um discurso hegemônico, a Harassmap contraria a sua própria missão inicial, que a diferenciou das outras organizações locais, quando surgiu: a de buscar uma maior “horizontalização” da discussão do assédio sexual no Egito.

Essa postura vem sendo modificada aos poucos, e pode ser percebida na mudança de perspectiva e missão entre a Unidade Outreach, criada em 2010, e a Unidade Safe Areas, que por sua vez, foi estabelecida posteriormente, em 2013. Na Unidade Outreach, a organização transmitia a ideia de que qualquer pessoa poderia agir como um *bystander*. Por outro lado, na Unidade Safe Areas procuraram legitimar certos discursos hegemônicos atuantes nessas esferas e incorporados na figura do indivíduo treinado pela organização. Tal fato pode ser percebido, por exemplo no Programa Safe Schools and Universities, onde o Comitê criado é aquele que possui efetivamente a autoridade para o julgamento dos casos. Já no Programa Safe Corporates e no Programa Safe Areas, por sua vez, a autoridade é dada ao responsável pelo estabelecimento e aos seus funcionários.

Agindo assim, a organização retira a possibilidade de qualquer pessoa, inclusive a “vítima”, reagir a tais incidentes de “quebra de decoro”, “que não são causados para a pessoa ou para o grupo, mas sim para a relação entre eles”. Portanto, o equilíbrio dessa relação é que deve buscar ser reparado (GEERTZ, 1983, apud SIMIÃO, 2005, p. 240). Para estabelecer tal equilíbrio, a organização autoriza somente os indivíduos treinados a regirem, pois de fato saberão enfrentar as possíveis situações de risco.

Ao mesmo tempo, nos eventos promovidos pela ONG, como mostrado no Capítulo 3, a Harassmap vai se aproximando de um determinado público-alvo mais jovem, estudantes universitários e futuros multiplicadores das ideias da organização. Em contrapartida, acaba segregando outras camadas da população. Dessa forma, pode-se afirmar que a organização “não constrói um consenso do assédio sexual no Egito, mas sim impõe um acordo”, (SIMIÃO, 2005, p. 222), pela disponibilização de suas próprias definições e sentidos, já previamente fornecidos por ela através das suas próprias definições do conceito de assédio sexual.

Penso que há, sem dúvida, diversas maneiras de apresentar e compilar o material etnográfico colhido em campo, durante a realização da pesquisa. Selecionar os pontos e realizar

as conexões que fazem parte dessa discussão foram uma aflição contínua e inerente a esse processo. No entanto, a pontuação desses aspectos deu-se por meio de questões que foram se mostrando substanciais à discussão como um todo, e frente ao que eu me propunha a realizar. Isso somente foi possível delinear após a volta do trabalho de campo, quando certos temas chamaram a minha atenção, apontando para algumas direções. Espera-se, portanto, que as questões propostas neste trabalho tenham sido, de fato, respondidas no decorrer dos capítulos.

Ademais, acredito que seria interessante uma análise posterior de algumas questões que foram se apresentando a mim, quando eu já estava no Brasil. Dentre estas, creio que uma análise do atual processo de reorganização que a organização Harassmap vem passando, trará grandes debates para a discussão que aqui foi feita.

Destacam-se aqui alguns acontecimentos que pude acompanhar durante esta escrita. A diretoria da organização foi transmitida, no ano de 2015, para a egípcia responsável pelos financiamentos externos da organização. Houve, ainda, a separação da empresa Tadwein da organização Harassmap. A consequência desse desmembramento interno foi que o escritório do grupo mudou de endereço, de Maadi para Dokki, agora mais próximo ao centro do Cairo. O responsável da Unidade Outreach, perante as dificuldades de continuação dos projetos de sua unidade, acabou saindo da organização. Hoje em dia, ela encontra-se parada.

Somam-se a isso as constantes revisões governamentais da chamada “Lei de ONGs”, em que o governo força cada vez mais o movimento civil a negociar novos tipos de atuação no espaço público para a continuação do ativismo antiassédio sexual. Nesse sentido, até mesmo os grupos de maior atuação nas comunidades vêm sendo obrigados a solicitar permissões à polícia para continuarem trabalhando nas ruas, tornando-se mais difícil a sua existência. Como resultado disso, a organização Harassmap vem apostando nos projetos desenvolvidos pela Unidade Safe Areas, em especial o programa desenvolvido nas universidades. Até então, esse é o único projeto que ainda detém o interesse do financiador e se mantém sendo financiado. Vale lembrar que as situações aqui comentadas, bem como o sistema interno de postos das unidades administrativas da Harassmap e as parcerias externas, encontram-se em processo e, portanto, sempre podem vir a se modificar, em razão das últimas mudanças no contexto egípcio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELRAHMAN, M. *Civil Society exposed. The politics of NGOs in Egypt*, 2004.
- ABDELMONEM, A. *Anti-Sexual Harassment Activism in Egypt: Transnationalism and the Cultural Politics of Community Mobilization*. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade do Estado do Arizona, 2016.
- _____. *Contentious Theoretical issues: Third world feminisms and identity politics*, 1998.
- _____. *Dialects of women's empowerment: The international circuitry of the Arab Human Development Report 2005*, 2009.
- _____. *Mythologizing Local Knowledge: NGOs Redefine Sexual Harassment in Cairo, Egypt*. 2014.
- _____. *Pioneering Feminist Anthropology in Egypt*. In: RIEKER, M. (org.). *Pioneering Feminist Anthropology in Egypt*. The American University in Cairo Press, 2007.
- _____. *Reconceptualizing Sexual Harassment in Egypt: A Longitudinal Assessment of el-Taharrush el-Ginsy in Arabic Online Forums and Anti-Sexual Harassment Activism*. *Kohl: A Journal for Body and Gender*, n. 1, 2015.
- _____. *Reconsidering de-politicization: HarassMap's bystander approach and creating critical mass to combat sexual harassment in Egypt*, 2015.
- _____. *Understanding Taharush El-Ginsy: Changing Conceptions of Sexual Harassment in Egypt*, 2014.
- ABU-LUGHOD, L. *As Mulheres Muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros*. *Revista Estudos Feministas*, 2012.
- AHMED, L. *A Quiet Revolution. The Veil's Resurgence from the Middle East to America*. Yale University Press, 2011.
- ALI, F.A. & MACHARIA H. M. *Women, Youth, and the Egyptian Arab Spring*. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, 25:3, 359-366, DOI: 10.1080/10402659.2013.816557. Routledge 2013.
- AL-ALI, N. *Secularism, Gender and the State in the Middle East. The Egyptian Women's Movement*. Cambridge University Press, 2004.
- AMAR, P. *Middle East Masculinity Studies. Discourses of "Men in Crisis"*. *Industries of gender in Revolution*, 2011.
- _____. *The Security Archipelago, Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism*. Paul Amar. Durham, NC: Duke University Press, 2013.

- _____. Turning the Gendered Politics of the Security State Inside Out? *International Feminist Journal of Politics*, 2011.
- BARON, B. *Egypt as a woman. Nationalism, Gender, and Politics*. The American University in Cairo Press, 2005.
- BAYAT, A. Un-civil society: The politics of the “informal people.” *Third World Quarterly*, 18(1), 53–72, 1997.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Linguísticas*. EDUESP: São Paulo, 1982.
- CARDENAS, S. & FLIBBERT, A. National Human Rights Institutions in the Middle East. *Middle East Journal* 59, 411–36, 2005.
- CLARK, J., & MICHUKI, W. Women and NGO Professionalisation: A Case Study of Jordan. *Development in Practice*, 19(3), 329-339, 2009.
- CÓDIGO PENAL EGÍPCIO, 1937.
- CONSELHO NACIONAL DE MULHERES ET USAID. *Framework for a National Strategy to Stop Violence Against Women*, 2010.
- CONTRERAS, R.; B. *Promotoras of the U.S.-Mexico border: An ethnographic study of culture brokerage, agency and community development*. Tese de Doutorado. University of South Florida, 2005.
- COMAROFF, J. & COMAROFF J. L. *Occult Economies and the Violence of Abstraction: Notes from the South African Postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- DYER, E. *Marginalising egyptian women. The restriction of women’s rights under the Muslim Brotherhood*. The Henry Jackson society, Londres, 2013.
- DA MATTA, R. *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. 1987.
- DURANTI, A. *Linguistic anthropology*. Cambridge University Press, Cambridge, p.398, 1997.
- DURKHEIM, E & MAUSS, M. *De quelques formes primitives de classification*, 1903.
- EGYPTIAN CENTER FOR WOMEN'S RIGHTS. *Clouds in Egypt's Sky" Sexual Harassment: from Verbal Harassment to Rape*, 2008.
- EGYPTIAN INITIATIVE FOR PERSONAL RIGHTS. *Operation Anti-Sexual Harassment/Assault condemns the attacks on women in Tahrir Square on Friday January 25th, the failure of political groups to secure the square and unprofessional media conduct*, 2013.
- ENLOE, C. *The Curious Feminist*. University of California Press, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE MULHERES. *ESTRATÉGIA NACIONAL EGÍPCIA (2015-2020)*, 2015.

FONTOURA, R.; M. Análise sócio-econômica e política dos Regimes Políticos e dos Movimentos Sociais Egípcios desde a ascensão de Nasser até os dias de hoje: A “Primavera Árabe”, 2014 (a).

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. Edições Loyola: São Paulo, 1998.

_____. A Verdade e as Formas jurídicas. Editora NAU: Rio de Janeiro, 2011.

GALAN, S. Beyond the Logic of State Protection: Feminist Self-Defense in Cairo after the January 25 Revolution. *Kohl: a Journal for Body and Gender Research*, 2016.

GEERTZ, C. The Javanese Kijaji: The Changing Role of a Cultural Broker. Cambridge University Press, 1960.

GOLDSTEIN, D. Toward a Critical Anthropology of Security. *Current Anthropology*, v. 51, n. 4, 2010.

GOLLEY, N. & A.; ARENFELDT, P. Arab Women’s Movements: Developments, Priorities, and Challenges. In: GOLLEY, N.; A.; ARENFELDT, P. (org.). Mapping Arab Women’s Movements. A century of transformations from within. The American University in Cairo Press, 2012.

Griffin, R. W., Paetzold, R. L., O’Leary-Kelly, A. N. Sexual Harassment as Aggressive Behavior: An Actor-Based Perspective. *The Academy of Management Review*, v. 25, n. 2 (Apr., 2000), pp. 372-388, 2000.

GROVE, N. The cartographic ambiguities of HarassMap: Crowdmapping security and sexual violence in Egypt. *Security Dialogue*, v 46, 2015.

GUILBERT, L. Intermédiaire culturel et médiateur de cultures: évolution des rôles et des attitudes dans la société Québécoise. *Revue internationale d’action communautaire*, 1994.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Discipline and Practice: ‘The field’ as Site, Method and Location in Anthropology. *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997.

HANNERZ, U. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave Da Antropologia Transnacional. *Revista Mana*, 1997.

_____. The World in creolization. JIAI, 1987.

_____. Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning. New York: Columbia University Press, 1992.

HARASSMAP. Sexual Harassment in Greater Cairo: Effectiveness of crowdsourced data. Towards a safer city, 2014.

- HOFFMAN, M.; B. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Tese (Doutorado em Antropologia). UFRJ, 2008.
- HUGHES, E. *The Social Is Political: The Politics of Mobilizing Bystanders Against Sexual Harassment*, 2015.
- ILAHY, N. *You Gotta Fight for your Right: Street Harassment and its relationship to gendered violence, Civil Society and Gendered Negotiations*. Dissertação (Mestrado em Artes). American University, 2009.
- JAD, I. The NGO-isation of Arab Women's Movements. *IDS Bulletin*, v. 42, 2004.
- LANGOHR, V. "This Is Our Square" Fighting Sexual Assault at Cairo Protests Acesso em: 10/06/2014. Disponível em: <http://www.merip.org/mer/mer268/our-square>
- _____. After the "Spring": New Patterns of Grassroots Politics? Women's Rights Movements during Political Transitions: Activism against Public Sexual Violence in Egypt. *IJMES*, 2015.
- LIMA, R. K. *Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*, 2007.
- LINDQUIST, J. Brokers and Brokerage, Anthropology of." In *International Encyclopedia of Social and Behavioral Science*. Amsterdam: Elsevier, 2015.
- MAHMOOD, S. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton Princeton University Press, 2005.
- _____. *Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito*. Lisboa: Etnográfica, 2006.
- MEGER, S. The Fetishization of Sexual Violence in International Security. *International Studies Quarterly*, 2015.
- MEIER, K. J. & NICHOLSON-CROTTY, J. Gender, Representative Bureaucracy, and Law Enforcement: The Case of Sexual Assault. *Public Administration Review*, v. 66, n. 6, pp. 850-860, Nov. - Dec., 2006.
- MERRY, S.; E. Constructing a Global Law-Violence against Women and the Human Rights System. *Law & Social Inquiry*, 2003.
- _____. *Human Rights And Transnational Culture: Regulating Gender Violence Through Global Law*. *Osgoode Hall Law Journal*, 2006 (a).
- _____. *Human Rights & gender Violence. Translating International Law into Local Justice*. The University of Chicago Press, 2006 (b).
- _____. *Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance*. *American Society of International Law*, 2009.

- _____. Rights, Religion, and Community: Approaches to Violence against Women in the Context of Globalization. *Law & Society Review*, 2001.
- MERRY, S.; E & LEVITT, P. Vernacularization on the ground: local uses of global women's rights in Peru, China, India and the United States. Blackwell Publishing Ltd & Global Networks Partnership, 2009.
- MIRANDA, A.; P.; M. Análise comparada (Rio de Janeiro e Buenos Aires) das políticas de produção de registros estatísticos criminais. ANPOCS, 2007.
- _____. Avaliação Do Trabalho Policial Nos Registros de Ocorrência e nos Inquéritos Referentes a Homicídios Dolosos Consumados em Áreas de Delegacias Legais. SENASP, 2006.
- MIRANDA, A.; P.; M. & PITA, M.; V. Rotinas Burocráticas E Linguagens do Estado: Políticas de Registros Estatísticos Criminais sobre Mortes Violentas no Rio De Janeiro e em Buenos Aires. *Revista Sociologia Política*, 2011.
- MOOSE, D & LEWIS, D. The Aid Effect Giving and Governing in International Development. Pluto Press, 2005.
- NAÇÕES UNIDAS. Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women--Equality, Development, and Peace, Nairobi, 15-16 July 1985. New York, (1986)
- _____. Study on Ways and Methods to Eliminate Sexual Harassment in Egypt, 2013
- NAZRA FOR FEMINIST STUDIES. Sexual Assault and Rape in Tahrir Square and its Vicinity: A Compendium of Sources 2011 – 2013, 2013.
- _____. One year after its launch, the National Strategy for Combating Violence Against Women still lacking Monitoring Mechanism, 2016.
- NELSON, C. Biography and women's history. On interpreting Doria Shafik. In: RIEKER, M. (org.). *Pioneering Feminist Anthropology in Egypt. Selected Writings from Cynthia Nelson. Cairo Papers in Social Science*, 2007.
- _____. Changing Roles of Men and Women. Illustrations from Egypt. In: RIEKER, M. (org.). *Pioneering Feminist Anthropology in Egypt. The American University in Cairo Press*, 2007.
- OLIVEIRA, L.; R. C. Direito legal e insulto moral. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2002.
- ONU FEMMES. Répondre à la violence sexuelle en temps de conflit Inventaire analytique des Pratiques de maintien de la paix, 2012.
- PEOPLES, F.; M. Street Harassment in Cairo: A Symptom of Disintegrating Social Structures, 2011.

- PINTO, P. G. H. R. Islã: Religião e Civilização. Uma abordagem antropológica. São Paulo: Editora Santuário, 2010.
- PITTMAN, A. Transforming constraint: transnational feminist movement building in the Middle East and North Africa. Tese de Doutorado. Boston College, The Graduate School of Arts and Sciences, Departments of Sociology and Psychology, 2009.
- RESOLUÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 1325 (2000).
- RINALDI, A. A. Violência e gênero – A construção da mulher como vítima e seus reflexos no Poder Judiciário: a lei Maria da Penha como um caso exemplar. *Direito Vivo*, Rio de Janeiro, p. 1-25, 2007.
- RIZZO, H. Introduction: The State of the Field of Masculinity Studies. In: RIZZO, H (org.). *Masculinities in Egypt and the Arab World. Historical, Literary and Social Science Perspectives*. The American University in Cairo Press, 2014.
- _____. *Masculinities in Egypt and the Arab World. Historical, Literary and Social Science Perspectives*. American University, 2014.
- _____. The role of Women's – Rights Organizations in promoting Masculine Responsibility: The Anti-Sexual Harassment Campaign in Egypt. In: RIZZO, H (org.). *Masculinities in Egypt and the Arab World. Historical, Literary and Social Science Perspectives*. The American University in Cairo Press, 2014.
- RIZZO, H.; PRICE, A.; M.; MEYER, K. *Anti-Sexual Harassment Campaign in Egypt*, 2012.
- ROBERTSON, R. *Glocalization: Time-Space and Homogeneity – Heterogeneity*, 1995.
- SIMIÃO, D. *As Donas Da Palavra Gênero, Justiça e a Invenção da Violência Doméstica em Timor-Leste*. Tese (Doutorado em Antropologia). UNB, 2005.
- _____. "Madam, it's not so easy': Modelos de gênero e justiça na reconstrução timorense". In: K. C. da Silva and D. S. Simião (ed.). *Timor-Leste por Trás do Palco: A Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 210-233, 2007.
- _____. *Sensibilidade jurídica e diversidade cultural: dilemas timorenses em perspectiva comparada*". In: K. Silva e L. Sousa (orgs.), *Ita Maun Alin... O livro do irmão mais novo. Afinidades antropológicas em Timor Leste*. Lisboa: Colibri. pp. 113-129, 2011.
- SLENES, R.; F. Na linha da frente: violência e direitos humanos no trabalho de ativistas marroquinas de direito da mulher. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014b.
- _____. *Negociação de Sentidos: Violência e Direitos da Mulher na Prática de ONGs em Marrocos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UNICAMP, 2014a.

- SORBERA, L. Body politics and legitimacy: towards a feminist epistemology of the Egyptian revolution. *Global Discourse*, 2016.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.
- STRATHERN, M. *O gênero da dádiva*. Editora UNICAMP, 2006.
- TARROW, S. *Power in Movement. Social. Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge University Press. Cambridge, 1994 (a)
- _____. *Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics*. *Annual Review of Political Science*, 2001.
- TARROW, S. et al. *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press, 2001 (a).
- TARROW, S. et al. *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. Cambridge U. Press, 2001 (b).
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bordieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, n. 40, p. 27-56, 2006a.
- TUCKER, J.; E. Cynthia Nelson, Doria Shafik, and the Power of the Empathetic Pen. In: RIEKER, M. (org.). *Pioneering Feminist Anthropology in Egypt*. The American University in Cairo Press, 2007.
- TURNER, V. *O Processo Ritual*. Editora Universidade Federal Fluminense: Niteroi, RJ, 1974.
- VEENA DAS. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1996.
- VEENA DAS.; POOLE, D. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- VIEIRA, M. S. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*, 2007.
- VOVELLE, M. *Les intermédiaires culturels: une problématique*. *Colloque du Centre méridional d'histoire sociale des mentalités et des cultures*, 1978.
- WALKER, C. *Power Politics and Sexual harassment in downtown Cairo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Americana do Cairo, 2014.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Editora Zahar, 1946.
- WEBER, F. *Trabalho Fora Do Trabalho - Uma etnografia das percepções*, 1958.
- WOLF, E. R. *Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico*. *American Anthropologist*, 1956.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Editora: Jorge Zahar, 2005.